

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

**GUILHERME PAIVA STAMM THUDIUM**

**A ALEMANHA EM BUSCA DE UMA GRANDE ESTRATÉGIA:  
INFRAESTRUTURA, GUERRA E LOGÍSTICA**

**PORTO ALEGRE**

**2022**

**GUILHERME PAIVA STAMM THUDIUM**

**A ALEMANHA EM BUSCA DE UMA GRANDE ESTRATÉGIA:  
INFRAESTRUTURA, GUERRA E LOGÍSTICA**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins.

PORTO ALEGRE

2022

### CIP - Catalogação na Publicação

Thudium, Guilherme  
A Alemanha em busca de uma Grande Estratégia:  
infraestrutura, guerra e logística / Guilherme  
Thudium. -- 2022.  
190 f.  
Orientador: José Miguel Martins.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Alemanha. 2. Grande Estratégia. 3. Unificação  
alemã. 4. Infraestrutura. 5. Logística. I. Martins,  
José Miguel, orient. II. Título.

**GUILHERME PAIVA STAMM THUDIUM**

**A ALEMANHA EM BUSCA DE UMA GRANDE ESTRATÉGIA:  
INFRAESTRUTURA, GUERRA E LOGÍSTICA**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Aprovado em:** Porto Alegre, 28 de abril de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins - Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte  
UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini  
UFRGS e ECEME

---

Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva  
UFRJ e ECEME

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Soreanu Pecequilo  
UNIFESP e UFRJ

*Para Arthur.*

## AGRADECIMENTOS

Ao longo do doutorado, tive o privilégio de contar com dois grandes orientadores e historiadores. Primeiro, o Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini, que me acompanha desde o mestrado e é em larga medida responsável pela minha trajetória acadêmica até aqui. Com a sua merecida aposentadoria em 2019, deixou um legado que se confunde com a própria institucionalização dos estudos internacionais no Sul do Brasil, inclusive como cofundador do programa de pós-graduação ao qual a presente tese se destina. Segundo, o Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins, a quem também admiro e que de forma munificente se dedica mais às pesquisas dos seus orientados do que às suas próprias. Sou profundamente grato a ambos.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), instituição de excelência nacional que me recebeu em 2014, e à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento parcial da pesquisa. Sou igualmente grato às seguintes instituições: o Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), do qual faço parte desde 2016, o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) e a Oficina de Estudos Estratégicos, todos da UFRGS; o Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), onde exerci a posição voluntária de diretor-presidente durante a segunda metade do doutorado; o Núcleo de Estudos Estratégicos do Comando Militar do Sul (NEE-CMS), na pessoa do Cel Cav PTTC Antonio Augusto Brisolla de Moura e em memória ao Gen Geraldo Antônio Miotto (1955-2021), Comandante Militar do Sul (2018-2020), que em 2020 me outorgaram o Diploma de Colaborador Emérito do Exército Brasileiro; e o Centro de Estudos Europeus e Alemães (CDEA) da UFRGS e da PUC-RS, na pessoa da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudia Lima Marques, cujo fomento possibilitou tanto a aquisição de proficiência em alemão como segunda língua estrangeira no doutorado como a realização de missão acadêmica na Universidade de Würzburg, na Alemanha, onde fui muito bem recebido pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gisela Müller-Brandeck-Bouquet e pelo Prof. Dr. Hans-Joachim Lauth.

Agradeço, igualmente, à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Analúcia Danilevicz Pereira pelas importantes contribuições oferecidas durante a banca de qualificação da tese, bem como aos integrantes da banca de defesa, Prof. Dr. Érico Esteves Duarte, Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Soreanu Pecequilo, cujos comentários foram fundamentais para o aprimoramento do trabalho. Também sou grato às professoras Sayonara Sousa Pereira, da Universidade de São Paulo (USP), e Nicole Stadie, do Departamento de Linguística da Universidade de Potsdam, pelo esforço de revisão e auxílio com a língua alemã.

Estou em débito com as instituições que gentilmente forneceram fontes históricas para a pesquisa, mesmo que remotamente, como o Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, a Biblioteca do Exército Brasileiro, a Universidade da *Bundeswehr*, em Hamburgo, e a Biblioteca do Congresso, em Washington, a qual tive acesso por meio de um *International Visitor Leadership Program (IVLP)* em 2021. Uma parte das fontes utilizadas também foi fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty) e pelo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha (*Auswärtiges Amt*, em alemão). Por fim, o auxílio e a diligência de Júlio César Giacomini Spido foram essenciais na estruturação dos dados estatísticos coletados durante a pesquisa.

Die gefährlichste Weltanschauung ist die Weltanschauung  
derer, die die Welt nie angeschaut haben.

The most dangerous worldview is the worldview of those  
who have not viewed the world.

A visão de mundo mais perigosa é a  
daqueles que não viram o mundo.

– **Alexander von Humboldt**



## RESUMO

Esta tese trata sobre o papel da Grande Estratégia na construção do Estado, na política externa e na política de defesa da Alemanha no século XIX. Para tanto, lança-se mão de uma inter-relação entre a infraestrutura e a logística na criação das condições que permitiram a unificação da Alemanha em 1871. Em suma, procura-se, a partir de uma abordagem holística, descortinar os elementos pelos quais o Reino da Prússia valeu-se de recursos não-militares para colimar fins militares, culminando na criação de um Exército Nacional e de uma nova grande potência no centro da Europa – o Império Alemão. A hipótese principal da tese aponta que a importância do vetor infraestrutural da política de defesa da Alemanha no século XIX confirma a persecução alemã por uma Grande Estratégia. O argumento é desenvolvido mediante três imagens analíticas sucessivas e complementares que formam as três partes do estudo, atentando para padrões de continuidade e ruptura. A primeira parte oferece um panorama da Grande Estratégia alemã perseguida a partir das Guerras Napoleônicas até as três guerras pela unificação alemã – a Guerra dos Ducados de 1864, a Guerra Austro-Prussiana de 1866 e a Guerra Franco-Prussiana de 1870 – e no Tratado de Frankfurt, que estabeleceu a unificação da Alemanha pelo Sistema Bismarckiano, na segunda parte. A terceira parte, por fim, se dedica às posteriores rupturas ao padrão previamente identificado por meio de três breves casos selecionados.

**Palavras-chave:** Alemanha. Grande estratégia. Unificação da Alemanha. Infraestrutura. Logística.

## ABSTRACT

This thesis addresses the role of Grand Strategy in the construction of the German state, as well as Germany's foreign policy and defence in 19th-century Europe. Therefore, the interrelationship between infrastructure and logistics is analysed in order to explain the conditions which allowed the German unification in 1871. Thus, taking a holistic approach, we seek to uncover the elements through which Prussia used non-military resources to achieve military ends, culminating in the creation of a National Army and a new great power in the centre of Europe – the German Empire. The main hypothesis of this thesis suggests that the importance of the infrastructural element of Germany's defence policy during the 19th century confirms the German pursuit of a Grand Strategy. This assumption is investigated through three different phases, especially focusing on patterns of continuity and rupture. The first part of the thesis offers an overview of German Grand Strategy starting from the Napoleonic Wars and climaxing in the three German wars of unification – the Second Schleswig War of 1864, the Seven Weeks' War of 1866, and the Franco-Prussian War of 1870-71 – and the Treaty of Frankfurt, which established the unification of Germany under the guidance of chancellor Otto von Bismarck, in the second part. The third and final part is dedicated to post-1890 ruptures focussing on the pattern previously identified in the main hypothesis on the basis of three brief selected case studies.

**Keywords:** Germany. Grand Strategy. German unification. Infrastructure. Logistics.

## ZUSAMMENFASSUNG

Diese Arbeit befasst sich mit der Rolle der „Grand Strategy“ beim Aufbau des deutschen Staates sowie seiner Außen- und Sicherheitspolitik im Europa des 19. Jahrhunderts. Hierfür erfolgt eine Analyse der Wechselbeziehung zwischen Infrastruktur und Logistik, um die Bedingungen zu erklären, die die deutsche Vereinigung 1871 möglich machten. Auf der Grundlage eines ganzheitlichen Ansatzes versuchen wir darzulegen, durch welche Elemente Preußen nichtmilitärische Ressourcen zur Erreichung militärischer Zwecke einsetzte, und wie dies in der Schaffung einer nationalen Armee und einer neuen Großmacht im Zentrum Europas – dem Deutschen Reich kulminierte. Die Haupthypothese dieser Arbeit besagt, dass insbesondere die Bedeutung des infrastrukturellen Elements der deutschen Verteidigungspolitik im 19. Jahrhundert das deutsche Streben nach einer Grand Strategy bestätigt. Diese Annahme wird in drei unterschiedlichen Phasen untersucht, wobei der Schwerpunkt vor allem auf Kontinuitäts- und Bruchmustern liegt. Der erste Teil der Arbeit bietet einen Überblick über die Grand Strategy ausgehend von den Napoleonischen Kriegen und ihren Höhepunkt in den drei deutschen Einigungskriegen – dem Zweiten Schleswigschen Krieg von 1864, der Deutsche Krieg von 1866 und dem Deutsch-Französischen Krieg 1870-71. Im zweiten Teil wird der Frankfurter Vertrag, der die Einigung Deutschlands unter Führung von Reichskanzler Otto von Bismarck begründete, dargestellt. Der dritte und letzte Teil ist den Umbrüchen nach 1890 gewidmet und konzentriert sich auf das zuvor in der Haupthypothese identifizierte Muster anhand von drei kurzen ausgewählten Fallstudien.

**Schlüsselworte:** Deutschland. Grand Strategy. Deutsche Einigung. Infrastruktur. Logistik.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1 - Revoluções Industriais e Guerras Hegemônicas .....</b>	<b>38</b>
<b>Quadro 2 - Períodos revolucionários na Era Moderna.....</b>	<b>40</b>
<b>Quadro 3 - Estágios do desenvolvimento nacional em List .....</b>	<b>63</b>
<b>Figura 1 - O conceito de Friedrich List para uma rede ferroviária alemã (1833).....</b>	<b>64</b>
<b>Quadro 4 - Etapas do desenvolvimento ferroviário alemão .....</b>	<b>70</b>
<b>Figura 2 - O circuito de pagamentos do Estado alemão .....</b>	<b>73</b>
<b>Figura 3 - Linhagem intelectual do Exército Nacional alemão .....</b>	<b>79</b>
<b>Mapa 1 - Guerra dos Ducados (1864) .....</b>	<b>91</b>
<b>Mapa 2 - Guerra Austro-Prussiana (1866).....</b>	<b>93</b>
<b>Figura 4 - A Campanha de Königgrätz, confinada aos rios Jizera, Elba e Úpa .....</b>	<b>96</b>
<b>Mapa 3 - Guerra Franco-Prussiana (1870-71).....</b>	<b>98</b>
<b>Mapa 4 - Projeto final da Ferrovia Berlim-Bagdá, com fronteiras de 1912 .....</b>	<b>111</b>
<b>Quadro 5 - Continuidades e rupturas da Grande Estratégia alemã (1814-1945).....</b>	<b>115</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 - Crescimento da Intensidade da Guerra Desde 1600 .....</b>	<b>37</b>
<b>Tabela 2 - A Era das Ferrovias.....</b>	<b>67</b>
<b>Tabela 3 - Rodovias no Império Alemão (1878).....</b>	<b>68</b>
<b>Tabela 4 - Expansão da rede ferroviária alemã.....</b>	<b>69</b>
<b>Tabela 5 - A força do Exército Alemão (1874-1914).....</b>	<b>122</b>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1	O QUE É GRANDE ESTRATÉGIA?.....	20
1.2	O PARADIGMA E A <i>REALPOLITIK</i> .....	21
1.3	DESENHO DE PESQUISA.....	26
<b>2</b>	<b>MATRIZES DE UMA GRANDE ESTRATÉGIA ALEMÃ.....</b>	<b>31</b>
2.1	CONTEXTO SISTÊMICO E EQUILÍBRIO DE PODER.....	32
<b>2.1.1</b>	<b>Guerra e revolução .....</b>	<b>40</b>
<b>2.1.2</b>	<b>Um mundo restaurado? .....</b>	<b>45</b>
2.2	ENGENHEIROS DA UNIFICAÇÃO: IMPACTOS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E DA INFRAESTRUTURA SOBRE A ARTE DA GUERRA NA ALEMANHA.....	51
<b>2.2.1</b>	<b>O Sistema Nacional: bases de uma Potência Econômico-Comercial .....</b>	<b>57</b>
<b>2.2.2</b>	<b>Infraestrutura da guerra: o caso alemão.....</b>	<b>66</b>
2.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	74
<b>3</b>	<b>A UNIFICAÇÃO TARDIA DA ALEMANHA: O RESULTADO ACABADO DO BALANCEAMENTO DA FRANÇA PELA INGLATERRA.....</b>	<b>75</b>
3.1	ESTADO-MAIOR E REVOLUÇÃO MILITAR NO CONTEXTO DAS GUERRAS PELA UNIFICAÇÃO DA ALEMANHA.....	76
<b>3.1.1</b>	<b>De Dybbøl a Skalitz .....</b>	<b>87</b>
<b>3.1.2</b>	<b>De Königgrätz a Sedan.....</b>	<b>93</b>
3.2	O SISTEMA BISMARCKIANO: CONSTRUÇÃO DE UMA POTÊNCIA CENTRAL DA EUROPA.....	98
<b>3.2.1</b>	<b>Primeiro Sistema Bismarckiano.....</b>	<b>106</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Segundo Sistema Bismarckiano .....</b>	<b>108</b>
3.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	114
<b>4</b>	<b>RUPTURAS DA GRANDE ESTRATÉGIA ALEMÃ.....</b>	<b>115</b>
4.1	CASOS SELECIONADOS.....	116
<b>4.1.1</b>	<b><i>Weltpolitik</i> e o culto à ofensiva .....</b>	<b>116</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Clausewitz <i>versus</i> Hitler .....</b>	<b>123</b>

<b>4.1.3 Guerra Fria e semi-soberania.....</b>	<b>129</b>
<b>4.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....</b>	<b>132</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>134</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>139</b>
<b>ANEXO A – FERROVIAS NA ALEMANHA.....</b>	<b>155</b>
<b>ANEXO B – TELÉGRAFOS NA ALEMANHA.....</b>	<b>160</b>
<b>ANEXO C – ENERGIA A VAPOR NA ALEMANHA.....</b>	<b>161</b>
<b>ANEXO D – PRODUÇÃO DE FERRO NA ALEMANHA.....</b>	<b>164</b>
<b>ANEXO E – EXÉRCITO ALEMÃO.....</b>	<b>165</b>
<b>ANEXO F – MARINHA ALEMÃ.....</b>	<b>169</b>
<b>ANEXO G – GUERRA AUSTRO-PRUSSIANA E FRANCO-PRUSSIANA.....</b>	<b>170</b>
<b>ANEXO H – COMPARAÇÃO ENTRE BATALHAS.....</b>	<b>173</b>
<b>ANEXO I – BATALHAS SELECIONADAS DO SÉCULO XIX.....</b>	<b>174</b>
<b>ANEXO J – CANHÕES KRUPP.....</b>	<b>176</b>
<b>ANEXO K – EDUCAÇÃO NA ALEMANHA.....</b>	<b>177</b>
<b>ANEXO L – MANUFATURAS ALEMÃS.....</b>	<b>180</b>
<b>ANEXO M – COMÉRCIO ALEMÃO.....</b>	<b>185</b>
<b>ANEXO N – RIQUEZA NA ALEMANHA.....</b>	<b>190</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, vinculada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI)<sup>1</sup> da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), objetiva analisar a experiência histórica alemã do século XIX com foco na perseguição de uma possível Grande Estratégia. O estudo busca dar continuidade a uma agenda de trabalho iniciada no Mestrado Acadêmico em Ciência Política – ênfase em Política Internacional e Defesa –, cujo tema de pesquisa foi: “A Alemanha e sua política externa e de segurança na República de Berlim: entre o Leste e o Oeste, o global e o regional” (THUDIUM, 2018).

Identificou-se previamente, dentro de um quadro de crise institucional e déficit de lideranças e de direção política na União Europeia (UE) em meio às crises das duas primeiras décadas do século XXI, que a Alemanha se tornou, pela terceira vez em 100 anos, o centro de gravidade da Europa. Paradoxalmente, foi somente neste terceiro momento que o poder alemão se tornou, enfim, “imperial” – algo que jamais conseguiu concretizar militarmente (BORGES, 2015). Para o sociólogo alemão Ulrich Beck, contudo, Berlim formou um “império acidental”, mais pelas circunstâncias que por política de poder, que se sobrepõe à própria integração europeia (LONDON SCHOOL OF ECONOMICS, 2013, não paginado).

Argumentou-se, ao contrário, que a posição de liderança da Alemanha no âmbito da UE não é algo meramente acidental: faz parte de um processo evolutivo das suas capacidades estatais (industriais e logísticas, principalmente) e econômicas. E esse processo de longa duração, marcado por continuidades e rupturas que serão identificadas ao longo do trabalho, terá início no século XIX, com a Reforma Scharnhorst e posteriormente preparação militar para as guerras da unificação alemã.

A liderança alemã está, igualmente, inserida em uma conjuntura de transição e reconfiguração do Sistema Internacional (SI):<sup>2</sup> foram as crises europeias que impulsionaram o protagonismo alemão. Nessa capacidade, a Alemanha se tornou o principal articulador diante dos problemas que desestabilizam o continente europeu. A Alemanha é hoje a nação mais populosa da UE, com aproximadamente 83 milhões de habitantes, e detentora da maior

---

<sup>1</sup> **Linha de pesquisa** – A pesquisa está formalmente inserida na linha de Segurança Internacional, porém tenta, dentro do possível, dialogar construtivamente com as demais linhas complementares e fundantes do programa, quais sejam: Política Internacional e Economia Política Internacional.

<sup>2</sup> **Sistema internacional** – Como SI entende-se “[...] o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar em uma guerra geral.” (ARON, 2002b, p. 153).



economia do continente – a quinta maior do mundo por paridade de poder de compra (PPC) –, métricas que sustentam a relevância de um estudo centrado no país alemão, cuja importância para o SI do século XXI é frequentemente negligenciada.

O poder alemão hoje, todavia, é substancialmente inferior ao poder americano, russo e chinês quando consideradas as suas capacidades convencionais e nucleares, posto que o caráter civil da política externa alemã no pós-guerra aceitou novos limites ao tamanho das suas forças armadas e renunciou formalmente à produção de armas de destruição em massa. Ademais, a atitude e a percepção da população alemã sobre a guerra, em termos gerais, foram transformadas após a Segunda Guerra Mundial. A Alemanha se tornou, assim, uma potência econômica com capacidades militares limitadas.

A relevância da pesquisa justifica-se tanto pelo seu valor acadêmico como por sua contribuição social, além de motivações de cunho pessoal. O próprio uso e compreensão do conceito de Grande Estratégia ainda é incipiente no Brasil, ao passo que as potências centrais do sistema já possuem um debate mais consolidado sobre este aspecto.<sup>3</sup> Na Alemanha, contudo, a divisão do país após a Segunda Guerra Mundial reduziu a soberania e a independência diplomática por quase meio século, criando uma tradição de ausência de pensamento estratégico entre as suas lideranças políticas. Ao mesmo tempo, os constrangimentos históricos ainda inibem o debate público e acadêmico sobre Segurança e Defesa (S&D).

A literatura sobre o tema não é pacificada. Ao longo dos anos, normalizou-se a narrativa da história alemã em termos que ressaltam unicamente o anormal – um suposto “[...] *Leitmotiv* belicoso [...]” (O’CONNELL, 1995, p. 245), as falhas, mal feições e distorções de um determinado padrão “correto” de desenvolvimento nacional (FULBROOK, 2021). Como bem descreveu o germanista e historiador militar Dennis E. Showalter (1990, p. 65), “Os alemães permanecem sendo os vilões designados da história moderna, que não apenas nunca vencem, mas sempre merecem perder.”. Esta tese tem como um dos seus objetivos específicos agregar-se às reações já existentes<sup>4</sup> a essa abordagem, buscando traçar padrões de causalidade real – em detrimento de simples descrições de fracassos – na história alemã.

---

<sup>3</sup> **Grande Estratégia** – Os Estados Unidos são os líderes incontestes deste debate, com especial destaque a figuras pioneiras como Edward Mead Earle (1894-1954), como nos mostra o trabalho de Cristina Soreanu Pecequilo (2011) – publicado, entre outros repositórios, no âmbito do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT/UFRGS).

<sup>4</sup> **Por exemplo** – FULBROOK, M. *A history of Germany 1918–2020: the divided nation*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2021; SHOWALTER, D. *The wars of German unification*. 2. ed. London: Bloomsbury, 2015.

A justificativa social da pesquisa resta, principalmente, em uma contribuição atualizada do processo de construção de uma visão brasileira<sup>5</sup> sobre a Alemanha que auxilie a entender as suas relações exteriores não só com as potências tradicionais do sistema, mas também com as médias, incluindo o relacionamento com o Brasil – alçado ao nível de Parceria Estratégica em 2002. Pretende-se contribuir de forma original, principalmente, por meio de um modelo analítico holístico que privilegia o diálogo de fontes e a relação entre infraestrutura, logística e Grande Estratégia à luz do caso alemão.

O caminho que se objetiva perseguir aponta, primeiramente, para a identificação do paradoxo que emerge da manutenção do interesse nacional alemão em meio aos processos históricos de industrialização, unificação e regionalização. Faz-se necessário, portanto, pensar não apenas na forma adquirida pelos ditos processos, mas, principalmente, no seu conteúdo. Deste modo, definiu-se o seguinte problema de pesquisa: a infraestrutura é o meio pelo qual a Alemanha projeta sua Grande Estratégia? A pergunta parece pertinente em virtude do padrão identificado no século XIX, quando a Grande Estratégia traçada projetou força para proteger os meios de pagamento alemães, tão somente.<sup>6</sup>

Como base para a pesquisa, especificou-se uma hipótese de trabalho que almeja responder à pergunta que deu origem ao presente estudo. Argumenta-se que o vetor onde a política externa alemã se manifesta de forma mais contínua é, justamente, no controle e proteção dos seus meios de pagamento, através de investimentos em infraestrutura.<sup>7</sup>

A Grande Estratégia, isto é, a utilização de meios não militares para fins militares, constituiu-se em um aspecto chave para a unificação alemã. Para tanto, procura-se dar especial

---

<sup>5</sup> **Por exemplo** – GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). **Alemanha: visões brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, FUNAG, 2000.

<sup>6</sup> **Meios de pagamento** – O economista italiano Giovanni Arrighi (2013, p. 27-28) buscou reformular a concepção realista de Maquiavel sobre o poder como uma combinação de consentimento e coerção – onde a coerção implica o uso da força ou uma ameaça de força crível e o consentimento implica a liderança moral –, adicionando o que ele considera o instrumento mais característico do poder capitalista territorial: o controle dos meios de pagamento. Para Arrighi, contudo, os meios de pagamento acabam subsumidos aos valores do dinheiro, enquanto para este estudo, sobretudo, tem-se nos investimentos em infraestrutura o seu indicador-chave, servindo como elemento central da hipótese que buscará responder ao problema de pesquisa levantado. Assim, “[...] operacionalizando o conceito de meios de pagamento de Giovanni Arrighi (1996) como sendo essencial para ditar os termos do pacto interno (social ou de elites) de um Estado, a infraestrutura pode ser entendida como componente dos contemporâneos meios de pagamento, tal como mercado, investimentos e financiamentos (SEBBEN, 2010\* *apud* JAEGER, 2021, p. 82). \*SEBBEN, F. **Infraestrutura e desenvolvimento: estudo de caso sobre IIRSA e COSIPLAN**. 2015. 280f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

<sup>7</sup> **Infraestrutura** – O termo “infraestrutura” diz respeito a estruturas físicas e organizacionais, serviços e instalações necessárias ao funcionamento de uma sociedade, economia ou empresa (JAEGER, 2021). O objetivo deste trabalho não é expandir o conceito de infraestrutura propriamente dito, mas sim comprovar a hipótese principal elencada por meio de uma abordagem que privilegia os Estudos Estratégicos.

ênfase à infraestrutura e aos meios de pagamento, de modo a demonstrar como acúmulos persistentes relacionados a essas áreas permitiram à Prússia, uma potência relativamente modesta do início do século XIX, após três guerras limitadas,<sup>8</sup> unificar a Alemanha e erigir uma nova grande potência no centro da Europa. Os prussianos utilizaram-se de guerras limitadas por dois motivos: a polaridade do sistema, isto é, o número de polos de poder – que era multipolar; e em função da sua estratégia de expansão para áreas que buscava, ultimamente, administrar, e não dizimar.

A Alemanha é um país que tradicionalmente se pauta pelo investimento em infraestrutura, industrialização e bens de capitais (motores e máquinas, principalmente) – da mesma forma que utiliza seus meios de pagamento como fator de soberania. Durante a Guerra Fria, enquanto Estado semi-soberano subjugado aos interesses das potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial, o *Bundesbank* atuava como um dos principais instrumentos da política externa.

Atualmente, assim como ao final do século XIX, este papel foi dividido com a política de investimentos em infraestrutura nacional e regional: o processo de transformação do espaço geográfico em espaço geoeconômico.<sup>9</sup> É o espaço geoeconômico construído ao longo do século XIX, a partir da análise infraestrutural, que irá fornecer escala e escopo para a estratégia alemã e para o estudo.

Os processos infraestruturais que fazem parte da Grande Estratégia alemã também possuem um elemento logístico importante. A esfera da Estratégia – que no seu sentido amplo é denominada Grande Estratégia<sup>10</sup> – é diretamente condicionada pela viabilidade logística em termos de acesso, espaço e tempo (KRESS, 2002; RIBEIRO, 2018). A logística é um instrumento importante dos Estudos Estratégicos, campo interdisciplinar que estuda como atores do SI usam meios militares para alcançarem objetivos políticos.

---

<sup>8</sup> **Guerra limitada** – “[...] uma conflagração confinada não só na geografia, mas também na duração e na escala.” (MARTINS, 2013, p. 182).

<sup>9</sup> **Geoeconomia e geopolítica** – “O uso de instrumentos econômicos para promover e defender os interesses nacionais e produzir resultados geopolíticos benéficos; e os efeitos das ações econômicas de outras nações sobre os objetivos geopolíticos de um país.” (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 20). O conceito de geoeconomia, portanto, está intimamente relacionado ao de geopolítica, consoante Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (2019). Como geopolítica entende-se uma disciplina fundamentada nas realidades geográfica e política próprias dos espaços onde um determinado Estado almeja atuar para melhor servir seus interesses (COSTA, 2016).

<sup>10</sup> **Níveis do Planejamento de Guerra** – A Estratégia compõe um ciclo de quatro níveis de planejamento de emprego conjunto das forças armadas de um país, quais sejam: político, estratégico, operacional e tático.

A logística é, em sua essência, um empreendimento militar, ou, nas palavras do general franco-suíço do século XIX Antoine-Henri Jomini (2019, p. 74), “A arte prática de mover exércitos.” De fato, até o fim da Segunda Guerra Mundial o conceito esteve associado às atividades militares de preparação para a guerra, consoante Carl von Clausewitz (1780-1831), o general prussiano que melhor operacionalizou o conceito para os Estudos Estratégicos, mesmo sem nomeá-lo:

A logística compreende todas aquelas atividades na guerra que são uma pré-condição, ou preparatórias no sentido de pré-condição, para táticas e estratégias. [...] A logística é a condição de possibilidade da condução da guerra, e sua finalidade é definida pelas necessidades de tática ou estratégia. [...] Mas em si não é nem tática nem estratégia. A logística é presidida por uma lógica própria, tão diversa quanto as atividades que a compõem. (PROENÇA JÚNIOR.; DUARTE, 2005, p. 675).

Por isso, os fundamentos da logística perpassam todo o trabalho. Porém tornou-se claro desde logo que destacar o conceito em uma seção própria faria tanto sentido quanto destacar “[...] ciência ou tecnologia” (KENNEDY, 2014, p. 411). No panorama analítico, a logística compete com Grande Estratégia, mas de forma complementar.<sup>11</sup> Para o caso em tela, adquire relevância diante de uma economia sem vocação para exportação de capitais, porém sustentada por um Estado forte o suficiente para produzir investimento público em infraestrutura.

Hodiernamente, a logística pode ser melhor entendida como a capacidade organizacional e infraestrutural dos Estados. Ela envolve todos os assuntos que dizem respeito aos suprimentos, mobilização, métodos e, conseqüentemente, todos os produtos possíveis para o desenvolvimento social, econômico, industrial e tecnológico. Está, especialmente, relacionada a duas variáveis: quantidade e tempo. A logística (mais precisamente a ausência dela), é um dos principais entraves para que sociedades em desenvolvimento, como a Alemanha pré-industrialização tardia e o Brasil contemporâneo, tenham acesso a bens que melhorem as expectativas de vida.

Na conceituação estritamente histórico-militar, a logística estaria limitada ao movimento e divisão de exércitos em preparação para a guerra. A partir da década de 1980, contudo, a logística adquire uma nova conotação, impulsionada pela hiperglobalização. Para efeitos deste trabalho, buscaremos operacionalizar ambas as noções de modo a abarcar também a estrutura

---

<sup>11</sup> **Logística e Grande Estratégia** – No que diz respeito ao elo da Grande Estratégia com a logística, a última se posta como razão instrumental, tão somente, da política externa. Por vezes, porém não sempre, pode fazer o papel de Grande Estratégia, mas não é e não substitui a mesma.

civil, voltada para a coordenação conjunta de complexas operações, incluindo as infraestruturais.<sup>12</sup>

### 1.1 O QUE É GRANDE ESTRATÉGIA?<sup>13</sup>

Para explicar a busca da Alemanha por uma Grande Estratégia, precisamos primeiro entender o que Grande Estratégia significa. Grande Estratégia, para efeito deste trabalho, é o uso dos meios disponíveis – políticos, econômicos, culturais e militares – para realizar os objetivos da Política Nacional. Trata-se do sentido amplo da Estratégia, que se resume no elo entre a alta política (diplomacia) e o planejamento de guerra, e que em sentido restrito (Estratégia Militar) supõe o emprego do meio militar, tão somente, quando da realização do objetivo da política nacional (MARTINS, 2008).

O conceito de Grande Estratégia, embora seja amplamente aplicado desde a Segunda Guerra Mundial, não possui uma definição única e estática na literatura de RI e Estudos Estratégicos. As RI são consideradas aqui como um subproduto da Ciência Política e da História (MENDES, 2019).<sup>14</sup> Já os Estudos Estratégicos configuram um campo multidisciplinar próprio que estuda como atores do SI usam meios militares para alcançar objetivos políticos (DUARTE, 2020). “A História, vista pelos olhos e interpretada pelos interesses dos Estudos Estratégicos, é tradicionalmente descrita como o principal laboratório deste campo” (PROENÇA JÚNIOR; DINIZ; RAZA, 1999, p. 20). Ademais, do ponto de vista social, os tomadores de decisão tendem a preferir a história como um norte mais seguro e certo que a teoria (BEW, 2016).

A abundância de definições para Grande Estratégia constitui um problema histórico, uma vez que o termo é frequentemente utilizado de forma indiscriminada (MILEVSKI, 2016).

---

<sup>12</sup> **Logística Militar e Logística Empresarial** – Segundo Videira (2005, p. 33), “[...] o final do século XIX e início do século XX estavam fadados a entrar para a história como o período de intersecção entre a Logística Militar e a Logística Empresarial. Era o ponto de inflexão, quando a arte da guerra teve que rever seus planos Estratégico e Tático. Estabelece a marca para um corte, quando um exército de uma nação, ao ir para o campo de batalha, já não podia manter seu desempenho isoladamente, como fazia nos tempos anteriores. Os grandes efetivos e a complexidade técnica da indústria bélica arrastavam, atrás de si, todo o potencial econômico e militar do país.”

<sup>13</sup> Diante do crescente número de abordagens sobre o tema, dois títulos recentes organizados por Thierry Balzacq oferecem uma bússola: BALZACQ, T.; DOMBROWSKI, P.; REICH, S. **Comparative grand strategy: a framework and cases**. Oxford: Oxford University Press, 2019; BALZACQ, T.; KREBS, R. R. **The Oxford handbook of grand strategy**. Oxford: Oxford University Press, 2021.

<sup>14</sup> **Relações Internacionais** – A solidificação acadêmica das RI como ciência social está historicamente sujeita ao debate sobre a sua relação para com a Ciência Política e a História. A progressiva autonomia da disciplina de RI, portanto, não significa necessariamente a negação da sua natural ligação à Ciência Política e à História, nem do seu caráter multidisciplinar, que trouxe consigo métodos de pesquisa das mais variadas áreas, incluindo também o Direito, a Filosofia e a Economia (MENDES, 2019).

Hal Brands (2015, p. 3-4), ao reconhecer que a Grande Estratégia “[...] desafia qualquer definição singular”, oferece outra contribuição: “[...] a arquitetura intelectual que dá forma e estrutura à política externa”, mediando entre “[...] ações de curto-prazo e objetivos de médio e longo prazo”.

Na mesma linha, Taliaferro, Ripsman e Lobell (2012, p. 15) oferecem uma interpretação nos moldes da *Realpolitik* quando sugerem que “[...] Grande Estratégia [...] é o princípio organizador ou projeto conceitual que inspira todas as relações do Estado com o mundo exterior, com o objetivo de se proteger e maximizar seus interesses.”

Para Stefanie Ortmann e Nick Whittaker (2019, p. 319), “Uma Grande Estratégia é uma estrutura orientadora que permite que os formuladores de políticas enfrentem as incertezas de um ambiente internacional complexo.” Segundo os autores, contudo, apenas a existência de uma miríade de documentos formais sobre estratégia e defesa não garante, por si só, que a Grande Estratégia exista e que está sendo implementada.

Colin S. Gray (2016) sustenta Grande Estratégia como a *policy* em seu nível mais elevado: por ser grande, a estratégia precisa mobilizar qualquer um dos ativos da comunidade. O estrategista foi um dos expoentes da corrente que defende que a Grande Estratégia seja reivindicada pelos Estudos Estratégicos, em virtude da ameaça de desmilitarização provocada pelos Estudos de Segurança Internacional (BALZACQ; DOMBROWSKI; REICH, 2019a, p. 7). As capacidades, no entanto, não são irrestritas, como nos mostra John L. Gaddis (2018, p. 44) ao definir Grande Estratégia como “[...] o alinhamento de interesses potencialmente ilimitados com capacidades necessariamente limitadas.”

Os proponentes de uma definição voltada propriamente para as RI, respeitadas suas divergências de cunho teórico, geralmente defendem que um Estado deve empregar vários instrumentos, permutações e combinações políticas para atingir seus objetivos. Paul Kennedy (1991b, p. 5) expressa convincentemente essa visão quando afirma que o cerne da Grande Estratégia jaz “[...] na política, ou seja, na capacidade da liderança da nação em reunir todos os elementos, militares e não militares, para a preservação e aprimoramento dos melhores interesses da nação a longo prazo (isto é, em tempos de guerra e em tempos de paz).”<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> **Paul Kennedy** – O historiador britânico Paul Kennedy (1991; 2010; 2017) é especialmente relevante para o trabalho pela centralidade de três elementos na sua pesquisa: geografia, finanças e Grande Estratégia. Ele concentrou sua extensa pesquisa especialmente nos casos históricos da Grã-Bretanha e, secundariamente, da França. Aqui, busca-se desvendar o caso alemão.

A Grande Estratégia – a relação entre defesa, política externa e desenvolvimento, portanto – engloba também a Política de Defesa (que estabelece os objetivos das operações militares), a Estratégia (que estabelece os objetivos das operações militares) e a doutrina operacional (que estabelece o modo de emprego da força em operações militares) (COUTAUBÉGARIE, 2010). Uma Grande Estratégia que seja digna da terminologia, neste sentido, deve articular os setores de planejamento da política, da economia e da segurança, guiada pelos princípios e objetivos permanentes da soberania, cidadania e integração (MARTINS; NUNES, 2017).

A formulação de uma Grande Estratégia efetiva, segundo Amorim (2015), deve aproximar duas políticas e duas esferas complementares: a diplomacia e a defesa, e o meio civil e o meio militar – ou “o soldado e o diplomata”, na expressão de Raymond Aron (2002b), e “o soldado e o Estado”, conforme cunhado por Samuel Huntington (1957). Para tanto, é necessário haver sinergia e coordenação entre setores sociais e instituições nacionais de modo a maximizar o potencial diplomático, econômico, tecnológico, político e securitário da inserção estratégica da nação.

Grande Estratégia é, portanto, a integração de todos os instrumentos do poder nacional para assegurar um ambiente externo favorável. Essa perspectiva tem duas implicações para esta pesquisa. Primeiro, que diferentes Estados, com diferentes arranjos institucionais, recursos e circunstâncias geopolíticas, usarão essas ferramentas para diferentes fins e em diferentes proporções. Segundo que, com o tempo, eles ajustarão suas Grandes Estratégias de acordo com as ferramentas disponíveis, os interesses em questão e as ameaças e oportunidades oferecidas em seus ambientes regional e global (BALZACQ; KREBS, 2021).

## 1.2 O PARADIGMA E A *REALPOLITIK*

As últimas duas décadas têm registrado um crescimento do interesse pelos temas que poderiam ser reunidos pelos rótulos intercambiáveis, porém diferentes, da geopolítica e da *Realpolitik* (BEW, 2016; COSTA, 2016; BAYLIS; WIRTZ; GRAY, 2019; VISENTINI, 2019). A geopolítica, todavia, não é uma “[...] teoria da política de poder, ou mesmo de *Realpolitik*,

como esses termos eram entendidos no século XIX [...], escreveu Robert Strausz-Hupé (1973, p. 81-83).<sup>16</sup>

A *Realpolitik* é uma abordagem originada na Alemanha do século XIX que emergiu a partir da colisão de dois processos assíncronos: o Iluminismo e os processos de formação nacional na Alemanha – incluindo, principalmente, o conceito de Exército Nacional. Esse debate deu origem, forma e contexto à *Realpolitik*. Com o passar dos séculos, foi alvo de diversas interpretações, tendo sido confundida com, por exemplo, *Machtpolitik* (uma abordagem política focada na primazia da força e do poder) e *Weltpolitik* – a política mundial do *Kaiser* Guilherme II (BEW, 2016). Sobre o conceito:

A *Realpolitik* sustenta que o primeiro ato do estadismo deve ser identificar as forças sociais, econômicas e ideológicas que disputam por supremacia dentro do Estado. O segundo ato seria tentar alcançar algum equilíbrio entre essas forças para que elas não atrapalhassem o desenvolvimento do Estado-nação. Para ter sucesso, o estadista tinha que entender tanto as circunstâncias históricas em que operava quanto as condições da modernidade em uma era de rápido desenvolvimento econômico, político e intelectual. (BEW, 2016, p. 17-18, tradução nossa).<sup>17</sup>

Já um paradigma em ciências humanas e sociais nada mais é, pura e simplesmente, que “[...] uma explanação compreensiva do *real*.” (CERVO, 2003, p. 6, grifo nosso). Ao contrário das ciências exatas e naturais, que trabalham com leis de causa e efeito, o paradigma em ciências humanas e sociais “[...] desempenha a superior função de organizar a matéria objeto de observação, porém não apresenta a mesma rigidez científica.”:

Esse tipo de análise, nas ciências humanas, restringe-se à função de dar inteligibilidade ao objeto, iluminá-lo através de conceitos, dar compreensão orgânica ao complexo mundo da vida humana. Em razão dessa versatilidade e flexibilidade, não deve o leitor exigir de um paradigma o encaixe de todas as variáveis, dependentes, independentes ou intervenientes, na explicação de um tema de estudo. (CERVO, 2003, p. 6-7).<sup>18</sup>

<sup>16</sup> **Geopolítica e *Realpolitik*** – Pode-se argumentar que a geopolítica tem um alto componente de *Realpolitik*, porém a *Realpolitik* pode ser empregada com referência exclusiva à política interna e de forma desvinculada à geopolítica.

<sup>17</sup> **No original** – “*Realpolitik* held that it was the first act of statecraft to identify the contending social, economic, and ideological forces struggling for supremacy within the state. The second act of statecraft was to attempt to achieve some equilibrium and balance among these forces so that they would not hinder the development of the nation-state. To be successful, the statesman had to understand both the historical circumstances in which he operated and the conditions of modernity in an era of rapid economic, political, and intellectual development.”

<sup>18</sup> **Paradigma** – Thomas Kuhn (2017) determinou que, “Para ser aceita como um paradigma, uma teoria precisa parecer melhor do que suas competidoras, mas não precisa — e, na verdade, nunca o faz — explicar todos os fatos com os quais ela se defronta.” (HUNTINGTON, 2010, p. 34-46). E é justamente esse o principal desafio do paradigma: dar conta do maior número possível de acontecimentos cruciais e fornecer “[...] uma melhor compreensão de tendências do que outros paradigmas num nível equivalente de abstração intelectual.” (HUNTINGTON, 2010, p. 34-46).



A análise paradigmática que aplicamos à ideia de uma Grande Estratégia pela Alemanha corresponde ao modelo analítico proposto, e se dá através da operacionalização de conceitos pela via da observação empírica. O paradigma comporta uma cosmovisão e a análise paradigmática converge, enfim, para dois tipos de efeitos: cognitivo e operacional. Neste trabalho, dar-se-á prioridade ao segundo, qual seja, “[...] a avaliação do desempenho dos dirigentes e da sociedade organizada de um determinado período histórico” (CERVO, 2003, p. 7). Para este estudo, trata-se especialmente do século XIX, quando, pela primeira vez na história, um sistema de escala global estendeu-se sobre o planeta a partir de valores, princípios e interesses europeus.

Originalmente proposto pelo político liberal alemão August Ludwig von Rochau, um “idealista cético”, no livro *Fundamentos da Realpolitik (Grundsätze der Realpolitik)*, publicado em dois volumes em 1853 e 1868), o conceito, assim como a geopolítica,<sup>19</sup> já foi objeto de conotações negativas ao longo da história. Isso se deve, principalmente, à ignorância que perpassa as suas origens até a adesão, de forma frequentemente errática, partidária e pejorativa, ao discurso político anglo-americano a partir de meados de 1890. Ao mesmo tempo, os acadêmicos de Ciência Política e Relações Internacionais, tirando notáveis exceções, permanecem desinteressados pelas origens históricas do termo e seu significado, utilizando-o de forma indiscriminada. Assim, mostra-se relevante agregar ao “[...] exercício de redescobrimto” da *Realpolitik* proposto por John Bew (2016, p. 1-18).

Para esse empreendimento, John Bew (2016), professor de História e Política Externa na King's College London, utilizou-se dos predicados da Escola de Cambridge de história intelectual, em especial a noção de que ideias políticas, bem como o discurso político associado a elas, devem ser entendidas no contexto histórico da era em que foram utilizadas – sendo, portanto, produtos do tempo e do espaço.

Bew (2016), porém, partilha da ideia de que havia uma tendência inerente ao militarismo e agressão na Alemanha do século XIX. A sua crítica ao Sistema Bismarckiano recupera, em boa medida, as críticas do historiador alemão Hans-Ulrich Wehler (1976; 1985), que produziu uma edição atualizada da obra de Rochau em 1972. O que esses autores falham em reconhecer é que os dirigentes prussianos dotavam de uma visão de mundo (*Weltanschauung*, em alemão)

---

<sup>19</sup> **Geopolítica ao final do século XIX** – Como lembra Chapman (2011), muito embora a geopolítica fosse uma disciplina legítima incorporada à pesquisa acadêmica na Alemanha, França, Estados Unidos e outros países importantes desde a virada do século XIX para o século XX, sua posterior associação com a Alemanha nazista resultou em seu descrédito após a Segunda Guerra Mundial.

estratégica, ao passo que seus sucessores possuíam uma visão de mundo insustentavelmente expansionista. Esta é a diferença crucial da *Realpolitik* para *Weltpolitik* e *Machtpolitik*.

Mesmo assim, fica claro tanto em Rochau (1859; 1868) como em Bew (2016) que a unificação alemã evoluiu, ao longo do século XIX, para uma questão de Defesa Nacional – e que eventualmente precisaria ser feita a “sangue e ferro” por uma potência superior. As origens liberais da *Realpolitik*, por certo, ajudam a quebrar certos estereótipos, porém eventuais paradoxos dificilmente deixarão de existir, já que refletem justamente uma tensão natural e permanente entre *Idealpolitik* e *Realpolitik* na formulação da Estratégia Nacional:

É significativo que Rochau tenha usado uma citação do filósofo e estadista inglês Sir Francis Bacon na página de rosto de *Fundamentos da Realpolitik*. O que isso revela é que Rochau não estava simplesmente direcionando seu livro para seus colegas liberais, mas também para os governantes da Alemanha. Nessa citação, Bacon – ele mesmo um estudante de Maquiavel – critica a chamada sabedoria dos príncipes que se baseavam em ‘conquistas espetaculosas agregadas à aversão à riscos e impopularidades ao seu redor’ (medidas de curto prazo e reativas), em vez de ‘percursos sólidos e bem fundamentos que os permitissem apenas administrar à distância’ (o que pode ser chamado de **Grande Estratégia**). (BEW, 2016, p. 35, tradução nossa, grifo nosso).<sup>20</sup>

É necessário reconhecer, desde logo, que a tradição da teoria realista clássica, enquanto paradigma que explica política de poder através de referências às capacidades materiais do Estado como ator essencial em um sistema anárquico (WALTZ, 1979; 2001), “[...] contém muito conteúdo descritivo sobre *Realpolitik* [...]”, como admitiu até mesmo o acadêmico construtivista alemão naturalizado norte-americano Alexander Wendt (1999, p. 263). Isto é, a atuação política baseada em um cálculo pragmático e racional entre meios e fins. Para fins deste estudo, portanto, buscar-se-á tratar o comportamento realista de política de poder, sempre que possível, como *Realpolitik*.

Os realistas clássicos – Maquiavel (2006), principalmente – forneceram tanto uma análise empírica quanto normativa da política e, conseqüentemente, das RI. Para esse paradigma, “[...] o relacionamento entre os Estados é de anarquia e, por conseguinte, para assegurar sua sobrevivência e segurança, os Estados invariavelmente tentam maximizar seu

---

<sup>20</sup> **No original** – “It was significant that Rochau used a quote from the English philosopher-statesman Sir Francis Bacon on the title page of *Foundations of Realpolitik*. What it reveals is that Rochau was not simply directing his book to his fellow liberals but also to Germany’s existing rulers. In that quote, Bacon—himself a student of Machiavelli—criticizes the so-called wisdom of princes who relied on “fine deliveries and shifting of dangers and mischiefs when they are near” (short-term and reactive measures), rather “than solid and grounded courses to keep them aloof” (what might be called grand strategy).”

poder. [...] Esse quadro ‘realista’ do mundo é um ponto de partida muito útil [...], já que “os Estados são e continuarão sendo as entidades predominantes nos assuntos internacionais.” (HUNTINGTON, 2010. p. 41).

“O realismo sustenta que os princípios morais universais não podem ser aplicados às ações dos Estados em sua formulação universal abstrata, mas que devem ser filtrados por meio das circunstâncias concretas do tempo e do local”, escreveu Hans Morgenthau (2003, p. 20, publicado originalmente em 1948), a quem a *Realpolitik* ficaria mais associada nos Estados Unidos (BEW, 2016). Assumir o SI como anárquico, todavia, não significa menosprezar as fortes hierarquia e assimetrias com relação às capacidades de poder e influência entre os diferentes atores que o compõem, assim como adotar uma teoria não significa, necessariamente, validá-la – mas sim operacionalizá-la.

Henry Kissinger é também frequentemente referenciado como um proponente da *Realpolitik*, seja na sua produção acadêmica ou na sua atuação como Secretário de Estado dos Estados Unidos (1973-1977).<sup>21</sup> A noção histórica de *Realpolitik* aqui desenhada, contudo, não está necessariamente associada a ele por diversos motivos, em especial o menosprezo à importância da relação entre a guerra e a revolução como motores da história moderna (HALLIDAY, 1999b).

Dentro do paradigma realista, a guerra é o principal instrumento de redistribuição de poder no SI. O estudo da guerra, em especial a guerra limitada, será utilizado para estabelecer conclusões acerca da política internacional, tendo em vista que é altamente prudente que a análise da política externa recorra aos Estudos Estratégicos, campo multidisciplinar que busca estudar como atores do SI utilizam meios militares para alcançar objetivos de Estado (Grande Estratégia).

Da mesma forma, a infraestrutura logística que perpassa a busca alemã por uma Grande Estratégia no século XIX se aproxima dos requisitos do realismo clássico, colocando, lado a lado, dois componentes de conduta da *Realpolitik*: a construção de meios de pagamento e sua utilização para fazer valer vantagens comparativas nos campos da ciência, da tecnologia e da indústria.

---

<sup>21</sup> **Henry Kissinger** – O diplomata Henry Kissinger compõe um quadro de influentes acadêmicos germânicos que emigraram da Europa aos Estados Unidos no contexto das guerras mundiais do século XX, como foi o caso também de Hans Morgenthau (1904-1980), Karl Deutsch (1912-1992) e Stanley Hoffmann (1928-2015). Eles teriam um impacto significativo sobre o desenvolvimento da academia especializada norte-americana. O realismo americano, em larga medida, encontra suas origens na *Realpolitik* alemã (BEW, 2016). Posteriormente, Kissinger retornou à Alemanha durante o Plano Marshall para auxiliar na reconstrução do país.

Esse elo é fundamental para explicar a construção do Exército Nacional alemão pós-1789 e 1848. Como identificou o historiador Paulo Visentini (2017, p. 91), o impacto das revoluções na ordem mundial representa uma ausência nos estudos de S&D, assim como “[...] a dimensão histórica é amplamente secundária nos estudos de defesa e na análise das relações internacionais contemporâneas, e necessita ser resgatada.”

Em virtude do que foi exposto, o desenho da pesquisa está mais próximo da vertente representada por Otto von Bismarck, “o revolucionário branco” (KISSINGER, 1968; GALL, 1997), que foi capaz, tanto em termos de política externa como interna, de cooptar forças sociais emergentes e antecipar as demandas de liberais e socialistas para unificar a nação alemã e construir um Estado de Bem-Estar Social, como reconhece também John Bew (2016). Tem-se como missão subjacente, entretanto, evitar a incursão no culto ao “bismarckismo” (TAYLOR, 1967) nos moldes daquele surgido no século XX, bem como no culto ao indivíduo na história (KENNEDY, 2014), favorecendo uma abordagem holística.<sup>22</sup>

### 1.3 DESENHO DE PESQUISA

A atitude desta tese é pragmática. Em uma pesquisa ampla – fator que, sabe-se, pode se voltar contra o autor –, faz-se necessário deixar claro logo no início o que ela não é e aquilo que não pretende. O que difere um trabalho histórico de um trabalho que tão somente coleta fatos históricos é a generalização, como nos lembra E.H. Carr (2021, publicado originalmente em 1945). Este é um trabalho sobre Grande Estratégia da Alemanha – e não é, portanto, sobre Grande Estratégia, sobre Alemanha ou sobre as guerras pela unificação.

A “busca” nada mais é do que a própria tese – uma tentativa sem pretensão de esgotar o tema, de extrair conclusões definitivas de estudos de caso ou de uma teoria. A sua validade repousa na produção de percepções para outros pesquisadores e no estabelecimento de elementos para um programa de pesquisa sobre a Grande Estratégia alemã que será levado adiante.

---

<sup>22</sup> **Heinrich von Treitschke e Friedrich Meinecke** – No século XIX, tanto Heinrich von Treitschke como Friedrich Meinecke fizeram uso da *Realpolitik*, de diferentes maneiras, para descrever a política externa bismarckiana. Treitschke (1914; 1916a; 1916b), talvez o maior ideólogo da Corte em Berlim, recuperou em Rochau a importância da Questão Nacional mesmo em um contexto liberal. Com a sua morte em 1869, foi sucedido por Meinecke (1915; 1965; 1970) como editor do *Historische Zeitschrift*, o periódico histórico mais importante da época, e a sua influência sobre a *Realpolitik* superaria as contribuições tanto de Rochau como de Treitschke. Defendia a abordagem realista e a superação do idealismo no pensamento estratégico alemão por meio de três figura-chave: Hegel, Ranke e, principalmente, Bismarck (BEW, 2016).

O trabalho almeja contribuir com os estudos inaugurados pela linha de pesquisa em Grande Estratégia do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NERINT/UFRGS), núcleo pioneiro na área e que hoje compõe o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) da universidade;<sup>23</sup> e aos marcos do Centro de Estudos Europeus e Alemães da UFRGS e da PUC-RS, o primeiro centro deste tipo a ser inaugurado no Hemisfério Sul, em 2017.<sup>24</sup>

O estudo buscará analisar a Grande Estratégia alemã pelo método de abordagem hipotético-dedutivo. Na tipologia de Stephen Van Evera (1997), ela pode ser classificada como uma tese *histórico explicativa*, que utiliza diferentes teorias para explicar as causas, padrões e consequências de casos históricos, fazendo uso da ferramenta de análise e rastreamento de processos.

Em termos metodológicos, ainda segundo a abordagem oferecida por Van Evera (1997), a causa de um processo é denominada de Variável Independente (VI) do estudo, que em nosso caso é a territorialização do capitalismo suscitada pela Revolução Industrial, tema que conecta a guerra e a infraestrutura. Seu resultado mais visível é denominado de Variável Dependente (VD) – neste trabalho, a Alemanha unificada, isto é, a formação do Estado soberano territorial. Entre as duas, há uma Variável Interveniente – aqui, o papel da Grande Estratégia da alemã. Ao final, a fim de relacioná-las, proceder-se-á a três casos selecionados, os quais são considerados suficientes para testar a hipótese elaborada nas duas primeiras imagens do trabalho, na forma de rupturas ao caminho perseguido até 1890. Eles estão associados às políticas que levaram, respectivamente, às guerras mundiais e à posterior divisão da Alemanha.

A Grande Estratégia é o fio condutor do método, porém a mesma ainda não pode ser considerada um programa de pesquisa científico consolidado (BALZACQ; DOMBROWSKI; REICH, 2019b; ONOFRE, 2020). Propõe-se, assim, a operacionalização do conceito de Grande

---

<sup>23</sup> **NERINT** – O Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais foi o primeiro centro voltado exclusivamente ao estudo e à pesquisa em Relações Internacionais na Região Sul do Brasil. Estabelecido em 1999 junto ao Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA) da UFRGS, entre 2014 e 2018 esteve associado ao Curso de Relações Internacionais da universidade. Atualmente está subordinado à reitoria da UFRGS através do CEGOV. Seu objetivo sempre foi o estudo crítico e inovador das transformações do sistema mundial pós-Guerra Fria. Paralelamente, tem buscado contribuir para a retomada da discussão de um projeto nacional para o Brasil no plano da análise das opções estratégicas para a inserção internacional autônoma do país, a partir da perspectiva do mundo em desenvolvimento.

<sup>24</sup> **CDEA** – O Centro de Estudos Europeus e Alemães é um centro científico de ensino, pesquisa e informação, fomentado pelo DAAD (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico) com verba do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, sediado na PUC-RS e na UFRGS. Tem como objetivo fomentar uma nova geração de cientistas e pesquisadores brasileiros em estudos interdisciplinares sobre temas atuais da Europa e Alemanha úteis ao contexto brasileiro e latino-americano.

Estratégia à luz do estudo de caso alemão. Adicionalmente, valer-se-á, na transição da segunda para a terceira imagem, do Programa Clausewitziano de Pesquisa Científica como elemento explicativo adicional para a função cumprida pelas guerras limitadas (DINIZ, 2002; DINIZ.; PROENÇA JÚNIOR, 2014; CORBETT, 2015; DUARTE; MENDES, 2015).<sup>25</sup> Assim, buscamos operacionalizar uma abordagem teórica progressiva, com a adoção de um paradigma central (realista) e a transição para um programa de pesquisa (clausewitziano) acessório de observação.<sup>26</sup>

Carl von Clausewitz constitui-se num clássico que, em grande medida, se mantém atual devido ao fato de ter formulado uma cosmovisão da guerra (PARET, 2001; SHY, 2001; ECHEVARRIA II, 2007; SOUCHON, 2020). Ao mesmo tempo, a atemporalidade do pensamento clausewitziano reforça a noção do núcleo industrial como “chave de país” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 633-637), procurando elucidar o aparente paradoxo do Estado Nacional, em um primeiro momento, revelar-se mais eficiente para a territorialização do capitalismo demandada pela indústria.

A partir de Clausewitz, os conflitos bélicos foram efetivamente elevados “[...] para o domínio dos ‘estudos superiores’, merecedores de uma atenção multidisciplinar e eclética”. Todavia, os teoremas de Clausewitz e o sentido de sua obra ainda são estranhos a muitos germanistas, como Max Hastings (2014) e até mesmo Christopher Clark (2014; 2018), “[...] para quem a noção moralizante de que toda guerra é uma ‘marcha da insensatez’, conforme o título da consagrada autora Barbara Tuchman (1912-198) tudo resume e tudo explica” (TEIXEIRA DA SILVA; SCHURSTER, 2018, p. 7-19).<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> **Programa Clausewitziano de Pesquisa Científica** – Alguns dos progressos mais significativos no âmbito do Programa Clausewitziano de Pesquisa Científica são atribuídos a Julian Corbett (1911 e 2015, este último publicado originalmente em 1914). Segundo Duarte e Mendes (2015, p. 142), “Corbett foi quem organizou mais claramente o pensamento de Clausewitz em teorias dos fins, meios e métodos, através do qual ele reconheceu e definiu as distinções dos meios de uso da força no mar e na terra.”

<sup>26</sup> **Análise crítica em Clausewitz** – Para este fim, operacionalizaremos tão somente a primeira das três partes da análise crítica em Clausewitz, qual seja, “[...] a análise dos fins em que se define o tipo de guerra que se estuda – limitado ou ilimitado – e sua necessidade/utilidade [...]” (DUARTE; MENDES, 2015, p. 141), limitada a três campanhas específicas onde houve emprego de forças para um resultado estratégico a ser analisado: a Guerra dos Ducados (1864), a Guerra Austro-Prussiana (1866) e a Guerra Franco-Prussiana (1870).

<sup>27</sup> **Clausewitz e a *Realpolitik*** – “A visão de Clausewitz sobre o recurso à guerra parece um tanto imparcial, um cálculo pragmático que tem pouco tempo para algumas das restrições mais sutis à política externa, como o direito internacional e doméstico, a opinião pública e o apelo popular à paz. Embora reconheça os riscos e custos da guerra, ele parece pronto para enfrentá-los. O que se encontra entre Clausewitz e muitos de seus críticos é, em última análise, a doutrina do realismo: a guerra é um meio comum e necessário de perseguir a política estatal, os Estados devem estar prontos para empreender a guerra em busca de seus interesses e a guerra, uma vez iniciada, precisa ser perseguida de forma empresarial. Clausewitz renuncia a doutrina positivista do século XIX que trata as decisões sobre guerra e paz como prerrogativas de um soberano sob nenhuma autoridade superior. Se ele tem

Em vista disso, o programa metodológico de pesquisa tem como objetivo satisfazer três critérios fundamentais:

- a) tratar de um tópico relevante e significativo do mundo real e político;
- b) contribuir, direta ou indiretamente, para uma literatura acadêmica específica;
- c) e construir um modelo próprio de pesquisa, capaz de operacionalizar conceitos e elementos e de dialogar com correntes complementares de Ciência Política e Relações Internacionais, assim como valer-se dos repositórios assimilados nos Estudos Estratégicos para a análise da situação internacional.

O individualismo metodológico, neste sentido, permite a proposição de uma teoria de médio alcance enquanto modelo analítico. Valoriza-se, sobretudo, a autonomia intelectual para dedicar-se mais sobre o conteúdo dos processos históricos e das relações exteriores da Alemanha do que de tendências passageiras de teoria e método. Considera-se necessário, portanto, resistir à suposição de que uma ou outra tradição de pesquisa é inerentemente superior para propor e resolver problemas de pesquisa, sustentando-se a necessidade de reconhecer e delinear relações entre conceitos, observações e histórias originalmente construídas em diferentes perspectivas analíticas (SIL; KATZENSTEIN, 2010).

Este estudo, portanto, argumenta que o paradigma realista clássico (e conseqüentemente a *Realpolitik*) explica o comportamento internacional da Alemanha e a sua busca por uma Grande Estratégia no século XIX. No que diz respeito às fontes, utilizar-se-ão dados qualitativos e quantitativos para o período de estudo preposto. Isso inclui fontes primárias – fontes de arquivo, dados e séries estatísticas – e, em maioria, fontes secundárias encontradas no Brasil, na Alemanha e no Reino Unido ao longo dos últimos seis anos.

Estatísticas são um componente importante do trabalho, pois reforçam o elemento holístico que perpassa a Grande Estratégia e organizam o conhecimento histórico. A compilação sistemática de estatísticas na Alemanha iniciou, justamente, na primeira metade do século XIX, quando o Estado alemão transformou efetivamente essa forma de conhecimento. Escritórios foram estabelecidos na Prússia em 1805, na Bavária em 1806, em Viena em 1810 e em Württemberg em 1826. O moderno sistema de estatísticas emergiria ainda mais tarde, a partir da unificação na década de 1870,<sup>28</sup> sendo o controle da balança e dos meios de pagamento um dos

---

algo a oferecer ao pensamento de guerra, não é na questão da justificação, mas no dever de prudência, na obrigação dos Estados de aplicarem a razão em suas decisões.” (SMITH, 2004, p. 109).

<sup>28</sup> **Escritório Imperial de Estatísticas** – Em 1872 foi fundado o Escritório Imperial de Estatísticas (*Kaiserliches Statistisches Amt*, KSA), e somente a partir de 1879 todos os bens e produtos que atravessavam as fronteiras do

seus quatro elementos fundantes.<sup>29</sup> Somente após a Guerra Fria, contudo, que esse tipo de análise passaria a atrair a atenção de cientistas políticos e historiadores. Logo, em aproximadamente um século, o estado desse conhecimento empírico foi radicalmente transformado (TOOZE, 2003).

O resultado disso é uma série de referências divergentes e estimativas para o período anterior à profissionalização do processo de sistematização de dados, o que tornou a pesquisa mais desafiadora. Nesse sentido, encontrou-se enfim no trabalho do estatístico irlandês Michael George Mulhall (1892) – uma das fontes de Eric Hobsbawm – a referência mais fidedigna.<sup>30</sup> Ele também operacionaliza dados coletados por outros trabalhos estatísticos do período. Posteriormente, a obra de Mulhall seria atualizada por Augustus Duncan Webb (1911). Os principais pontos de interesse do trabalho de Mulhall para o estudo, que até hoje não possui tradução para o português, foram sistematizados e traduzidos após as referências bibliográficas.

Ao priorizarmos a pesquisa tanto qualitativa como quantitativa, corrobora-se a ideia de que a diferença entre ambos os métodos é de estilo e técnica tão somente, não sendo uma pesquisa qualitativa de ciências sociais menos eficaz ou científica que a sua contraparte quantitativa. Se quisermos entender o mundo social (e, conseqüentemente, as relações internacionais) em acelerada mutação, precisaremos incluir tanto informações que podem como não podem ser facilmente quantificadas (KING; KEOHANE; VERBA, 1994).

O presente estudo organiza-se em três partes, seguindo uma progressão temporal clara, mas nem sempre linear. A primeira parte oferece um panorama da Grande Estratégia alemã perseguida a partir das guerras napoleônicas e do início da reforma do Estado-Maior e do Exército Nacional na Prússia, culminando nas três guerras pela unificação e no Tratado de Frankfurt de 1871, que estabeleceu a unificação da Alemanha pelo Sistema Bismarckiano, na segunda parte. Tendo em vista a tendência de redução na extensão dos trabalhos acadêmicos, as duas primeiras partes da tese, antes concebida sob o Plano Francês, compõem o núcleo central da pesquisa. Já a terceira parte se dedica às posteriores rupturas ao padrão previamente identificado por meio de três breves casos selecionados. Ao final de cada parte são oferecidas considerações finais, e ao final do estudo uma conclusão geral que propõe agendas futuras de pesquisa.

---

Império Alemão passaram a ser sistematicamente registrados, classificados e valorados (TOOZE, 2003, p. 5-40). O atual escritório federal (*Statistisches Bundesamt*, em alemão, abreviado *Destatis*) foi criado em 1953.

<sup>29</sup> **Elementos estatísticos** – Os quatro elementos são, consoante Tooze (2003): balança de pagamentos, desemprego, preços e produto interno bruto (PIB) – a estimativa deste último só seria oficialmente divulgada a partir de 1929.

<sup>30</sup> **Michael George Mulhall** – O estatístico imigrou para a Argentina em 1858, onde fundou o jornal *Buenos Aires Standard*. Fluente em alemão e espanhol, visitou o Rio Grande do Sul a convite da colônia britânica em 1871. Publicou, em 1873, o livro *O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs* (1974).



## 2 MATRIZES DE UMA GRANDE ESTRATÉGIA ALEMÃ

Esta primeira parte do trabalho buscará oferecer um panorama da busca histórica da Alemanha por uma Grande Estratégia, culminando no Tratado de Frankfurt de 1871, que estabeleceu o Império Alemão<sup>1</sup> pelo Sistema Bismarckiano. A história da *Realpolitik* adquire contornos importantes para este esforço. As duplas revoluções que impactaram o século XIX (político-sociais, em 1789 e 1848, e industriais, a partir de 1760), bem como as campanhas napoleônicas, importam como antecedente histórico pela influência sobre a transformação político-estratégica e militar alemã e a consequente unificação.

A unificação da Alemanha no século XIX foi marcada por vários projetos em disputa, sendo o vitorioso o da Pequena Alemanha (*Kleindeutschland*), em oposição à ideia de Grande Alemanha (*Großdeutschland*), uma “Grande Solução Alemã” (*Großdeutsche Lösung*) que absorveria o Império Austro-Húngaro. Já na década de 1830 este projeto é iniciado com uma união aduaneira de 39 Estados (o *Deutscher Zollverein*) e prossegue com a tentativa malograda de união decorrente das revoluções de 1848. Somente ao final da década de 1860 que as pretensões prussianas se concretizariam, quando, por meio de três guerras limitadas, unificaria os Estados alemães, isolando a Áustria.

Temos no caso alemão que a sistematização dos condicionantes geopolíticos e securitários do Reino da Prússia no século XIX, sob a direção do Imperador Guilherme I (1797-1888), do chanceler Otto von Bismarck (1815-1898) e do chefe de Estado-Maior Helmuth von Moltke (1800-1891), prefiguram uma Grande Estratégia para a unificação e inserção estratégica da Alemanha. Essa “trindade” de lideranças controlava um competente generalato composto por figuras de importância histórica como Ludwig von Gerlach, Albrecht von Roon (1803-1879), Friedrich Karl (1828-1885) e Karl von Steinmetz (1796-1877), entre outros. No entanto, o enfoque da tese se debruça, principalmente, nos papéis do Imperador, do chanceler e do chefe de Estado-Maior.

---

<sup>1</sup> **Império** – O conceito de Império, definido por Paulo Vinentini no *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita* (2000), “[...] refere-se tanto à existência de uma mega-autoridade dentro de um espaço político interno quanto à expansão territorial externa, e possui como inspiração básica o modelo romano de mesmo nome. [...] O Tratado de Westfália, ao consagrar em 1648 um sistema de Estados como agentes básicos das relações internacionais, pôs termo às condições históricas nas quais os Impérios haviam existido. [...] Assim, os Impérios constituíram um fenômeno ligado a uma época histórica específica”, estando o Império Alemão, assim como o Império Britânico e as demais potências imperiais do século XIX, vinculados “a outra realidade, a do imperialismo.”

## 2.1 CONTEXTO SISTÊMICO E EQUILÍBRIO DE PODER<sup>2</sup>

Alemanha? Mas onde ela fica? Não sei encontrar o país.  
Onde começa o que se ensina encerra-se o que é político.  
– Friedrich Schiller<sup>3</sup>

Para compreendermos as continuidades e rupturas do que consideramos uma Grande Estratégia alemã liderada pela Prússia, fez-se necessário retomar uma perspectiva histórica das orientações político-estratégicas adotadas durante o século XIX. Existem muitas Alemanhas dentro do que chamamos hoje de Alemanha. E não nos referimos apenas às divisões recentes entre Leste e Oeste – políticas, heranças da Guerra Fria – e Norte e Sul – econômicas, oriundas do processo de desenvolvimento –, cujos reflexos sociais se revelam ainda muito atuais.

A frase em epígrafe de Friedrich Schiller (1759-1805) – e invariavelmente atribuída a Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) – é uma favorita entre germanistas pois resgatada o impasse existencial alemão: “Alemanha? Mas onde ela fica? Não sei encontrar o país. Onde começa o que se ensina encerra-se o que é político.”. O verdadeiro significado da passagem resgata o elemento político como aquele onde habita o diálogo, a interlocução.

Ao destacarmos os principais antecedentes políticos da unificação dessa complexa ideia chamada Alemanha, é forçoso reconhecer que ela se deu, acima de tudo, pelo Reino da Prússia. Logo, temos que a Grande Estratégia da Alemanha no século XIX, em sua essência, nada mais era que uma estratégia prussiana que iria aglutinar os demais estados da Confederação Germânica. Essa dualidade entre Prússia e Alemanha/Áustria é um dos fios condutores da Grande Estratégia a ser explorada.

Isso não significa dizer, contudo, que a história da Alemanha se resume à história da Prússia – muito pelo contrário. A história da Alemanha é a história de uma miríade de reinos, dinastias, credos, dialetos e costumes. Este trabalho, porém, não é sobre a história da Alemanha.

---

<sup>2</sup> **Equilíbrio de Poder** – Aqui, importa aferir os impactos desses processos históricos sobre a formação do equilíbrio internacional e o papel da Alemanha nele –ou seja, os padrões de hierarquia (polaridade) e de amizades e alianças (polarização) entre as potências do SI. Seguindo a tipologia construída por Raymond Aron (2002b), o equilíbrio internacional aproxima-se de um dos três tipos puros: unipolar, bipolar ou multipolar. O equilíbrio unipolar ocorre quando um único Estado, em função de seus recursos de poder, ou da coalizão sobre a qual exerce seu domínio ou hegemonia, é capaz de arbitrar os conflitos internacionais. O equilíbrio bipolar, por sua vez, ocorre quando duas potências (ou coalizões de Estados) rivalizam entre si, sem conseguir clara vantagem (econômica, políticas ou militar) sobre a outra e quando, de seu processo de entendimento bilateral, resulta a ordem internacional. O equilíbrio multipolar, por fim, é estabelecido quando três ou mais potências precisam entrar em entendimento para arbitrar conflitos internacionais.

<sup>3</sup> **No original** – “Deutschland? Aber wo liegt es? Ich weiß das Land nicht zu finden. Wo das gelehrte beginnt, hört das politische auf.”. Tradução de Sibebe Paulino.

E para o seu propósito – a busca histórica alemã por uma Grande Estratégia –, o papel do Reino da Prússia na construção e persecução de uma Grande Estratégia alemã é fundamental.

Há 170 anos, em 18 de janeiro de 1701, o primeiro rei da Prússia, Frederico I da dinastia Hohenzollern, era coroado. A Prússia adquiriria escala e escopo apenas no fim do século XIX, porém a sua condição geopolítica periférica, praticamente exclusiva ao Leste Europeu báltico, a conferiu algo raro: tempo e oportunidade para crescer e se reforçar sem suscitar grandes rivalidades com o seu entorno, até de fato adentrar no grande tabuleiro das grandes potências.

A criação do Reino da Prússia (1701-1918) é uma consequência direta da Paz de Westfália (*Westfälischer Friede*, em alemão) de 1648.<sup>4</sup> Os preceitos básicos de ordem mundial como conhecemos hoje foram concebidos na Europa Ocidental no século XVII, com a assinatura dos tratados que deram por encerrada a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). A relevância do sistema westfaliano, consoante Kissinger (2015, p. 365), “[...] decorre da sua natureza procedimental, bem como da sua neutralidade em termos de valores, tornando suas regras e princípios acessíveis a qualquer país”.

Os princípios formulados nessa conferência de paz, quase quatro séculos atrás, consagraram as características que marcam o mundo contemporâneo: “um sistema de Estados independentes que renunciavam à interferência nos assuntos internos uns dos outros e limitavam as respectivas ambições por meio de um equilíbrio geral de poder” (KISSINGER, 2015, p. 11). Os princípios traçados na Paz de Westfália, portanto, consagraram o Estado como o ator principal da política internacional, como reconheceu Leo Gross (1968, p. 54-55):

A ideia de uma autoridade ou organização acima dos Estados soberanos deixou de existir. O que veio tomar seu lugar foi a ideia de que todos os Estados compunham um sistema político mundial, ou, pelo menos, de que os Estados da Europa Ocidental formavam um único sistema político. Esse novo sistema fundamentou-se no direito internacional e no equilíbrio de poder – um direito exercido entre os Estados, e não acima deles, e um poder atuante entre os Estados, e não acima deles.

---

<sup>4</sup> **Alemanha pré-1648** – A história do que chamamos de “Alemanha” pré-1648, de Armínio, Carlos Magno e Henrique I da Germânia, remonta à época do Império Romano e sua queda, quando as tribos germânicas se fundiram a várias elites de reinos bárbaros, como o caso do Reino dos Francos, antecessor do Estado francês. O território da Europa Central, onde hoje se localiza a moderna Alemanha, foi povoado por uma miríade de povos germânicos, sobretudo, os teutos, que, no contexto da formação do feudalismo, entre os séculos V e XI, constituíram vários ducados e principados, impossibilitando a unificação de um Estado moderno junto aos vizinhos europeus. Ademais, a Europa Central, do século XI ao XVII, ficou sob tutela do Sacro Império Romano-Germânico, dos Habsburgo e da Igreja Católica, enfraquecendo a autonomia política da região e qualquer projeto estatal. A situação pioraria de 1517 a 1648, quando foi palco de conflitos religiosos e políticos, justamente contra o domínio Habsburgo e católico, empobrecendo os ducados e principados alemães e, novamente, mantendo a região aquém do desenvolvimento moderno.

Os Tratados de Westfália representaram, assim, o estabelecimento de um novo sistema internacional de governo. Esse “direito das nações” (*Le Droit des Gens*, em francês), como chamou o jurista prussiano de influência grotiana Emer de Vattel (1714-1767), contudo, se desenvolveu em um instrumento de controle de poder por parte das potências hegemônicas do sistema, estando, na prática, mais próximo das abordagens realista e materialista do que da égide idealista kantiana.<sup>5</sup>

Após a Paz de Westfália, a Europa Central ficou esmagada entre dois gigantes: ao Sul, a Monarquia Habsburgo (que se tornaria, mais tarde, o Império Austro-Húngaro), de doutrina cristã católica; e ao Norte, a Prússia, de doutrina cristã protestante. No meio de ambas, havia uma verdadeira colcha de retalhos que ora ficava sob influência prussiana, ora sob influência austríaca.

A expansão territorial que tornou a Prússia a maior potência ao Norte da Alemanha se deve a três “*Fritz*”: Frederico Guilherme (“o Grande Eleitor”), Frederico Guilherme I (“o Rei-Soldado”) e Frederico II (“o Grande”). As conquistas do Grande Eleitor foram normativas, no âmbito dos tratados de Westfália (1648) e Olivas (1660): o primeiro garantiu a Pomerânia Oriental aos príncipes eleitores de Brandeburgo e outros territórios no Ocidente como as dioceses de Minden, Halberstadt, Cammin e o condado de Hohenstein, além de ter recebido o direito à arquidiocese de Magdeburgo; e o segundo garantiu ao Grande Eleitor a soberania feudal sobre a Prússia e a possibilidade de coroar o seu filho o primeiro rei da Prússia (GESTRICH, 2014).

Na esteira da Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714), a Prússia, agora liderada pelo Rei-Soldado, anexou a Pomerânia Anterior, Estetino, Usedom, Wollin e Obergeldern. Foi ele o responsável também pela construção do poder militar prussiano: “Quando o seu reinado terminou, a Prússia possuía um exército com a melhor formação e o melhor equipamento existentes na época, sem que, contudo, ele próprio o tivesse alguma vez utilizado para fins bélicos.” (GESTRICH, 2014, p. 209).

---

<sup>5</sup> **Immanuel Kant** – O prussiano de Königsberg publicou, em 1795, uma de suas obras mais famosas e maduras, *À paz perpétua*, onde esboçou artigos preliminares para o estabelecimento da paz entre os Estados no SI. Considerado uma das principais figuras históricas do paradigma idealista (ou liberal, no mundo anglo-saxão) das Relações Internacionais – ao lado de nomes como o filósofo e estadista romano Cícero e o filósofo e teólogo espanhol Francisco de Vitoria –, seu trabalho levantou a questão de como organizar as nações em uma ampla federação de estados para evitar a guerra, lançando as bases filosóficas para a criação de organizações internacionais como a Liga das Nações, as Nações Unidas e a própria União Europeia. Se o filósofo prusso-alemão do século XVIII estivesse vivo, no entanto, ele provavelmente ficaria consternado com as maneiras que a história encontrou para se escrever, com a proliferação de guerras e conflitos como vetores da evolução do moderno SI.

O alargamento à custa da guerra ficou a cargo do seu filho.<sup>6</sup> A herança da Grande Estratégia em Frederico, o Grande, não importa somente pelo desenvolvimento e pela ascendência sobre os demais estados confederados, mas porque os seus planos logísticos e de infraestrutura eram dotados de planejamento estratégico e de emprego de força.

Frederico, o Grande, logo percebeu a importância da infraestrutura e da logística para o Reino da Prússia, pois tinha o hábito incomum de manter, por iniciativa própria, contas incrivelmente precisas do custo de seus exércitos (MCNEILL, 1982). A seu pedido, após o fim da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), um levantamento calculou que apenas 1% do orçamento prussiano havia sido gasto em armas, pólvora e chumbo durante o conflito, enquanto doze vezes mais havia sido necessário para manter o exército em comida, forragem e transporte (REHFELD, 1944, p. 30), evidenciando o elemento logístico.

Por esse e outros motivos, não se faz possível associar plenamente a noção de uma Grande Estratégia para o período, ainda que o legado de Frederico, o Grande, seja importante para a construção futura do conceito na Prússia. Uma visão bastante crítica pode ser encontrada em Showalter (1990, p. 65, tradução nossa):

É geralmente admitido que os militares alemães eram capazes de motivar soldados, vencer batalhas e orquestrar campanhas. Mas no plano da Grande Estratégia, envolvendo o desenvolvimento e a focalização dos recursos do Estado para o uso ótimo da força como fator na política do Estado, os alemães [ainda] pareciam como crianças [...]. O “gênio da guerra” Frederico, o Grande, levou a Prússia à beira da destruição em 1763 [ano de encerramento da Guerra dos Sete Anos].<sup>7</sup>

Por se tratar de um reino agriculturalmente pouco fértil, além de extenso e esparsamente povoado, os nobres prussianos (*Junkers*) precisaram, mais por necessidade do que por

---

<sup>6</sup> **Silésia** – Andreas Gestrich (2014, p. 209) julga que Frederico, o Grande, teria violado o direito das nações de Vattel (hoje conhecido como direito internacional) ao ocupar militarmente e anexar a rica província austríaca da Silésia em 1740. Além disso, considera que as suas pretensões à herança de Carlos VI, Arquiduque da Áustria falecido em 1740 – direito de sucessão invocado pelo monarca prussiano para legitimar a anexação da Silésia – careciam de bases jurídicas, configurando, portanto, uma violação do direito imperial. Porém, “[...] a noção de que um Estado pode ser regulado ou controlado pelas leis era falha. Era irracional exigir que o poder fosse subordinado à lei. O poder obedecia apenas a um poder maior.” (BEW, 2016, p. 33). A Silésia se tornou o símbolo da disputa por recursos naturais ao Leste, tendo a Alemanha herdado a posição geoestratégica de Estado hegemônico após o colapso da união polaco-lituana. Tanto Frederico quanto Bismarck enxergavam a necessidade de construir um estado de mar a mar – o poder naval a serviço da expansão terrestre, de crescimento territorial contíguo. A política bismarckiana seria baseada na continuidade dessa experiência histórica.

<sup>7</sup> **No original** – “It is generally conceded that the German military could motivate soldiers, win battles, and orchestrate campaigns. But at the plane of grand strategy, involving the development and focusing of state resources for the optimal use of force as a factor in state politics, the Germans appear as children: »hopeless sergeants«, »a corps of postmen«. Frederick the Great's »genius for war« brought Prussia to the brink of destruction by 1763.”

progressismo, de políticas públicas que visassem a integração de migrantes de outros países, muitos deles franceses e dos enclaves germânicos ao Leste. Aceitava-se todo mundo desde que pagassem impostos, prestassem serviço militar e respeitassem a lei, independentemente do credo.

A Prússia de Frederico, o Grande, assim como a maioria dos demais territórios dos alemães durante o século XVIII, também implementou profundas reformas modernizantes e “progressistas” como a igualdade perante a lei, a modernização da agricultura, do ensino e da manufatura, e a abolição da servidão e da tortura, sob a égide iluminista que conferiu ao período a forma de governança que ficou conhecida como absolutismo esclarecido ou absolutismo reformista (ANDERSON, 2004; GESTRICH, 2014).

As reformas na agricultura, contudo, foram inspiradas no iluminismo fisiocrata da época, importado especialmente da França, cujo economista François Quesnay era o principal expoente. Essa vertente filosófica, geralmente considerada como “a primeira escola científica” da Economia, exagerava a importância da terra e da agricultura para o desenvolvimento nacional, menosprezando o papel da indústria – noção que haveria de ser revertida no século seguinte.

Mas não foi apenas na agricultura que o iluminismo francês influenciou a Prússia-Alemanha. É a Revolução Francesa de 1789 e as Guerras Napoleônicas que a seguiram que fundamentam a correlação entre a revolução e a guerra como fatores que irão impactar o equilíbrio internacional vigente, sendo a unificação da Alemanha uma das suas consequências de longo prazo. Logo, o fundamento de uma revolução como mecanismo de mudança fundamental nas relações entre o Estado e a sociedade tem suas origens no movimento iluminista do final do século XVIII. Nesse ponto, importa analisar a seguir, a inter-relação da revolução – a industrial e a social – com a guerra.

Mesmo o “século da paz”, como fora conhecido o século XIX, foi fortemente marcado pela guerra (Tabela 1). Da mesma forma, o sucedâneo da guerra não aparenta ser o advento da paz restauradora, mas sim um processo evolutivo marcado por revoluções e/ou competição militar, guerra limitada e guerra local,<sup>8</sup> com progressivo aumento de intensidade:

---

<sup>8</sup> **Guerra local** – “[...] é uma guerra confinada geograficamente. Entretanto, sua magnitude permanece em aberto. Trata-se de uma noção de Clausewitz apropriada pelos chineses<sup>10</sup>. O conceito chinês de “guerra local” é uma tipificação envolvendo duas modalidades: a guerra local e a guerra popular. A diferença essencial entre ambas é que na guerra local não há a quebra na cadeia de comando e controle, qualquer que seja sua intensidade. A tipologia chinesa dialoga com o modelo clausewitziano, atualizando-o.” (MARTINS, 2008, p. 11).

**Tabela 1 - Crescimento da Intensidade da Guerra Desde 1600**

	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>
Guerra dos Cem Anos	19.000	1,5	1	0,24
Guerras de Luís XIV Sucessão Espanhola	40.000	1,75	7	0,77
Guerras de Frederico Sucessão Austríaca Guerra dos Sete Anos	47.000	3,33	12	0,82 1,40
Guerras da Rev. Fra. Primeira Coalizão Segunda Coalizão	45.000	–	12	3,0 4,4
Guerras Napoleônicas Terceira Coalizão Guerra de 1809 Guerra de 1812	84.000	3,5	37	7,0 11,0 5,2
Guerra Civil Americana	54.000	3,0	18	1,0
Guerra Franco-Prussiana*	70.000	3,3	12	9,0
Guerra Russo-Japonesa	110.000	3,75	3	1,0

Nota: Dados de cada coluna: **I**. Efetivo médio de um exército em combate; **II**. Números de canhões por mil combatentes; **III**. Número de batalhas nas quais o efetivo do conjunto dos exércitos oponentes totalizou mais de cem mil homens; **IV**. Número médio de batalhas por mês.

Fonte: Palmer (2001, p. 146, tradução nossa).

As guerras anglo-francesas de 1756-1815 e a Revolução Industrial ofereceram o contexto para a Revolução Francesa de 1789 e as Guerras Napoleônicas que a seguiram. Tanto as guerras que envolveram a Revolução Francesa como as Guerras Napoleônicas, neste sentido, são consideradas aqui guerras hegemônicas, ou seja, eventos que alteraram a polaridade e o equilíbrio internacional vigente (Quadro 1).

A Revolução Industrial (inglesa), concomitantemente com a revolução democrático-burguesa (francesa), constituíram, assim, dois polos de uma “dupla revolução” cujos elementos eram ao mesmo tempo complementares e antagônicos. Ao revolucionarem os seus países – economicamente no caso britânico e politicamente no caso francês –, Grã-Bretanha e França deram forma a um antagonismo que dominaria o cenário internacional até o Congresso de Viena de 1815 e que refletiria para além das duas nações, com efeitos diretos sobre a construção político-estratégicos da Alemanha.

Ambos os processos históricos revelariam contradições que explicam as mudanças que viriam a ocorrer nesse período. A Revolução Industrial, contudo, não impactaria apenas as relações sociais e econômicas vigentes, mas também o modo de fazer a guerra, por meio do ferro, do carvão e, principalmente, do vapor de alta pressão – três elementos fundamentais dos novos processos que marcariam o período.

**Quadro 1 - Revoluções Industriais e Guerras Hegemônicas**

<b>Revoluções Industriais</b>	<b>Períodos de Guerras Hegemônicas</b>	<b>Tipos de Estado</b>
<b>Mercantilismo</b> Velame e canhão de bronze	<b>1º Período de Guerras Hegemônicas (1568-1648)</b> Guerra dos 80 Anos (inclui Guerra dos Trinta Anos)	Estado Soberano Territorial
<b>Primeira Revolução Industrial (1771-1905)</b> Carvão e vapor	<b>2º Período de Guerras Hegemônicas (1756-1815)</b> Guerra dos Sete Anos (1756-1763), Revolução Americana (1775-1783), Guerras da Revolução Francesa (1789-1802) e Guerras Napoleônicas (1803-1815)	Estado Patrimonial Capitalista
<b>Segunda Revolução Industrial (1875-1968)</b> Eletricidade e aço	<b>3º Período de Guerras Hegemônicas 1914-1945</b> Guerras Mundiais e Entreguerras	Estado Industrial e Monopolista

Fonte: Elaboração de José Miguel Quedi Martins,<sup>9</sup> com adaptações.

Da mesma forma, pode-se operacionalizar a cosmovisão de William S. Lind acerca das “Quatro Gerações da Guerra” e aplicá-la ao estudo de caso a que se propõe no trabalho. Esta trata do modo de fazer a guerra desde a concepção do SI e do monopólio da guerra pelo Estado. Dividindo-se em quatro “gerações”, essa cosmovisão serve para identificar, justamente, os impactos das Revoluções Industriais. A primeira geração diz respeito às táticas de linha e coluna, baseadas no mosquete de alma lisa (imprecisos e de baixo alcance) e nas massas humanas rigidamente coordenadas (LIND *et al.*, 1989, p. 3; LIND, 2005, p. 12).

A segunda geração corresponde às táticas de fogo e movimento – resposta ao vertiginoso aumento do poder de fogo trazido pelos fuzis (de alma raiada), canhões de retrocarga, ao fogo

<sup>9</sup> **Elaborado de** – SALLES, Alexsandro de Souza. **Consórcio Público**: instrumento de capacidade estatal. 2019 Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciência Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019; HAHN, Maria da Graça. **Tribunal Sul-Americano**: uma concepção cibernética de integração. 2006. 286 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006; MAZOCCO, Francielle; PEIXOTO, Thaís; NARDIN, Vinícius dos Santos. Desestabilização Política e Guerras Híbridas no Oriente Médio. **Relações Internacionais para Educadores** – RIPE, v. 7, 2020.



indireto de artilharia e, posteriormente, à metralhadora. Essa geração retinha a ênfase na massa, mas, desta feita, o poder de fogo prevalecia às massas humanas. Aqui, a tecnologia assumia um papel central, tanto qualitativo – no advento dos já referidos fuzis e artilharia pesada – quanto quantitativo, ou seja, na capacidade de mobilização de uma economia industrializada em lutar uma guerra de material e atrito. Em outras palavras, a segunda geração corresponde à maturidade da Revolução Industrial e à sua aplicação nas Guerras da Unificação Alemã (LIND *et al.*, 1989, p. 3-4; LIND, 2005, p. 12-13).

Lind (2005) ainda delinearía outras duas gerações. A terceira diz respeito à guerra de manobra advinda da difusão da Segunda Revolução Industrial. Trata-se da utilização do motor a explosão nos tanques e aviões e na coordenação destes pelo rádio para suceder um ataque veloz capaz de causar o colapso do inimigo de sua retaguarda para a frente. Em sua quarta geração, entretanto, é que Lind (2005) muda completamente os indicadores e trata do modo de fazer a guerra de forma ontologicamente diferente.

No lugar de elucidar elementos da Terceira Revolução Industrial, tratou de projetar uma suposta decadência do Estado enquanto ator principal da guerra. Para estes efeitos cumpre delinear a unificação da Alemanha como um caso de planejamento e intenção na entronização das Revoluções Industriais não somente na guerra, mas em todas as esferas da vida social, ou seja, enquanto revolução de fato (LIND *et al.*, 1989, p. 4, 8-9; LIND, 2005, p. 13-14).

### 2.1.1 Guerra e revolução<sup>10</sup>

Se o “breve século XX”, para Eric Hobsbawm<sup>11</sup> (1995), começaria, de fato, apenas em 1914, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, argumenta-se que “o longo século XIX”<sup>12</sup> começa alguns anos antes de 1801, com a eclosão da Revolução Francesa de 1789. A Revolução Francesa ajudou a criar “tipos ideais” de organização política, incluindo modelos variados de democracia, governança e cultura política que se encontram hoje no cerne da organização do

<sup>10</sup> **Revoluções e Relações Internacionais** – Trechos desta seção foram extraídos de: THUDIUM, G. HALLIDAY, F. **Revolution and World Politics: The Rise and Fall of the Sixth Great Power**. London: Macmillan, 1999. Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional, v. 10, n. 18, p. 183-189, 2018.

<sup>11</sup> **Eric Hobsbawm** – “Eric Hobsbawm pode ser considerado o historiador mais renomado de todos os tempos, tendo contribuído com uma tetralogia amplamente lida abrangendo os anos de 1789-1989 e um vocabulário que revolucionou o estudo da história moderna: da ‘invenção da tradição’, ‘rebeldes primitivos’, a ‘crise geral’ do século XVII, a ‘revolução dupla’, ao ‘longo século XIX’ e o ‘curto século XX.’” (ROBIN, 2019, não paginado).

<sup>12</sup> **O Longo Século XX** – Giovanni Arrighi (2013) utilizou a mesma expressão para descrever também o século XX, em contraposição à Hobsbawm (1995). Para ele, tanto a Grande Depressão de 1873-1896, o período das Grandes Guerras de 1914-1945 e a crise econômica mundial de 1970 – a *Grande Crise* de Vizontini (1992) – constituem três momentos de um único processo histórico.

SI moderno através de práticas e instituições forjadas pelo Ocidente e implantadas em todos os países que o compõem, incluindo a Alemanha moderna. Seu ideário iria definir o discurso político moderno por dois séculos, conferindo o caráter meta histórico das revoluções (HALLIDAY, 1999b).

O politólogo britânico Fred Halliday (1999a; 1999b) foi quem melhor desenvolveu como as revoluções, assim como a guerra, moldaram o desenvolvimento da política internacional e do SI. Halliday (1999b, p. 21) definiu revoluções como “grandes transformações políticas e sociais, no contexto de uma modernidade contraditória, que envolvem a participação em massa e a aspiração de estabelecer uma sociedade radicalmente diferente.”.

Influenciado pelos estudos inaugurais de Karl Griewank (1955), Barrington Moore (1967) e Theda Skocpol (1979), Halliday (1999b) argumentou que as revoluções não podem ser vistas como uma anomalia, pois acontecem recorrentemente na história – desde a Revolução Americana, que reproduziu a ideia de soberania do povo latente no final do século XVIII, assim como a Revolução Francesa, até a Revolução Russa e as “Revoluções Tardias” do século XX.

Adaptando livremente a categorização oferecida por Martin Wight (1978), se considerarmos 1491-1517, 1760-1815 e 1905-1991 como períodos impactados tanto pela guerra como pela revolução nos 500 anos que antecedem o fim da Guerra Fria, veremos que na maior parte da história do SI as relações entre os Estados não têm sido determinadas pelos fatores “normais” – o direito e os costumes –, mas pelos “anormais”:

**Quadro 2 - Períodos revolucionários na Era Moderna**

<b>Período</b>	<b>Não Revolucionário</b>	<b>Revolucionário</b>	<b>Anos</b>
<b>1491-1517</b>	Não Revolucionário		26
<b>1517-1648</b>		Reforma Protestante e Guerras Religiosas	131
<b>1648-1760</b>	Não Revolucionário		112
<b>1760-1815</b>		Revolução Americana e Revolução Francesa	55
<b>1815-1905</b>	Não Revolucionário		90
<b>1905-1991</b>		Revolução Russa; longa onda revolucionária do século XX	86
<b>Total</b>	228	272	500

Fonte: Adaptado de Wight (1978) e Halliday (1999b, p. 193-198). Elaboração própria.

A história mundial e do SI é, assim, marcada por um ciclo de dissoluções e recomposições, onde cada fase é uma reação à etapa anterior; e nessa linha de continuidade, as revoluções, assim como a guerra, marcam o caminho da história moderna e do desenvolvimento do Estado e da ciência como conhecemos hoje. As revoluções produzem uma ruptura que possibilita a formação de uma nova ordem. Portanto, devem ser percebidas como eventos mundiais, dados os seus impactos, alcance e efeito demonstrativo – o “impacto das ideias”. Ao longo da história moderna, o destino das revoluções esteve sempre interligado ao do SI: as revoluções alteram as relações entre Estados e nações, bem como as normas e maneiras pelas quais Estados e sociedades interagem (HALLIDAY, 1999b).

Nesse prisma, a guerra, segundo Halliday (1999b), possui uma relação tripartite com a revolução. Ela pode servir como um *instrumento* dela, como é o caso das mobilizações de massa e as novas táticas napoleônicas após a Revolução Francesa, ou na forma de uma ofensiva revolucionária que utiliza a guerra como forma de exportar a revolução. Pode, também, servir como um *catalisador* de revoluções: foi a competição e o conflito da França com a Inglaterra que impulsionou a Revolução Francesa. Por fim, a guerra pode ser também uma *consequência* das revoluções, como é o caso das Guerras Napoleônicas.

Essa relação pode ser observada com exatidão ao final do século XVIII, quando a burguesia europeia foi afetada economicamente pela sequência de empreitadas militares – incluindo, por exemplo, o financiamento de guerras do outro lado do Atlântico. Alimentada principalmente pela rivalidade anglo-francesa, gerou alta nos impostos e no custo de vida no país, ao passo que a nobreza e a aristocracia mantiveram seus privilégios.

A convulsão social que se seguiu e a Queda da Bastilha enunciariam, então, princípios de soberania e cidadania inéditos – a politização da questão social, a experiência democrática republicana e a ideia de nação – que marcariam a construção de uma nova ordem a partir de 1789. Na Alemanha, ainda que houvesse admiradores da Revolução – os “jacobinos alemães” –, a radicalização do período soou um alarme. Não por acaso, toda revolução gera uma contrarrevolução sistêmica, e não somente no país que a deu origem.

Com a virada para o século XIX, o processo revolucionário seria então substituído por uma série de guerras e o exército assumiria o corpo responsável pela unificação e pacificação da nação revolucionária, tendo na figura do General Napoleão Bonaparte (1769-1821) a sua mais perfeita expressão (MONDAINI, 2015). A sua política externa e de segurança seria pautada por uma expansão territorial e política que representaria uma ruptura com o sistema de equilíbrio de poder que caracterizara as relações entre os Estados europeus desde o século XVII.

Bonaparte, inspirando seu povo com inteligência político-militar e fervor revolucionário jacobino, tornou-se, em poucos anos, imperador dos franceses e mestre de toda a Europa. Napoleão e sua *Grande Armée* desafiariam, assim, a ordem geopolítica que havia sido inaugurada pelos tratados que puseram fim à Guerra dos Trinta Anos – os Tratados da Paz de Westfália de 1648. Para Robert Gilpin (1981), o fim da Guerra dos Trinta Anos culminaria em uma mudança sistêmica em 1648, assim como o fim das guerras napoleônicas, em 1815, e o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1919.<sup>13</sup>

Desde a França, a transição do Exército Revolucionário, composto por voluntários, para o Exército Nacional, integrado por conscritos, importa para a análise pelo impacto sobre a formação do Exército Nacional alemão. A Lei do Amálgama (21/02/1793), que reuniu os novos batalhões voluntários com o velho batalhão de tropas regulares, parece ter indicado um caminho. Mas foi só através da Lei Jourdan de 5 de setembro de 1798 que se estabeleceu o serviço militar obrigatório. E, dessa forma, o modelo de Exército Nacional que doravante seria seguido pela maioria dos países da Europa e do mundo.

A verdadeira inovação da Revolução Francesa é o Exército Nacional e a mobilização nacional feita com base no recrutamento obrigatório e no direito de o Exército exercer a obtenção de meios por diversas formas, incluindo-se o confisco (ESQUIA, 2021, p. 31). “A grande inovação do Grande Exército napoleônico”, lembra Mondaini (2015, p. 203), “[...] não se deu no plano da tática,” mas sim no campo da estratégia.

Após a Guerra no Egito (1798-1801) a via militar substituiria em definitivo a via revolucionária. Um ainda jovem Carl von Clausewitz (2010) se tornaria um defensor da ideia de que os Estados europeus deveriam assegurar uma assistência mútua em busca de alianças ofensivas e defensivas. E, de fato, várias coligações europeias seriam formadas para barrar a ascensão napoleônica.

A Prússia declarou guerra à França em 1806, porém por meio de uma desacertada política de alianças. Em 14 de outubro daquele ano, os exércitos prussianos foram duplamente derrotados em Jena-Auerstedt, levando ao colapso militar e político do reino. Após Jena, explica Gestrich (2014, p. 221), “a Prússia desceu ao nível de potência média insignificante e entrou em uma profunda crise econômica e estatal, agravada pelo bloqueio continental de Napoleão à

---

<sup>13</sup> **Mudança sistêmica** – Acontece quando há uma mudança no *hegemon* de um sistema que pré-existente. Já uma mudança de sistema ocorre quando o tipo de unidade que compõe o SI é alterado, ao passo que a mudança de interação ocorre há uma alteração no *ethos* de relações (ou polarização): os padrões de amizade e inimizade (GILPIN, 1981).

Inglaterra”. Entre 1805 e 1807 Napoleão imporia derrotas contundentes à Áustria, Prússia e Rússia. Por volta de 1810, Napoleão dominaria praticamente toda a Europa continental com a exceção dos Bálcãs.

Na primavera de 1812, Napoleão reuniu suas forças na Polônia para intimidar o imperador russo com sua *Grande Armée* – aproximadamente 400.000 homens, incluindo contingentes extorquidos da Prússia. Contudo, ao chegar às margens do Dnieper, esse contingente já havia reduzido para cerca de 150.000. A resistência russa, mesmo com a perda de Moscou, e a insuficiência logística com vistas ao suprimento das tropas obrigaram Napoleão a recuar. O insucesso posteriormente atribuído ao “General Inverno” encorajou os povos da Europa a desafiar-lo. Na Alemanha, a notícia desencadeou uma eclosão de manifestações antifrancesas. Os contingentes prussianos sobreviventes desertaram em dezembro e se voltaram contra as tropas napoleônicas.

De acordo com um dos maiores avalizadores das táticas napoleônicas, Carl von Clausewitz (2010, p. 831), o fim máximo da guerra, qual seja, “[...] o esmagamento total do inimigo [...]”, foi vislumbrado na sua forma mais perfeita nas Guerras Napoleônicas. Clausewitz desenvolveu o hábito de fazer anotações detalhadas das movimentações de suas tropas em mapas de campanhas, analisando estratégias marcantes como a da *posição central*, possivelmente a preferida de Bonaparte, que o capacitava a concentrar diferentes forças rapidamente no tempo e no espaço para enfrentar uma ameaça de qualquer direção.

Em 1811, Clausewitz demitiu-se do cargo de assessor do príncipe Augusto da Prússia (1779-1843) como forma de protesto quando Napoleão o forçava a dar passagem para invadir a Rússia. Esteve a serviço do exército russo entre 1812 e 1814 e participou das batalhas de Jena-Auerstedt, Borodino, Ligny e Wavre, tendo sido prisioneiro em Jena.

Após acumularem reverses nas campanhas de Lützen e Bautzen, a Campanha Alemã de 1813 culminaria na Batalha de Leipzig (também conhecida como a Batalha das Nações), quando Áustria e Prússia, sob o comando do *Generalissimo* Karl von Schwarzenberg e do *Generalfeldmarschall* Gebhard Leberecht von Blücher, respectivamente, se juntariam à Rússia para retribuir uma derrota semi-definitiva à Napoleão. Em março de 1814, com a assinatura do Tratado de Chaumont, Áustria, Rússia, Prússia e Grã-Bretanha firmaram uma união de 20 anos, até 1844, comprometendo-se a não negociar separadamente e a continuar a guerra até que Napoleão fosse derrubado.

Após retornar do exílio em Elba, Napoleão foi finalmente derrotado pelas forças aliadas na Batalha de Waterloo, no dia 18 de junho de 1815. O papel da Prússia foi decisivo: Napoleão

estava próximo da vitória quando reforços prussianos, liderados por Blücher, chegaram para apoiar as forças britânicas. A reformulação militar iniciada na Prússia após Jena-Auerstedt, como decorrência das campanhas napoleônicas, lançou as bases necessárias para que os estados alemães tomassem a vanguarda em muitos setores da industrialização da guerra no século XIX, avançando as capacidades estatais e logísticas do território que em 1871 estaria unificado. As reformas faziam parte do amplo movimento reformista prussiano, de cunho também administrativo, da era Stein-Hardenberg.

A grande contribuição desse processo reformista para a unificação da Alemanha, por parte dos dirigentes militares prussianos, seria a adoção de um modelo nacional, qual seja, o do Exército Nacional:

Foram o apelo nacional e o serviço militar obrigatório que sustentaram a vitoriosa guerra de libertação “alemã” contra as tropas napoleônicas, a chamada *Befreiungskampf*, contra os franceses. Quanto mais o Estado dinástico se tornasse “nacional”, quer dizer, alemão em vez de prussiano, maiores seriam as suas chances de sobreviver na Europa como uma grande potência. (TEIXEIRA DA SILVA, 2009, p. 224).

Liderada pelos generais Gerhard von Scharnhorst (1755-1813) e August Neidhardt von Gneisenau (1760-1831), a reforma contou com a ativa participação de Clausewitz, na época com 26 anos de idade. Indiretamente, Clausewitz pode ser entendido como o grande artífice de Waterloo. Seja pelo papel que teve na transformação militar prussiana, seja pela atuação no teatro de guerra, ao se despir do uniforme russo e se juntar aos contingentes prussianos:

Depois de ter sido, afinal, readmitido no exército prussiano, ele foi designado para a chefia do estado-maior do Terceiro Corpo, durante os Cem Dias, nos quais, pelo aferramento do corpo de Grouchy na batalha de Wavre, impediu-se que ele reforçasse Napoleão em Waterloo. (PARET, 2001, p. 269).

Sob a influência de Lazare Carnot, Napoleão revolucionou a logística e o treinamento militar, dois pontos cruciais para a estratégia alemã que se busca traçar. Teve enorme influência sobre o pensamento de Scharnhorst, Clausewitz e, conseqüentemente, Bismarck e Moltke. Após as guerras napoleônicas a Prússia enfim deixaria o status de periferia europeia e traçaria uma série de objetivos estratégicos de médio e longo prazo, sendo o primeiro deles a conquista de território da Áustria; e o segundo o avanço sobre estados defasados da Confederação Germânica. Para tanto, os prussianos iriam se aproveitar da rivalidade entre França e Grã-

Bretanha e da perda de foco dos franceses, que seriam novamente envolvidos em intervenções para fora do continente, como no México entre 1838-1839 e novamente entre 1861-1867.

### 2.1.2 Um mundo restaurado?

As convulsões iniciadas em Paris em 1789 foram “postas a julgamento” no Congresso de Viena de 1815, onde um grande pacto continental determinou o novo equilíbrio de poder pós-napoleônico pelo “Concerto da Europa”: Prússia, Áustria, Rússia, França e Grã-Bretanha. O Congresso de Viena foi arquitetado sob a liderança diplomática do príncipe e chanceler austríaco Klemens von Metternich (1773-1859), o responsável, segundo a tese de Kissinger (1957), pela “restauração” mundial de 1815.<sup>14</sup>

Mais relevante ainda que a Quíntupla Aliança de Viena era o Pacto de Garantia, assinado em 20 de novembro de 1815:

Por ele, as quatro potências vencedoras – Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia – comprometiam-se com o *status quo* territorial [...]. Em especial, tornavam-se intangíveis as *barrières* montadas contra a França: o reino dos Países Baixos, englobando a Bélgica, e o Reino do Piemonte, bem como a Baviera reconstruída. Ao mesmo tempo, sob proposição austríaca, os signatários são chamados para reuniões periódicas de avaliação do cenário mundial. Eis, então, a “**Quádrupla Aliança**” – o verdadeiro braço armado do Congresso de Viena. [...] Um “Pacto de Garantia” de tamanho alcance levará 130 anos para acontecer, com as conferências de Ialta e Potsdam, em 1945 [...]. (TEIXEIRA DA SILVA, 2020, p. 161-162, grifo nosso).

No Congresso de Viena de 1815 foi formalmente instituída a noção de grande potência no SI. Leopold von Ranke (1795-1886), o historiador oficial da corte em Berlim e possivelmente a figura mais influente na profissionalização do método histórico no século XIX, as definiu de forma controvertida no texto *As Grandes Potências*,<sup>15</sup> publicado originalmente em 1833: “se fosse possível estabelecer como definição de uma grande potência que ela deve ser capaz de se manter contra todas as outras, mesmo quando unidas, então Frederico elevou a Prússia a essa posição” (RANKE, 2011, p. 43).

<sup>14</sup> **Sistema Metternich** – “No plano internacional, a diplomacia dos congressos – cúpulas periódicas dos cinco grandes – de análise da situação internacional e o direito de intervenção militar permanente nos assuntos dos pequenos Estados; no plano interno, a censura, repressão e o controle policial. Tal conjunto de medidas será denominado ‘Sistema Metternich’. [...] A Prússia, sob a égide de Wittgenstein, ministro da Polícia, alinhava-se, enfim, na mesma direção reacionária.” (TEIXEIRA DA SILVA, 2020, p. 154-166).

<sup>15</sup> **As Grandes Potências** – O ensaio foi compilado junto à outras obras do historiador no livro *The Theory and Practice of History*, editado por Georg G. Iggers (1926-2017) e Konrad von Moltke (1941-2005) em 1973 e republicado em 2011 com novas traduções de Wilma A. Iggers.

A abordagem rankeana era baseada na primazia da política externa: “[...] as relações exteriores eram o fator supremo na vida política e o teste final de uma nação” (BEW, 2016, p. 73). Posteriormente, a sua obra seria revisitada criticamente por Eckhart Kehr. Ranke, assim como os entusiastas do Sistema Metternich Friedrich Gentz e Friedrich Ancillon, considerava que “a liberdade e a tranquilidade da Alemanha dependiam da cooperação entre a Prússia e a Áustria-Hungria” (TEIXEIRA DA SILVA, 2020, p. 159). Na esteira de Viena, a Santa Aliança entre Áustria, Prússia e Rússia foi estabelecida. Em 1819, os estados da Confederação Germânica seriam coagidos por Metternich a assinarem os Decretos de Karlsbad, com o intuito de conter ameaças liberais/nacionalistas.<sup>16</sup>

O Congresso de Viena foi um grande ponto de virada para o desenvolvimento prussiano, quando a coalizão anti-França concedeu a Renânia e o Ruhr à Prússia, garantindo-lhe espaço e recursos ao desenvolvimento. Foi possível, igualmente, manter uma fronteira militarizada para servir de contrapeso às ambições francesas. Viena também estabeleceu a nova Confederação Germânica, composta por 39 estados – uma associação política formada, acima de tudo, sob a égide da defesa mútua. Como é comum na história europeia, a guerra e a defesa serviriam como elemento aglutinador da associação e, posteriormente, da integração.

A vanguarda inglesa durante o “século da paz”, a *Pax Britannica*, seria de prosperidade científico-industrial entre 1815 e 1914. A hegemonia britânica no século XIX se dava principalmente por meio do domínio dos mares e de uma diplomacia que combinava projeção de força com acordos de livre-comércio. A Grã-Bretanha se beneficiou amplamente da vanguarda adquirida na Revolução Industrial para se projetar também na dianteira da transição de uma sociedade ainda em boa medida feudal para uma economia de livre comércio voltada para a maquinaria, os meios de pagamento e o consumo de bens, especialmente por meio da expansão territorial colonialista.<sup>17</sup>

Todavia, a Guerra da Crimeia (1853-1856) mostraria também uma outra realidade: a de uma bipolaridade anglo-russa, quando a potência marítima se chocaria com o poder terrestre simbolizado pela Rússia. A conflagração indicaria a fragilidade do sistema vigente (FULBROOK, 2016), porém o seu fim só seria promulgado com as guerras pela unificação da

---

<sup>16</sup> **Leopold von Ranke** – Sobre o complexo sistema teórico para o estudo das relações internacionais desenvolvido por Ranke, ver: TEIXEIRA DA SILVA, F. **O concerto das nações**. Recife: Edupe, 2020.

<sup>17</sup> **Hegemonias da História Mundial Contemporânea (1776-1991)** – Os Estados Unidos se tornariam os sucessores da hegemonia britânica no século XX muito em função da sua posição geopolítica insular, que propiciou um distanciamento das duas Grandes Guerras, e da sua projeção marítima – herdando, assim, o status de Império Marítimo da Inglaterra.



Alemanha e da Itália, encerrando o “[...] sistema de equilíbrio de poder e estabelecendo uma política de poder” (VIDIGAL, 2019, p. 287).

Ao mesmo tempo, as convulsões de 1848 na Europa trariam, novamente, uma “sexta potência” para a equação de Viena – a revolução (HALLIDAY, 1999b). Embora não tenha adquirido êxito revolucionário, 1848 foi um elo entre o segundo e o terceiro dos períodos de Martin Wight (Quadro 1). Exatamente 200 anos após os tratados de Westfália, o exemplo revolucionário contra as monarquias europeias chegou na Alemanha, assim como no final do século anterior.

As revoluções de 1848 romperam com o consenso de Viena e, assim como a criação do *Zollverein*, em 1834, acabariam minando a Confederação Germânica. Todavia, a queda mais ilustre ocorreu na Áustria: Metternich, o arquiteto do Congresso de Viena, paradoxalmente apelidado de o “doutor das revoluções”, renunciou ao posto de chanceler.

A Primavera dos Povos, como também ficaram conhecidas, expandiu o domínio do liberalismo clássico sobre o pensamento político, econômico e social em diversos países europeus, especialmente a Inglaterra, potência hegemônica do período. Não por acaso, “o período compreendido entre meados da década de 1840 e 1873 (ano que assinalou o início da Grande Depressão na Europa) ficou conhecido como a era do capitalismo de livre concorrência.” Na Alemanha, porém, “[...] a ideologia liberal clássica nunca chegou a criar raízes profundas” (HUNT; SHERMAN, 2013, p. 63-122).

Frederico Guilherme IV parecia ter conseguido aglutinar os diferentes interesses interalemães em torno da bandeira da unificação. Uma Assembleia Nacional alemã foi realizada em Frankfurt entre maio de 1848 e junho de 1849. A *Frankfurter Nationalversammlung* formulou uma proposta de constituição para a Alemanha em 1849 que previa a manutenção de uma monarquia hereditária juntamente com a adoção do sufrágio universal e do parlamentarismo como sistema de governo. Os estados alemães compartilhariam de um sistema monetário unificado, mas manteriam a sua autonomia.

Porém, a diplomacia de interesses de russos e, principalmente, austríacos (que haviam proclamado uma constituição própria no mesmo ano) convenceu o rei Frederico Guilherme IV a não aceitar a ideia de uma união dos principados alemães – especialmente porque a coroa não estava sendo oferecida pelos príncipes, mas por uma assembleia constituinte. Com a recusa do monarca e sem o apoio da Prússia e da Áustria, a Assembleia Nacional fracassou. A Constituição da Prússia seria formalmente adotada em 31 de janeiro de 1850 e teria um

conteúdo distante do ideário liberal irrompido em 1848, instaurando uma crise constitucional que perduraria durante toda a década.

O conservadorismo e o pragmatismo alemão falavam mais alto. Quando a rebelião tcheca foi sufocada em 1848, por exemplo, muitos na Assembleia de Frankfurt ficaram aliviados, “[...] pois acima de qualquer senso de fraternidade internacional restava uma preocupação geopolítica sobre a viabilidade de um estado alemão que era muito vulnerável em ambos os seus flancos.” (BEW, 2016, p. 64). Como explicou o historiador Brendan Simms (1998, p. 190-194), cada nova ameaça à fronteira do Reno no Oeste e aos interesses alemães no Leste “[...] combinaram-se para acelerar a formação de uma teimosa e nacionalista *Realpolitik*.”

Assim terminou o último ímpeto revolucionário no Ocidente tal qual conhecemos desde então. O caso de 1848, entretanto, não deixa de ser paradigmático. Conforme Halliday (1999b, p. 138-193), 1848 teve seu próprio impacto transnacional de médio e longo prazo: “[...] nenhuma das convulsões sociais da época obteve sucesso no sentido de derrubar os regimes existentes, mas, nas décadas subsequentes [...] trouxe a democratização à Alemanha e Grã-Bretanha, levando à unificação.”

Ao mesmo tempo, o contexto das revoluções estava inextricavelmente ligado à emergência da *Realpolitik* e uma quebra com o Sistema Metternich, que vigorou de 1815 a 1848. Carr (1969, p. 58-61) observou como, depois de 1848, “A era da *Realpolitik* [...] se instalou”. Liberais, radicais e até socialistas “[...] começaram a pensar em termos do que era praticamente possível, e não do que era idealmente desejável.” (BEW, 2016).

Na Alemanha, o mês de fevereiro de 1848 se tornaria emblemático também pela publicação do *Manifesto Comunista* por Karl Marx e Friedrich Engels, escrito inicialmente apenas em língua alemã. Ainda que cético do seu sucesso, Marx, que residia em Londres, esteve na Alemanha para apoiar a revolução liberal, buscando “[...] libertar-se da pressão exercida sobre ele e seus iguais” – os intelectuais alemães, sobre os quais ele também não poupava críticas, como visto em *Os Anais Franco Alemães (Deutsch-Französische Jahrbücher)*, publicados em 1844). Para Marx, essa libertação só seria possível pela revolução, e “[...] na busca da possibilidade da revolução, Marx encontra o proletariado.” (ROSENBERG, 1989, p. 41).

Marx, em especial, baseou sua análise em uma teoria da história que ficaria conhecida como o materialismo histórico. No *Manifesto Comunista* (1848), sustentavam que o proletariado deveria primeiro adquirir supremacia política e tornar-se a classe dirigente de um país, ou seja, tornar-se nacional. Marx não só apoiava as revoluções como também a proposta

abrangente de uma constitucional alemã. Basta lembrar que, nas *Exigências do Partido Comunista na Alemanha* (1848), constava a “[...] transformação da Alemanha numa ‘república una e indivisível’” ao lado de reivindicações como o sufrágio universal dos adultos e o acesso gratuito à justiça e à educação.

A conhecida passagem “os operários não têm pátria”, neste sentido, é colocada em contexto por Rosenberg (1989, p. 49): “[...] para a situação política da época, a nação existe e deve ser valorizada. A pátria não pode ser abolida pelo fato de que os operários proclamem ‘não ter pátria’, mas somente com o desenvolvimento econômico e social, que unirá paulatinamente a Europa [...]”. Ludwig von Rochau (1859; 1868) nunca citou Marx diretamente, mas muitas das suas ideias podem ser encontradas em *Fundamentos da Realpolitik*, assim como noções do desenvolvimento orgânico da sociedade e do Estado e o determinismo das circunstâncias históricas e nacionais encontradas em Burke (2017).

Posteriormente ao insucesso de 1848, Marx também apoiaria a ideia de uma unificação alemã pelo alto pela via prussiana de Bismarck. Alguns escritos de Marx à luz do insucesso de 1848 se mostram mais realistas que o próprio chanceler.<sup>18</sup> Os *Junkers* liderados por Bismarck acreditavam que a Alemanha unificada, por si só, seria capaz de competir com o centro capitalista mundial: a Inglaterra. Marx foi além: sabia desde 1848 que a Alemanha precisaria da França – sozinhas, nenhuma das duas seriam capazes de fazer a revolução de 1848.

A Inglaterra, que já era o centro da contrarrevolução mundial desde a Revolução Francesa – haja vista as *Reflexões sobre a Revolução na França* em Edmund Burke (2017, publicado originalmente em 1790) –, passa a ser também o centro da reação mundial aos ímpetus revolucionários no continente europeu na metade do século XIX.

De muitas maneiras, a perspectiva internacionalista de Marx e Engels não era diferente da dos liberais revolucionários da primeira metade do século XIX: o capitalismo estava transformando sociedades, mas também erodindo barreiras entre elas. O desenvolvimento dessa abordagem característica do internacionalismo pode ser analisado em termos da influência de três movimentos sobre o marxismo: o socialismo utópico francês em Henri Saint-Simon (1760-1825), o idealismo alemão em Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e a economia política inglesa em David Ricardo (1772-1823).

---

<sup>18</sup> **Karl Marx e as revoluções de 1848** – As visões de Marx (e Engels) acerca do período – que compreende também a Primeira Guerra do Eslévico (1848-1852), que antecede a Guerra dos Ducados de 1864 na Dinamarca –, além da *Gazeta Renana* e dos *Anais Franco Alemães*, podem ser encontradas em: ENGELS, F. **Revolution and Counter-Revolution in Germany**. London: Swan Sonnenschein, 1896.

Inspirado em Marx, Halliday (1999b) sustentaria posteriormente que a Revolução Francesa de 1789 constituiu uma rejeição dos Tratados de Westfália de 1648, enquanto o Congresso de Viena de 1815 constituiu uma reação aos eventos de 1789, que por sua vez foi desafiado pelas revoluções de 1848. O mundo do século XVIII, nesta visão, não poderia ser restaurado: uma realidade fundamentalmente diferente já havia emergido com a revolução.

## 2.2 ENGENHEIROS DA UNIFICAÇÃO: IMPACTOS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E DA INFRAESTRUTURA SOBRE A ARTE DA GUERRA NA ALEMANHA

Foi o melhor dos tempos, foi o pior dos tempos.  
 [...] Tínhamos tudo diante de nós, não havia nada antes de nós.  
 – **Charles Dickens**

Assim como a guerra, duas revoluções distintas e concomitantes impactaram, a médio e curto prazo, respectivamente, o processo de unificação alemão e a busca por uma Grande Estratégia: chegamos até as revoluções de 1848 – a primeira – no último capítulo, e a revolução industrial – a segunda –, será abordada a seguir sob a ótica da industrialização<sup>19</sup> e seus impactos sobre a infraestrutura logística. Aqui, importa essencialmente analisar os impactos da segunda fase da Primeira Revolução Industrial:

A Revolução Industrial, que teve início no final do século XVIII na Inglaterra, só teve repercussões importantes na arte da guerra na segunda metade do século XIX. As mudanças nos meios de comunicação (as ferrovias e o telégrafo elétrico), o desenvolvimento das armas (tanto dos canhões como dos fuzis, que passaram a adotar a alma raiada e o carregamento pela culatra), além da evolução dos projéteis (do projeto sólido até o projétil com alto explosivo) iriam causar uma transformação revolucionária na tática e estratégia militares. [...] As novas armas permitiram o combate a maiores distâncias e determinaram mudanças na tática da infantaria, da artilharia e da cavalaria. Os novos meios de comunicação asseguraram o emprego de maiores efetivos, que podiam ser distribuídos por áreas de grande extensão. (VIDIGAL, 2019, p. 262).

A segunda fase da industrialização começaria na segunda metade do século XIX e aceleraria significativamente com a perspectiva de fundação do império. A Alemanha da segunda metade do século XIX destacou-se pela indústria química e pela integração vertical (cadeias de insumo-produto) e horizontal (grandes conglomerados e cartéis). Logo, a Alemanha

---

<sup>19</sup> **Industrialização** – O tema da industrialização, do ponto de vista histórico, é largamente abordado na literatura especializada, diferentemente da ideia de “infraestrutura da guerra” que buscamos elencar. Por exemplo, a obra recente de Tilly e Kopsidis (2020): TILLY, R.; KOPSIDIS, M. **From old regime to industrial state: a history of German industrialization from the eighteen century to World War I**. Chicago: Chicago University Press, 2020.

já rivalizaria os mercados mundiais junto às demais potências (Grã-Bretanha, França e Estados Unidos). Conforme resume Paul Kennedy (1989, p. 188),

[...] o meio século que se seguiu à batalha de Waterloo caracterizou-se por um firme crescimento de uma economia internacional, pelos aumentos produtivos em grande escala provocados pelo desenvolvimento industrial e modificações técnicas, pela relativa estabilidade do sistema de grandes potências e a ocorrência de guerras apenas localizadas e de curta duração.

Porém, longe de representarem processos desassociados, as revoluções industriais continuam umas nas outras. Os elementos de importância de cada uma perseguem, alterando apenas o grau de importância à medida que novos elementos os substituem. Pode-se argumentar, então, que os impactos das revoluções industriais – assim como as sociais – nunca, de fato, terminaram. Da mesma forma, são também os problemas advindos das modernas sociedades industriais indicadores importantes da polaridade no SI (ARON, 2002b).

O período histórico no qual a unificação alemã está inserida, especialmente as duas décadas de transição que a precederam, pode ser entendido como um ponto de inflexão da história, quando “[...] a humanidade vivenciou as contrações que precederam o nascimento da sociedade atual”, conforme escreveu André Martin (2019, p. 221):

Vista numa perspectiva de longa duração, a década de 1860 aparece como grande divisor de águas da história universal. É possível mesmo admitir-se que o mundo, tal qual o conhecemos, foi esboçado ao longo dela, e que a sociedade de hoje e a de 1870 guardam mais semelhanças entre si do que a dessa década em relação à vigente vinte anos atrás.

Argumenta-se que o mundo de hoje passa por quatro processos transitórios diferentes e concomitantes, porém similares em certa medida aos do século XIX, que impactam uns aos outros: a transição tecnológica, a transição demográfica, a transição climática e a transição energética (THUDIUM, 2021a). O grau de aceleração das mudanças em curso é tão significativo que corrobora a asserção de Martin (2019) sobre as sociedades de hoje e a de 1860-1870 guardarem mais semelhanças entre si do que a década vigente em relação há vinte anos.

Isso porque o mundo da década de 1860 também experimentou a sua própria transição tecnológica com o advento da grande indústria: dos trens e ferrovias, do telégrafo, da eletricidade, dos derivados de petróleo como nova fonte de energia e da substituição do ferro pelo aço como material industrial (VIDEIRA, 2005).

As décadas de 1850 e 1860, portanto, foram históricas para a engenharia mundial, “[...] e conseqüentemente os engenheiros adquiriram enorme prestígio social. Por seu intermédio, uma sucessão de redes de transporte e comunicação disseminou-se pelo globo terrestre, gerando a sensação de encolhimento do espaço e de aceleração do tempo [...]” (MARTIN, 2019, p. 222-223).

Se o principal vetor da Primeira Revolução Industrial foi o vapor de alta pressão, o da segunda seria o motor<sup>20</sup> – e poucos povos dominariam a engenharia e a energia mecânica como os alemães.<sup>21</sup> Cidades como Berlim, Hamburgo, Essen e Stuttgart, rapidamente, se tornariam *hubs* de produção mecanizada e da transição tecnológica. Berlim, particularmente, havia se tornado “[...] uma cidade imperial, simbolizando de muitas maneiras a nova era urbana na Europa.” (SHOWALTER, 1994, p. 65).

A transição tecnológica, por si só, altera de modo significativo os padrões produtivos e organizacionais, trazendo consigo transformações para o campo militar com a horizontalização relativa das capacidades bélicas, impactando diretamente as três esferas do planejamento de guerra: a estratégica, a operacional e a tática.

As inovações ocorridas no período, somadas à invenção do motor de combustão interna no início da década de 1870, lançaram as bases para uma transformação militar que se projetaria para o século XX. E a Alemanha, “a terra dos poetas e pensadores” (*Das Land der Dichter und Denker*, no ditado alemão), se provou também a terra dos inventores e engenheiros. Da Renânia, ao Leste, o renomado industrialista Alfred Krupp (1812-1887) – ora conhecido como o “Rei do Canhão” – se tornaria o maior fornecedor de armas da sua época.

Assim como o seu contemporâneo renano Friedrich Thyssen (1804-1877), formaram um grande conglomerado industrial de “dinastias” de aço e armamentos de mais de 400 anos.<sup>22</sup> Ao Sul, em Württemberg, Gottlieb Daimler (1834-1900), Carl Benz (1844-1929) e Wilhelm Maybach (1846-1929), posteriormente, seriam pioneiros dos motores de combustão interna e da indústria do automóvel. E, após a unificação, Carl von Linde (1842-1934) teria as ferramentas necessárias para terminar o seu protótipo de refrigerador.

<sup>20</sup> **Terceira Revolução Industrial** – Dando seguimento a progressão histórica elencada, pode-se eleger o computador em rede (Internet) como principal vetor da Terceira Revolução Industrial.

<sup>21</sup> **Caminhão motorizado** – Já na Primeira Guerra Mundial, o caminhão motorizado derrotaria o vapor na Batalha de Verdun (1916), a maior conflagração da guerra, travada entre o Império Alemão e a França.

<sup>22</sup> **ThyssenKrupp AG** – Em 1999, Thyssen e Krupp se fundiram em uma única empresa, a ThyssenKrupp AG, hoje a segunda maior produtora de aço da Europa Ocidental. A subsidiária *ThyssenKrupp Marine Systems* fabrica fragatas, corvetas e submarinos para a Marinha da Alemanha e para o comércio com nações aliadas.

As indústrias Maffei (1838) e Krauss (1860) também surgiriam nesse mesmo período em Munique, vocacionadas às locomotivas, essenciais para o processo de construção das ferrovias e de substituição das importações britânicas. No século XX se tornariam uma única empresa estratégica, hoje responsável pela produção dos principais armamentos mecanizados da *Bundeswehr*, incluindo carros de combate utilizados para o Exército Brasileiro.<sup>23</sup>

Foi na Alemanha da segunda metade do século XIX que o processo histórico chamado de *industrialização da guerra* pôde ser mais bem vislumbrado, com a interação constante do meio militar com os novos desenvolvimentos científico-tecnológicos na indústria. E, de forma retroalimentativa, “[...] foi justamente essa interação que sustentou tanto a industrialização espetacular quanto a ascensão ao status de potência mundial vivenciada pela Alemanha na segunda metade do século XIX.” (MCNEILL, 2014, p. 398). McNeill, todavia, assim como Paul Kennedy, concentrou seus estudos nos casos da Grã-Bretanha e França no século XIX. Aqui, busca-se fazê-lo diante do caso alemão e da infraestrutura logística.

O elo entre guerra e indústria ficou mais evidente durante a virada do século XVIII para o século XIX, tendo emergido junto com as Guerras da Revolução Francesa, quando padrões modernos para o fornecimento de armamentos passaram a se tornar mais evidentes.

No século XIX, a Guerra da Crimeia serviria como um ponto de inflexão, tanto no que se refere à produção de rifles como de canhões, fazendo com que as nações envolvidas (Império Otomano, Grã-Bretanha e Rússia) largassem na frente das demais do concerto europeu (MCNEILL, 1982). Os canhões de retrocarga se provaram mais precisos e atuais que os de canos de alma lisa que ainda eram fabricados na Confederação Germânica, ao passo que a produção máxima de rifles na Prússia não passava de 22 mil rifles por ano na década de 1850, quando na Grã-Bretanha chegou a impressionantes 100 mil no ano de 1863 (SCHOWALTER, 1975).

Na época, Alfred Krupp ainda estava atrás dos seus principais concorrentes britânicos, William Armstrong e Joseph Whitworth.<sup>24</sup> Foi apenas em 1863, após um contrato de venda de

---

<sup>23</sup> **Krauss-Maffei Wegmann** – Compõe hoje o grupo KNDS, que lidera o mercado europeu de veículos blindados sobre rodas e lagartas. O portfólio inclui carros de combate (Leopard 1 e 2), veículos aerotransportados (Boxer, Dingo, AMPV, Mungo), sistemas de reconhecimento, antiaéreo e artilharia (Gepard, Fennek, PzH2000, AGM), viatura blindada de Infantaria (Puma), viaturas blindadas anfíbias sobre lagartas e sistema lança-pontes (Leguan). Além disso, a KMW oferece um diversificado sistema de simulação civil e militar. A KMW do Brasil, instalada no Rio Grande do Sul, fornece serviços de reparação e manutenção de veículos blindados Leopard 1 A5 e Gepard 1 A2 adquiridos pelo Exército Brasileiro.

<sup>24</sup> **Armstrong Whitworth versus Daimler-Motoren-Gesellschaft** – Posteriormente, em 1897, ambos se uniram em uma única empresa, a Armstrong Whitworth, em meio à crescente competição com a indústria alemã e ao processo histórico de formação de gigantes corporações, inerente ao capitalismo do final do século XIX. Era

armamentos para a Rússia,<sup>25</sup> que a indústria de Alfred Krupp passou a ser autossuficiente e lucrativa, ganhando momentum à medida que a superioridade do aço nos mecanismos de produção industrial se tornava inquestionável:

O método Thomas-Gilchrist de fabricação de aço, patenteado em 1877 e estabelecido na Alemanha depois de 1879, permitiu que os fabricantes de aço combinassem minério de Lorraine com coque de Vestefália, algo que não era possível anteriormente. Novas e mais eficientes usinas surgiram para explorar essa possibilidade. Como resultado, os preços do aço alemão caíram abaixo dos custos de produção britânicos. (MCNEILL, 1982, p. 208, tradução nossa).<sup>26</sup>

Por trás desse aprimoramento tecnológico, entretanto, havia um outro componente importante característico ao Estado alemão, conforme resumiu Paul Kennedy (1989, p. 184):

A Revolução Industrial na Alemanha estava criando um número maior de empresas de grande porte, como o conglomerado Krupp de aço e armamentos, que davam ao estado prussiano-alemão sua força tanto militar como industrial. [...] E atrás de tudo isso estava um povo com um nível muito mais alto de educação primária e técnica, uma estrutura universitária e científica sem rival, e laboratórios químicos e institutos de pesquisa sem iguais.

A superioridade alemã em parâmetros educacionais à época, conforme ventilada em Kennedy, merece ser aprofundada como fator explicativo que contribuiu diretamente para que a Grande Estratégia alemã fosse elevada a uma condição de rivalidade com a Grã-Bretanha em termos de infraestrutura da guerra.

No início do século XIX, os estados alemães eram líderes mundiais na educação básica. Em 1837, Friedrich Fröbel (1782-1852) criou o *Kindergarten* – o jardim de infância – em Bad Blankenburg. As taxas de frequência escolar em muitos estados alemães eram significativamente mais altas do que na Inglaterra (aproximadamente 76% em 1871), o país que liderou a industrialização. A educação primária alemã foi admirada internacionalmente e até o

---

uma clara reação à união de Gottlieb Daimler e Wilhelm Maybach, que em 1890 formalizaram a sua longa parceria pela criação da Daimler-Motoren-Gesellschaft (DMG), empresa de automóveis baseada em Stuttgart.

<sup>25</sup> **Krupp e a Rússia** – “A parceria desenvolvida entre 1863 e 1891 fez da Rússia um dos melhores clientes das indústrias Krupp. Acordos semelhantes com outros países se seguiram e na última década do século XIX 86,4% dos armamentos das indústrias Krupp eram comercializados fora da Alemanha, enquanto o governo alemão comprava apenas 13,6%.” (BOELCKE, 1970, p. 211).

<sup>26</sup> **No original** – “The Thomas-Gilchrist method of steel manufacture, patented in 1877 and established in Germany after 1879, allowed steel makers to combine Lorraine ore with Westphalian coke as had not been possible before. New and more efficient mills arose to exploit this possibility. As a result, German steel prices sank below British costs of production.”



final do século XIX praticamente todas as crianças em idade escolar frequentariam o ensino fundamental, com alfabetização superior a 85% na Prússia (HORNUNG, 2021).

Esses indicadores surpreendentes, contudo, não se restringiram à Prússia. Cada um dos estados da Confederação Germânica e, posteriormente, do Império Alemão, administravam seus próprios assuntos educacionais e prosperavam nesse quesito, dentro de um sistema federalista (NIPPERDEY, 1980). Os dados estatísticos dos censos prussianos mostram que, já ao longo do século XIX, não faltava infraestrutura nem professores para atender à demanda do ensino fundamental (HORNUNG, 2021).

Em termos de conteúdo, os currículos iniciais previam uma formação geral ampla e religiosa. Porém, após a unificação uma Lei de Supervisão Escolar seria aprovada em meio ao ambiente social da *Kulturkampf* (“luta pela cultura”, em uma tradução livre do alemão), e a supervisão escolar seria transferida da Igreja para o Estado. A *Kulturkampf*, nesse contexto, se tornaria em uma política anticatólica liderada pela Prússia protestante de Otto von Bismarck, que buscava reverter a influência histórica da Igreja Católica do Papa Pio IX.

Com isso, o treinamento de professores seria padronizado com a substituição de partes do ensino religioso pelo ensino das ciências, lançando as bases para a formação de profissionais qualificados voltados para o processo de desenvolvimento industrial e infraestrutural da Alemanha. As universidades, assim, se tornariam propícias à inovação industrial e à engenharia ainda na primeira metade do século XIX, ainda que, naquela época, as escolas se concentravam mais no ensino de conteúdos clássicos e humanísticos (HORNUNG, 2021).

Indústrias nas quais a Alemanha era relativamente atrasada se beneficiaram da ampla educação básica adquirida ao longo do século XIX. O alto grau de especialização do trabalho adquirido com os níveis superiores de educação permitiu o desenvolvimento de maquinaria automática qualificada e à frente do tempo, bem como fomentou o crescente domínio da indústria pela ciência (HORNUNG, 2021).

Para indústrias que operam mais perto da fronteira tecnológica mundial, um país precisa não apenas de educação em massa, mas também de educação de alta qualidade para ser competitivo e produzir suas próprias inovações. Na Alemanha, essas eram as indústrias química e eletrotécnica, cujas necessidades eram cada vez mais atendidas pelo circuito universitário em expansão. Essas credenciais foram fundamentais para que a Alemanha experimentasse os níveis de crescimento em infraestrutura e industrialização que permitiriam o incremento das capacidades estatais e a unificação (HORNUNG, 2021).

Os médicos e cientistas da saúde também desempenharam um papel vital nas políticas públicas de saúde. No período de 1850 a 1913, a taxa de mortalidade caiu quase pela metade, de cerca de 27 para cerca de 15 a cada 1.000 habitantes entre a população geral. A mortalidade infantil também caiu de aproximadamente 225 para 160 a cada 1.000 crianças. O seguro saúde da era bismarckiana explica o declínio na taxa de mortalidade no período de 1884 a 1904 para cerca de um sexto, principalmente porque não operava exclusivamente por meio da cura, mas também da prevenção de doenças (HORNUNG, 2021).

A segunda metade do século XIX, portanto, acarretaria uma fase de profunda mudança estrutural, aperfeiçoamento científico, transformação demográfica, urbanização e expansão infraestrutural. A primeira fase da industrialização na Alemanha é frequentemente associada ao início da construção ferroviária e ao estabelecimento da União Aduaneira (*Zollverein*) em 1834, com a integração do mercado interno alemão.

Já as consequências negativas da industrialização foram observadas no aumento da desigualdade e especialmente sentidas na força de trabalho. Na Alemanha, houve protestos de populações rurais contra a implementação do sistema ferroviário. Por esses motivos, durante a segunda metade do século XIX a questão social exigiu cada vez mais atenção da classe política prusso-alemã. É na década de 1860 que a social democracia alemã também ganharia fôlego, na figura de personalidades como Ferdinand Lassalle – movimento que culminaria na fundação do Partido Social Democrata da Alemanha (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*, SPD, em alemão), em 1875, dando origem ao Programa de Gotha.

Durante o surto de industrialização, Bismarck tentaria blindar o Estado contra os lassalistas, o que criaria duas construções e agendas políticas paralelas: a bismarckiana e a socialdemocrata. Ambas, contudo, tinham o mesmo objetivo: o fortalecimento do Estado germânico (WEITZ, 1997). No início do século XX, correspondências entre Bismarck e Lassalle foram divulgadas a público, revelando uma relação cordial e construtiva, ainda que divergente em muitos temas. Elas foram exploradas a fundo pelo historiador e jornalista alemão Gustav Mayer (1928).<sup>27</sup>

Sob a pressão e influência de Lassalle e com o aumento progressivo do número de votos dos partidos socialdemocratas, o chanceler Bismarck reagiria às queixas introduzindo extensos programas sociais. As políticas sociais bismarckianas, assim, teriam como objetivo

---

<sup>27</sup> **Correspondências entre Otto von Bismarck e Ferdinand Lassalle** – As correspondências as quais se teve acesso entre Otto von Bismarck e Ferdinand Lassalle ocorreram entre 11 de maio de 1863 e 20 de fevereiro de 1864.

a redução dos conflitos internos garantido maior coesão, enfrentando em melhores condições os desafios internacionais.

A legislação social bismarckiana para acidentes, aposentadoria, desemprego e saúde, como a Lei do Seguro de Saúde de 1833, foi pioneira e se tornou o modelo para outros países. Posteriormente, essa agenda seria taxada pelo historiador Oswald Spengler (1919) como uma forma de “socialismo prussiano”. Porém, foram justamente as políticas sociais bem-sucedidas do período que fizeram da Alemanha o berço do se chama hoje de Estado do Bem-Estar Social.<sup>28</sup>

### 2.2.1 O Sistema Nacional: bases de uma Potência Econômico-Comercial

O estado da infraestrutura na Alemanha têm sido um tópico recorrente na discussão de Economia Política (CLEMENS et. al., 2021) desde o acelerado desenvolvimento experimentado no século XIX. Consoante Videira (2005, p. 45), “os planos estratégicos estão para as ações táticas, assim como os planos econômicos estão para as ações logísticas.” Logo, temos que a infraestrutura logística, além de um braço concorrencial e complementar à Grande Estratégia, é também o braço operacional da economia política.<sup>29</sup>

Assim como as estruturas governamentais, boas condições sócias educacionais e as instituições militares, a bem-sucedida implementação da Grande Estratégia depende, também, do investimento público e dos meios econômicos disponíveis, que são suscetíveis a crises e instabilidades.<sup>30</sup> E na Alemanha da metade do século XIX, já era comum falar de uma “economia nacional”, ou *Volkswirtschaft*. Ao final do século, já teria se tornado comum “[...] atribuir ao Estado alemão um papel excepcionalmente importante na orientação do desenvolvimento econômico nacional” (TOOZE, 2003, p. 9-33).

O economista norte-americano David Aschauer (1989) foi o primeiro a explorar os efeitos do investimento público no desempenho econômico, dando início a um extenso debate

<sup>28</sup> **Estado do Bem-Estar Social** – O Estado do Bem-Estar Social (*Welfare state*, em inglês) é definido por Sônia Fleury no *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita* (2000) como “[...] um conjunto institucionalizado de direitos sociais, gerando uma pauta de deveres entre os cidadãos (taxas e contribuições) e o Estado (políticas públicas e agências promotoras).”

<sup>29</sup> **Economia Política Internacional** – Robert Gilpin assim definiu a necessidade e o objeto da EPI: “A existência paralela e interação mútua de ‘estado’ e ‘mercado’ no mundo moderno cria a economia política; sem o estado ou o mercado não poderia haver economia política.” (GILPIN, 1981, p. 97).

<sup>30</sup> **A Economia Política da Grande Estratégia** – Para uma análise aprofundada da política econômica por trás da Grande Estratégia, que vai além do escopo deste trabalho, ver: NARIZNY, K. **The political economy of grand strategy**. Ithaca: Cornell University Press, 2007.

ainda em andamento com implicações diretas sobre a disciplina. O componente central do investimento público em Aschauer (1989) que explica o aumento na produtividade é, justamente, a infraestrutura: ferrovias, portos, saneamento, redes de abastecimento de água e energia e telecomunicações, principalmente.

Desde então, o trabalho de Aschauer (1989) já foi submetido a amplo debate e criticismo. Para o propósito desta pesquisa, ele falha ao menosprezar os gastos militares como componentes necessários para essa equação. Isto é algo que se objetiva refutar com o argumento de que, no caso alemão, foi o processo de industrialização da guerra que fomentou a infraestrutura, dando origem ao que chamamos de “infraestrutura da guerra”.

Ou seja, mesmo que os gastos militares não agreguem à produtividade econômica diretamente, o processo concomitante de reformulação militar e industrialização experimentado pela Alemanha de 1811 a 1871, culminando na unificação do Império Alemão, fomentaria o desenvolvimento em infraestrutura, e, assim, seria também responsável pelos altos níveis de produtividade adquiridos pelo país na segunda metade do século XIX.

O sistema europeu, em particular o britânico, já estava passando por mudanças profundas antes da eclosão da Primeira Revolução Industrial, sendo a principal delas o progressivo esvaziamento da servidão, que foi substituída pelo trabalho assalariado, concebendo uma ideia de mercado na sociedade europeia que se tornaria essencial para que o capitalismo industrial se estabelecesse efetivamente como um sistema econômico dominante. Trata-se de uma herança direta do mercantilismo, cujo objetivo político era fortalecer a economia da nação e, assim, aumentar seu poder militar.

Foi o mercantilismo que sustentou o triunfo histórico do “Estado Fiscal-Militar” na Europa, que teve seu ápice a partir do século XVIII, quando seus princípios foram aplicados de forma mais genuína às ações políticas dos Estados. Deste modo, o mercantilismo ajudou a transformar os objetivos armamentistas dos Estados em uma ferramenta condutora do desenvolvimento nacional (TORRES-SÁNCHEZ, 2015).

Nesse período, o volume e a variedade dos recursos mobilizados para a guerra passaram a depender cada vez mais da habilidade estatal de garantir uma inter-relação frutífera entre soberania, proteção, monopólio, comércio e consumo, garantindo a flexibilidade necessária para que o desenvolvimento acompanhasse as experiências bélicas. Sobre o assunto, Torres-Sánchez (2015, p. 39) discorre com propriedade:

O estado militar fiscal teria, portanto, maiores chances de expandir sua base tributária se favorecesse a tributação indireta, e o arranjo gerencial não pareceria mudar muito esse quadro de qualquer maneira; nem podemos tomar como certo que um sistema garantiu mais ou menos receita do que o outro. Tudo isso nos leva a destacar que as oportunidades de expansão constante da base tributária no século XVIII estavam intimamente ligadas à capacidade do Estado de usar sua força militar para criar condições de segurança e soberania em determinadas áreas onde as pessoas pudessem comerciar e consumir com segurança.

Cunhado pela primeira vez por John Brewer e aplicado ao Estado inglês entre 1688 e 1783, o conceito buscou explicar como uma administração estatal maior e mais eficiente, fundamentada em um sistema tributário-financeiro, permitiram a Grã-Bretanha manter Forças Armadas maiores, vencer guerras e, assim, garantir a supremacia global. Apesar da crítica de parte da historiografia inglesa, o conceito se tornou uma ferramenta explicativa importante para o período europeu dos séculos XVIII e XIX:

A razão para esse sucesso provavelmente se resume a algo tão simples quanto sua utilidade. Serve para designar as duas funções principais do Estado, arrecadar receitas fiscais e fazer guerra, ao mesmo tempo que chama a atenção para a relação entre ambos os fatores. (TORRES-SÁNCHEZ, 2015, p. 21).

Na Alemanha, o Estado-Fiscal Militar chegaria mais tarde e primeiramente na Prússia. Após a unificação, seria aplicado às demais regiões. A partir da segunda metade do século XIX, os dirigentes dos Estados alemães passaram a impulsionar o desenvolvimento não apenas pela necessidade de controle social interno, mas também para superar o atraso econômico em relação aos países mais industrializados. Aos que necessitavam queimar etapas, neste sentido, o liberalismo não convinha, como argumentou o economista alemão da Escola Histórica, Friedrich List:

Em toda parte, e sempre, o bem-estar da nação tem sido proporcional à inteligência, à moralidade e à operosidade de seus cidadãos; é de acordo com esses fatores que a riqueza aumenta ou diminui. Todavia, a operosidade e a parcimônia, o espírito inventivo e a livre iniciativa por parte dos indivíduos nunca conseguiram realizar nada de importante se não estiverem apoiados na liberdade municipal, em instituições e leis públicas adequadas, em uma administração pública e em uma política exterior e, sobretudo, na unidade e no poderio da nação. (LIST, 1909, p. 81).

O livro *Sistema Nacional de Economia Política* de Friedrich List,<sup>31</sup> publicado em 1841, inspirou a estratégia aplicada pela industrialização alemã. Ele dita que quanto mais longe uma

---

<sup>31</sup> **Friedrich List** – É considerado pelo seu principal biógrafo, Siegfried Moltke (1913), o segundo economista alemão mais influente da história, atrás apenas de Karl Marx em termos de influência e obras traduzidas ao longo

indústria está da fronteira da transição tecnológica, mais ela pode se beneficiar desse atraso se conseguir emular novas tecnologias de outros países. Mas, para este tipo de difusão tecnológica dar certo, é necessário que grande parte da população tenha uma formação de base ampla e seja capaz de se adaptar às novas técnicas e processos de produção – algo que foi buscado intensivamente pela Alemanha desde a primeira metade do século XIX, lançando as bases para a estratégia de *catch-up* que seria instrumentada na esteira da unificação.<sup>32</sup>

Neste sentido, a segunda metade do século XIX ficaria marcada pela transição da “república agrária” para a “república de mercado” na história das relações internacionais,<sup>33</sup> que para o historiador Charles Sellers (1990) tem como principal vetor a infraestrutura. É a infraestrutura que transforma espaços geográficos em geoeconômicos e suscita o desenvolvimento industrial. E, no caso alemão, ela se desenvolveu paralelamente ao processo de industrialização da guerra iniciado na primeira metade do século XIX.

Nos Estados Unidos, foco empírico do trabalho de Sellers, foi a Guerra da Secessão (1861-1865), travada contra os 11 estados do Sul que se separaram da união e formaram os Estados Confederados da América, que colocou a questão industrial no centro do problema – na forma de diferentes modelos de desenvolvimento postos a prova.

A Guerra da Secessão é também o “*Big Bang*” da democracia de massas que se alastraria pelo mundo, cujo marco mais importante, no contexto histórico do século XIX, é o discurso de Abraham Lincoln em Gettysburg no dia 19 de novembro de 1863. A democracia (re)aparece, assim, como instrumento de controle de poder das modernas sociedades industriais pela via do homem comum.

Charles Sellers, “o historiador que perturbou o consenso do pós-guerra” (RISEN, 2021, não paginado), ensinou que o desenvolvimento da democracia se dá como resposta a

---

dos séculos XIX e XX. No mesmo ano em que publicou *Sistema Nacional de Economia Política* (1841), List foi convidado para o posto de editor da recém-criada *Gazeta Renana*. Por problemas de saúde, List recusou o convite, que foi então endereçado a Marx.

<sup>32</sup> **Níveis educacionais e industrialização** – Em comparação com a Inglaterra, muitas indústrias alemãs eram tecnologicamente subdesenvolvidas. Essas indústrias se beneficiaram com o alto nível de educação na Alemanha quando as tecnologias inglesas se tornaram disponíveis. Durante a segunda fase da industrialização em particular, o número de pessoas empregadas na indústria cresceu mais rapidamente onde as habilidades de leitura e escrita da população foram melhor desenvolvidas (HORNUNG, 2021).

<sup>33</sup> **Paralelos com o Japão** – Na Ásia, por exemplo, houve a Revolução Meiji e a rápida transformação do Japão de uma potência agrária para uma grande potência industrial. O Japão é um país que, desde esse período, compartilha muitas semelhanças com a experiência histórica alemã. A Alemanha, assim como o Japão, são os Estados da “industrialização tardia”. E foi em 1871, ano da unificação do Império Alemão, que o imperador Meiji unificou os exércitos regionais dos shogunatos em um exército nacional, por meio de uma grande modernização militar que se estenderia até a década de 1930 – muito semelhante às reformas militares que foram postas em prática na Alemanha durante o século XIX.

emergência do capitalismo territorial industrial. Argumenta-se aqui que esse processo ocorreu na Alemanha do século XIX – e quem melhor articulou a inserção estratégica do capitalismo industrial alemão no período foi o economista Friedrich List. A contribuição de List para a história do pensamento econômico, todavia, é frequentemente ignorada ou mal interpretada.

De fato, o protecionismo comercial e a intervenção social e econômica do governo eram considerados indispensáveis por List (1919, p. 117) para o rápido crescimento econômico, até que fosse atingido um nível suficiente de competitividade, posto que “o Estado não somente tem o direito, mas também o dever de impor certas normas ao comércio [...] na salvaguarda dos interesses superiores da nação.” Considerando-se as disputas geopolíticas e geoeconômicas do século XIX, List (1909) criticava a Inglaterra por buscar impor à Alemanha o livre comércio, visto que ao observarmos a história inglesa percebemos que o país usou todo o tipo de protecionismo disponível para se tornar uma nação rica e desenvolvida.<sup>34</sup>

Mas foi só a partir dessas medidas que um “*Heartland*” industrial começaria a se formar em diversas regiões da Alemanha, como no Vale do Ruhr, na região renana, hoje a área metropolitana mais populosa da Alemanha e o maior *locus* industrial da Europa.<sup>35</sup> Esse alto nível de industrialização foi caracterizado pelo rápido crescimento das indústrias química e eletrônica e da engenharia mecânica – setores nos quais as empresas alemãs vieram a assumir a liderança tecnológica internacional. Não por acaso, foram os setores nos quais o sistema educacional alemão conferiu mais atenção durante o século XIX, tendo desempenhado um papel importante no fornecimento dos trabalhadores qualificados.

A Inglaterra se beneficiou do pioneirismo das revoluções industriais e do colonialismo: a escala da produção inglesa foi literalmente o globo terrestre. Não por acaso, o século XIX também marcou “a corrida pela África” (*scramble for Africa*) na busca de matérias-primas, mão

---

<sup>34</sup> **Chutando a escada** – O economista sul-coreano Ha-Joon Chang (2004) posteriormente desenvolveu em cima das ideias de List, argumentando que os países centrais se tornaram efetivamente ricos usando o protecionismo e as empresas estatais, e apenas após isso é que adotaram o livre comércio e o liberalismo econômico para si e também como uma imposição a outros Estados. A Inglaterra dizendo que países não podem usar o protecionismo, na visão de Chang (2004), seria como alguém que após subir no topo de uma escada, chuta a escada para que outros não possam usá-la novamente. Passados cem anos, como bem observou Vizentini (1992, p. 9) ao analisar a passagem dos anos 1980 aos 1990 e o desmoronamento da URSS, muitos blocos econômicos caracterizados por um protecionismo ampliado passariam a se formar nos países industrializados, porém paradoxalmente saudados como um triunfo do livre mercado. A maioria das recomendações aos países em desenvolvimento como parte do pacote de “boa governança” foram, na verdade, resultados, e não causas, do desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos (CHANG, 2004).

<sup>35</sup> **Operação Market Garden** – A região, pela importância estratégica, seria alvo da grandiosa Operação Market Garden durante a Segunda Guerra Mundial. A operação tinha como objetivo estratégico principal atingir o *Heartland* industrial alemão através da conquista através do Rio Reno, considerável obstáculo natural para o avanço dos Aliados – mas se violado, permitiria também que os mesmos tivessem acesso à planície Norte alemã e, finalmente, avançassem sobre Berlim e outras grandes cidades no Norte da Alemanha.

de obra e novos mercados consumidores. Portanto, qualquer outro país que quisesse se desenvolver, para não ficar condenado às trocas desiguais, precisava artificialmente criar uma escala que permitisse desenvolver sua indústria – e é basicamente este o caminho seguido pela república de mercado, que não é liberal na sua essência, mas sim protecionista.

Na prática, o desenvolvimento dos países centrais do sistema capitalista se deu com base no que Alexander Hamilton (1904), um dos Pais Fundadores dos Estados Unidos da América e responsável por estabelecer os alicerces do capitalismo norte-americano, chamou de o Argumento da Indústria Nascente. Radicado nos Estados Unidos de 1825 a 1832, List foi influenciado pela Escola Americana e o programa econômico de Hamilton, que também foi responsável por agregar um elemento de *Realpolitik* à abordagem de List.<sup>36</sup>

Praticamente todos os países ricos, começando pela Inglaterra no século XVIII, Estados Unidos e Alemanha no século XIX, Suécia no começo do século XX, além de Japão, Coreia do Sul e Taiwan, se desenvolveram usando protecionismo, subsídios estatais, controle do investimento direto estrangeiro e empresas estatais. Todavia, as escassas referências a tais experiências tendem a eivar-se de mitos que corroboram a versão ortodoxa da história da política econômica dos países desenvolvidos, dando muita ênfase aos benefícios do livre-comércio e da política industrial do *laissez-faire* (CHANG, 2004).

O protecionismo, contudo, não deve significar um fim em si mesmo ou uma política permanente. Para tanto, List propõe que o Estado adote diferentes fases que estejam em acordo com o estágio atual do desenvolvimento nacional. Nesse quadro, a Alemanha do século XIX – assim como os Estados Unidos – ainda pertencia ao segundo estágio, e apenas a Grã-Bretanha já ocupava o terceiro estágio de desenvolvimento.<sup>37</sup> O Brasil do início do século XXI, tal qual a Alemanha de outrora, ainda se encontra no segundo estágio de List.

Mais do que diferentes estágios de desenvolvimento e a necessidade da proteção nacional da indústria, o legado intelectual de List (1909) importa para este estudo pelo papel que teve sobre a infraestrutura, em especial as ferrovias, tendo sido um dos principais

---

<sup>36</sup> **Alexander Hamilton** – Sobre as origens realistas de Alexander Hamilton, também exploradas por Hans Morgenthau (2003), que associam ele e, conseqüentemente, Friedrich List ao paradigma adotado na pesquisa, ver: HARPER, J. L. **American Machiavelli: Alexander Hamilton and the origins of the U.S. foreign policy.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

<sup>37</sup> **Política comercial em List** – Sobre esse ponto, List (1909, p. 84) complementa: “um regime de restrições à liberdade de comércio só pode gerar bons resultados na medida em que for sustentado por uma civilização progressista e pelas instituições livres de uma nação – eis a lição que nos ensina a decadência de Veneza, da Espanha e de Portugal [...] Em contrapartida, um grau de civilização altamente desenvolvido, com ou sem instituições livres, a não ser que se apoie num adequado sistema de política comercial, constituirá garantia muito precária para o progresso econômico de um país – eis a lição que podemos aprender, por uma parte, a partir da história dos Estados livres norte-americanos, e, por outra, a partir da experiência da Alemanha.”



defensores da sua implementação pelo elo com a segurança e a defesa da nação.

**Quadro 3 - Estágios do desenvolvimento nacional em List<sup>38</sup>**

<b>Estágios do Desenvolvimento Nacional em List</b>		
<b>Estágio</b>	<b>Comércio Internacional</b>	<b>Objetivos Nacionais</b>
<b>1º Estágio</b>	Livre Comércio (introdução)	Modernização da agricultura e introdução da indústria
<b>2º Estágio</b>	Adoção de Restrições ao Comércio	Desenvolvimento da indústria nacional
<b>3º Estágio</b>	Livre Comércio (retomada)	Conservação da supremacia comercial no mercado internacional

Fonte: Elaboração própria com base em List (1909, p. 85-86).

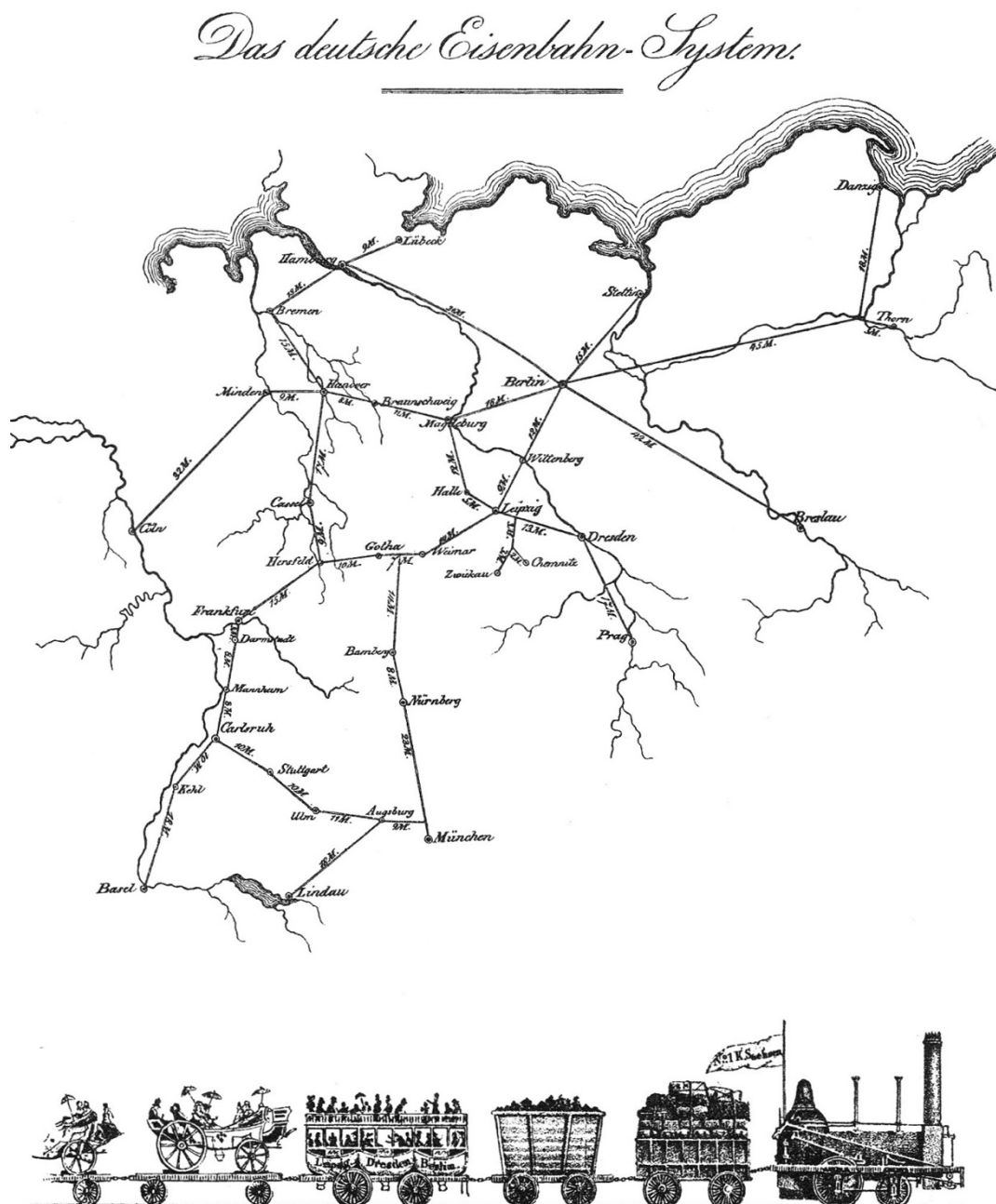
O tradutor e politólogo norte-americano J. J. Lalor (1895, p. 118), intérprete de alguns dos principais escritores e músicos alemães dos séculos XVIII e XIX, popularizou na sua pesquisa enciclopédica a contribuição de List sobre ferrovias como: um meio de defesa nacional, pois facilita a concentração, distribuição e direção do exército; um meio para o aprimoramento da cultura da nação, pois facilita a transmissibilidade do talento, do conhecimento e da habilidade de todos as localidades de um território; protetoras da comunidade contra a escassez e a fome, bem como contra a flutuação excessiva dos preços dos bens de primeira necessidade; e promotoras de um espírito de unidade nacional, pois tendem a destruir o espírito filisteu decorrente do isolamento, do preconceito e da vaidade provincianos.

List foi um pioneiro no estudo da infraestrutura e, principalmente, das ferrovias (HENDERSON, 2014). Mesmo antes da inauguração da primeira linha ferroviária entre Nuremberg e Fürth, em 1835, List já havia projeto e proposto um amplo sistema nevrálgico de linhas ferroviárias para a Alemanha, que se estendia de Danzigue (atual Gdansk, na Polônia) até Basel, na Suíça (Figura 1). Em 1832, foi apontado cônsul dos Estados Unidos em Leipzig. O seu principal projeto enquanto ocupou o posto foi o desenvolvimento de uma

<sup>38</sup> **Estágios do desenvolvimento nacional em List** – No estágio inicial do desenvolvimento, deve-se adotar o comércio livre com nações mais adiantadas como forma progresso na agricultura; no segundo estágio, promovendo o crescimento de manufaturas e do comércio exterior, adotando restrições; e no último estágio, após atingir-se o mais alto grau de riqueza e poder, retornando gradualmente ao princípio do livre comércio e da concorrência, tanto no mercado interno como no mercado externo, de maneira que os agricultores, comerciantes e fabricantes possam ser preservados da indolência e estimulados a conservar a supremacia adquirida (LIST, 1909, p. 85-86).

ferrovia entre Leipzig e Dresden, que posteriormente se tornaria a primeira ferrovia de longa distância da Alemanha.

Figura 1 - O conceito de Friedrich List para uma rede ferroviária alemã, 1833 (em alemão)



Fonte: Domínio público. Disponível em:

[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/ed/Friedrich\\_List\\_und\\_die\\_erste\\_grosse\\_Eisenbahn\\_2.jpg/800px-Friedrich\\_List\\_und\\_die\\_erste\\_grosse\\_Eisenbahn\\_2.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/ed/Friedrich_List_und_die_erste_grosse_Eisenbahn_2.jpg/800px-Friedrich_List_und_die_erste_grosse_Eisenbahn_2.jpg). Acesso em: 19 jan. 2019.

Tão pertinente quanto a contribuição de List para os avanços infraestruturais na Alemanha é o seu alcance, uma vez que se projeta para além dos campos da Economia Política

e do comércio tão somente ao abordar questões que podem ser entendidas sob a ótica da Questão Nacional:

Com base na história, demonstramos que a unidade da nação constitui a condição fundamental de uma prosperidade nacional duradoura; mostramos também que as nações só têm conseguido chegar ao desenvolvimento harmônico de suas forças produtivas onde o interesse dos indivíduos foi subordinado aos interesses da nação, e onde gerações sucessivas perseguiram um e mesmo objetivo; mostramos também que pouco pode prosperar a atividade privada sem os esforços conjugados, tanto dos indivíduos que vivem na respectiva época como das gerações sucessivas orientadas para um objetivo comum. (LIST, 1909, p. 115).

Na visão de List, portanto, “o poder produtivo de uma nação não depende apenas de fatores econômicos, mas também de fatores socioeconômicos, institucionais, intelectuais e morais, bem como de sua independência e poder como nação” (SHAFÄEDDIN, 2005, p. 43-47). Em outras palavras, a contribuição de Friedrich List deve ser entendida também sob a ótica da Grande Estratégia, isto é, na capacidade de reunir elementos, militares e não militares, para a preservação e aprimoramento dos melhores interesses da nação.

Do ponto de vista econômico e da industrialização, elementos essenciais para a elaboração de uma Grande Estratégia, argumenta-se que a contribuição de economia política em Friedrich List concedeu as bases para o que veio a ser concebido na Europa do século XIX como a *via bismarckiana ao capitalismo*. Tal via congregava revoluções pelo alto com uma aliança entre o poder econômico e as elites político-militares como forma de promover a industrialização e o desenvolvimento capitalista (VISENTINI, 2021).

Após a unificação, a Alemanha do Sistema Bismarckiano iria reverter as políticas de baixas tarifas da Prússia da primeira metade do século XIX, que constituíram a base do *Zollverein* de 1834, como estratégia de *catch-up*. Como pano de fundo, houve a crise financeira do Pânico de 1873<sup>39</sup> e a dissolução da Bolsa de Viena. As eleições federais de 1878 seriam marcadas pela adesão dos Conservadores e Centristas – este último o partido mais votado do pleito – à agenda protecionista de Bismarck, chancelada pelo *Reichstag* na forma de uma lei tarifária em 1879.

---

<sup>39</sup> **Pânico de 1873** – Na França e, principalmente, no Reino Unido, a crise ficou conhecida como a Longa Depressão, ao passo que nos Estados Unidos foi chamada de uma Grande Depressão até ser superada pela de 1929. A falência da instituição financeira Jay Cooke and Company, em setembro de 1873 na Filadélfia, é análoga à falência do Lehman Brothers, fundado em 1847, no âmbito da Grande Recessão de 2008. Reforça a abordagem histórica do capitalismo como o único sistema que se retroalimenta de crises financeiras periódicas e sucessivas, como a *Grande Crise* do capitalismo industrial da década de 1970, exatamente um século depois do Pânico de 1873 (VIZENTINI, 1992).

## 2.2.2 Infraestrutura da guerra: o caso alemão

A partir da *Grande Crise* do capitalismo industrial na segunda metade do século XX (VIZENTINI, 1992), pesquisadores de variadas disciplinas passaram a tratar cada vez mais da importância da infraestrutura para o desenvolvimento econômico – o “poder infraestrutural”, fazendo uso do argumento de Michael Mann (1988, p. 1-30). Estudos inaugurais de Jochimsen (1966), Frey (1970), Bartholmai (1973) e Jochimsen e Simonis (1970) pavimentaram o caminho a ser percorrido, tratando especialmente dos aspectos teóricos e conceituais do tema da infraestrutura.

Não há dúvidas que o que se considera aqui como seu principal elemento no contexto do século XIX, as ferrovias – a combinação de uma rota de ferro artificial, da máquina a vapor e da locomotiva –, trouxeram mudanças radicais para as estruturas econômicas, políticas e sociais da sociedade alemã.

Para o chefe do Estado-Maior prussiano Helmuth von Moltke,

[...] o advento da ferrovia permitia que muito mais homens e equipamentos fossem posicionados, bem mais rapidamente, em frentes mais amplas que anteriormente. Ele não hesitou em trazer as estradas de ferro e o telégrafo sob controle do governo, adaptando-os para o uso militar. (VIDIGAL, 2019, p. 294).

A sua significância não restava somente no potencial de conectar diferentes áreas em desenvolvimento de um país industrial ao seu mercado, mas também para conectar cadeias de suprimento com exércitos em movimento. Por esses motivos, as ferrovias são o componente central para o conceito de infraestrutura da guerra e, juntamente com o vapor de alta pressão, a representação imagética do elo entre infraestrutura e tecnologia durante a segunda fase da Revolução Industrial.

Em discurso proferido após as guerras pela unificação, Moltke destacaria a disposição de conceber e utilizar ferrovias do ponto de vista militar e estratégico:

As ferrovias tornaram-se, em nosso tempo, um dos instrumentos mais essenciais para a condução da guerra. O transporte de grandes corpos de tropas para um determinado ponto é um trabalho extremamente complicado e abrangente, ao qual deve ser dada atenção contínua. Cada novo entroncamento ferroviário faz a diferença, enquanto, embora não queiramos fazer uso de todas as linhas ferroviárias que foram construídas, ainda podemos querer fazer uso de todo o material circulante disponível. (PRATT, 1916, p. 278, tradução nossa).<sup>40</sup>

<sup>40</sup> **No original** – “Railways have become, in our time, one of the most essential instruments for the conduct of war. The transport of large bodies of troops to a given point is an extremely complicated and comprehensive piece of

Moltke criou um departamento dentro do seu sistema de Estado-Maior cuja finalidade era fiscalizar o sistema ferroviário e assegurar a logística de forma rápida e eficiente (KENNEDY, 2010). O processo implementado por Moltke, um entusiasta dos trens e das ferrovias, é na verdade o aperfeiçoamento, em uma magnitude muito maior, de um processo evolutivo da logística alemã que iniciou no século XVIII, quando

[...] o volume e mobilidade dos exércitos europeus fora sendo rigorosamente limitado pela necessidade de criar pontos logísticos em quantidade ao longo das linhas de marcha. [...] O advento do caminho-de-ferro obviou a todas estas dificuldades, pois um só comboio tinha uma capacidade de carga de milhares de carroças de cavalos e podia atravessar distâncias dez vezes maiores com toda a facilidade. Os abastecimentos passaram a poder ser levados em grande quantidade a partir de centenas de quilômetros e um grande número de homens a fazer-se transportar para longe a uma velocidade sem precedentes. (O'CONNELL, 1995, p. 246).

O progresso alcançado em infraestruturas voltadas ao transporte atingiu seu pico na segunda metade do século XIX: a extensão da malha ferroviária global, que alcançava aproximadamente 8 mil quilômetros em 1840, chegou a 800 mil na virada do século. Entre 1850 e 1880, a extensão de trilhos ferroviários no mundo multiplicou-se em dez vezes, de aproximadamente 38 mil km para impressionantes 370 mil km. O “crescimento global”, porém, na verdade sempre foi desigual: desse total, apenas 48 mil km, ou 13%, encontravam-se fora da Europa e da América do Norte (MARTIN, 2019).

**Tabela 2 - A Era das Ferrovias**

<b>Região</b>	<b>1840</b>	<b>1850</b>	<b>1860</b>	<b>1870</b>	<b>1880</b>	<b>%</b>
Alemanha	549	5.858	11.233	18.878	33.297	9,0
Europa	2.736	23.335	51.338	101.871	163.670	44,5
Total (mundo)	7.242	37.980	106.699	206.318	367.574	100

Nota: Adaptado em milhares de quilômetros.

Fonte: Mulhall (1892, p. 495-502, tradução nossa).

De acordo com o extenso trabalho estatístico de Mulhall (1892) sobre o século XIX, existem, essencialmente, três tipos de rodovias: estradas comuns, ferrovias e rios ou canais. Inicialmente, as rotas na Prússia foram construídas e operadas principalmente por companhias ferroviárias privadas, enquanto Baviera, Baden e Württemberg operavam em grande parte suas

---

work, to which continuous attention must be paid. Every fresh railway junction makes a difference, while, although we may not want to make use of every railway line that has been constructed, we may still want to make use of the whole of the rolling stock that is available.”

próprias ferrovias estaduais. Na Alemanha imperial pós-guerras da unificação, chegaria-se a um total de 104 mil 929, contabilizando estradas comuns e ferrovias – além de 321 mil 869 quilômetros de estradas secundárias ou periféricas (*byroads*) não computadas na Tabela 2:

**Tabela 3 - Rodovias no Império Alemão (1878)**

<b>Alemanha</b>	<b>Extensão (km)</b>	<b>104.929</b>
Prússia	.....	40.716
Bavária	.....	9.978
Outros estados	.....	54.234

Nota: Adaptado em milhares de quilômetros.

Fonte: Mulhall (1892, p. 516, tradução nossa).

Com a aceleração da expansão ferroviária, percebeu-se que as linhas de aço eram muito mais duráveis do que as de ferro. Portanto, as ferrovias se tornaram um dos principais fatores que levaram ao estabelecimento da moderna indústria siderúrgica. A produção de aço barato e de alta qualidade abriu o caminho para o desenvolvimento de novas indústrias, como a de construção naval, civil e química pesada (ÖZYÜKSEL, 2016).

Com a unificação, um sistema misto de ferrovias privadas e estatais passaria a prevalecer em todos os estados maiores, porém a política ferroviária permaneceria em grande parte sob responsabilidade dos vários estados individuais. Na década de 1880 houve uma onda de nacionalizações, especialmente das ferrovias privadas prussianas, que teve um efeito positivo no orçamento devido aos rendimentos crescentes em diversas rotas (HORNUNG, 2021).

A primeira linha ferroviária alemã, a *Ludwigsbahn*, foi inaugurada entre Nuremberg e Fürth em 1835, com uma locomotiva britânica Adler 1A1, fabricada pela Stephenson. Diversas linhas foram construídas em um espaço de uma década.<sup>41</sup> É forçoso reconhecer que os investimentos em infraestrutura criaram uma situação inicial de subordinação da Alemanha à Inglaterra, que detinha a vanguarda desta tecnologia. A indústria de armamentos e infraestrutura

<sup>41</sup> **Crescimento da malha ferroviária da Alemanha** – “Iniciada em 1837, a rota Leipzig-Dresden, incluindo o primeiro túnel ferroviário alemão, foi concluída em 1839, assim como Berlim-Potsdam em 1838, Berlim-Anhalt em 1841 e Berlim-Stettin em 1842. Em 1836, a construção da Ferrovia Norte austríaca (*Nordbahn*) foi iniciada, de Viena a Briinn. Mais tarde, foi complementada pela Ferrovia do Sul (*Südbahn*) para Trieste. A travessia dos Alpes possibilitou avanços técnicos importantes. No Oeste, em 1837, Camphausen iniciou a construção da linha Colônia-Aix-la-Chapelle-Antuérpia, onde logo se juntou a Mevissen e Hansemann. Em 1847, a linha Cologne-Minden (Hanover-Berlin) foi concluída; em 1843, a linha Elberfeld-Dortmund; e no Sul, em 1839, a linha Munique-Augsburgo; e a ferrovia do Alto Reno, de Mannheim a Basileia, foi concluída em 1838. Em 1840, havia 468 km de ferrovias na Alemanha e, em 1850, 5.859 km [...]. A rede prussiana cresceu 20% ao ano na década de 1840, e o capital de investimento (que é o valor do estoque de capital ao par) passou de 23,03 milhões de marcos em 1840 para 435,79 milhões de marcos em 1849. Na área que se tornaria a Alemanha, passou de 58,8 milhões de marcos para 850,5 milhões.” (NIPPERDEY, 2014, p. 166).

nada mais era do que um laboratório das diferentes fases de desenvolvimento em List (1909), onde a Alemanha ainda se encontrava distante da Grã-Bretanha.

Porém a estratégia de *catch-up* alemã parecia funcionar: em 1852, a locomotiva britânica Adler seria substituída por uma alemã Henschel e, no ano seguinte, por uma Maffei. Em 1864 a Maffei comemorou a entrega da sua 500ª locomotiva operacional para ferrovias na Confederação Germânica e na Áustria. Linhas com um comprimento de aproximadamente 60.000 km foram construídas até a Primeira Guerra Mundial – um acréscimo infraestrutural impressionante de 1.000.000%. A rede prussiana, em particular, cresceu 20% ao ano na década de 1840, e o capital de investimento passou de 23,03 milhões de marcos em 1840 para 435,79 milhões de marcos em 1849. Na área que se tornaria Alemanha, subiu de 58,8 milhões de marcos para 850,5 milhões (NIPPERDEY, 1986; 2014).

**Tabela 4 - Expansão da rede ferroviária alemã**

Ano	Extensão (km)	Aumento de 10 anos (km)
1835	6	2.300
1845	2.300	2.300
1855	8.290	5.900
1865	14.690	6.400
1875	27.930	13.240
1885	37.650	9.720
1895	46.560	8.910
1905	56.980	10.420
1915	62.410	5.430

Fonte: Özyüksel (2016, p. 19, tradução nossa).

A rede prussiana cresceu 20% ao ano na década de 1840, e o capital de investimento passou de 23,03 milhões de marcos em 1840 para 435,79 milhões de marcos em 1849. Na área que se tornaria Alemanha, subiu de 58,8 milhões de marcos para 850,5 milhões (NIPPERDEY, 1986; 2014). Ao conceder licenças e definir os preços, os estados também intervinham diretamente na construção das linhas e na operação das empresas ferroviárias privadas. Por exemplo, a introdução constitucional da chamada “tarifa de um centavo” visava a promoção do transporte de carvão e madeira em distâncias maiores e, assim, a redução dos custos de transporte das fontes de energia mais importantes da indústria nacional (ZIEGLER, 1996).

Quadro 4 - Etapas do desenvolvimento ferroviário alemão

Etapas do desenvolvimento ferroviário alemão		
Período	Características gerais	Ferrovias alemãs
<b>1º Estágio (1815-1841)</b>	Invenção e introdução isolada (ligações isoladas)	O conceito original de construção de ferrovias evolui (no exterior): principalmente empresas privadas realizam as primeiras ligações de importância local.
<b>2º Estágio (1842-1875)</b>	Construção orientada para a demanda (integração)	As conexões são construídas entre todas as grandes cidades: a influência governamental e até mesmo a gestão crescem.
<b>3º Estágio (1876-1913)</b>	Extensão orientada para a oferta e procura (intensificação)	Os “ <i>Länderbahnen</i> ” [ferrovias estaduais] de propriedade estatal, mas independente, são desenvolvidos nos estados alemães. As linhas existentes são estendidas para áreas rurais e uma rede alimentadora é estabelecida.

Fonte: Heinze e Kill (1988, p. 106, tradução nossa, grifo nosso).

O papel central das ferrovias na industrialização alemã é incontestável. Por meio de reduções substanciais nos custos de transporte e efeitos na demanda, foi amplamente responsável pelo crescimento nos setores de carvão, ferro, aço e engenharia. No período de 1851 a 1879, a parcela dos investimentos líquidos gerados pela construção ferroviária ficou entre 10% e 20% (FREMDLING, 1975).

Para além da indústria, entretanto, havia também um elemento simbólico que fomentou a unificação nacional:

As ferrovias que conectam os espaços e diminuem as distâncias uniriam a Alemanha, acreditava-se. Elas representavam “mudança, dedicada à unidade da Alemanha”. Os trilhos eram “laços de casamento e alianças”. Eles encorajariam a livre troca de ideias, e até teriam um efeito democratizante, pois ricos e pobres, independentemente das divisões de classe, poderiam se deslocar igualmente e em velocidades iguais. A ferrovia foi o símbolo mais poderoso e emocionante da nova era. (NIPPERDEY, 2014, p. 167, tradução nossa).<sup>42</sup>

<sup>42</sup> **No original** – “The railways which connect spaces and diminish distances would bind Germany together, it was believed. They represented ‘change, dedicated to the unity of Germany’. The rails were ‘marriage ties and wedding rings’. They would encourage the free exchange of ideas, and even have a democratising effect, for rich and poor, regardless of class divisions, could move equally and at equal speeds. The railway was the most powerful and exciting symbol of the new age.”



O período principal a que trata esta tese, portanto, viu a construção da maior rede de ferrovias e redes telegráficas de longa distância da história da Europa, que se expandiam de forma extraordinária:

[...] por volta de 1875, o mundo possuía 62 mil locomotivas, 112 mil vagões de passageiros e quase meio milhão de vagões de carga transportando, segundo as estimativas da época, 1,371 bilhão de passageiros e 715 milhões de toneladas de mercadorias ou, em outras palavras, nove vezes mais do que era transportado anualmente por via marítima (em média) naquela época. O penúltimo quarto do século XIX era, em termos quantitativos, a primeira autêntica idade das estradas de ferro [a primeira era das estradas de ferro]. (HOBSBAWM, 2005, p. 86-87).

Transformações radicais, portanto, também seriam observadas nas comunicações, elemento-chave para o modo de fazer a guerra. As conhecidas linhas de telégrafo (essencial para logística) também se multiplicaram no continente europeu: 2.000 milhas em 1849, 15.000 em 1854, 42.000 em 1859, 80.000 em 1864, 111.000 em 1869. Em 1869, os estados alemães enviaram entre si cerca de 6 milhões de mensagens – o triplo, por exemplo, que a Rússia (ver Anexos).

A construção de uma rede mundial de telégrafos, segundo Hobsbawm (2005), combinava elementos comerciais e políticos e passaram a ser operados quase que exclusivamente pelo Estado (até mesmo os britânicos o nacionalizaram o seu *Post Office* em 1869. Isso se deve à questão da soberania e defesa nacional que perpassa as linhas de comunicação em um cenário de guerra.

Já o progresso alcançado em infraestruturas voltadas ao transporte atingiu seu pico na segunda metade do século XIX: a extensão da malha ferroviária global, “[...] que alcançava aproximadamente 8 mil quilômetros em 1840, chegou a 800 mil na virada do século” (ÖZYÜKSEL, 2016, p. 9). O historiador Eric Hobsbawm (2005) sintetizou bem o período de notável expansão infraestrutural do mundo quando lembrou que o livro *A volta ao mundo em 80 dias*, publicado em 1872 por Júlio Verne, não poderia ter sido escrito em 1848.

A redução dos custos de transporte desempenhou um papel central também para o crescimento do comércio inter-regional – ou seja, a infraestrutura como promotora da integração regional. Estudos recentes confirmam que a conexão com a ferrovia tornou os mercados mais integrados (KELLER; SHIUE, 2014). O desprendimento dos recursos naturais gerou efeitos associados à economia de aglomeração. O tamanho médio das empresas nas cidades prussianas com conexão ferroviária era quase duas vezes maior do que em cidades comparáveis sem conexão (HORNUNG, 2015).

As cidades prussianas se beneficiaram não apenas com a liquidação de empresas maiores, mas também com o aumento da imigração – a população dessas cidades cresceu em média cerca de 1 a 2 pontos percentuais mais rápido por ano. Os efeitos do crescimento regional das ferrovias históricas também podem ser percebidos em um estudo particularmente raro para o período realizado em Württemberg, onde uma comunidade com conexão ferroviária cresceu 0,5 pontos percentuais mais rápido (BRAUN; FRANKE, 2019).

Além dos efeitos imediatos de investimentos históricos em infraestrutura, há cada vez mais referências a efeitos de longo prazo na literatura (FLÜCKIGER et. al., 2019). A decisão sobre quais eixos de tráfego devem ser expandidos e quais devem ter preferência sobre outros, portanto, possivelmente tem origens e consequências de mais longo alcance do que os tomadores de decisão imaginam. Deve-se ter em mente, por exemplo, que regiões mais bem conectadas não interagem somente entre si, mas também alcançam uma maior integração entre todos os níveis (doméstico, regional, inter-regional e global).

Em meio aos exaustivos esforços do seu trabalho detalhado sobre a história alemã, Thomas Nipperdey (2014, p. 165) deixa em aberto uma lacuna que suscita interpretação: “enquanto na Inglaterra [a rede ferroviária] se desenvolveu como resultado de uma enorme demanda por transporte, na Alemanha ela na verdade criou essa demanda.” Ora, se não foi a necessidade de transporte, o que fomentou a ferrovia na Alemanha? Para esta pesquisa, parece claro que foi o planejamento militar – ou seja, a relação causal entre a guerra e a infraestrutura logística.

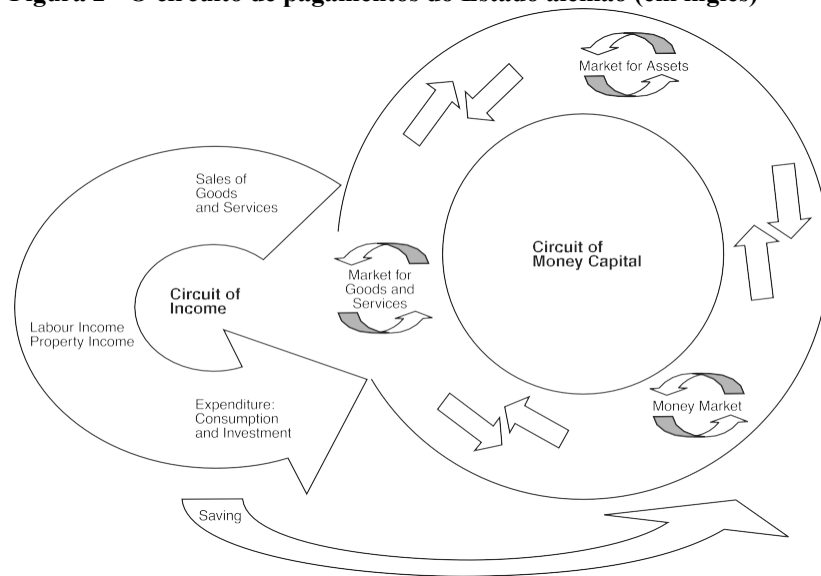
As guerras produzem desenvolvimento tecnológico para ser empregado em tempos de paz e os avanços tecnológicos durante o período de paz colaboram para o desenvolvimento técnico militar, oportunizando uma troca mútua: o aprimoramento da industrialização militar gera benefícios a sociedade (*spin over*); e os impactos da industrialização oportunizam desenvolvimento militar (*spin on*). Nessa lógica, as forças armadas têm como missão atribuída, além das missões convencionais e não-convencionais, a contribuição para o desenvolvimento nacional e social (COVARRUBIAS, 2007).

Destarte, a construção ferroviária impulsionou a modernização e expansão da indústria alemã, com alta demanda por locomotivas, trilhos, ferro e carvão. Em 1870, a Alemanha já teria 13% da produção industrial do mundo (KENNEDY, 2010). A ferrovia aumentou a mobilidade da mão de obra e tornou os preços industriais decisivamente mais baratos, fazendo com que o custo de produção e, conseqüentemente, de aquisição de armamentos na Alemanha, por exemplo, caísse em relação ao britânico. Se para Clausewitz (2010) a estratégia é uma economia

de forças, e para Peter Drucker (1962) a distribuição logística se tornaria a última fronteira das economias de custo, para o presente trabalho ela é também a última fronteira das economias de meios de pagamento.

Deste modo, a infraestrutura criou um mercado alemão e europeu, permitindo assim a produção em massa e a concorrência através da inovação tecnológica (NIPPERDEY, 2014), que garantiria o seu sistema de meios de pagamento:

**Figura 2 - O circuito de pagamentos do Estado alemão (em inglês)**



Fonte: Tooze (2003, p. 122).

A unificação alemã de 1871, que será explorada na próxima parte do trabalho, foi decisiva para o enfraquecimento da *Pax Britannica* e a decorrente transição hegemônica. A Alemanha, mesmo unificada, nunca deixou de ser um “Estado tributário” tal como a Grã-Bretanha – focado, acima de tudo, nos seus meios de pagamento. “O aumento exponencial e absoluto nas suas capacidades militares-industriais não modificou fundamentalmente a posição tributária da Alemanha [...]” (ARRIGHI, 1990, p. 397-398), pois são processos que se retroalimentam. Como é comum na história alemã, todavia, o seu rápido crescimento militar e industrial não foi acompanhado de uma posição equivalente e duradoura no equilíbrio de poder mundial.

### 2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

A primeira parte da pesquisa introduziu os condicionantes históricos que sustentam a hipótese central de que o vetor onde a política externa alemã mais se manifesta historicamente, de forma contínua, é no controle, mobilização e proteção dos seus meios de pagamento por meio de investimentos em infraestrutura. O investimento público em infraestrutura na Alemanha apresentou, na série histórica, um efeito positivo tanto para o sistema econômico nacional como no âmbito dos investimentos privados.

O sucesso alemão em desenvolver e reter sua base industrial e manufatureira, voltada para a exportação e à proteção dos seus meios de pagamento, se mostra fiel à experiência da Revolução Industrial, ao investimento em infraestrutura pública e ao legado de Friedrich List. Ao mesmo tempo, o papel da Reforma Scharnhorst, do Exército Nacional e da preparação militar (logística) foi fundamental para o crescimento infraestrutural e a projeção político-estratégica da Prússia. Esse processo multifacetado culminará na unificação da “Pequena Alemanha” – um projeto que despontou, desde logo, como uma grande peça de *Realpolitik* (HAFFNER, 2015) –, conforme será analisado a seguir.

### 3 A UNIFICAÇÃO TARDIA DA ALEMANHA: O RESULTADO ACABADO DO BALANCEAMENTO DA FRANÇA PELA INGLATERRA

A transição tecnológica e a infraestrutura da guerra na Alemanha conferiram novas possibilidades para a busca de uma Grande Estratégia encabeçada pelo Reino da Prússia no século XIX. Todavia, era importante para a *Realpolitik* praticada pelos dirigentes alemães da época que essa postura não suscitasse um sentimento de ameaça em Londres. Durante boa parte da segunda metade do século, a diplomacia bismarckiana conseguiu ser, em boa medida, bem-sucedida nesse quesito.<sup>1</sup>

Os britânicos, por sua vez, apostaram em uma estratégia de balanceamento estrito (*compellence*, em inglês)<sup>2</sup> que se provou ineficaz e contraproducente: a Prússia, da qual a Inglaterra se valeu para balancear a França, ao converter-se no Império Alemão tornou-se um tornou-se um adversário muito mais formidável que esta (MARTINS, 2020). Isso foi feito por meio das concessões iniciadas no Congresso de Viena, como as nascentes províncias renanas que faziam fronteira com a França e, sob domínio prussiano, serviram como elemento industrial e estratégico essencial para a operacionalização da logística e da infraestrutura.

De Scharnhorst a Moltke, os estrategistas alemães enfatizaram com precisão a importância da execução tática e operacional na implementação da Grande Estratégia. Após o enfoque político, busca-se privilegiar o nível operacional com o intuito de consubstanciar o entendimento prévio tanto da estratégia como da política, já que o nível tático se mostra mais controverso. Da mesma forma, será o culto da necessidade operacional sobre os demais níveis do planejamento da guerra, perseguido pelos sucessores do Sistema Bismarckiano, que caracterizará as rupturas subsequentes ao padrão de Grande Estratégia alemã do século XIX.

É nas guerras pela unificação alemã que melhor se observa o real impacto da Revolução Industrial, tendo na logística proporcionada pelo sistema ferroviário a grande inovação, que

---

<sup>1</sup> **William Gladstone** – Consoante Francisco Carlos Teixeira da Silva (2009, p. 231), “[...] embora nem liberais nem conservadores fossem, na Inglaterra, admiradores de Bismarck, a emergência da Alemanha imperial não causou particular temor em Londres. William Gladstone, primeiro-ministro liberal entre 1868 e 1874, não viu razão suficiente para advertir a Prússia sobre a exploração de sua vitória sobre a França.”

<sup>2</sup> **Balanceamento** – “O termo ‘balanceamento’ expressa, em sentido amplo, a noção de que os Estados competem entre si, procurando limitar a liberdade de ação uns dos outros. O que pode envolver a possibilidade da ameaça ou do emprego da força – neste último caso, tem-se o que ora denomina-se balanceamento estrito. Deste modo, em seu sentido amplo, o balanceamento confunde-se com o próprio conceito de Relações Internacionais enquanto tal. Já em seu sentido estrito, pode caracterizar-se pela intimidação ou chantagem. Assim, é razoável correlacionar balanceamento amplo com dissuasão (*deterrence*), e balanceamento estrito com intimidação (*compellence*).” (MARTINS, 2020, p. 9).

agora permitia que exércitos de mais de 100 mil homens combatessem por longos períodos de tempo com maior garantia quanto às linhas de suprimento de longas distâncias.

### 3.1 ESTADO-MAIOR E REVOLUÇÃO MILITAR NO CONTEXTO DAS GUERRAS PELA UNIFICAÇÃO DA ALEMANHA

A guerra é um confronto entre sociedades [...] subsidiariamente de forças armadas.  
– **Carl von Clausewitz**

O sistema militar de uma nação não é uma parte independente do sistema social, mas um aspecto deste, em sua totalidade.  
– **Michael Howard**

O Estado soberano, é sabido, deve ter poder duro (*hard power*, em inglês) suficiente não só para fins dissuasórios, mas para exercer o monopólio do uso da força. Os meios para manter essa força sob restrição legal, contudo, têm historicamente sido motivo de debate. Na Europa Ocidental do século XIX, a visão liberal que emergiu a partir das revoluções de 1848 coloriu os problemas reais e teóricos decorrentes da necessidade de força armada para exercer a soberania.

O clima liberal pós-1848 encorajou uma distinção radical na lei e na prática entre os aspectos civis e militares do governo. A ascensão das instituições parlamentares e o aumento do papel da opinião pública enfatizaram o aspecto civil em detrimento do militar. Nos anos sessenta, o “militarismo”, isto é, na visão liberal, uma influência militar exagerada nos assuntos públicos, tornou-se uma questão contenciosa.

A Alemanha oferece as oportunidades mais vívidas de análise desta relação controversa do Estado-Maior com o meio civil. A obra seminal do germanista Gordon Craig (1955) sobre o tema ofereceu um corte transversal crítico dessa questão. Ele se concentrou nos eventos entre as reformas liberais prussianas de 1807 a 1819 e a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Em parte, é a influência do exército prussiano (depois de 1871 o exército alemão) na política pública, especialmente nas relações exteriores, que interessa para este estudo.

Essa tendência, todavia, não era exclusividade prusso-alemã, posto que era latente em todos os exércitos de outrora. Porém a Prússia desponta como um laboratório particularmente interessante pelo fracasso do movimento liberal de 1862-1866 em colocar o exército sob restrição constitucional. A estratégia da Prússia dependia, historicamente, da coordenação sistemática entre elementos militares e políticos:

No contexto da evolução do governo, pelo menos desde a Revolução Francesa e possivelmente desde o Renascimento, um exército apolítico é uma contradição em termos. O Estado moderno, qualquer que seja sua forma, tende a politizar todas as formas de atividade pública, tornando-as objeto de debate e decisão em uma estrutura de formulação de políticas. Isso, por sua vez, reflete a composição essencial do Estado moderno: uma rede de grupos de interesse, buscando promover seus valores, políticas e bem-estar geral às custas de outros grupos de interesse. (SHOWALTER, 1994, p. 59, tradução nossa).<sup>3</sup>

O grupo reformista (*Reformpartei*, em alemão) prussiano Stein-Hardenberg do início do século não facilitou a distinção civil-militar. A insegurança do Estado prussiano favoreceu uma liderança militar cautelosa, de modo que o exército regular passou a se identificar com a reação política. O movimento reformista ampliou o abismo entre os mundos civil e militar, uma distinção constantemente enfatizada à medida que o século avançava pelo caráter cada vez mais técnico da profissão.

“Um grande mito historiográfico sobre o Segundo Reich é a posição extra constitucional do exército. As constituições da Prússia e da Confederação da Alemanha do Norte de fato incorporaram discussões geralmente claras sobre a posição do exército no Estado”, lembra Showalter (1994, p. 66), por mais que “Ambiguidades, particularmente envolvendo autoridade de comando real, certamente existiam.”

Há, de fato, o fracasso de uma reforma constitucional para o exército no período visto em Craig (1955). Porém, a partir daí, o próprio Exército Nacional surge como modulador de uma via reformadora pelo alto (*von oben*, em alemão): a territorialização, a mudança da doutrina em função da infraestrutura ferroviária, do volume de tropas e da ideia de travar guerras curtas e decisivas contando com uma concentração maciça de força.

Otto von Bismarck, que se tornaria o 9º Ministro-Presidente da Prússia em 1862 e Chanceler da Confederação da Alemanha do Norte em 1867, teve um papel contraditório neste dilema. Nunca houve a intenção de subjugar o grupo de interesses civil representado pelos *Junkers* no debate constitucional, mas foi o que de fato foi feito pela revolução pelo alto do Exército Nacional. Bismarck subjuguou os seus para criar um equilíbrio de forças projetado para

---

<sup>3</sup> **No original** – “In the context of the evolution of government, at least since the French Revolution and arguably since the Renaissance, an apolitical army is a contradiction in terms. The modern state, whatever its form, tends to politicize all forms of public activity by making them subjects for debate and decision in a policy-making structure. This in turn reflects the modern state's essential composition: a network of interest groups, seeking to advance their values, policies, and general well being at the expense of other interest groups.”

ser regulado pela interação de um triângulo de lideranças: o chanceler, o chefe de Estado-Maior e o monarca.

Ao contrário de Castlereagh e, principalmente, Metternich, cuja política exterior era reacionária em essência, os responsáveis pelo desenvolvimento da Grande Estratégia alemã do século XIX eram conservadores nos moldes hegelianos, que viam a ordem como a norma e a tensão como sintoma de um colapso iminente tanto nacional quanto internacional (SCHIEDER, 1992).

Reconhecendo que o “[...] conservadorismo é uma das chaves da construção do mundo moderno”, tendo emergido no contexto da Revolução Francesa de 1789 e se consolidado com as revoluções de 1848 (TEIXEIRA DA SILVA, 2020, p. 31-51), tem-se em Bismarck, diferentemente do reacionarismo de Metternich, um conservadorismo dinâmico, que reconhece a necessidade de mudar para conservar. Pleiteava, acima de tudo, consentimento diplomático para que a Alemanha se tornasse uma nova grande potência no coração Europa – em outras palavras, mudar o sistema sem subvertê-lo.

Não por acaso, a capacidade de manipular as tensões tanto domésticas quanto externas em benefício próprio se tornaria uma característica do Sistema Bismarckiano:

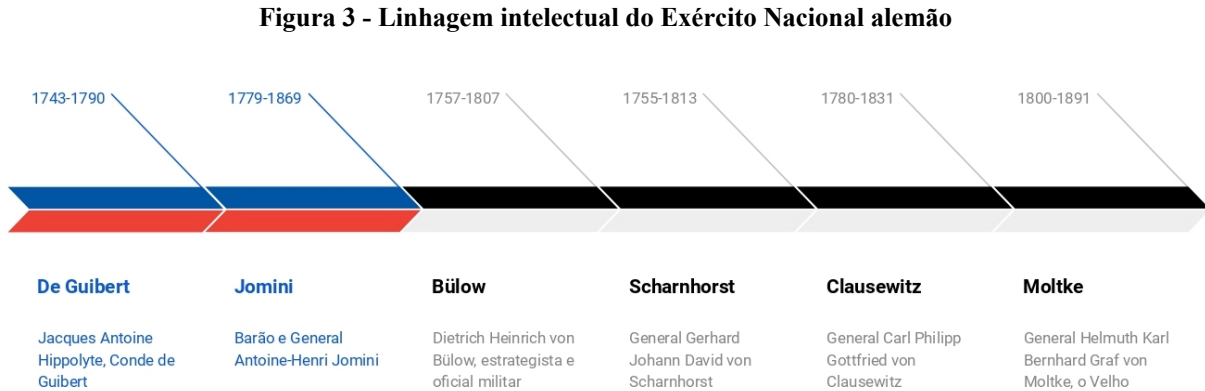
Bismarck [...] habilmente maquinava uma parceria entre Estado e povo, como haviam almejado Scharnhorst e seus companheiros reformadores do início do século XIX. Com certeza, a façanha de prestidigitação política de Bismarck, ligando reação e revolução dentro da estrutura do estado prussiano, foi tão crítica para as vitórias prussianas quanto o profissionalismo de Moltke. (MCNEILL, 2014, p. 299).

Por esse motivo, a reforma militar que se estendeu de 1819 a 1890, sob a influência napoleônica, também teve impacto político-social duradouro uma vez que suscitou tanto uma revolução pelo alto por parte do Exército Nacional como uma mudança social, conforme visto em Paret (2001) e Palmer (2001). Em *Construtores da Estratégia Moderna* (2001) – coeditado com Gordon Craig e Felix Gilbert, um orientando de Meinecke –, porém, Paret subestima o êxito do processo iniciado por Scharnhorst e Clausewitz pois efetua o seu balanço somente pela agenda política, parecendo negligenciar que, do ponto de vista militar, o Exército Nacional francês no fim foi plenamente adotado pelos prussianos.

As campanhas napoleônicas foram abordadas como antecedente histórico direto para o propósito deste estudo sobre Grande Estratégia da Alemanha, especialmente pela influência que tiveram sobre o pensamento estratégico alemão. Assim, podemos traçar uma linhagem do



pensamento do Exército Nacional, que começa na França e chega na Alemanha por meio de Bülow, Scharnhorst e, finalmente, Clausewitz.



Fonte: Elaboração própria.

Da França, a primeira inspiração do Exército Nacional alemão seria vislumbrada em Guibert. Quando escreveu o celebrado *Essai general de tactique*, em 1772, o jovem Guibert já havia servido como oficial na Alemanha e suas ideias reverberado nos saguões da corte prussiana de Frederico, o Grande. Para a tese, importam dois temas centrais da sua obra: o Exército Cidadão e a noção da guerra em movimento, sob a égide da “grande tática”, ou o que hoje chamamos puramente de estratégia (PALMER, 2001).<sup>4</sup>

Esses dois temas fundamentais em Guibert ecoaram fortemente no pensamento jominiano, que acumulou discípulos com o passar dos séculos: a logística e a estratégia como elementos centrais. Assim como Guibert, Jomini expôs suas ideias centrais ainda jovem, e as manteve firmemente com o passar dos anos: “*Que a estratégia é elemento-chave da guerra; que toda a estratégia é controlada por princípios científicos imutáveis; e que todos esses princípios prescrevem a ação ofensiva de forças emassadas contra forças inimigas mais fracas, em algum ponto decisivo, para que a estratégia conduza à vitória.*” (SHY, 2001, p. 205).

Mondaini (2015, p. 200-201) dedica-se à ingrata tarefa de atribuir à Revolução Inglesa – e não à Francesa – o surgimento de um novo tipo de Exército. Contudo, o próprio autor acaba por reconhecer que, ao fim, o mérito da inovação cabe aos franceses – já que “[...] o Exército de Novo Tipo inglês não ultrapassou a ‘infância’ [...]”. Mesmo assim, o malabarismo lógico do

<sup>4</sup> **Jacques Antoine Hippolyte, Conde de Guibert** – “Infelizmente para a sua reputação de profeta, a segunda obra importante de Guibert sobre a Ciência Militar, a *Défense du système de guerre moderne*, publicada em 1779, repudiava explicitamente as ideias principais do *Essai*.” (PALMER, 2001, p. 160).

autor pode ter rendido algum fruto. Neste caso, o de permitir comparar e diferenciar o Exército Revolucionário do Exército Nacional. Os primeiros são baseados no voluntariado, no fervor revolucionário e ideológico, no compromisso militante – aliás, é daí que advém a origem etimológica do termo. Já os segundos são baseados na lei, no recrutamento obrigatório e na mobilização dos demais recursos nacionais – que não apenas o potencial humano.

Assim, é possível comparar o exército de Oliver Cromwell (1599-1658) ao Exército Revolucionário Francês, na medida que ambos foram constituídos originalmente por voluntários. O que faltou destacar é que a verdadeira inovação da Revolução Francesa é o Exército Nacional e a mobilização nacional feita com base no recrutamento obrigatório e no direito de o Exército exercer a obtenção de meios por diversas formas, incluindo-se o confisco (ESQUIA, 2021). A ausência expressa deste último elemento no texto do autor, que importa para relacionar o preparo militar e a guerra com a economia, parece ter criado dificuldades a Mondaini (2015).

Na França, o Exército Revolucionário – oriundo do fervor dos voluntários – converteu-se em Força Regular, conjugando conscritos à profissionais. Inicialmente, isto se deu por intermédio da Lei do Amálgama de 21 de fevereiro de 1793, que associou o velho batalhão de tropas regulares com o novo batalhão de revolucionários. A ideia era reunir capacidade técnica e fervor ideológico. Contudo, o dispositivo revelou-se insuficiente. Então, com a Lei Jourdan, de 5 de setembro de 1798, surgiu o serviço militar obrigatório para cidadãos entre 18 e 24 anos, o que converteu o exército francês em um exército de massas. Em suma, pode-se inferir que deixou de depender do voluntarismo e dos alistamentos espontâneos e passou a amparar-se na lei e no recrutamento obrigatório. Com isso surgiu um novo tipo de organização militar que se tornaria um padrão difundido mundialmente: o Exército Nacional.

As principais características de emprego da *Grande Armée* eram massa, velocidade e ofensividade. Essa Doutrina de Emprego pode ser expressa por intermédio desses e outros dois elementos centrais (MONDAINI, 2015, p. 202):

- a) massa;
- b) velocidade;
- c) ofensiva;
- d) surpresa;
- e) choque – “(...) corpo a corpo, tendo como arma fundamental a baioneta”.

Assim, a característica napoleônica dominante que constituiu a inovação do Grande Exército no campo da estratégia residia em “[...] atacar sempre, manter-se na ofensiva em todas as ocasiões,” para o que, naturalmente, importava a velocidade dos deslocamentos:

[...] a velocidade dos deslocamentos dos seus exércitos era algo essencial. Eram esses velozes deslocamentos que conseguiam inverter a correlação de forças entre os dois contendores. Não foram poucas as ocasiões em que os exércitos napoleônicos se anteciparam de maneira surpreendente à mobilização e posicionamento de exércitos inimigos muito superiores em termos numéricos. A velocidade também esteve presente de forma efetiva nas ocasiões em que o Grande Exército teve de lutar contra mais de um exército adversário. Porém, nessas circunstâncias, a velocidade era complementada pela iniciativa de combater os vários exércitos separadamente, antes que pudessem se unir num único corpo organizado, antecipando-se assim a uma certa condição de inferioridade numérica. [...] A grande inovação dos exércitos napoleônicos não se deu no plano da tática. Aqui, os movimentos clássicos eram amplamente reproduzidos de acordo com as circunstâncias: cercos, ataques pela retaguarda e emboscadas. Como dito acima, a inovação do Grande Exército se deu no campo da estratégia, com o ‘simples’ plano de atacar sempre, manter-se na ofensiva em todas as ocasiões. (MONDAINI, 2015, p. 203).

O sujeito oculto em meio ao que Mondaini (2015) denomina a inovação no campo da estratégia é a mobilização nacional. O autor chega a empregar o termo, mas apenas para referir-se à manobra. Isto é, ao posicionamento dos exércitos no campo de batalha. Contudo, é lícito supor que as sucessivas vitórias da França contra coalizões superiores em tropas e recursos econômicos deveu-se também à celeridade da mobilização operada na retaguarda. Isto é, do exército enquanto estrutura administrativa apta a canalizar rapidamente recursos humanos e materiais da vida e da economia civil para a guerra.

O fracasso do Grande Exército, quer na península Ibérica ou na campanha da Rússia, deveu-se ao fato de não poder tirar proveito de sua principal característica. Afinal, como foi visto, seja lutando contra guerrilhas ou nas vastidões despovoadas da Rússia, não era possível manter-se na ofensiva em todas as ocasiões. Com isso, ainda que de modos diferentes e por razões diversas, o Grande Exército acabou sucumbindo à fricção e ao atrito.

A essência da reforma militar e, por conseguinte, do Exército Nacional francês jominiano, incluindo conceitos-chave como o das linhas de operações interiores,<sup>5</sup> fica clara no

---

<sup>5</sup> **Linhas interiores** – “O conceito estratégico que recebeu o maior cuidado em sua análise foi o das linhas de operações ‘interiores’. Elas estão ligadas à simples ideia de que um dos contendores possa estar ocupando posição entre – ‘no interior’ de – forças inimigas separadas. Com tal posição ‘interior’, é possível atacar, primeiro, parte da força inimiga, depois, a outra, derrotando cada uma delas a seu turno, embora o inimigo – se unificado – possa ser superior. Jomini jamais cansou de demonstrar como um exército menor, comandado por um Frederico ou um Napoleão, poderia derrotar um exército maior e presumivelmente mais forte, por meio de uma ‘única’ ou unificada linha de operação, quando o inimigo operava em linhas de operação ‘múltiplas’ ou ‘concêntricas’. Um comandante capacitado, como Napoleão em 1796, mediante a manobra rápida, poderia

pensamento estratégico alemão da primeira metade do século XIX, tendo sido, nesse período, tão influente quanto o clausewitziano – a quem os germânicos consideravam “[...] tão difícil, obscuro e duvidoso quanto os não-germânicos, a maior parte dos quais lia Clausewitz em traduções pobres.”<sup>6</sup> (SHY, 2001, p. 246-247).

Na Alemanha, o estrategista militar prussiano Dietrich Heinrich von Bülow, irmão do general Friedrich Wilhelm von Bülow, em meio às guerras napoleônicas já “[...] recomendava o sistema francês de conscrição universal [...] ‘um exército [que] poderia ser considerado como o mais amplo estabelecimento de ensino da juventude’” (PALMER, 2001, p. 169). Também de forma profética, Bülow antecipou que “[...] a era dos pequenos estados estava encerrada. [...] haveria [de ter no máximo] cerca de uma dúzia de Estados na Europa [...]. Essa foi uma antecipação surpreendentemente exata do mapa da Europa de 1870.” (PALMER, 2001, p. 164).

Pretensioso e com pouca experiência militar como Guibert, os escritos de Bülow também despertavam reações ambivalentes. É inegável, contudo, a sua contribuição para a ciência militar:

[...] Bülow definiu estratégia como ‘todos os movimentos militares fora do alcance do tiro dos canhões inimigos ou da sua linha de visada,’ e tática como ‘todos os movimentos dentro desse alcance.’ Clausewitz rejeitou essa distinção como superficial, dependente do tempo – porque poderia ser afetada pelas mudanças tecnológicas – e irrelevante, porque o propósito dos dois conceitos restou indefinido. No seu lugar, ele sugeriu definições que eram funcionais e se aplicavam a qualquer guerra passada, presente e futura: ‘A tática constitui a teoria do emprego das forças armadas na batalha; a estratégia compõe a teoria do emprego da batalha para o objetivo da guerra.’ (PARET, 2001, p. 263).

Ao contrário de Bülow, que faleceu em 1807 após um diagnóstico de insanidade, Clausewitz e a Prússia conheceram na pele “[...] a adversidade, a derrota e a humilhação.” E ao contrário de Jomini, que também escrevia “[...] para causar impressão,” “[...] Clausewitz escreveu sobre a guerra para satisfazer a si mesmo e, talvez, ao fantasma de Scharnhorst, morto em 1813, que estabelecera os mais altos padrões de integridade pessoal e intelectual para seus protegés.” (SHY, 2001, p. 220-221).

---

explorar a dispersão do inimigo, conquistar uma linha de operação ‘interior’ contra as linhas ‘exteriores’ do inimigo e chegar à vitória decisiva. [...] A linha de operação ‘interior’ foi a forma mais específica e prática dada por Jomini ao seu princípio geral da força emassada contra alguma parte vulnerável da força inimiga.” (SHY, 2001, p. 235-236).

<sup>6</sup> **Da Guerra** – A problemática das traduções da obra magna de Clausewitz não se restringe ao século XIX, só tendo sido superado, na língua inglesa, após os esforços de Michael Howard e Peter Paret: CLAUSEWITZ, C. **On war**. Translated by Michael Howard and Peter Paret. Princeton: Princeton University Press, 1984.

O Estado-Maior alemão que seria o mais vitorioso da Europa na segunda metade do século XIX foi estabelecido por Scharnhorst como parte das reformas que se seguiram ao colapso do exército prussiano em Jena-Auerstedt. Foi a Reforma Scharnhorst, sob inspiração napoleônica, que colocou o Reino da Prússia em condições de rivalizar com a França revolucionária e depois trilhar o caminho da unificação. Influenciado pela filosofia francesa, o Estado-Maior de Scharnhorst também transformou o exército prussiano como elemento de equilíbrio e cooperação entre os diferentes grupos de interesse, atuando como um agente social:

Scharnhorst logo transformou a comissão no centro de uma nova campanha para modernizar as instituições militares do país, desde a política para a convocação de homens até o projeto de mosquetes e o desenvolvimento de doutrinas operacionais e táticas atualizadas. [...] O enorme alcance das medidas propostas por Scharnhorst iria não só transformar exército a mas também afetaria a sociedade e a economia do país, quebraria o quase monopólio da nobreza nos postos dos oficiais e liberaria as praças dos vínculos que as prendiam ao velho e frequentemente desumano sistema de instrução e disciplina. O conflito sobre a reforma, que na verdade foi uma luta quanto ao caráter do exército prussiano, alastrou-se pelos cinco anos seguintes. (PARET, 2001, p. 265).

Importante ressaltar que Clausewitz não se tornou relevante apenas no século XX, quando foi “descoberto”, mas já era influente no pensamento militar do século XIX (PARET, 2007). Da mesma forma, a participação de Clausewitz no exército conscrito é clara, porém no Estado-Maior bismarckiano não foi tão explorada pela literatura. O núcleo duro do programa auxiliar adotado a partir da experiência clausewitziana em *Da Guerra (Vom Kriege)*, em alemão) e nas Obras Completas (*Hinterlassene Werke*, em alemão) tem como principais elementos:

- a) a centralidade do combate na guerra;
- b) a guerra como instrumento político;
- c) a superioridade intrínseca da defesa sobre o ataque; e
- d) a Trindade<sup>7</sup> (*wunderliche Dreifaltigkeit*) (DUARTE; MENDES, 2015).

Clausewitz inovou o pensamento da arte da guerra e a sua ambição era, justamente, contribuir para “[...] a educação de comandantes e a elaboração de um arcabouço para se pensar apropriadamente sobre a guerra.” (DUARTE; MENDES, 2015, p. 141). O general prussiano

---

<sup>7</sup> **Trindade** – Clausewitz também queria capturar a natureza da guerra real como um fenômeno social e político. Para ele, a guerra em sua concepção mais ampla “faz parte da existência social do homem”. Como toda atividade humana, contém elementos que são irracionais e não podem ser controlados, elementos que estão sujeitos à razão humana e elementos que são simplesmente incognoscíveis. Essas três “tendências dominantes” fazem da guerra “uma trindade notável” (*wunderliche Dreifaltigkeit*) que consiste em: paixão – ódio e inimizade, que dão origem à violência primordial e pode ser vista como “uma força natural cega”; a razão – o “elemento de subordinação da guerra, como instrumento de política, que a torna sujeita apenas à razão”; e o acaso – “o jogo de acaso e probabilidade dentro do qual o espírito criativo é livre para vagar” (SMITH, 2004, p. 115).

ensina que as guerras deveriam variar com a natureza de seus motivos e das situações que lhes dão origem. Logo, a guerra não pode ser separada do seu propósito político e nem das suas restrições, pois a política é a faculdade intelectual e a guerra o seu instrumento:

A subordinação do ponto de vista político ao da guerra seria absurdo, visto que foi a política que preparou a guerra; a política é a faculdade intelectual, a guerra só o instrumento, e não o inverso. Subordinar o ponto de vista militar ao ponto de vista político é, portanto, a única coisa que se pode fazer. (...) o ponto de vista mais elevado da condução da guerra, de onde derivam os seus caracteres dominantes, só pode ser o da política. (CLAUSEWITZ, 2010, p. 873).

Ao descrever a guerra como a continuação da política por outros meios, Clausewitz coloca em evidência a influência do objetivo político-estratégico sobre o propósito militar – ou seja, a Grande Estratégia. A guerra, desse modo, “[...] é apenas uma parte das relações políticas, e por conseguinte de modo algum independente.” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 870). Ainda que o elemento político não penetre profundamente nos detalhes táticos e operacionais, a sua influência é decisiva sobre o plano conjunto de uma guerra, de uma campanha e até mesmo de uma batalha.

Clausewitz e seu mentor Gerhard von Scharnhorst, bem como posteriormente Bismarck, Moltke (1891) e seus generais, perceberam em Napoleão uma nova forma de movimentação, logística e comunicação no comando grandes exércitos em campanha – um processo evolucionário iniciado na Guerra dos Trinta Anos, uma “guerra civil alemã” em sua primeira fase e que iria atingir seu ponto culminante nas Guerras Napoleônicas. E essa experiência foi aprimorada e transportada com força para a segunda metade do século XIX:

A grande tradição da estratégia móvel decisiva, de Scharnhorst em diante ao longo do século, não era uma receita infalível, nem um método ou um sistema, mas o próprio espírito da estratégia – a adaptação das formas e meios mutáveis da guerra ao seu último objetivo: a derrubada completa do poder de resistência do inimigo. (ROSINSKI, 1939, p. 138-139, tradução nossa).<sup>8</sup>

A revolução militar implementada pela via prussiana na década de 1860 estava calcada em diversos elementos interligados que remontavam à experiência napoleônica na Europa, em especial: a conscrição, a organização e o adestramento – inclusive por meio de uma avançada

---

<sup>8</sup> **No original** – “The great tradition of decisive mobile strategy, from Scharnhorst onwards throughout the century, [was] not any infallible receipt, not a method or a system, but the very spirit of strategy - the adaptation of the changing forms and means of war to its ultimate object, the complete overthrow of the enemy's power of resistance.”

Academia de Guerra, que se beneficiaria dos altos níveis educacionais adquiridos na Alemanha. O órgão responsável pela implementação desses elementos, dentro da tríade de comande, era o Estado-Maior liderado por Moltke, o “[...] cérebro do exército” (KENNEDY, 1989, p. 181).

O conceito teórico de uma Grande Estratégia que dependia de controle e limitação foi traduzido na prática por Helmuth von Moltke. [...] O crescente pessimismo de Moltke em relação às perspectivas até mesmo de uma guerra preventiva o levou a progressivamente enfatizar o que as gerações posteriores chamariam de “dissuasão”. (SHOWALTER, 1990, p. 73-75).

Ainda que de forma não intencional, o estabelecimento da conscrição, o elemento mais importante do Exército Nacional, removeu a Alemanha em definitivo da Idade Média. Mesmo que o conservadorismo prussiano tenha frustrado as expectativas de uma reforma militar pela via constitucional durante o decorrer do século XIX, incluindo o movimento suscitado pelas revoluções de 1848, o modelo de conscrição o fez dentro do modelo de revolução pelo alto. Isso explica o caráter aparentemente contraditório de Bismarck, um oligarca que se moveu contra a oligarquia. A reação foi forte e persistente da parte dos *Junkers* pois era “[...] a *Vörmärz*, ou seja, a sociedade anterior à revolução de março de 1848, que estava em questão; em especial as estruturas militares.” (TEIXEIRA DA SILVA, 2020, p. 152).

As guerras pela unificação travadas por Guilherme I (*Wilhelm*, em alemão), Bismarck e Moltke entre 1864 e 1871, que serão abordadas a seguir, foram guerras limitadas pois o objetivo não era a conquista da Dinamarca, da Áustria e da França. O mesmo não pode ser dito, contudo, do Imperador Guilherme II e de Adolf Hitler, que compõem o mesmo núcleo de ruptura que marcaria a Grande Estratégia alemã entre 1890 e 1945. Importa aferir, portanto, das campanhas, as conflagrações pela unificação da Alemanha sob a lógica da tipologia da guerra.

Por mais que Clausewitz tenha se inspirado em Napoleão e percebido nas suas campanhas aquilo que considerou o mais próximo da essência absoluta da guerra (MONDAINI, 2015), para o prussiano, ao fim e ao cabo, a guerra absoluta nada mais é do que uma construção irreal. Logo, tem-se em Clausewitz (2010) que as guerras possíveis, ou reais, podem ser tanto limitadas como ilimitadas, e a diferença entre uma e outra reside na extensão do envolvimento popular e na exaustão do tecido social e econômico.

Logo, a guerra limitada, ao contrário da ilimitada, “[...] consiste em uma conflagração confinada não só na geografia, mas também na duração e na escala” (MARTINS, 2013, p. 182). A escalada, ou o aumento no grau do conflito, pode se dar tanto pela via vertical quanto pela horizontal. No primeiro caso, verifica-se o aumento da intensidade da guerra pelo emprego de

mais tropas ou de armamento de maior poder destrutivo, e no segundo em virtude do concurso de novos beligerantes (KAHN, 1969). O argumento, em suma, constitui-se em uma relação de fins e meios: nas guerras limitadas, os derrotados não precisaram ser prostrados para concederem.

À luz do marco temporal deste estudo, se as Guerras Napoleônicas prefiguram a guerra ilimitada, ou guerra total – que só seria vislumbrada na sua forma acabada nas guerras mundiais do século XX –, as guerras pela unificação da Alemanha são um perfeito exemplo de guerras limitadas, de curta duração, que envolveram objetivos específicos estrategicamente pré-definidos, mas com forte poder de fogo. O exército prussiano garantiu os fins da Grande Estratégia ao vencer batalhas de forma impressionante o suficiente a ponto de convencer seus inimigos a rapidamente pleitear a paz:

A abordagem militar alemã para a Grande Estratégia, a própria concepção alemã de guerra, diferia em essência dos parâmetros atualmente vistos como de sucesso na guerra. A herança alemã, devidamente entendida, é uma de força total aplicada em guerras limitadas para objetivos limitados. A falha em compreender este ponto reflete uma tendência, particularmente na comunidade intelectual anglo-americana, de equacionar guerra limitada com força limitada. (SHOWALTER, 1990, p. 66, tradução nossa).<sup>9</sup>

A partir de Clausewitz, pode-se completar um quadro de binômios das guerras possíveis agregando os conceitos de guerra central e a guerra local. A guerra local é uma noção clausewitziana que tem sua origem na Ásia. Diante da escassez da literatura brasileira especializada sobre o tema, o conceito foi mais bem operacionalizado por José Miguel Quedi Martins (2008, p. 11), que a define como “[...] uma guerra confinada [apenas] geograficamente”, na qual “[...] não há quebra na cadeia de comando e controle, qualquer que seja sua intensidade.”

Por se tratar também de uma tipologia clausewitziana de retificação de fronteiras, guerras locais e limitadas são frequentemente alvo de confusões conceituais (OSGOOD, 2018). Ainda que as classificações não sejam sinônimas e derivem de apropriações teóricas diferentes que atentam a elementos igualmente diferentes do fenômeno da guerra, é forçoso reconhecer

---

<sup>9</sup> **No original** – “The German military's approach to grand strategy, the German conception of war itself, differed in essence from the parameters currently seen as marking success in war. The German heritage, properly understood, is a heritage of total force applied in limited wars for limited objectives. The failure to comprehend this point reflects a tendency, particularly in the Anglo-American intellectual community, to equate limited war with limited force.”



que são mais complementares que concorrentes. Ou seja, guerras locais podem ser também limitadas, e vice-versa.

Todavia, para a finalidade deste trabalho as três guerras pela unificação da Alemanha – a Guerra dos Ducados (1864), a Guerra Austro-Prussiana (1866) e a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) – serão abordadas sob a ótica da guerra limitada tão somente, tomando como critério definidor a estrutura do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2011). Como a Alemanha estava no cerne da Segunda Revolução Industrial e vinculada ao centro do capital internacional, o conceito de guerra local não será aprofundado.

Os prussianos se preocupavam, acima de tudo, com ofensivas objetivas, no melhor estilo clausewitziano. Todavia, é importante frisar que durante toda transição tecnológica, como a experimentada na segunda metade do século XIX e no início do século XXI, surge a exaltação da guerra limitada. Os avanços tecnológicos de fato possibilitaram guerras curtas, rápidas e decisivas que foram extremamente eficazes para os objetivos específicos de unificação da Alemanha. Porém a guerra limitada não é garantia infalível de sucesso: às vezes, falta “combinar com o inimigo” que a guerra não escalará caso ele se recuse a capitular mesmo em uma situação de incapacitação militar.

Por fim, pretende-se contribuir de forma original também ao considerar a Guerra dos Ducados com a Dinamarca como “a última batalha da era napoleônica” (com a adição das trincheiras) e a prefiguração dos outros dois conflitos: o que foi feito em Dybbøl seria literalmente replicado, em escala maior, contra a Áustria e a França. O objetivo aqui, portanto, não é exaurir o tema das guerras pela unificação da Alemanha de forma descritiva, posto que célebres estudos, tanto históricos quanto atuais, já o fizeram.<sup>10</sup> Neste sentido, três batalhas são especialmente relevantes para o argumento geral da difusão da guerra moderna (industrial): Dybbøl (1864), Königgratz (1866) e Sedan (1870), sendo Skalitz (1866) a antessala da conflagração em Königgratz (Sadowa).

### 3.1.1 De Dybbøl a Skalitz

Ao Norte, no Reino da Dinamarca, a questão constituinte foi bem menos contenciosa que as crises que se instauraram na Confederação Germânica após 1848, culminando no processo de restauração prussiana pelo alto. Com uma constituição progressista e democrática

---

<sup>10</sup> **Por exemplo** – SHOWALTER, D. **The wars of German unification**. 2. ed. London: Bloomsbury, 2015.

inovadora obtida sem convulsão social, um rei com papel diminuto e a vitória na Guerra dos Três Anos (1848-1852), a confiança do povo dinamarquês era enorme. “Dinamarca para os dinamarqueses”, bradava o excêntrico e ambicioso primeiro-ministro Ditlev Gothard Monrad, teólogo liberal nacionalista e artífice da constituição dinamarquesa.

A Guerra dos Três Anos foi a antessala da conflagração de 1864, motivada pela questão dos ducados do Eslévio e Holsácia. De etnia majoritariamente germânica, representou o choque de nacionalismos existente entre os alemães e os dinamarqueses, que exigiam o controle dos ducados e a língua dinamarquesa como predominante. O sentimento anti-alemão nas jovens lideranças em Copenhague foi fundamental para a conflagração, assim como a atuação dos enclaves germânicos separatistas nos ducados.

Para além do nível político, importa aferir, de forma objetiva, o nível operacional. E, sempre e quando possível, estimar a ordem de batalha – isto é, os contingentes e unidades envolvidos, seu porte e capacidade de combate. A transição tecnológica das décadas de 1850 e 1860 trouxe desafios operacionais sem precedentes para a preparação militar, trazendo à tona o papel do transporte (logística) como transformador do modo de fazer a guerra.

Nesse processo, as lideranças político-militares prussianas se mostraram mais bem-sucedidas que as francesas e austríacas – para não mencionar as dinamarquesas. Consoante Ortman e Whittaker (2019), grandes estrategistas como Moltke e Bismarck, implementadores da Grande Estratégia, precisam ser flexíveis e adaptáveis, mas também estavam imbuídos da missão de procurar estruturas persistentes que lhes permitissem lograr objetivos estratégicos.

Uma série de desenvolvimentos técnicos em armas, transporte e comunicações, combinados com o aparente ressurgimento do poderio militar francês sob Napoleão III, fez com que os generais prussianos reexaminassem a organização tática e a prontidão operacional de suas forças (SHOWALTER, 1994). Do ponto de vista tático, o arranjo em “pequenos grandes exércitos” de Moltke garantia que mesmo que um deles sofresse graves baixas, a campanha de forma geral não era comprometida (HOWARD, 1981).

Helmuth von Moltke antecipou em décadas formas de comando e controle que só seriam popularizadas posteriormente pelos norte-americanos, como, por exemplo, a ideia da “missão pela finalidade” (*Auftragstaktik*). Ela prevê a autonomização dos comandantes de frente de batalha – no caso da Prússia, inclusive em nível de Brigada – que geriam grandes contingentes humanos independentes em alta mobilidade e que nem sempre estavam em comunicação um com o outro. Isso também significava contingentes profissionais prontos para entrar em batalha em curto espaço de tempo, em linha com o que sustenta Showalter (1990, p. 73, tradução nossa):

O planejamento sistemático e abrangente deve ser combinado com a utilização de multiplicadores tecnológicos no nível estratégico, especificamente a ferrovia e o telégrafo. Melhor coordenação de logística e comando e maior mobilidade estratégica eram as pré-condições para decisões rápidas no contexto de guerra limitada.<sup>11</sup>

A implementação de uma nova estrutura logística não foi fácil, pelo grande esforço organizacional e preparatório envolvido. Testes militares obrigatórios, periódicos e pragmáticos se tornaram uma marca do período de Moltke no comando do Estado-Maior prussiano. E as provocações nacionalistas dinamarquesas durante a Questão dos Ducados, incluindo a violação dos acordos assinados em 1848 e que encerraram a primeira conflagração, se apresentaram como um grande treinamento para o Exército Nacional reformado.

As capacidades dos dois lados envolvidos eram discrepantes – nunca antes a primeira linha prussiana teve tantos armamentos. Lado a lado, prussianos e austríacos somaram o dobro de armamentos e contingente frente aos números dinamarqueses – aproximadamente 80 mil contra 40 mil soldados. Como consequência, o número de baixas foi dez vezes maior: 13 mil soldados dinamarqueses para 3 mil alemães, aproximadamente. O conflito duraria 8 meses e 29 dias, de 1 de fevereiro a 30 de outubro de 1864.

No campo de batalha, a Prússia foi inicialmente liderada pelo longo *Generalfeldmarschall* Friedrich Graf von Wrangel, um admirador de Napoleão Bonaparte e que personificava a grande transformação do Exército Nacional prussiano nos moldes franceses por ter participado das Guerras Napoleônicas. Abaixo dele estava o inexperiente príncipe Friedrich Karl, mas que contava com o apoio de Helmuth von Moltke e Albrecht von Roon, bem como da aristocracia *Junker*. Com o posterior afastamento de Wrangel, o príncipe ficaria encarregado da tomada de decisões na frente de batalha.

O primeiro teste de Friedrich Karl ocorreu na Batalha de Missunde, travada no dia 2 de fevereiro de 1864. Na ocasião, o fracasso prussiano em romper a linha de defesa inimiga rendeu uma vitória importante aos dinamarqueses. Mesmo assim, o metódico e cauteloso major-general dinamarquês De Meza, ciente da superioridade dos alemães, optou pela evacuação da histórica muralha defensiva de Danevirke<sup>12</sup> para Dybbøl, temendo uma nova investida

---

<sup>11</sup> **No original** – “Systematic, comprehensive planning must be combined with utilizing technological multipliers at the strategic level, specifically the railroad and the telegraph. Improved coordination of logistics and command and enhanced strategic mobility were the preconditions of quick decisions in the context of limited war.”

<sup>12</sup> **Danevirke** – Hoje situada na Alemanha, foi construída pelo rei dinamarquês Godofredo em 1808 sob temores de uma invasão dos Francos. Seu objetivo principal era isolar os limites da península da Jutlândia do Império

prussiana pelos flancos. A procrastinação alemã em atacar Danevirke custou o comando de Wrangel, da mesma forma que o abandono de Danevirke custaria também o de De Meza posteriormente.

A retirada estratégica para uma posição mais segura em Dybbøl tinha como objetivo receber o inimigo com um contingente maior e mais organizado. Porém a ideia não agradou a Monrad em Copenhague, que desejava manter as posições avançadas em virtude do simbolismo moral adquirido pela vitória em Missunde. De Meza também não queria permanecer em Dybbøl – seu objetivo era seguir até Fredericia em movimentos de pequenas unidades, com o intuito de separar as forças austro-prussianas dentro do território dinamarquês.

No deslocamento para Dybbøl, o exército dinamarquês foi perseguido pelas tropas austríacas do general Ludwig von Gablenz. Em Sankelmark, uma ação de retaguarda da 7ª Brigada do 1º Regimento dinamarquês atrasou o avanço austríaco e garantiu que o restante do exército se agrupasse com segurança em Dybbøl. A batalha mais relevante para o curso da guerra ocorreria lá, na península da Jutlândia, entre 7 e 18 abril, quando os dinamarqueses entinchados sofreram fortemente com o fogo indireto da artilharia alemã. Em meio à campanha, o município adjacente de Sønderborg também foi fortemente canhoneado.

Bombardeios implacáveis, que por vezes duravam noites inteiras, esgotaram os dinamarqueses em suas trincheiras e fortificações. Os fuzis de tiros rápidos e, principalmente, os obuses foram decisivos para a vitória esmagadora: canhões de campanha de aço Krupp de 12 e 24 libras, com carregadores de recâmara e alcance de até cinco quilômetros e precisão sem precedentes. Enquanto isso, a infantaria alemã liderada pelo general August Karl von Goeben, que posteriormente receberia a Cruz de Ferro à luz da Guerra Franco-Prussiana, cavava sob as posições dinamarquesas.

Em menor número, 11.000 contra 37.000 austro-prussianos, os dinamarqueses sofreram 4.834 baixas, sendo cerca de 700 mortos, 554 feridos e 3.543 capturados. Os austro-prussianos, por sua vez, tiveram 1.201 baixas – o maior número do conflito –, sendo 263 mortos, 909 feridos e 29 desaparecidos (LAURSEN, 1997, não paginado). Após o massacre em Dybbøl, os prussianos sob a liderança de Leonhard Graf von Blumenthal e Herwarth von Bittenfeld ainda capturariam a ilha de Als, na noite de 29 de junho, naquela que seria a última grande batalha da Guerra dos Ducados de 1864.

---

Carolíngio ao Sul. Em 2018, foi inscrita como Patrimônio Mundial da UNESCO (sessão 42, número de referência 1553).

Com milhares de jovens sacrificados em vão e a consequente capitulação, o Rei Cristiano IX da Dinamarca chegou a pleitear que o seu país integrasse a Confederação Germânica como sinalização de boas intenções, proposta que foi prontamente refutada por Bismarck. O líder prussiano não confiava nos nacionalistas dinamarqueses e desprezava o seu modelo constitucional progressista, que impôs um papel diminuto à monarquia.

Mapa 1 - Guerra dos Ducados (1864)



Fonte: Elaboração própria.

Como resultado da vitória avassaladora dos alemães, um tratado concedeu a administração conjunta dos ducados para Áustria e Prússia, situação que contribuiu para os atritos que deram origem à Guerra Austro-Prussiana (1866). As contradições envolvendo austro-prussianos eram antigas e remontavam aos diferentes projetos sobre a unificação alemã, a participação ou não dos austríacos no *Zollverein* e a rivalidade econômica.

A guerra, nesse sentido, refletiu as divisões existentes dentro da Confederação Germânica e a ambição prussiana de quebrar o projeto católico-agrário federativo do Papa com a Áustria, que exercia controle sobre o Sul. A *Bruderkrieg* (“guerra entre irmãos”, em alemão) – ou *Deutscher Krieg* (Guerra Alemã, em alemão) –, como ficaria conhecida, duraria apenas



brigada que fez a carga e a que foi em seu apoio. Em pouco menos de quatro horas, os prussianos tinham tomado Skalitz, perdendo cerca de 1.300 homens. Os austríacos perderam cerca de 6.000 homens entre mortos, feridos e, metade destes, prisioneiros (WAWRO, 2007, p. 165-174; SHOWALTER, 2015, p. 170).

Skalitz e posteriormente Königgrätz deixariam claro o papel da mobilização nacional no modo alemão de fazer a guerra, especialmente aquela operada na retaguarda, contra coalizões superiores em tropas e recursos econômicos – como foi o caso da Prússia em Königgrätz. Ou seja, uma força terrestre com estrutura administrativa eficiente e capaz de rapidamente canalizar recursos humanos e suprimentos para a guerra, assim como o exemplo do Exército Nacional napoleônico.

### 3.1.2 De Königgrätz a Sedan

Königgrätz foi a mais célebre das batalhas, envolvendo os maiores contingentes e baixas. Os prussianos contavam com cerca de 220.000 homens e 600 peças de artilharia (reforçados por 97.000 homens do Segundo Exército prussiano ao longo da batalha). Os austríacos, por sua vez, contavam com 240.000 homens, incluindo soldados saxões, e 672 peças. Ao final, com a vitória da Prússia, teve-se um total de 9.172 baixas do lado prussiano – 1.929 mortos, 6.948 feridos e 276 desaparecidos. Da parte austríaca, 5.658 foram mortos, 7.574 feridos, 7.410 desaparecidos e 22.170 capturados (CLODFELTER, 2017, p. 183-184; PRÚSSIA, 1872, p. 187, 606).

Foi, portanto, não só a batalha decisiva da Guerra Austro-Prussiana, como a maior batalha das guerras pela unificação da Alemanha:

Os três exércitos prussianos avançando na Boêmia convergiram para a vila de Sadowa, 12km a noroeste da fortificação de Königgrätz onde, a 3 de julho, teria lugar a batalha decisiva da guerra. [...] Naquele dia, de 440 mil a 460 mil homens entraram em combate, um recorde de efetivos envolvidos numa batalha que só seria batido na Primeira Guerra Mundial. (VIDIGAL, 2019, p. 305-306).

Os eventos do dia 3 de julho de 1866 em Königgrätz importam também pelo processo contínuo de obsolescência das linhas e do choque frontal com os avanços da artilharia, como os proporcionados pelos canhões Krupp de retrocarga. Ao mesmo tempo, as armas de fogo automáticas (metralhadoras) foram experimentadas pela primeira vez em 1860, inspiradas no *gatling gun* norte-americano, e começaram a ser produzidas em massa a partir de 1866. Nesse

sentido, paralelos foram feitos com a Guerra Civil Americana (1861-1865), que ocorreu no mesmo período, quanto ao início da guerra industrializada de massas:

Tecnologicamente e economicamente, ambas as guerras estavam no início da guerra industrializada. Mais do que nunca, a mudança tecnológica e a produção industrial de armas, munições e equipamentos influenciaram o curso da guerra. [...] Transportados por ferrovias, exércitos de massa com armas modernas tinham que ser supridos pela produção industrial. Mais do que nunca, portanto, uma economia industrializada tornou-se a base da guerra, especialmente quanto mais a guerra se prolongava. (FÖRSTER; NAGLER, 1997, p. 3, tradução nossa).<sup>14</sup>

Importantes estudos comparativos foram feitos sobre a Guerra Civil Americana e as guerras pela unificação da Alemanha quanto a prefiguração da guerra moderna, como o supracitado acima de Förster e Nagler. O elo entre os dois exércitos nacionais – o alemão e o americano – também seria reforçado no imaginário americano pelo legado militar e intelectual do Barão Friedrich Wilhelm von Steuben, nascido na Prússia e responsável por transformar o Exército Continental em um Exército Nacional. No entanto, a significância da Guerra Civil Americana para a ótica dos Estudos Estratégicos fica aquém dos conflitos travados pelo Império Alemão:

Embora a Guerra Civil Americana tenha sido estudada por vários observadores militares europeus, suas características especiais (de distância, de áreas despovoadas, de ser um conflito civil) deram-lhe um aspecto menos pertinente para a evolução militar geral do que as lutas armadas que ocorreriam na Europa na década de 1860. (KENNEDY, 1989, p. 179).

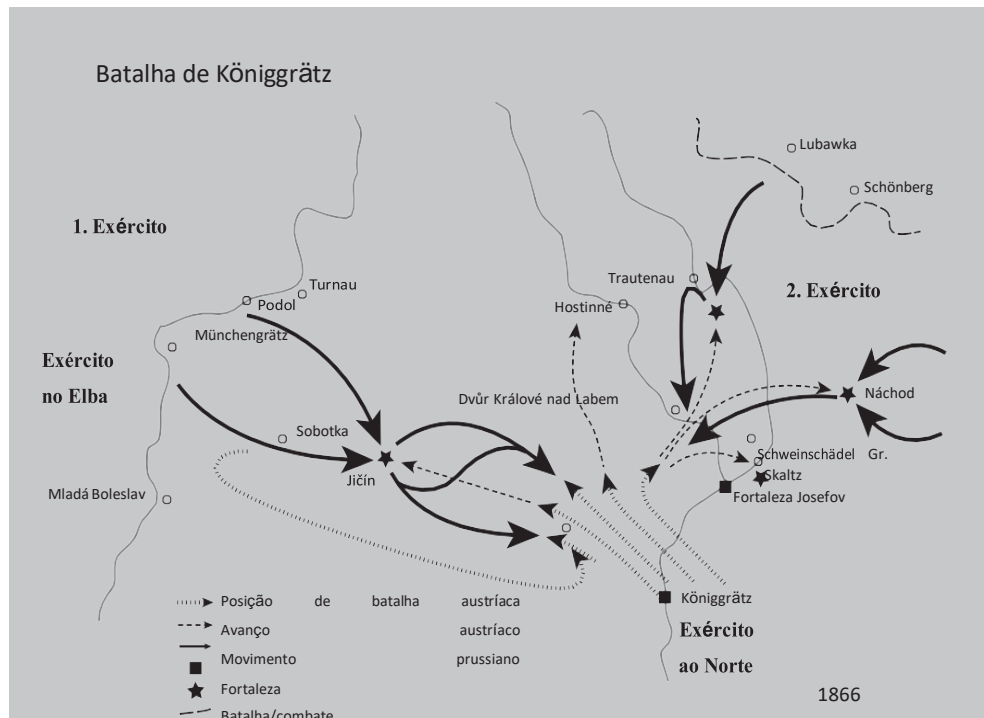
O verdadeiro salto no tempo seria dado pelos prussianos em 1871, na França, o país que revolucionou o Exército Nacional na Europa. A partir de então, não veríamos mais qualquer semelhança com as guerras napoleônicas travadas no início do século. 1871 é a prefiguração acabada da guerra moderna do século XXI: exércitos numerosos se movendo rapidamente. A mobilização francesa, no entanto, seria muito menos eficiente que a prussiana. Enquanto os revolucionários da Comuna de Paris ainda estavam decidindo se o seu código de ética os permitiria pegar em armas, o conflito já estava liquidado.

---

<sup>14</sup> **No original** – “Technologically and economically, both wars stood at the beginning of industrialized warfare. More than ever before, technological change and industrial production of weapons, ammunition, and equipment influenced the course of war. [...] Transported by railroads, mass armies with modern weapons had to be supplied by industrial production. More than ever before, therefore, a somewhat industrialized economy became the basis of warfare, especially the longer the war lasted.”



**Figura 4 - A Campanha de Königgrätz, confinada aos rios Jizera, Elba e Úpa**



Fonte: Elaborado por Julien Then a partir de Hellmut Andics, *Das österreichische Jahrhundert*. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Battle\\_of\\_Koniggratz.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Battle_of_Koniggratz.png). Acesso em: 19 jan. 2019. Tradução nossa.

Com a vitória em Königgrätz em julho, a capitulação austríaca foi formalizada pelo Tratado de Praga de 23 de agosto de 1866, que atribuiu os ducados dinamarqueses permanentemente à Prússia. Além disso, a Prússia anexou Hanover, Hesse-Kassel, Nassau e Frankfurt, adquirindo assim o território que separava as partes oriental e ocidental do estado e lançando as bases para a criação da Confederação da Alemanha do Norte em 1867. Essa nova posição suscitou uma ameaça ao status de potência continental francesa na Europa.

A escalada de hostilidades envolveu o pleito ao trono espanhol e a possibilidade de uma aliança entre Prússia e Espanha que alarmou os franceses. Tanto Alemanha quanto França reivindicam, historicamente, o universalismo e a hegemonia europeia – por isso a dificuldade de acomodar ambos os interesses em uma unificação supranacional europeia. Bismarck se aproveitou do momento para instigar a França ao confronto, que selaria as pretensões prussianas sobre a unificação, editando o Despacho de Ems (ou Memorando de Ems), que relatava o encontro de Guilherme I com o embaixador da França na Prússia em Bad Ems, de tal forma que provocasse a ira francesa.

O mapa da coalizão alemã da Guerra Franco-Prussiana, iniciada em 19 de julho de 1870, seria fundamentalmente diferente da Guerra Austro-Prussiana que a precedeu. Agora com o Reino da Saxônia, os grão-ducados de Baden e de Hesse e os reinos da Baviera e de Württemberg todos ao seu lado, os prussianos davam o indicativo da unificação que seria formalizada em 1871.

“O conflito franco-prussiano pareceu demonstrar o efeito decisivo de ferrovias bem organizadas,” escreveu George C. Thorpe (1986, p. xvi) em seu trabalho seminal *Pure Logistics*. De fato, é somente na Guerra Franco-Prussiana que o elo entre a infraestrutura e a logística por meio das ferrovias fica evidente, em meio a uma verdadeira corrida por este recurso. A Prússia já possuía a quarta maior malha ferroviária do mundo, e a França a quinta. As linhas francesas emanavam de Paris, em formato de leque, enquanto as linhas prusso-alemãs corriam principalmente nos eixos Norte-Sul e Leste-Oeste (PRATT, 1916; STEVENSON, 1999; WOLMAR, 2010).

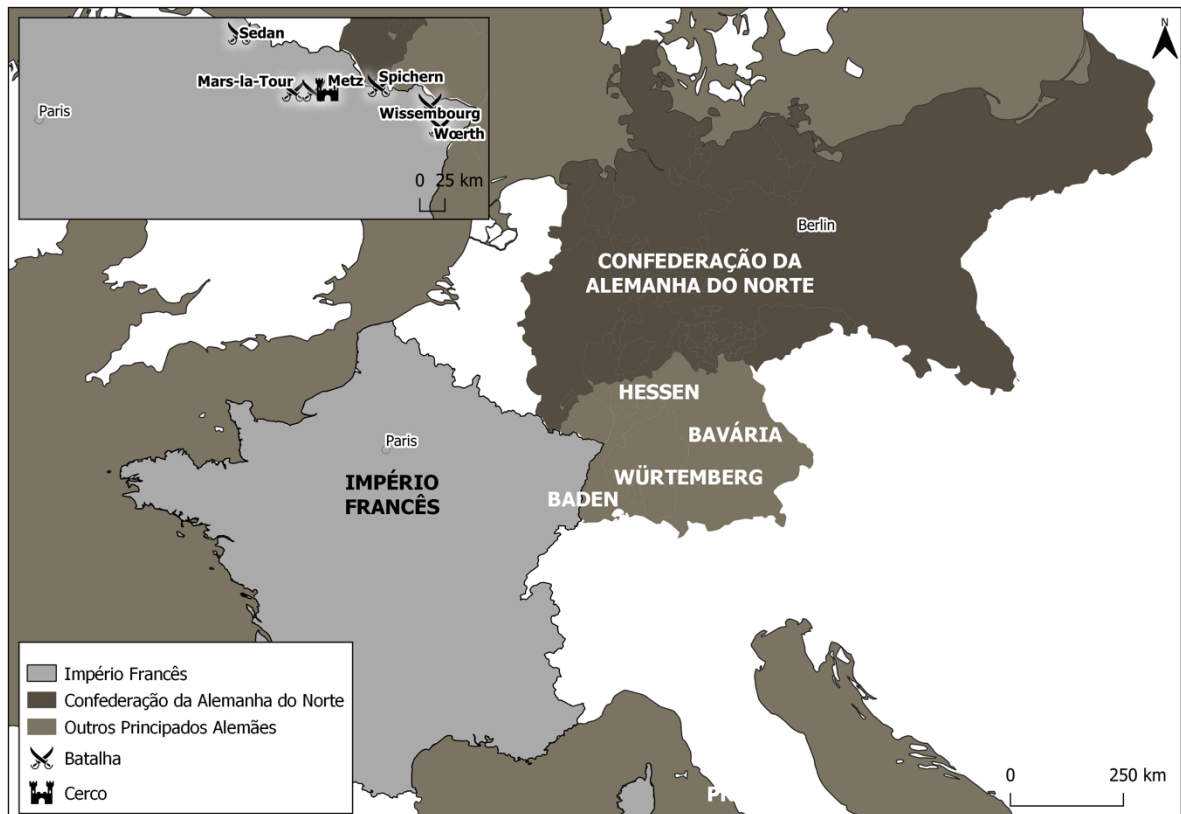
Havia, porém, uma percepção pré-estabelecida de que a qualidade da malha ferroviária francesa era superior. Ao mesmo tempo, a grande proliferação do número de companhias ferroviárias, que também superava as francesas, chegou a criar problemas de uniformidade e coordenação para Moltke e seu generalato. Mesmo assim, a administração mais eficiente da parte prussiana conferiu aos alemães a vantagem logística no conflito (WOLMAR, 2010).

O principal enfrentamento da conflagração ocorreu em Sedan e teve lugar em primeiro de setembro de 1871, na homônima fortaleza medieval. Na Batalha, dois exércitos prussianos, totalizando cerca 224.000 soldados e 500 peças de artilharia, cercaram as forças francesas de apenas um exército que totalizava 124.000 homens, impedindo uma retirada para a Bélgica.

Valendo-se das elevações ao redor do vale que os franceses ocuparam, a artilharia alemã produziu uma expressiva vitória. Dos 124.000 franceses, 17.000 foram mortos ou feridos, 21.000 feitos prisioneiros durante o combate, 83.000 – incluindo o imperador francês – se renderam sob os termos acordados e apenas 3.000 escaparam. Os alemães, por sua vez, perderam 9.000 homens (HOWARD, 2001, p. 176; BADSEY, 2003, p. 49-51).

Com a vitória em Sedan, teve início o cerco a Paris, que durou de 19 de setembro de 1870 a 28 de janeiro de 1871. A captura da capital francesa, todavia, não ocorreu sem atritos entre as lideranças prussianas: mesmo diante da recusa de Blumenthal e da oposição de Moltke, “[...] foi Bismarck, o líder político, e o ministro da Guerra Albrecht von Roon, um general político, que forçaram a ampliação do escopo das hostilidades, bombardeando Paris” (SHOWALTER, 1990, p. 74).

Mapa 3 - Guerra Franco-Prussiana (1870-71)



Fonte: Elaboração própria.

A visão de Moltke era de que, por um lado “[...] Paris era grande demais para ser efetivamente atacada pela artilharia à disposição da Prússia. Por outro, um bombardeio exporia a Prússia ao tipo de crítica moral que sua Grande Estratégia menos poderia suportar.” (SHOWALTER, 1990, p. 74). A crítica moral a que se referia Moltke seria o motor do revanchismo francês que predominaria durante as cinco décadas subsequentes.

A vitória da Prússia-Alemanha foi, claramente, uma vitória de seu sistema militar e Exército Nacional: “[...] atrás dos avassaladores avanços das colunas alemãs e a orquestração controlada do estado-maior, estava uma nação muito mais bem equipada e preparada para as condições da guerra moderna do que qualquer outra na Europa.” (KENNEDY, 1989, p. 184). Todos exércitos europeus imitariam os prussianos nas décadas subsequentes (HOWARD, 2001).

Os sucessos militares que transformaram a Alemanha unificada em realidade foram interpretados como consequências de um vínculo estreito e positivo entre exército e sociedade. O familiar epigrama de que a Guerra Franco-Prussiana foi vencida pelos mestres-escolas prussianos era apenas uma ilustração de uma relação especial que

merecia ser nutrida e sustentada na nova ordem imperial. (SHOWALTER, 1994, p. 62, tradução nossa).<sup>15</sup>

Materializando o processo de obsolescência das linhas iniciado em Königgrätz, após a guerra os exércitos foram definitivamente “[...] carregados pelo vórtice de uma tecnologia de artilharia em rápida evolução”:

Nessa guerra, os canhões de retrocarga de aço prussianos superaram os antecarga de bronze com os quais os franceses entraram na refrega. Após 1871, os exércitos europeus, portanto, rapidamente mudaram para os canhões do novo projeto. Ainda mais importante, os modelos prussianos de gerenciamento de força e mobilização tornaram-se normativos. (MCNEILL, 2014, p. 290).

A capitulação francesa em 1871, a anexação da Alsácia-Lorena e as pesadas indenizações impostas pelo Império Alemão confirmaram o revanchismo francês antevisto por Moltke, que seria uma das tônicas do século XX. Retroalimentado o nível político, que será explorado a seguir, a passagem da década de 1860 para 1870 ficaria marcada também pelo enfraquecimento da Rússia e da Áustria diante das unificações alemã e italiana.

### 3.2 O SISTEMA BISMARCKIANO E A CONSTRUÇÃO DE UMA POTÊNCIA CENTRAL DA EUROPA

O jovem Alexandre conquistou a Índia.  
Não teve ajuda de ninguém?  
César derrotou os gauleses.  
Ele não levou consigo nem um cozinheiro?  
– **Bertold Brecht**

Poderia se afirmar que Otto von Bismarck é o pai da Grande Estratégia alemã, da mesma forma que a *Realpolitik* está intimamente associada ao chanceler prussiano que unificou a Alemanha em 1871 (THIEMEYER, 2016). Como diretor político-estratégico da Prússia e da Alemanha por quase três décadas, foi considerado por Gordon Craig (1955) e Henry Kissinger (1968) o maior estrategista da era moderna, e o grande mestre da diplomacia por um de seus biógrafos mais influentes e críticos, A. J. P. Taylor (1967).

---

<sup>15</sup> **No original** – “The military successes which had made united Germany a reality were interpreted as consequences of a close and positive link between army and society. The familiar epigram that the Franco-Prussian War was won by Prussian school masters was only one illustration of a special relationship deserving to be nurtured and sustained in the new Imperial order.”

Se o personagem principal da tese de doutorado de Henry Kissinger (1957) sobre a política europeia do início do século XIX, *A World Restored*, foi o diplomata e príncipe austríaco Klemens von Metternich, pelo título do capítulo o desta poderia ser o chanceler e estadista prussiano. Porém, o que se buscou ilustrar na primeira parte da escrita é justamente o contrário: sem uma estrutura societária integralizada e capacitada, representada por um Exército Nacional, industrialistas, profissionais de nível médio e os sistemas por eles administrados, que apoiem as individualidades e lideranças centrais, a Grande Estratégia não pode ser alcançada.

Essa abordagem histórica foi inspirada em Paul Kennedy (2014, não paginado), que a aplica para a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Ela é ilustrada por ele pelo famoso verso em epígrafe, extraído do poema *Fragen eines lesenden Arbeiters*, de Bertold Brecht, no qual “[...] ele imagina jovem trabalhador alemão começando a ler vários livros de história e ficando intrigado porque eles contam principalmente a história de grandes homens.”

Além disso, seria injusto conceder o rótulo de “pai fundador” da Grande Estratégia da unificação alemã para apenas um artífice. Basta lembrar que, em 1899, a revista semanal *Berliner Illustrirte Zeitung* pediu a seus leitores que votassem no maior pensador alemão do século – e o vencedor foi Helmuth von Moltke.

Moltke é um herdeiro intelectual e cultural direto de Carl von Clausewitz e seu mentor, Gerhard von Scharnhorst – e Bismarck, indireto. Como bem lembra Michael Howard (2002, p. 62), *Da Guerra* poderia ter sido uma obra entre tantas outras não tivesse Moltke divulgado, no auge dos seus triunfos ao lado de Bismarck, que “[...] depois da Bíblia e de Homero, Clausewitz foi o autor cuja obra mais o influenciou.” (HOWARD, 2002, p. 62).

Como produto do sistema de educação militar da Prússia e do estado que Scharnhorst e Clausewitz ajudaram a criar nas primeiras décadas do século XIX, Bismarck empregou indiretamente a teoria clausewitziana nas guerras de unificação alemã (1864 a 1871), almejando fins geopolíticos com impacto estratégico duradouro:

Em um universo de resultados indeterminados, a estratégia competente consiste em estabelecer objetivos de longo prazo e em estruturar sistematicamente políticas e procedimentos para cumpri-los, mas em um entendimento claro dos princípios e prioridades e por uma abordagem flexível para concretizar ganhos incrementais no curto prazo. [...] Bismarck compreendeu o ambiente global no qual ele foi incumbido de elaborar a Grande Estratégia prusso-alemã bem o suficiente para ter uma noção clara dos interesses da Prússia, enquanto a longa experiência como diplomata e profunda compreensão das identidades culturais e históricas dos outros Estados europeus lhe permitiram fazer estimativas sobre suas próprias capacidades e

interesses. (JONES, 2011, p. 108-109, tradução nossa).<sup>16</sup>

Nos moldes do programa clausewitziano, Bismarck gerenciou as vitórias militares de seu marechal-de-campo Helmuth von Moltke (meios) para perseguir uma grande estratégia política de unificação nacional (fins). Assim, Bismarck e Moltke também devem muito de seu sucesso à compreensão de outro princípio clausewitziano: que a harmonia de propósito deve existir entre o estadista e o generalato (MURRAY; GRIMSLEY, 1994).

Nem sempre esse foi o caso, como observado no choque entre Bismarck e Moltke durante a Guerra Franco-Prussiana. De forma geral, porém, Bismarck e Moltke harmonizaram seus esforços enquanto limitavam o escopo de cada um de modo a não exaurir os recursos da Prússia ou inflamar conflitos maiores durante as três guerras limitadas pela unificação. Nesse aspecto, o papel de Guilherme I como mediador entre Moltke e Bismarck é muitas vezes negligenciado.<sup>17</sup>

De forma geral, porém, Bismarck e Moltke harmonizaram seus esforços enquanto limitavam o escopo de cada um de modo a não exaurir os recursos da Prússia ou inflamar conflitos maiores durante as três guerras limitadas pela unificação. Nesse aspecto, o papel de Guilherme I como mediador entre Moltke e Bismarck é muitas vezes negligenciado.

Tanto Otto von Bismarck, estrategista-estadista, quanto Helmuth von Moltke, o estrategista-comandante, calibraram efetivamente o propósito e o escopo de suas guerras ao clima político e aos recursos disponíveis. Direta ou indiretamente, Bismarck, Moltke e seu generalato aplicaram a teoria de Clausewitz e Scharnhorst com habilidade intelectual e julgamento criterioso, aumentando significativamente o poder e os interesses da Prússia. Para isso, também tiveram a ajuda de assistentes que eram, em sua maioria, professores, engenheiros e inventores, cuja importância foi inversamente proporcional ao reconhecimento histórico recebido (CRAIG, 2003).

---

<sup>16</sup> **No original** – “In a world in which outcomes are indeterminate, competent strategy consists not in establishing long-range goals and systematically structuring policies and procedures to fulfill them but rather in a clear understanding of one’s principles and priorities and a flexible, creative approach to realizing incremental gains in the short term. [...] Bismarck understood the international environment in which he had to craft Prussia’s grand strategy well enough to have a clear notion of Prussian interests, while long experience as a diplomat and deep understanding of the cultural and historical identities of the other major European states permitted him to make intelligent assumptions about their own principles and interests.”

<sup>17</sup> **Triângulo de lideranças** – O assunto foi explorado a fundo por Stig Förster em: FÖRSTER, S. The Prussian triangle of leadership in the face of a people’s war: a reassessment of the conflict between Bismarck and Moltke, 1870-71. In: FÖRSTER, S.; NAGLER, J. (Eds.). **On the road to total war: the American Civil War and the German wars of unification, 1861-1871**. Washington: The German Historical Institute, 1997. p. 115-40.

A biografia de Bismarck, para além do que foi publicado nas suas memórias, é mais controvertida que a de Moltke – que seria prejudicada mais em função dos seus sobrinhos que por decisões próprias (FRIEDRICH, 1995). O legado de Bismarck é frequentemente revisitado e reinterpretado geração após geração (ZMARLIK, 1967; STÜRMER, 1971; URBACH, 1998), por vezes de forma pejorativa – “[...] o político da força de botas de couro de cobra [...]”, como lembrou o diplomata alemão Ulrich von Hassell (1946, p. 319), quando na verdade seus grandes dons eram justamente a diplomacia da mais alta ordem e a moderação (JONES, 2011).

Embora a força e o militarismo tenham desempenhado um papel importante na unificação da Alemanha, a política externa de Bismarck foi caracterizada pela consciência das limitações e vulnerabilidades do país e pela necessidade de adequá-las à prudência e restrição (TAYLOR, 1967; JONES, 2011). Bismarck foi um bom exemplo do que John Lewis Gaddis (2005) chama de estrategista assimétrico: aquele que possui habilidade para aplicar suas forças contra as fraquezas do adversário, em detrimento de buscar igualá-lo em todas as suas capacidades.

Como Sistema Bismarckiano entendemos o conjunto de práticas implementadas pela Alemanha bismarckiana por meio de uma hábil política de alianças e guerras estrategicamente articuladas no teatro europeu entre 1862 e 1890, em consonância com a classificação utilizada pelo historiador Paulo Visentini (2021). Bismarck, nesse sentido, possuía uma capacidade inigualável de desequilibrar rivais em potencial, ao mesmo tempo que os impedia de se alinharem (KENNAN, 1979).

O evento geopolítico mais significativo deste período é a unificação prusso-alemã de 1871, cujos antecedentes históricos mais relevantes para os objetivos do estudo foram elencados no capítulo anterior. Em março de 1871, foi realizada a primeira eleição federal na Alemanha unificada, com vitória do Partido Nacional Liberal liderado por Rudolf von Bennigsen. A partir deste marco temporal, divide-se o Sistema Bismarckiano do *Kaiserreich* (1871-1918)<sup>18</sup> alemão em dois: o Primeiro Sistema Bismarckiano, que data de 1872 a 1880; e o Segundo Sistema Bismarckiano, que se estende de 1880 a 1890.

---

<sup>18</sup> ***Kaiserreich*** – Se refere ao Segundo Reich alemão, inaugurado com a unificação em 1871 e que perdurou até a derrota na Primeira Guerra Mundial, em 1918. O termo *Reich*, explica Magalhães no *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita* (2000), não se restringe, historicamente, a uma monarquia, mas também a uma forma de governo e organização do Estado. O Primeiro Reich corresponde ao Sacro-Império Romano Germânico (962 a 1806), remetendo ao “mito fundador” da unidade alemã representado pelo governo de Frederico Barbarossa (1152-1190). Já o Terceiro Reich (1933-1945) se resume a apropriação de uma ideia historicamente frágil de nação pelo Partido Nazista (LÖWENSTEIN, 1954; ORTHBANDT, 1954).

A Grande Estratégia alemã, todavia, não foi um produto da unificação nacional: suas raízes estão na experiência prussiana e, especificamente, na sua posição ambígua na política de poder europeia. Geopoliticamente, o Reino da Prússia desempenhou dois papéis a partir dos Tratados de Westfália de 1648: por um lado, a Prússia era um arquétipo de poder na Europa central, grande demais para ser ignorada com segurança, porém pequena demais para perseguir uma política autônoma em relação à França e Áustria; por outro, a Prússia também era uma potência báltica que mantinha duas semelhantes rivalidades com Polônia e Suécia. Esticada nessas duas direções, revelava a ausência de fronteiras naturais e problemas de coesão interna. (SHOWALTER, 1990).

Desenvolveu-se e sobreviveu como uma construção artificial, cujas relações sociais e políticas se baseavam na *Realpolitik* – cálculos racionais e relações quid pro quo –, habilmente articuladas pela chancelaria de Bismarck. A unificação alemã de 1871, como foi feita, se resume a anexação dos estados alemães pela Prússia (ARON, 2002b, p. 721):

Para crescer, a Prússia tinha que se tornar diversa, plural. A única opção da Prússia para assumir uma posição de liderança dentro da Europa, ou seja, tornar-se potência, residia na sua identificação com a “nação” alemã. Assim, a expansão de sua potência pretendia-se à adoção do projeto liberal e nacional, deixar de ser um Estado báltico, agrário, dominado por estamento de aristocratas. (TEIXEIRA DA SILVA, 2020, p. 164).

No nível político, depreende-se que a diplomacia prussiana de Bismarck buscou explorar um legado da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), qual seja, a aproximação com a Grã-Bretanha. A Guerra dos Sete Anos foi o resultado de anos de competição militar, configurando uma guerra hegemônica que alterou a polaridade existente – ainda que a distribuição de poder tenha permanecido multipolar –, concebendo o período que a historiografia denomina *Pax Britannica*.

As consequências imediatas da Guerra dos Sete Anos foram as revoluções, especialmente a Revolução Francesa, e, de forma mediata, as Guerras Napoleônicas que a sucederam. A unificação da Alemanha, nesta linha causal, pode ser considerada uma consequência remota da guerra que envolveu todas as grandes potências da Europa ao separar França, Áustria e Rússia contra Grã-Bretanha e Prússia.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> **Guerra dos Sete Anos** – Assim como no século XIX, a geopolítica e a cultura estratégica daquele período foram de fato transformadas, durante e pelo elemento da guerra, especificamente a Guerra dos Sete Anos, tanto quanto causaram ou estabeleceram seu alinhamento. Ao argumentar esse ponto, que é mais comumente verdadeiro na relação entre geopolítica e conflito, não se nega o papel do interesse anterior na expansão imperial, mas uma grande mudança como resultado do surto e curso da guerra (BLACK, 2015).



A estrutura do novo Estado-nação alemão após 1871, onde o rei da Prússia servia como *Kaiser* (Imperador, em alemão) com os parlamentos ao seu dispor, carregava consigo a marca do excepcionalismo prussiano de Bismarck (PFLANZE, 1963). Guilherme I fazia questão de ser considerado Rei da Prússia e Imperador da Alemanha, nessa ordem, ilustrando a divisão existente e a superioridade prussiana sobre os demais estados da Confederação Germânica. Era, portanto, um Estado híbrido em sua essência, onde a Prússia correspondia a dois terços do território, da população e da capacidade econômica.

No final do século XIX, condições históricas permitiram uma convergência entre os estudos e a compreensão dos fenômenos políticos com as noções da geografia. É na Alemanha bismarckiana, no contexto da Segunda Revolução Industrial e da ascensão dos Impérios Coloniais, que ocorreria o ponto de partida dos estudos geopolíticos que iriam fomentar a proliferação de novos e importantes pensadores em muitos países, mas que também seriam apropriados por deturpações ideológicas no século vindouro.

A geopolítica, complementarmente à Grande Estratégia, é um conceito moderno de estadismo associado à ascensão e declínio das grandes potências (ORTMANN; WHITTAKER, 2019). A pertinência dos autores da geopolítica, neste sentido, está ligada tanto à Questão Nacional alemã quanto à sua condição territorial como uma potência terrestre com acesso ao mar, mas sem capacidade plena de acesso às principais linhas marítimas de comunicação.

Após a unificação, em 1871, a Alemanha estava em acelerada industrialização, crescimento demográfico e tensão social. Tornou-se, igualmente, detentora de uma posição geográfica que se provaria, em diferentes momentos de paz ou conflito, tanto vantajosa como desvantajosa. A falta de acesso a mares livres e desimpedidos, que não fossem controlados por outra potência, fez com que o país encontrasse no Leste, em regiões pouco povoadas e de antigas colônias de alemães que formavam pequenos enclaves no meio de uma grande área eslávica, um espaço (*Raum*) de influência e expansão.

Esse processo se expandiria com a “busca pelo Oriente”, em direção ao Império Turco-Otomano, passando pelos Bálcãs, por meio da Ferrovia Berlim-Bagdá. Além disso, a Alemanha do Sistema Bismarckiano também desenvolveu boas relações comerciais com os países Escandinavos, ao Norte. O alemão Friedrich Ratzel foi o primeiro a “cientificizar” esse tema na obra *Politsche Geographie* (1897). Foi ele quem deu início a uma onda de análises materialistas do ponto de vista global no final do século XIX e início do século XX. Ratzel foi o responsável por cunhar o termo *Lebensraum* (espaço vital, em alemão) – o território que um Estado acredita ser necessário para o seu desenvolvimento natural.

Embora Ratzel tenha apontado a propensão de um Estado expandir ou contrair seus limites de acordo com a racionalização das suas capacidades de um ponto de vista estritamente geográfico, o subsequente uso indevido do *Lebensraum* pelo regime nazista na Alemanha foi amplamente baseado na interpretação equivocada do conceito de Ratzel pelo cientista político sueco Rudolf Kjellén, a quem é creditado o primeiro uso do vocábulo *geopolitik*, e pelo general Karl Haushofer, responsável por desenvolver a geopolítica como um objeto de estudo e o primeiro a utilizar o termo “geoestratégia” (*Wehrgeopolitik*, em alemão).<sup>20</sup> Ao operacionalizar o conceito de Ratzel para o contexto da Alemanha nazista, o general alemão adquiriria grande influência sobre a estratégia expansionista de Adolf Hitler (CHAPMAN, 2011).

No dizer de Bertha Becker (1995, p. 273), “Se necessário for definir um paradigma para a geopolítica desde que se constituiu como disciplina, certamente este seria o do realismo, no campo das Relações Internacionais.” Becker (1995) também mostrou, com propriedade, que a obra dos geopolíticos clássicos alemães constituiu uma fonte importante para a análise das relações entre o Estado e o poder do século XIX.

O grande evento geopolítico da época foi a unificação da Alemanha articulada por Bismarck, quando o centro de gravidade europeu se deslocou para o Leste no que Benjamin Disraeli, Primeiro-Ministro do Reino Unido, considerou um evento mais significativo que a própria Revolução Francesa de 1789: “O sudoeste da Alemanha, que fazia parte da Europa Ocidental desde 100 d.C., estava agora completamente nas mãos de uma potência do outro lado do Elba que existia há apenas três séculos e meio.” (HAWES, 2017, p. 111).

É forçoso reconhecer que a ideia de unificação também importava para Bismarck apenas na medida em que servia de veículo para a proteção do trono Hohenzollern e de suas prerrogativas. Guilherme, o Primeiro Imperador da Alemanha unificada, prestou juramento à Constituição da Prússia e almejou governar constitucionalmente, ao mesmo tempo que incentivou uma política externa mais assertiva para a Prússia e apoiou iniciativas destinadas a

---

<sup>20</sup> **Geoestratégia** – O estrategista alemão Karl Haushofer se tornaria o primeiro a utilizar o termo “geoestratégia” (*Wehrgeopolitik*, em alemão), que por sua vez seria introduzido na América por Frederick L. Schuman em *International Politics: An Introduction to the Western State System* (1933). Haushofer era militar de carreira, mas se orientou para as funções do Estado-Maior em virtude de sua saúde frágil, que dificultava o comando na guerra – foi, portanto, “iniciado à geopolítica dos militares e à dos diplomatas”. Ele também preconizou de forma mecânica e naturalista a ideia de um mundo multipolar por meio da noção de “panregiões” – a esfera política, econômica e cultural de um Estado que se estende para além das suas fronteiras –, assunto que seria retomado posteriormente por Aron (2002), Kissinger (1995) e a noção de pentarquia, e Huntington (2010) por meio do Choque de Civilizações. As chamadas panregiões seriam encabeçadas por grandes potências dos continentes americano, asiático e europeu, porém a sua proposição estava atrelada à ideia geral de neutralização do Império britânico (CLAVAL, 1994, p. 25).

alavancar as capacidades do país. Nisso, Bismarck era seu complemento ideal (HERRE, 1980; BÖRNER, 1984; JONES, 2011).

O realismo de Bismarck repousava na tradição de Richelieu – estadista francês e ministro de Luís XIII que atuou intensamente no balanceamento da hegemonia Habsburga na Europa – e Talleyrand – diplomata e ministro de Napoleão durante o período de hegemonia francesa na Europa –, e estava enraizado em uma consciência sensível de suas próprias capacidades e daquelas do Estado que ele chefiava. Sua compreensão sutil da balança de poder europeia, juntamente com uma flexibilidade maquiavélica em unir-se com meios não ortodoxos e até revolucionários para fins conservadores, lhe conferia um caráter particular (KISSINGER, 1968; JONES, 2011).

Bismarck cuidou da preparação diplomático-militar apoiando-se no nacionalismo e em uma aliança entre a aristocracia *Junker* e a burguesia industrial. Como foi visto, mesmo que o ideário geral da Revolução Francesa tenha sido rejeitado, “[...] o Estado prussiano soube copiar as técnicas e a administração, fazendo reformas, modernizando e aparelhando o exército, ampliando a educação [...] e criando uma poderosa infraestrutura, particularmente ferrovias.” (VISENTINI, 2021, p. 14).

As campanhas militares mais significantes da sua carreira – a Guerra dos Ducados de 1864 contra a Dinamarca, apenas dois anos após a sua nomeação como Ministro de Relações Exteriores em 1862; a Guerra Austro-Prussiana de 1866, por supremacia na Europa central alemã; e a unificação da Alemanha por meio da Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871 – ilustram a visão político-estratégica de longo prazo que tinha para a Alemanha unificada sob o Reino da Prússia. Cada uma das três guerras curtas e limitadas de Bismarck concluiu tratados favoráveis à Prússia, levando diretamente à unificação da Alemanha (MURRAY; GRIMSLEY, 1994).

Em razão disso, a historiografia sobre Bismarck e o período da unificação da Alemanha frequentemente traz consigo evidências que apontam para uma disposição precoce da guerra como solução para a questão alemã. Muito depende, contudo, de como se interpreta suas intenções e objetivos. É fácil confundir o enorme aumento de poder e estatura que a Prússia-Alemanha realizaram após as guerras pela unificação com os objetivos de Bismarck antes desses conflitos.

### 3.2.1 Primeiro Sistema Bismarckiano

O Tratado de Frankfurt de 1871, que encerrou a guerra Franco-Prussiana, consagrou a unidade da Alemanha e a elevação deste Estado à categoria de potência dominante no continente. O primeiro Sistema Bismarckiano tem início em 1873 com a articulação da Liga dos Três Imperadores (*Dreikaiserbund*, em alemão), que emulava a Santa Aliança estabelecida em 1815 entre as potências continentais europeias: o Império Alemão, o Império Russo e o Império Austro-Húngaro. De acordo com Visentini (2021, p. 17), “Deveria ser efêmero e garantir a posição alemã no espectro europeu”. A Liga dos Três Imperadores também tinha um objetivo implícito: isolar estrategicamente a França no continente europeu.

O tratado que encerrou a guerra já havia sido prejudicial para a França e uma fonte de inimizade para com a Alemanha por gerações (GIESBERG, 1966). A condição mais onerosa, no entanto, foi a rendição forçada da Alsácia-Lorena. A decisão alemã de anexar os territórios, que praticamente selou o profundo ressentimento francês contra o Império Alemão, foi tomada logo após o início das hostilidades – “[...] uma análise cuidadosa das fontes revela, no entanto, que a demanda por anexação surgiu com força na mídia popular muito antes de Bismarck levantar a questão de maneira substantiva.” (JONES, 2011, p. 104).

O revanchismo francês contra Bismarck era repercutido amplamente nos corredores da *Assemblée nationale*. Um de seus críticos mais vorazes, o então deputado Georges Clemenceau – que futuramente ocuparia o posto de primeiro-ministro e ministro da Guerra durante a Primeira Guerra Mundial, com pompas de herói –, havia votado contra o tratado de paz de 1871 entre a França e a Alemanha, preferindo prolongar uma guerra que a França estava derrotada em vez de se subjugar ao Império Alemão (TOOZE, 2014).

Não obstante, o chanceler alemão sempre deixou clara sua visão de que a estabilidade europeia dependia do enfraquecimento francês. Na crise resultante do deterioramento das relações bilaterais, os franceses habilmente se retrataram como vítimas do militarismo alemão e conseguiram influenciar uma ampla maioria da opinião pública europeia contra Bismarck. Logo, o recém-criado Império Alemão chegava perigosamente perto de outra guerra, desta vez sob circunstâncias muito menos favoráveis ao controle do seu chanceler (JONES, 2011).

A eclosão da crise balcânica de 1875 também reviveu antigos padrões de inimizade entre Áustria e Rússia e serviu como uma encruzilhada para Bismarck e a Alemanha, evidenciando que:

- a) as alianças ainda não eram sólidas o suficiente;

- b) as opções geoestratégicas do novo Império Alemão ainda eram limitadas; e
- c) uma abordagem ampla e sistêmica da ordem europeia se mostrava essencial para uma paz duradoura no continente.

Suas deliberações após a crise marcaram o início de um programa de longo prazo para melhorar as tensões na Europa e criar uma base sólida para a segurança alemã. Bismarck percebeu isso na qualidade de principal articulador do Congresso de Berlim de 1878, onde conseguiu, através da criação de um estado satélite russo-búlgaro e da realocação de territórios balcânicos, preservar as relações entre as grandes potências e dirimir a necessidade de escolha entre a Rússia e a Áustria. Em vez disso, o Império Austro-Húngaro e o Império Russo se tornaram parte integrante da segurança um do outro e ambos se tornaram dependentes do pivô geopolítico alemão (WALLER, 1974; ARETIN, 1978).

O Congresso de Berlim também reafirmou a preponderância continental da Alemanha, primeiramente em 1878 diante da pauta balcânica, e secundamente em 1884 diante da pauta africana. Se comparado às outras potências europeias, o Império Alemão iniciou tardiamente sua expansão colonial na África.<sup>21</sup> Ainda de acordo com Visentini (2021, p. 18), “Para Bismarck a África não interessava, mas sim a Europa.” O historiador explica:

Essa perspectiva torna-se aparente nas relações entre a Alemanha e a França. Para afastar os franceses da Alsácia-Lorena, Bismarck estimulou-os com a possibilidade da expansão africana. Há, portanto, no movimento de expansão colonial, a transposição, além-mar, dos hábitos da diplomacia de equilíbrio europeu. Mas há também uma nova contradição: essa expansão criou novas hostilidades e reanimou rivalidades antigas.

O Império Alemão, depois de 1871, enfrentou a ameaça de coalizões hostis de Estados que temiam o poder alemão ou viam oportunidades de ganhar com a sua perda. Para acalmar os ânimos, Bismarck procurou demonstrar que a Alemanha era uma “potência satisfeita”,<sup>22</sup> sem novas ambições ou intenções contra seus vizinhos ou territórios no exterior. Enquanto Bismarck o dirigiu, o novo Estado alemão era o defensor pacífico da ordem europeia existente, cuja manutenção dependia mais da confiança e dependência mútua do que do medo. A coalizão tradicional entre a Áustria, a Rússia e agora a Alemanha, as três monarquias conservadoras da

<sup>21</sup> **Imperialismo tardio alemão** – “A Alemanha iniciou tardiamente a expansão colonial. Só em abril de 1884 se instalou no Togo, em Camarões, no sudoeste e oeste africanos, depois em certas ilhas do Pacífico. Para Bismarck, o que realmente interessava eram os assuntos.” (VISENTINI, 2021, p. 18).

<sup>22</sup> **Potências satisfeitas e dessatisfeitas** – Sobre o conceito, ver: KUGLER, J.; ORGANSKI, A. F. K. The power transition: a retrospective and prospective evaluation. In: MIDLARSKI, M. **Handbook of war studies**. London: Routledge, 2011. p. 171-194.

Europa, neste sentido, foi revivida justamente com o objetivo de estabilizar os estados vizinhos (TAYLOR, 1967).<sup>23</sup>

Assim, o principal desafio estratégico do primeiro Sistema Bismarckiano era o de “[...] proteger o Império Alemão das perigosas consequências de sua própria fundação.” (HILLGRUBER, 1990, p. 131). Reconhecendo que a segurança absoluta é uma ilusão em termos estratégicos, a realidade a qual Bismarck buscou se adaptar era de uma colcha de retalhos em constante mutação de ameaças e desafios que exigiam vigilância constante e disposição para reformulação dos interesses nacionais (TAYLOR, 1967).

O que permitiu a Alemanha em processo de unificação continuar anexando territórios não necessariamente pela guerra está diretamente ligado à prefiguração do Estado e ao papel do exército nele. O Exército Nacional, neste sentido, tornou-se a coluna vertebral da política nacional alemã, inclusive como vetor infraestrutural.

### 3.2.2 Segundo Sistema Bismarckiano

O segundo Sistema Bismarckiano foi estabelecido na década de 1880 a partir de uma nova articulação diplomática: a formação da Tríplice Aliança, arquitetada por Bismarck em 1882 com a Áustria-Hungria e a Itália. Bismarck foi bem-sucedido “[...] ao incorporar os Estados europeus em uma rede interligada de tratados e alianças defensivas nas quais nenhum agressor poderia ter apoio garantido e para os quais todos tinham algum grau de responsabilidade defensiva.” (JONES, 2011, p. 106).

O novo plano de Bismarck era baseado na ideia do equilíbrio, já que desejava colônias contíguas à Alemanha no Leste. Nos Balcãs, contudo, a situação seguia instável devido ao choque do pangermanismo e do paneslavismo, movimentos que representavam a forma ideológica da expansão austríaca e alemã (VISENTINI, 2021).

A noção de pangermanismo, ou pan-germanidade (*Deutschum*, em alemão), que marcou o Segundo Sistema Bismarckiano enquanto inspiração social utópica, cultural e ideológica, surgiu na primeira metade do século XIX a partir dos escritos de Johann Gottfried Herder, Johann Wolfgang von Goethe e Friedrich Schiller (KOHN, 1962; NIPPERDEY, 1986)

---

<sup>23</sup> **Grande Jogo da Ásia Central** – Posteriormente, também teria o objetivo de partilhar o Império Otomano, afastando França e Inglaterra da Europa Centro-Oriental. Mesmo distante no seu gabinete em Berlim, Bismarck também mostrava interesse ainda maior ao Leste, tendo interferido diplomaticamente no Grande Jogo da Ásia Central e na rivalidade anglo-russa ali expressa (STONE, 2015).

– e, assim como a *geopolitik* e a *Realpolitik*, foi posteriormente subvertida pela associação a movimentos extremistas.<sup>24</sup>

Após a unificação, os pan-movimentos levaram a Alemanha cada vez mais ao Leste. Foi em meio a esse fenômeno que, na década de 1880, Bismarck arquitetaria uma aliança até então improvável com o Império Otomano, que levou a uma concessão para construir um dos projetos de infraestrutura mais diplomaticamente contenciosos e financeiramente desafiadores da história: a Ferrovia Berlim-Bagdá (*Bagdadbahn*, em alemão) (EDIGER; BOWLUS, 2019). Poucas invenções influenciaram o destino da humanidade como as ferrovias, e desde antes do seu anúncio a Ferrovia Berlim-Bagdá foi um elemento constante e definidor para a infraestrutura, logística e a agenda das relações internacionais da Eurásia, bem como das relações otomano-alemãs (MCMEEKIN, 2011).

A construção da *Bagdadbahn* (1888-1907) está associada ao reinado de Guilherme II e à perseguição de uma política global (*Weltpolitik*) por parte do novo Imperador, que visitou pessoalmente o sultão otomano Abdulamide II em 1889 e 1898. Em função da ruptura que a política externa de Guilherme II representou quando comparada à Grande Estratégia alemã da segunda metade do século XIX, a influência bismarckiana neste empreendimento é frequentemente ignorada.

Volkan Ediger e John Bowlus (2019), por exemplo, em artigo publicado no periódico *Middle Eastern Studies*, fazem menção a Bismarck ao referenciar a contribuição de W. O. Henderson (1958) sobre o assunto, porém ignoram em grande medida a influência da política externa e militar bismarckiana sobre os novos empreendimentos infraestruturais alemães. Özyüksel (2016), por sua vez, dedica pouco mais de uma página ao período bismarckiano no capítulo introdutório do seu livro sobre a Ferrovia Berlim-Bagdá e o Império Otomano. Da mesma forma, McMeekin (2011), ao definir Bismarck como antiotomano, se limita a considerar o empreendimento quase que unicamente como produto das subseqüentes e deslumbradas visitas de Guilherme II ao Oriente.<sup>25</sup>

<sup>24</sup> **Liga Pangermânica** – A principal deturpação política do conceito seria institucionalizada com a criação da ultranacionalista Liga Pangermânica (*Alldeutschenverband*, em alemão), em 1890 (KRUCK, 1954). Sob o lema *Bedenke dass du ein Deutscher bist* (“Lembra-te de que és um alemão”), os principais objetivos da Liga consistiam “[...] na divulgação e propagação dos planos expansionistas da germanidade, luta pelo fortalecimento da sua frota naval e união integral da germanidade em todo mundo”, e, segundo escreveu Marion Brepohl de Magalhães no *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita* (2000), “O seu principal ídolo era Otto von Bismarck, não por ele ter apoiado em algum momento a entidade, mas por ter empreendido a unificação a partir da Prússia, cuja cultura política entendiam ser a mais autêntica alemã.” Seu ideário seria posteriormente deturpado e empregado nas políticas racistas e expansionistas de Adolf Hitler.

<sup>25</sup> **Grande Giro pelo Oriente Médio** – O “Grande Giro” de Guilherme II de 1898 pelo Oriente incluiria Rhodes, Malta, Jerusalém, Líbano e Damasco: “Como se sublinhasse a natureza histórica da segunda viagem geopolítica

Bismarck, de fato, relutava em comprometer a atenção ou recursos alemães no exterior, preferindo concentrá-los na manutenção do equilíbrio de poder na Europa, mas gradativamente passou a valorizar o relacionamento com os otomanos e pressionou a Rússia a renunciar aos seus termos punitivos contra os mesmos no Congresso de Berlim, em 1878 (HENDERSON, 1958). Ao mesmo tempo, o chanceler alemão não desejava que a política externa alemã para o Império Otomano prejudicasse as relações com Moscou: “Bismarck não perseguiu uma política de contenção das aspirações russas para com o Império Otomano, porém se absteve de endossá-las.” (ÖZYÜKSEL, 2016, p. 17).

Da mesma forma que a geopolítica alemã do período encontrou um vetor de expansão ao Leste, em pequenas “ilhas” germânicas de território eslavo, a única área da Europa que permitia uma expansão sem desencadear um conflito de grandes proporções eram os Bálcãs, em direção ao Império Turco-Otomano. A Ferrovia Berlim-Bagdá permitiria, portanto, o acesso ao petróleo por terra, sem a necessidade de competir com a potência que dominava os mares: a Grã-Bretanha.

Com um rápido crescimento econômico e populacional, os políticos e estrategistas alemães preocupavam-se com a capacidade alemã em gerir recursos energéticos e com a fraca marinha imperial. Isto ficaria claro na Primeira Guerra Mundial, quando a Grã-Bretanha bloqueou o país pelos mares, e a Alemanha só conseguiria acesso a petróleo mediante a Ferrovia Berlim-Bagdá.

Assim, ainda que associada à política expansionista de Guilherme II, uma vez que a construção só iniciaria oficialmente em 1903 e perduraria até 1940, a sua proposição foi na verdade um projeto bismarckiano que estava associado à expansão da infraestrutura da guerra e o escoamento de matérias primas industrializadas por meio da eleição e investimento em parceiros considerados estratégicos.

A Alemanha ganhou sua primeira concessão ferroviária otomana em outubro de 1888, e na sequência fundou a Companhia Ferroviária da Anatólia. A concessão da Ferrovia Berlim-Bagdá também daria à Alemanha sua melhor chance de desenvolver os ricos campos de petróleo da Mesopotâmia, sua única perspectiva de abastecimento de petróleo independente da Grã-Bretanha (EDIGER; BOWLUS, 2019).

---

do *Kaiser*, essa se iniciou na data do centésimo aniversário da invasão do Egito por Napoleão, que havia inaugurado a primeira grande era do orientalismo europeu.” (MCMEEKIN, 2011, p. 26).



Mapa 4 - Projeto final da Ferrovia Berlim-Bagdá, com fronteiras de 1912 (em inglês)



Fonte: McMeekin (2011, p. 65).

As empresas ferroviárias alemãs que se projetavam no exterior recebiam apoio político do governo, já que as ferrovias proporcionavam a expansão política, militar e econômica do Império. O espaço otomano, portanto, logo se tornou uma zona de competição entre os estados europeus, dentro de um contexto de expansão do imperialismo.

Uma concessão do Império Otomano à Alemanha, naturalmente, garantiria influência política e econômica sobre aquela região, da mesma forma que investimentos britânicos e franceses em infraestrutura atuaram como promotores dos seus interesses ao longo daquele período. A concessão teria Istambul como ponto de partida, atravessando a península da Anatólia e a Mesopotâmia até o Golfo Pérsico – desta maneira, quem obtivesse controle sobre essa rota também controlaria o acesso até o Oceano Índico (ÖZYÜKSEL, 2016, p. 10).<sup>26</sup>

Na década de 1880, o *Deutsche Bank* abriu sua primeira agência em Istambul e Bismarck aceitou o pedido do sultão para que conselheiros militares alemães reorganizassem o exército otomano, que serviria como uma força reserva para a Alemanha contra ideários pan-eslavistas e anti-alemães no Leste Europeu e na Rússia (HENDERSON, 1958; ÖZYÜKSEL, 2016). Georg von Siemens, o diretor do Deutsche Bank, garantiu que a Alemanha largasse na dianteira com a concessão de um empréstimo de emergência de 30 milhões de marcos ao sultão Abdul Hamid (MCMEEKIN, 2011).

A construção não foi um empreendimento fácil. As dificuldades dos repasses financeiros e os problemas técnicos nas construções dos túneis nos Montes Tauro, cadeia montanhosa no Sul do que hoje é a Turquia, tornaram o progresso extremamente lento. Devido à sua importância estratégica potencial, o trabalho na linha foi acelerado com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. No final da guerra, em 1918, a linha seria estendida do Bósforo a Nusaybin, várias centenas de quilômetros antes de Bagdá. Este trecho restante e uma extensão subsequente ao porto de Basra, perto do Golfo Pérsico, foram finalmente concluídos por Inglaterra e França em seus respectivos mandatos no Oriente Médio.

Todavia, com o falecimento de Guilherme I em 1888 e de seu único filho homem, Frederico III, os projetos da Grande Estratégia bismarckiana seriam interrompidos. Filho da Rainha Vitória (1819-1901) da Grã-Bretanha e da Irlanda, Guilherme II ascendeu ao trono

---

<sup>26</sup> **Ferrovias Berlim-Bagdá** – A pesquisa de Murat Özyüksel (2016), Professor de História e Ciência Política na Universidade de Istambul, sobre a Ferrovia Berlim-Bagdá utiliza tanto fontes primárias da época como reproduz os estudos de Karl Helfferich, ex-diretor-gerente do Deutsche Bank com atuação na *Anatolian Railways*, e a biografia escrita por ele sobre outro diretor-gerente do maior banco alemão, George von Siemens.

imperial e buscou seguir os passos do *hegemon* com as suas políticas expansionistas – a *Weltpolitik* (política de ambições mundiais).

As desavenças de pensamento com o militarista imperador fizeram Bismarck resignar-se da direção alemã, posto que ocupou por quase três décadas. No momento da saída de Bismarck da cena política na década de 1890, no entanto, até mesmo seus aliados mais próximos estavam cada vez mais críticos da concepção moderada de uma Alemanha “satisfeita” e clamando por um status mais elevado nos assuntos mundiais.

O novo chanceler, general Leo von Caprivi, por sua vez, trouxe uma concepção semelhante à de Guilherme II para a estratégia alemã: a de que o desenvolvimento industrial e financeiro impunha a necessidade de expansão do poder alemão em escala global (VISENTINI, 2021). As consequências dessa ruptura estratégica lançariam a Alemanha de frente para um caminho sem volta que levou, inicialmente, ao massacre da Primeira Guerra Mundial e à derrota.

Uma sequência de rupturas à Grande Estratégia desenhada entre 1815 e 1890 teria início ainda no século XIX e se projetaria ao século XX e às guerras mundiais, que tiveram a Alemanha como protagonista. Esta seção epiloga buscar elencar três rupturas ao padrão de continuidade experimentado até então. Longe de explorar a fundo esses períodos, que superam o marco temporal da pesquisa e já contam com extensa literatura em língua portuguesa e estrangeira, tem-se como objetivo apenas relacionar as incoerências da Alemanha pós-bismarckiana à luz do que foi apresentado até aqui.

O objetivo do capítulo a seguir, portanto, não é o de oferecer um apanhado histórico do papel da Alemanha nas duas Grandes Guerras do século XX. Extensas e consagradas pesquisas já se propuseram a fazê-lo. O que importa para este trabalho, tão somente, é identificar como a estratégia perseguida entre 1914 e 1945 representou uma ruptura com a Grande Estratégia perseguida pela Prússia-Alemanha do século XIX, consolidando assim o argumento perseguido.

As tragédias que marcaram o “breve” século XX (1914-1991) foram produto das políticas nada realistas que foram gestadas entre 1890 e 1914. As guerras que essas estratégias produziriam, contudo, se tornariam centrais e ilimitadas, ao contrário das campanhas bismarckianas da unificação alemã. Os confrontos de Bismarck e Guilherme I com a França, todavia, eram limitados, pois o chanceler não desejava a sua conquista – o mesmo, contudo, não pode ser dito sobre Guilherme II e, posteriormente, Adolf Hitler.

Como se vê, o Exército Nacional, assim como na experiência francesa, construiu e destruiu a Alemanha diversas vezes. O período pós-1914 seria descrito por Eric Hobsbawm

(1995, p. 30) como a “era dos extremos”, tendo a Alemanha contribuído decisivamente para essa representação. Como descreveu Hans Kundnani (2016), a Alemanha, parte integrante do Ocidente, produziria o mais radical desafio à ordem ocidental da história.

### 3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

As guerras são vencidas na retaguarda, no tecido social, e não na linha de combate. As inovações logísticas do século XIX transformaram o modo de fazer a guerra e o Estado-Maior alemão, que se sobrepôs à tentativa de controle civil, mas manteve-se fiel ao programa de revolução “pelo alto” – *von oben*, em alemão. Se a reforma não foi possível pela via jurídica, tinha de ser feita pelo alto, sendo o exército a forma possível. A alta capacidade logística somente, porém, não é suficiente para se alcançar o *status* de grande potência, pois necessita também de ambição político-estratégica equivalente – a Grande Estratégia.

Otto von Bismarck foi um dos artífices da Grande Estratégia alemã do século XIX. Seu sistema de alianças de geometria variável tinha como objetivo fazer da Alemanha o Estado mais poderoso ao Leste da Europa, o que em última instância significa a neutralização da Áustria. A Alemanha do Sistema Bismarckiano, portanto, buscou eliminar as ameaças ao Leste, partilhando com a Rússia e estabelecendo estados tampões (*buffer state*, em inglês). A política que se diz global (*Weltpolitik*, em alemão) que o sucedeu paradoxalmente se indispõe com a Rússia e com a França ao mesmo tempo que fortalece a Áustria e o Império Otomano por meio de alianças. Pela lógica bismarckiana, uma estratégia contraproducente pois criou colônias apartadas e levou ao confronto, como será analisado a seguir.

#### 4 RUPTURAS DA GRANDE ESTRATÉGIA ALEMÃ

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”.  
Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento do perigo.  
– **Walter Benjamin**

Uma sequência de rupturas à Grande Estratégia desenhada entre 1815 e 1890 teria início ainda no século XIX e se projetaria ao século XX e às guerras mundiais, que tiveram a Alemanha como protagonista. Esta parte epiloga buscar elencar três rupturas ao padrão de continuidade desenhado até então. Longe de explorar a fundo esses períodos históricos, que já contam com extensa literatura em língua portuguesa e estrangeira, tem-se como objetivo apenas relacionar as incoerências da Alemanha pós-bismarckiana à luz do que foi apresentado nas duas partes principais do estudo.

O quadro abaixo serve com um guia para os padrões, capacidades e conceitos que foram abordados ao longo do estudo: *Realpolitik* (política realista de fins e meios focada no interesse nacional); guerra limitada, isto é, uma conflagração confinada não só geograficamente, mas também em termos de duração e escala; capacidade infraestrutural; capacidade logística; e capacidade econômica. Os períodos em destaque correspondem ao marco temporal central da pesquisa.

**Quadro 5 - Continuidades e rupturas da Grande Estratégia alemã (1814-1945)**

Modelo	<i>Realpolitik</i>	Guerra limitada	Capacidade Infraestrutural	Capacidade Logística	Capacidade Econômica	Grande Estratégia
Exército Nacional (1814-1871)	+	+	+	+	+	+
Sistema Bismarckiano (1871-1890)	+	+	+	+	+	+
<i>Weltpolitik</i> (1890-1918)	–	–	+	–	+	–
República de Weimar (1918-1933)	–	–	–	–	–	–
Terceiro Reich (1933-1945)	–	–	–	+	+	–

Fonte: Elaboração própria.

## 4.1 CASOS SELECIONADOS

O objetivo desta seção é apresentar três breves casos selecionados, os quais são considerados suficientes para testar a hipótese elaborada nas duas primeiras partes do trabalho, na forma de rupturas ao caminho perseguido até 1890. Eles estão associados às políticas que levaram, respectivamente, às guerras mundiais e à posterior divisão da Alemanha. Durante esse período, leituras deficitárias da experiência histórica alemã distorceram a visão estratégica da unificação ao adicionar fixações ideológicas às Forças Armadas, que passaram a praticar o culto da necessidade operacional ofensiva como mais importante que as dimensões políticas e estratégicas, onde habita a Grande Estratégia.

### 4.1.1 *Weltpolitik* e o culto à ofensiva

A *Weltpolitik* (política mundial, em alemão) foi a diretriz expansionista que predominou durante o reinado de Guilherme II, na década final do século XIX. A morte do *Kaiser* em 1888, a aposentadoria de Moltke e a demissão de Bismarck em 1890 alteraram drasticamente a formação política da Alemanha imperial. Tendo ascendido ao trono ao completar trinta anos, o jovem *Kaiser* “[...] estava ansioso para criar sua própria fama e sair da sombra do príncipe Otto von Bismarck [...]” (MCMEEKIN, 2011, p. 22).

É justamente nesse período que irá emergir uma dualidade de concepções entre o poder terrestre, de Alemanha, França e Rússia, e o poder naval anglo-americano. A segurança das rotas marítimas regionais europeias, portanto, era cada vez mais importante. Todavia, a Alemanha, assim como a Rússia, uma potência territorial de primeira ordem, sempre possuiu acesso limitado ao mar. O pivô histórico alemão apresenta-se como um paradoxo: se projetava para o Ocidente, porém ambicionava o acesso aos mares Negro e Adriático – e, conseqüentemente, aos Bálcãs.

A Alemanha, portanto, pensa o mar a partir da terra. Essas circunstâncias condicionam em grande medida a história e a Grande Estratégia alemã – não por acaso, a Prússia foi o núcleo da unificação em 1871. O plano bismarckiano, baseado em uma ideia de equilíbrio, foi calcado tanto na ambição pelas colônias contíguas ao Leste como na rivalidade com a França, que por sua vez estava relacionada a quatro territórios estratégicos: Dinamarca, Bélgica, Holanda e Luxemburgo.

A *Weltpolitik*, no entanto, desmantelou essa lógica. E desta vez o debate não estaria mais centrado na força terrestre. Consoante Showalter (1990, p. 77), “Outra distração das questões de Grande Estratégia foi fornecida pela marinha alemã. A orientação continental e técnica do exército não tinha lugar para a *Weltpolitik*.” O exemplo de sucesso na virada do século XIX para o século XX era possuir domínios continentais não contíguos, e para isso era necessária uma grande e respeitável marinha – algo contraproducente para a Alemanha, uma potência continental. Além disso, a ideia de construir uma grande marinha criou antagonismos com a Grã-Bretanha que haviam sido evitados no período bismarckiano e que conduziram à Primeira Guerra Mundial e à fragmentação do centro da Europa (*Mitteleuropa*).

O programa de expansão naval alemão de Guilherme II, iniciado em 1897, não parecia racional e explica-se, em parte, pela crescente influência de grupos de interesse (VISENTINI, 2020). Tanto as forças armadas quanto a diplomacia se tornaram vítimas dos efeitos de cartelização (SHOWALTER, 1990). O que o Kaiser gastou com a marinha alemã, por exemplo, poderia ter sido investido em exército para garantir a segurança da Europa continental. A Lei Naval de 1898, arquitetada pelo Almirante Alfred Tirpitz,<sup>1</sup> é um resultado dessa interferência multissetorial e situa a *Weltpolitik* à ascensão da construção naval, dos estaleiros e dos portos (BERGHAIN, 1971).

[...] Os alemães logo se viram presos ao mesmo tipo de síndrome de construção naval que se desenvolvera na Grã-Bretanha quinze anos antes. O alinhamento doméstico de interesses por trás dos projetos navais alemães é bem conhecido e, de fato, Tirpitz melhorou vigorosamente o protótipo britânico do moderno complexo industrial militar, organizando apoio de jornais, apoio acadêmico, apoio partidário e apoio industrial para seus sucessivos projetos de lei da Marinha, muito mais minuciosamente do que aconteceu na Grã-Bretanha. (MCNEILL, 1982, p. 212).

Acima de Tirpitz, a *Weltpolitik* ficou imediatamente associada ao chanceler Bernhard von Bülow. Outros *Weltpolitikers* proeminentes no âmbito do *AA* incluíam Friedrich von Holstein, Paul Kayser, o Barão Adolf von Marschall von Bieberstein e Alfred von Kiderlen-Wächter.

Ao substituírem a política europeia conservadora de Bismarck, estabeleceram uma estratégia ocamente expansionista a partir de 1890, que se estendeu do Grande Oriente Médio até o Extremo Oriente, passando pelas colônias na África: a África Ocidental Alemã (*Deutsch-Westafrika*); o Sudoeste Africano Alemão (*Deutsch-Südwestafrika*, DSWA); a Nova Guiné

---

<sup>1</sup> **O Plano Tirpitz** – Para uma análise aprofundada do papel de Tirpitz, ver: BERGHAIN, V. R. **Die Tirpitz Plan: Genesis und verfall einer innenpolitischen Krisenstrategie unter Wilhelm II.** Düsseldorf: Droste Verlag, 1971.

Alemã (*Deutsch-Neuguinea*), que incluía na sua administração a Samoa alemã (*Deutsch-Samoa*), nas ilhas pacíficas de Upolu, Savai'i, Apolima e Manono; e a África Oriental Alemã (*Deutsch-Ostafrika*, GEA).

No litoral do Mar Amarelo chinês, os alemães obtiveram a concessão da Baía de Kiauchau (ou Jiaozhou), cujo centro administrativo era Qingdao (ou Tsingtao 青島). Diferentemente da Grã-Bretanha e da França, contudo, tinham objetivos específicos de modernização seguindo o modelo alemão de investimentos em infraestrutura, com a transferência de engenheiros e demais profissionais qualificados.

A marinha imperial assumiu o controle do porto de Qingdao em 1897 sob a justificativa do assassinato de dois missionários católicos no que ficou conhecido como o Incidente Juye. Já na virada do século, estendeu seu poder sobre grande parte da península de Xantum, “[...] com o objetivo de torná-la uma colônia modelo gerenciada em Berlim [...], melhor em todos os aspectos do que as outras potências europeias poderiam fazer.” (WESTAD, 2012, p. 131-133).

Ainda segundo o historiador Odd Arne Westad (2012, p. 133, tradução nossa),

Para a Alemanha, a inserção dos missionários e a expansão imperial andaram de mãos dadas. O governo de Berlim estava de olho em Qingdao como base naval há vários anos, e as missões cristãs alemãs – cuja existência em Xantum deu origem ao movimento Boxer – foram planejadas com a expansão imperial em mente.<sup>2</sup>

A eficiência e a organização dos alemães impressionaram os chineses e um jovem Chiang Kai-shek, que viu no Império Alemão um “[...] modelo possível” para o futuro da China (MÜHLHAHN, 2000, p. 238).<sup>3</sup> “A Alemanha forneceu especialistas e empréstimos para a construção de ferrovias, o comércio germano-chinês expandiu-se maciçamente e a Alemanha

<sup>2</sup> **No original** – “For Germany the penetration by missionaries and imperial expansion went hand in hand. The government in Berlin had had its eyes on Qingdao as a naval base for several years, and the German Christian missions— whose existence in Shandong gave rise to the Boxer movement—were planned with imperial expansion in mind.”

<sup>3</sup> **A Alemanha do século XIX é a China do século XXI?** – A Alemanha do século XIX compartilha similaridades com a ascensão chinesa no século XXI. É por esse motivo que a Alemanha observa a ascensão do país asiático como o único capaz de substituí-la em termos de exportações de produtos de alto valor agregado. Hodiernamente e historicamente, tanto Alemanha como China investem na infraestrutura, inclusive de parceiros estratégicos, concedendo aparente autonomia estratégica. A China é hoje o maior parceiro comercial da Alemanha e recebe mais mercadoria alemã que os Estados Unidos. Por outro lado, a Nova Rota da Seda é uma versão revivida de um passado também comum à Alemanha, desde o Sacro Império Romano-Germânico, a Guerra dos Balcãs, passando pelo desmantelamento da Iugoslávia e, enfim, o alargamento da UE e da OTAN para o Leste no pós-Guerra Fria. Nesse sentido, uma Europa continental que reconhece o espaço eurasiático pelo que ele é, e não pelo que “deveria ser” segundo os seus próprios predicados, significaria “[...] a materialização de um projeto estratégico de *Realpolitik* alemã pela transformação da Eurásia em uma área geopolítica autônoma” (MONTES, 2008, p. 100).



tornou-se o maior fornecedor de crédito governamental da China.” Porém também provocou o Japão em seu entorno estratégico, que “[...] entrou na Primeira Guerra Mundial como aliado britânico para tentar tomar as posses alemãs na China.” (WESTAD, 2012, p. 115-135). A “questão de Xantum” seria enfim posta na mesa de Versalhes, com a transferência dos privilégios alemães aos japoneses.

Por terra, para além da influência sobre o Império Otomano, a histórica Ferrovia Berlim-Bagdá levou as ambições de Guilherme II até mesmo a regiões cuja história das relações com a Alemanha é pouco conhecida, como é o caso do Afeganistão. Particularmente, a história da delegação alemã enviada em nome de Guilherme II para mobilizar o Afeganistão contra a arqui-inimiga Inglaterra na Índia, além de pouco conhecida, não deixa de ser inusitada.

Liderados pelo diplomata alemão Werner Otto von Hentig, filho mais velho de um advogado da corte bismarckiana com experiência na China, Constantinopla e Teerã, a delegação alemã atravessou o árduo Deserto de Cavar e conseguiu cruzar a fronteira afegã na noite de 20 de agosto de 1915 e, posteriormente, entrar em Cabul sem impedimentos, onde permaneceu por cerca de dez meses hospedada em um palácio do emir Habibullah, até maio de 1916 (HENTIG, 1918).

Naquela época, o Afeganistão apressava-se lentamente para a era moderna sob o legado do pai de Habibullah, o emir Abdur Rahman. Nada estava mais distante dos objetivos políticos daquelas lideranças do que travar uma guerra com seus benfeitores e vizinhos britânicos, dos quais recebiam generosos subsídios anuais em troca do comprometimento afegão em não manter qualquer relação com outro país estrangeiro que não por intermédio do vice-rei britânico e governador geral da Índia, o Barão Charles Hardinge de Penshurst (HENTIG, 1918).

A chegada da delegação alemã foi anunciada a Habibullah com bastante antecedência, dada a forte presença do serviço secreto britânico na região. O vice-rei britânico manteve o emir informado por meio de cartas e alertou-o sobre os “[...] perigosos alemães que planejavam um golpe em Cabul para derrubar o emir” (HARDINGE, 1948, p. 141). Em 1916, após receber um generoso tributo britânico, o emir pediu aos alemães que encerrassem sua estada imediatamente (HENTIG, 1918).

A delegação liderada por Hentig não cumpriu o propósito de incitar o emir Habibullah à guerra contra a Índia. Porém, a influência alemã lá estabelecida poderia ser percebida futuramente no catálogo de reformas do emir Ammanullah e na subsequente invasão da Índia pelo Afeganistão, em maio de 1919, na que ficou conhecida como a Terceira Guerra Anglo-Afegã (HENTIG, 1918). O que pouco foi discutido pelos britânicos e alemães nas suas

tentativas de influência para o desenvolvimento do Afeganistão, assim como pelos russos, americanos e talibãs dos nossos dias, foram os próprios desejos do povo afegão.

A Alemanha de Guilherme II, pelo exposto, não era uma “potência satisfeita” – muito em razão de ainda não possuir acesso a mares livres e desimpedidos. Uma corrida armamentista naval entre o *hegemon* declinante e a potência continental tornou, assim, um conflito em alto mar inevitável. Ao mesmo tempo, o sucesso alemão na Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871 havia fomentado a crença na supremacia do militarismo e no mito da invencibilidade na mente dos tomadores de decisão pós-bismarckianos.

A estrutura política erguida pelo próprio Bismarck, todavia, também teve influência sobre o desencadeamento dessa grande ruptura. Sua fragilidade residia, principalmente, no fato de que não poderia ser replicada fora do contexto por ele construído e administrado:

A destruição da obra de Bismarck, em especial do sistema de alianças protetor da Alemanha, será obra do monarca e de seus ministros, sob influência do Estado-Maior. Contudo, tais ações só puderam acontecer — incluindo a tremenda autonomia da política externa em relação ao parlamento — em razão do sistema político-institucional criado pelo próprio Bismarck. Assim, as ações da diplomacia alemã e a condução dos acordos que levaram à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foram resultado da ausência de qualquer controle parlamentar sobre política externa e de defesa, corolário da crença hegeliana e rankeana da autonomia da *Aussen Politik* – a política externa – em relação à política interna. (TEIXEIRA DA SILVA, 2009, p. 233).

O culto à ofensiva predominaria na Alemanha a partir de 1890, especialmente com a ascensão do dogmatismo representado por Alfred von Schlieffen, marechal que ascendeu ao posto de chefe do Estado-Maior. Segundo Snyder (1984, p. 110), “A raiz dessa patologia era a completa ausência do controle civil sobre os planos e a doutrina”.

O Plano Schlieffen, concebido em 1905, tinha como objetivo garantir uma conflagração bem-sucedida em duas frentes contra França e Rússia em uma eventual guerra central na Europa. Como produto dos seus estudos sobre história militar, a estratégia era inspirada na histórica Batalha de Canas, travada em 216 a.C. entre cartagineses e romanos no âmbito da Segunda Guerra Púnica. Schlieffen desejava emular a estratégia de Aníbal em uma batalha decisiva (*Entscheidungsschlacht*, em alemão) de força maciça para trazer uma vitória rápida e conclusiva. Para tanto, contaria com a mobilização lenta dos russos, em virtude da sua inferioridade ferroviária, em uma manobra estratégica que envolvesse Paris.

Como pano de fundo, havia a escalada de tensões e preparação militar na Europa. As duas Guerras dos Balcãs de 1912 e 1913 praticamente erradicaram a presença do Império

Otomano, “o doente da Europa”, mas levaram a conflitos violentos entre os vencedores. A crise de julho de 1914, motivada pelo assassinato do Arquiduque Francisco Fernando, herdeiro presuntivo do Império Austro-Húngaro, por um nacionalista sérvio é tida como o catalisador da guerra: a terceira Guerra dos Balcãs virou a Primeira Guerra Mundial. As suas origens, porém, devem ser traçadas diretamente à *Weltpolitik* de Guilherme II, ao desafio imposto à hegemonia britânica e à ruptura do legado estratégico alemão do século XIX.

Após as hostilidades ocorridas nos Bálcãs, Helmuth von Moltke, “o Jovem”, sucessor de Schlieffen e sobrinho do icônico Chefe de Estado-Maior prussiano, recebeu um telegrama de nove páginas do czar propondo que se eles, alemães, dessem fim a mobilização militar, a Rússia também o faria (TUCHMAN, 1994, publicado originalmente em 1962). Com os avanços em infraestrutura e logística no século XIX, a mobilização se tornou fundamental e consistia, basicamente, na conscrição e no treinamento, equipamento e deslocamento dos conscritos tendo como base o cronograma e a organização da malha ferroviária – processo esse inaugurado de forma bem-sucedida por Moltke, o Velho, durante as guerras da unificação alemã, em especial a Guerra Franco-Prussiana.

Moltke, o Jovem, levou o conteúdo do telegrama até Guilherme II, porém não houve uma resposta diplomática que fornecesse segurança aos russos. Com a escalada das mobilizações, o conflito se tornou inevitável, especialmente a partir do Memorando Crowe,<sup>4</sup> uma versão do Despacho de Ems desprovida de *Realpolitik*, recomendando à Inglaterra que fizesse guerra contra a Alemanha em expansão. A estratégia de Moltke para o conflito seria baseada em uma modificação do Plano Schlieffen original, o que lhe rendeu grande parte da culpa pelo fracasso da Alemanha em obter uma vitória decisiva.

A estrutura de poder europeia polarizou-se em dois blocos, mas tanto a Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e Itália) quanto a Tríplice Entente (Grã-Bretanha, França e Rússia) eram produtos da balança de poder, não de alinhamentos ideológicos. Revivendo a rivalidade que perpassou o Sistema Bismarckiano, a Rússia se posicionou contra o ultimato e invasão do Império Austro-Húngaro ao Reino da Sérvia, compondo assim as Potências Aliadas com França, Grã-Bretanha, Itália e Japão. Já as Potências Centrais eram encabeçadas por Alemanha, Áustria-Hungria e Turquia.

---

<sup>4</sup> **Memorando Crowe** – Henry Kissinger (2011) oferece uma análise do Memorando Crowe e os riscos do processo automático de mobilização militar, relacionando-a com a ascensão da China no século XXI – tal qual a Armadilha de Tucídides em Graham Allison (2020).

Por vezes, as grandes potências encontram-se diante da “[...] síndrome dos canhões de agosto” (TUCHMAN, 1994, p. 82-97). Isto é, vítimas de um automatismo na escalada, que inibe a ação do sujeito. Por este percurso, o que a obra de Bárbara Tuchman (1994) de fato nos mostra, para além de uma “marcha da insensatez”, é que a Primeira Guerra Mundial, a despeito de indesejada por todos, acabou por tornar-se inevitável em virtude do calendário de mobilizações desprovido de uma diplomacia à mesma altura. Desde então, a “síndrome de agosto” tem sido evocada para descrever um processo de escalada automática, portanto, à revelia das disposições de mediação.

Em 1914, as tecnologias deram ampla vantagem ao defensor, impulsionando estratégias de contra-força em face a esse constrangimento tecnológico. O mundo já era radicalmente diferente do século XIX: os franceses emularam a Alemanha bismarckiana das ferrovias e da conscrição, assim como os reformistas alemães haviam se inspirado em Napoleão. Paralelamente, o tamanho do exército alemão não levou em conta a capacidade logístico-ferroviária de maneira adequada: “Embora as ferrovias fossem capazes de lidar com as quantidades necessárias de suprimentos, provou-se impossível avançar com rapidez suficiente para manter a distância de apoio do exército” (CREVELD, 1977, p. 139).

**Tabela 5 - A força do Exército Alemão (1874-1914)**

<b>Ano</b>	<b>População (milhões)</b>	<b>Corp. ativas</b>	<b>Form. reserva</b>	<b>Total ativo</b>
1874	43	18		425.000
1880	45	18	18 div.	454.000
1887	48	18	18 div.	496.000
1890	49	20	20 div.	514.000
1893	52	20	20 div.	588.000
1900	56	23 + 5 sup.	20 div.	610.000
1911	65	23 + 2 sup.	14 ½ corp.	634.000
1912	66	25	14 ½ corp.	665.000
1913	67	25	14 ½ corp.	760.000
1914	68	25	14 ½ corp.	830.000

Fonte: GAT, 1990, p. 90, tradução nossa.

No dia 9 de novembro de 1918, Guilherme II abdicou ao trono do Império Alemão: um acontecimento que selaria também o fim do clube de monarcas europeus pré-guerra, todos de

origem alemã e de alguma forma familiarmente relacionados. Dois dias depois, em 11 de novembro, foi assinado o armistício que efetivamente encerrou o conflito. Ainda que a Alemanha não tenha sido vencida no campo de batalha em 1918, se rendeu para não enfrentar a revolução que se formava nos moldes do exemplo soviético. No entanto, na frente diplomática foi humilhada pelas potências aliadas, fato que alimentaria o movimento revanchista sob o emblema do nazismo.

A Primeira Guerra Mundial promoveu a queda de quatro dinastias imperiais europeias na Alemanha, Rússia, Áustria-Hungria e Turquia. Como consequência do conflito, a Europa deixou de ser o centro inquestionável de poder no SI. Como principal perdedora, a Alemanha experimentou humilhação e isolamento político, punições territoriais, empobrecimento econômico e convulsão social. A guerra também gerou outro legado duradouro para a política mundial: a Revolução Russa de 1917, que incorporou um novo princípio de organização social e influenciou a composição ideológica e o alinhamento conflituoso do SI pelas sete décadas subsequentes.

A diplomacia errática e a postura agressiva do *Kaiser* e de seu Estado-Maior, portanto, levaram ao isolamento e ao fracasso da Alemanha – e o mesmo erro estratégico-expansionista seria repetido pelo regime nazista, com consequências ainda mais devastadoras para a estabilidade europeia, o poder alemão e a humanidade.

#### **4.1.2 Clausewitz *versus* Hitler**

A equivocada interpretação da experiência histórico-estratégica por parte dos dirigentes alemães foi o catalisador das duas maiores conflagrações da história do SI. Assim, argumenta-se que os alemães posteriores a Bismarck leram Scharnhorst e Clausewitz “[...] por pouco ou o interpretaram mal”, forjando estratégias menos bem-sucedidas como resultado (MURRAY; GRIMSLEY, 1994, p. 83). A Alemanha se tornou um dos principais contendores do século XX a partir das rupturas que a estratégia militar alemã impôs ao legado clausewitziano e à Grande Estratégia do século XIX.

A partir da renúncia de Bismarck, todavia, ganhou fôlego no meio militar alemão uma tendência que passou a recusar a dimensão política da estratégica, vista como um impeditivo para necessidades operacionais. Essa predisposição, conforme argumentaram os especialistas em difusão militar Murray e Grimsley (1994, p. 83), se transportou com força para a estratégia alemã das duas guerras mundiais, quando os líderes do Segundo e do Terceiro Reich

ironicamente repudiaram o legado diplomático e estratégico de Bismarck. Até mesmo Clausewitz, que ainda possuía seguidores nas forças armadas, foi relegado pelo alto escalão militar alemão como um “teórico que deveria ser lido por professores”.

Dentre as grandes potências derrotadas na Primeira Guerra Mundial, a Alemanha da República de Weimar era a mais convulsionada e descontente com os acordos que selaram o conflito, especialmente o Tratado de Versalhes de 1919. Meio século depois de Otto von Bismarck e a elite militar prussiana se reunirem no Salão dos Espelhos de Versalhes para declarar Guilherme I de Hohenzollern o primeiro Kaiser de uma Alemanha unificada no final da Guerra Franco-Prussiana, os Aliados da Grande Guerra agora usavam o mesmo local para humilhar a delegação alemã (CARTER, 2020).

Mais uma vez, a Alemanha estava no cerne do problema europeu. A Primeira Guerra Mundial não resolveu nem o problema do poder alemão no coração da Europa, nem sua insatisfação com seu status no SI. De fato, o duro assentamento em Versalhes piorou a situação e ajudou a pavimentar o caminho para a ascensão do fascismo revanchista na Alemanha – uma humilhação semelhante a imposta sobre os Habsburgos pelo Tratado de Aachen de 1748, que selou a Guerra de Sucessão Austríaca.

Como consequência da derrota na Primeira Guerra Mundial, a margem de manobra do país nos assuntos externos era extremamente limitada, não havendo, assim, as condições necessárias para uma Grande Estratégia nacional na República de Weimar. Agregado a isso, a crise financeira atingiu a Alemanha mais gravemente do que as demais potências europeias. Ainda assim, mesmo com perdas territoriais, populacionais e de matérias-primas, a Alemanha conservava o status de maior potência industrial do continente europeu adquirido no século XIX (KENNEDY, 2010).

Um soldado (*Gefreiter*<sup>5</sup>) que havia servido na guerra e escalado até o posto mais alto do recém-criado Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) soube melhor do que ninguém se aproveitar da turbulência social da República de Weimar e, principalmente, das ambições nacionalistas que ainda predominavam nas forças armadas alemãs. Todavia, se por um lado o sentimento revisionista e nacionalista das forças representou uma continuidade do Segundo ao Terceiro Reich, o modelo ideológico que seria implementado por Adolf Hitler

---

<sup>5</sup> *Gefreiter (Gefr.)* – É uma patente militar alemã, suíça e austríaca que data do século XVI. É o segundo posto para o qual um soldado pode ser promovido. Dentro da escala de patentes atual da OTAN, ela é equivalente ao OR-2, que no Brasil equivale ao posto de cabo.

significou uma ruptura histórica do legado diplomático e estratégico clausewitziano e bismarckiano (MURRAY; GRIMSLEY, 1994; KENNEDY, 2010).

A ascensão de Adolf Hitler em janeiro de 1933 – assim como a de Benito Mussolini na Itália, convidado a ser primeiro-ministro em 1922 – representou a primeira safra de *outsiders* políticos que servem de exemplo para como democracias podem ruir pelas mãos de líderes eleitos, em detrimento de golpes de estados espetaculosos: presidentes, primeiros-ministros e chanceleres “[...] que subvertem o próprio processo que os levou ao poder”, o fazendo “[...] a partir de dentro, via eleições ou alianças com figuras políticas poderosas. Em cada caso, as elites acreditaram que o convite para exercer o poder conteria o *outsider*, levando a uma restauração do controle pelos políticos estabelecidos” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 12-22).

Isso não se deu pela ausência de salvaguardas constitucionais. Levitsky e Ziblatt (2018, p. 206-207) recuperam em Ledford (1995, p. 317-349) o exemplo da Constituição da República de Weimar de 1919, projetada por algumas das mentes jurídicas mais brilhantes da Alemanha do período entreguerras: “seu duradouro e conceituado *Rechtsstaat* (Estado de Direito) foi considerado por muitos suficiente para impedir abusos governamentais. Porém, tanto a Constituição quanto o *Rechtsstaat* entraram rapidamente em colapso com a usurpação de poder por Adolf Hitler em 1933.”

A Segunda Guerra Mundial, assim como a Primeira Guerra Mundial que a antecedeu, envolveu todas as grandes potências da época. Os alinhamentos assumiram uma forma bastante semelhante aos da primeira, com a Grã-Bretanha, França, Rússia e, eventualmente, os Estados Unidos alinhando-se contra a Alemanha, Itália e vários remanescentes do Império Austro-Húngaro, com a adição do Japão no teatro do Pacífico. A Segunda Guerra Mundial, todavia, foi uma guerra de extermínio, superando amplamente a sua predecessora em escala e intensidade.

Com efeito, foi também a fusão de duas guerras: uma na Europa e a outra no nordeste da Ásia. Apesar de sua natureza global, contudo, a guerra ainda permaneceu centrada na Europa. A Alemanha era muito mais poderosa e ameaçadora que o Japão, estando em vias de unificar todo o núcleo industrial da Europa e se tornar uma superpotência global.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> **Estados-nação e Estados Região** – Segundo Martins (2013, p. 182), “[...] ambas as guerras mundiais podem ser consideradas como a soma de duas guerras locais que escalaram no âmbito vertical e horizontal, produzindo uma conflagração generalizada.” No caso da Segunda Guerra Mundial, a mesma pode ser entendida como um marco transicional, ainda em curso, posto que foi uma guerra travada entre Estados-nação contra Estados Região (Estados Unidos, Rússia e China), isto é, Estados que representam não apenas uma nação, mas também matrizes civilizacionais. A UE, nesse quadro hipotético, simbolizaria a unificação de Estados-nação historicamente antagonicos em um único Estado Região.

A ruptura estratégica com o legado clausewitziano e bismarckiano ficou ainda mais evidente com elevação da Estratégia Militar *sobre* a Grande Estratégia. A estratégia de Adolf Hitler estava fundamentada no expansionismo como instrumento central para alavancar a Alemanha a uma posição hegemônica regional e global, assim como a política mundial de Guilherme II, porém aliado a um elemento ideológico genocida. Seu impiedoso objetivo era unir todos os povos alemães e liderá-los, de forma gradual, a uma posição soberana mundial a partir da dominação do continente europeu.

Herdeiros intelectuais da ala bismarckiana não pouparam críticas à postura de Hitler. Hajo Holborn (1982, p. 660) – a exemplo de seu aluno Otto Pflanze (1990) – documentou quantos conservadores bismarckianos condenaram os nazistas, ressentindo-se de seu “[...] caráter de manada, oratória em massa e falta de *Realpolitik*” (HOLBORN, 1982, p. 660). Paradoxalmente, seriam justamente os revolucionários nazistas que eliminariam em definitivo a influência da linhagem de *Junkers* sobre o poder estatal alemão, inspirados nos escritos do Karl Haushofer sobre como unir o Estado alemão para além das divisões internas pré-existentes.

Distanciando-se cada vez mais de predecessores como Gerhard von Scharnhorst e Carl von Clausewitz – a quem paradoxalmente nomeou navios e planos de guerra –, além de Helmuth von Moltke, o Velho, e Otto von Bismarck, a estratégia de Hitler buscou garantir que a Alemanha se tornasse a única potência militar na Europa e no mundo. O seu fracasso resultou em mais de 70 milhões de mortos e uma destruição nunca antes vista. Do ponto de vista geopolítico, o legado do Reich dos mil anos de Hitler, como lembra Visentini (2020), foi fazer a fronteira germano-eslava recuar mil anos, até o Rio Oder.

Ainda que todo chefe de Estado dependa do seu generalato para desenvolver e implementar a estratégia, o alto comando das forças alemãs não dotava do mesmo efeito de mobilização de massas que era tão essencial aos planos de Hitler, e nem teria capacidade de travar, por conta própria, uma guerra política, econômica e ideológica nos mesmos moldes da que ocorreu entre 1933-1939.

A fonte dessa estratégia estava centralizada no Partido Nazista regido por Hitler, reforçada pelo sentimento nacionalista. A forma com que Hitler implementou sua estratégia, que só foi possível graças à natureza totalitária do Estado alemão sob seu controle, possibilitou que ele coordenasse de perto suas facetas política, econômica e militar – um grau de controle nunca antes visto em sociedades ocidentais:



Uma ausência quase completa de processo marcou o regime nazista, assim como os regimes anteriores de Weimar e de Guilherme I. A burocracia permaneceu em grande parte descoordenada; os líderes militares e civis raramente discutiam questões estratégicas básicas; e nenhum processo de avaliação analisou os aspectos econômicos e políticos mais amplos das questões estratégicas. Essa falta de sistema estava totalmente de acordo com os princípios de governo de Hitler. E o resultado deixou o processo de tomada de decisão estratégica quase inteiramente sob o controle e dentro da mente do *Führer*. (MURRAY, 1994, p. 21).

Porém, diametralmente oposto ao que se pretende com uma Grande Estratégia, a liderança de Hitler era fortemente calcada por dois elementos: improvisação e propaganda (KERSHAW, 2010). Conforme sustentou o historiador alemão Klaus Hildebrand (1973), a ideia de que havia uma coesão absoluta de forças ao redor do *Führer* deve ser lida com cautela: Hitler era também um árbitro entre facções de um grande jogo político composto pelos militares, pela burocracia estatal, pelo empresariado e pelo *establishment* do seu próprio Partido Nazista. O resultado das pressões e rivalidades intrapartidárias, todavia, acabou por impulsionar ainda mais o projeto de radicalização do *Führer*, como mostra em detalhes o épico trabalho biográfico de Ian Kershaw (2010).

À medida que houve um arrefecimento da dimensão diplomática da estratégia hitleriana, ela passou a ser baseada quase que inteiramente no elemento militar por meio de um estado perpétuo de guerra total que se alimentava da eficiência das suas forças armadas em doutrina operacional herdada do século XIX. Para Hitler, a guerra não era apenas a continuação da política por outros meios – ela *era* a mais alta forma da estratégia política que se buscava implementar, chegando ao ponto derradeiro no qual a lógica expansionista da guerra substituiu a lógica estratégica.

Em suma, a abordagem de Hitler pode ser reduzida ao que Paul Kennedy (2010; 2014) chama de o melhor exemplo de expansionismo exagerado (*military overstretch*). Em *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, Kennedy (1989, p. 296) descreveu como essa síndrome afligiu tanto o Império Romano, a Espanha Imperial e a Inglaterra vitoriana, quando aspirações regionais ou globais ultrapassaram as próprias capacidades nacionais, incluindo as logísticas.

Segundo dados levantados pelo historiador britânico, em 1938 52% das despesas governamentais e 17% do PIB alemão eram destinados à militarização do país, o que significava que a Alemanha estava gastando mais com armamentos do que a Grã-Bretanha, França e Estados Unidos juntos. O programa de rearmamento alemão objetivava não só modificar o equilíbrio de forças o mais depressa possível, mas também impulsionar a recuperação econômica do país e reduzir as taxas de desemprego. No entanto,

[...] não havia um programa nacional coerente para relacionar a produção de armas com a capacidade econômica do país, e determinar as prioridades entre as forças armadas. [...] O Plano Z de construção de uma frota para a marinha alemã teria exigido 6 milhões de toneladas de óleo combustível (o equivalente a todo o consumo do país em 1938); o plano da Luftwaffe de ter 19 mil (!) aviões em ação e em reserva em 1942 exigiria ‘85% da produção *mundial* de petróleo existente’. (KENNEDY, 1989, p. 296).

Isso gerou um processo insustentável de acumulação de armamentos, que viria a entrar em sucessivas crises diante da dependência alemã de matérias-primas importadas, e não seria solucionado tão somente pela conquista de territórios e capacidades alienígenas, como a Tchecoslováquia, a Áustria e a Polônia (KENNEDY, 2010). Não havia petróleo suficiente no mundo para o que Hitler pretendia. É por esse motivo que a estratégia de Hitler era tudo aquilo que a bismarckiana não era: estava calcada em capacidades materiais que não eram factíveis.

Para além da Grande Estratégia e dos teóricos da difusão militar, o Programa Clausewitziano de Pesquisa Científica também ajuda a elucidar a ruptura quando prevê a impossibilidade da guerra absoluta, definitiva e de único pulso e a supremacia da defesa sobre a cultura da ofensiva. Esses pontos, observáveis também nas guerras de unificação, servem para contrastar as campanhas limitadas do final do século XIX com as rupturas traçadas no período nazista.

De Frederico a Bismarck, a Grande Estratégia prussiana foi bem sucedida quando aceitou o axioma de que a vitória depende de uma predefinição de objetivos limitados. A partir de 1890, a Grande Estratégia alemã substituiu o planejamento pela retórica com vistas a herdar o legado de uma Grã-Bretanha declinante (SHOWALTER, 1990).

O modo britânico de fazer a guerra, nesse prisma, ofereceu inebriantes estímulos, impulsionado pelos elementos que assemelhavam os povos britânico e germânico. Essa necessidade de emulação é o motivo comum por trás desde a *Weltpolitik* até a invasão da União Soviética, na Segunda Guerra Mundial. *Kaiser* e Hitler não abandonaram a política de Bismarck só porque assim o quiseram. Tinham também um poderoso estímulo: acreditar que poderiam ser como a Inglaterra.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> **Casa de Hanover** – A Alemanha reage e emula a presença da principal potência extracontinental. Os hanoverianos exerceram uma influência histórica importante neste sentido, que remonta ao período do Sacro Império Romano-Germânico. De origem germânico-luterana, a dinastia ofereceu seis monarcas à Coroa britânica, incluindo a Rainha Vitória, avó do Imperador Guilherme II. Foi sucedida pela Casa de Saxe-Coburg-Gotha, que por sua vez foi renomeada em 1917, no contexto da Primeira Guerra Mundial, para Casa de Windsor.

### 4.1.3 Guerra Fria e semi-soberania

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o território alemão foi separado em zonas de ocupação americana, soviética, inglesa e francesa. Havia, de um lado, a proposta de fragmentar a Alemanha em pequenos estados – feita pelo Secretário do Tesouro Americano norte-americano Henry Morgenthau Jr. –, e, de outro, a intenção de mantê-la unificada para que assim fosse capaz de pagar indenizações de guerra à União Soviética – feita pelo premiê Joseph Stálin. No fim, nenhuma das duas propostas prosperou, permanecendo uma situação de inércia na qual o bloco capitalista uniu suas zonas de ocupação e formou um Estado inicialmente reconhecido por poucos países – a República Federal da Alemanha (RFA), com capital em Bonn.

A República Democrática Alemã (RDA) foi fundada um mês após a RFA na zona soviética de ocupação como resposta ao estabelecimento da RFA. Todavia, a RDA só foi reconhecida pela própria URSS em 1955 (após a morte de Stálin), e até mesmo o brasão da sua bandeira, que passou a diferenciá-la da Alemanha Ocidental, só foi formalmente autorizado pela URSS em 1959, evidenciando a reticência soviética com o plano de partilha (LOTH, 1996).

A situação das duas Alemanhas era estranha à toda a comunidade internacional. Tanto é que ambas só ingressariam na ONU na década de 1970. Ainda que a RDA fosse importante para os soviéticos do ponto de vista estratégico, política e economicamente era um fardo para o bloco socialista, sendo a região menos industrializada e com menos recursos do Império Alemão unificado da segunda metade do século XIX.

A Guerra Fria (1947-1991) foi uma *competição hegemônica* que dominou o cenário mundial da segunda metade do século XX, suplantando o padrão de guerras hegemônicas do século XIX (Quadro 1). Ao identificarmos 1914-1945 como momentos de ruptura ao que foi perseguido no século XIX, é forçoso reconhecer também que, no período 1945-1991, não havia condições necessárias para a perseguição do que consideramos neste trabalho como Grande Estratégia.

Durante a chamada República de Bonn (1949-1990), a RFA “[...] era um estado semi-soberano, dependente de seus aliados para proteção contra a ameaça soviética e impedido pela história da Segunda Guerra Mundial de definir ou perseguir explicitamente seus próprios interesses nacionais.” (KUNDNANI, 2016, p. 24). Por esse motivo, a política externa da Alemanha Ocidental foi guiada por dois objetivos basilares: segurança e reabilitação. Tais diretrizes constituíram, de certa forma, em uma reversão da política externa bismarckiana que marcou o final do século XIX.

Na década de 1960 haveria uma alteração de postura, com a ascensão de Willy Brandt ao cargo de chanceler da RFA e sua política de “mudança pela reaproximação”, juntamente ao seu secretário Egon Bahr, a quem Henry Kissinger comparou com Otto von Bismarck. Destarte, argumenta-se que a *Ostpolitik* constituía uma estratégia realista, ao passo que a *Westbindung* se enquadra no espectro idealista (KUNDNANI, 2016). Paradoxalmente, segundo o germanista britânico Timothy Garton Ash (1993), a relação de controle das potências ocidentais sobre a Alemanha na Europa entre a Segunda Guerra Mundial e os anos 1990 tinha um sentido primário de *Realpolitik* (THUDIUM, 2018).

A reação da superpotência capitalista do sistema durante a Guerra Fria delinearía os rumos de uma Grande Crise do capitalismo mundial, consoante Vizentini (1992), com fortes impactos sobre os “aliados-rivais” europeus, como foi o caso da Alemanha. A Grande Crise teve como um de seus principais resultados a estruturação de uma nova divisão internacional do trabalho, impulsionada pelos países capitalistas centrais nos moldes de uma nova transição tecnológica, a Terceira Revolução Industrial (ou Revolução Científico-Tecnológica), nas áreas da informática, comunicação, robótica, biotecnologia, supercondutores, dentre outras (VIZENTINI, 1992).

A grande crise, conforme teorizada por Vizentini (1992), representou o início do esgotamento do modelo de civilização originado nas revoluções capitalistas do século XVIII ao século XIX. Ela serviria como porta de entrada para o contínuo processo de hiperglobalização, que ganhou força nos anos 80 e derrubou efetivamente o consenso de Bretton Woods.

As revoluções industriais ajudaram a criar um tipo (ampliado) de Estado, fundamentado no capitalismo monopolista estatal. A década de 1870, neste sentido, marca o fim do capitalismo concorrencial, da mesma forma que a década de 1970 encerraria o padrão dólar-ouro e o sistema Bretton Woods. Tanto 1870 como 1970 são, portanto, momentos de mudanças estruturais do capitalismo.

A Guerra Fria foi tanto um conflito como um sistema condicionante da disputa bipolar: uma reunião de elementos interligados que formavam um todo organizado. O período que veio a sucedê-la – de transições, redefinições, incertezas e ainda sem nome próprio –, por sua vez, caracteriza-se no plano diplomático como um retrocesso ao contexto histórico do século XIX, devido ao desmantelamento dos sistemas estruturados não só em Bretton Woods, mas também em Versalhes e Ialta.

A unificação<sup>8</sup> das duas Alemanhas, em 1989, simbolizaria o fim da Guerra Fria. A essência do que conhecemos como Alemanha teve início em 1945, num projeto político inédito de unir os resquícios do Império Alemão (a força econômica e o Estado forte), da República de Weimar (a constituição liberal de 1919) e das pretensões da Guerra Fria (condicionamento dos interesses de todas as potências ocupantes). O fim da Guerra Fria deu continuidade ao projeto político alemão: o marco alemão (e posteriormente o euro) fez aquilo que os *Panzers* não conseguiram, isto é, integrar mercados de capitais e de trabalho sob a égide da burguesia alemã. A rápida dissolução do bloco socialista e sua incorporação, em partes, à União Europeia, é uma prova disso.

Na Alemanha Ocidental pós-guerra a política de balanceamento de poder deu lugar a uma abordagem fundamentada na ideia da integração internacional e do institucionalismo multilateral, resultado da transição de uma grande potência industrial e realista para uma potência idealista constrangida e normativa que, ao contrário da primeira, tem como objetivo civilizar as relações internacionais através do fortalecimento das regras e normas internacionais (CRAWFORD, 2007). É dentro desta nova roupagem, portanto, que surge um novo legado diplomático, que seria transportado com força para a República de Berlim (1990-presente).

Se o Sistema Bismarckiano consolidou a criação de uma Potência Central na Europa e o Sistema Nacional estabeleceu as bases para o Modelo Renano e a noção de uma Potência Econômico-Comercial, a (re)unificação alemã reviveu esse legado diplomático com um novo predicado: a noção de Potência Civil-Normativa.

A cultura de contenção (*culture of restraint*, em inglês) e os direitos humanos, como partes do conceito de uma Potência Civil-Normativa, receberam status de princípios reitores da política externa e de defesa da Alemanha reformada, estando associados ao paradigma idealista (*Idealpolitik*). Tal expediente encontra na última fase da Escola de Frankfurt – não mais necessariamente associada a pensadores como Walter Benjamin – e na teoria crítica sua base intelectual mais forte. A teoria crítica, segundo Barbara Freitag (1990, p. 30), foi concebida e desenvolvida em três grandes momentos:

- a) no período entre a Segunda Guerra Mundial, quando Max Horkheimer exerceu a principal influência;

---

<sup>8</sup> **Unificação** – Utiliza-se o termo “unificação” para o marco histórico de 1990, em detrimento de “reunificação”, que remonta à criação do Império Alemão em 1871, em função das diferenças geográficas entre os dois processos. Assim, assume-se que a Alemanha se unificou em dois momentos distintos ao longo da sua história, com diferentes fronteiras territoriais.

- b) no período pós-guerra, quando Theodor Adorno assume a direção intelectual dos trabalhos a partir da reativação do Instituto de Pesquisa Social (*Institut fuer Sozialforschung*), em Frankfurt;
- c) e, finalmente, com a proposição de um novo paradigma por Jürgen Habermas, seu principal expoente a partir da década de 1970.<sup>9</sup> A abordagem de Habermas, talvez o filósofo alemão mais influente da atualidade, se aproxima dos valores universais kantianos e rejeita uma perspectiva “neobismarckiana” para a Grande Estratégia alemã (HELLMANN, 1996).

O retrato da Alemanha habermasiana, contudo, é uma Alemanha que deixou de investir nas suas Forças Armadas e na sua Base Industrial de Defesa e, distante da *Realpolitik*, se mostra impotente diante do retorno da rivalidade entre grandes potências e da guerra na Europa. A Europa virou um campo de batalha do retorno da rivalidade entre grandes potências, e a Alemanha é um campo de batalha dentro do campo de batalha.

Os efeitos dessa transição, portanto, são restritivos para a perseguição da Grande Estratégia pois rebaixam a importância da soberania e do Estado – porém, não devem ser interpretados como inteiramente negativos. A Alemanha, no âmbito de uma Europa unificada, passou a atuar em uma posição de liderança na promoção da governança global por meio do desenvolvimento de uma estrutura trilateral cooperativa inédita entre Estados, organizações internacionais e grupos transnacionais da sociedade civil que reforçou o seu poder brando e o seu *Rechtsstaat*. O processo de integração regional, assim, fomentou a *Kultur* alemã: a UE não se tornou apenas um invólucro para a Alemanha, mas sim uma reedição do Sacro Império Romano-Germânico.

## 4.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Historicamente, os projetos nacionais da Alemanha sempre estiveram em disputa – seja durante o Sistema Bismarckiano ou no período de ascensão e queda de Adolf Hitler, que também teve de atuar como um articulador dos interesses das elites nacionais. As políticas que

---

<sup>9</sup> **Jürgen Habermas** – A visão de Habermas pode ser mais bem compreendida no debate travado com Niklas Luhmann reproduzido no livro *Gesellschaftstheorie oder Sozialtechnologie* (1972). Para uma leitura adicional do contexto intelectual do pensamento habermasiano, ver: SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. São Paulo: UNESP, 2017; MARCUSE, H. **O Homem Unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada**. São Paulo: EDIPRO, 2015. E para os continuadores do seu pensamento, por sua vez, ver: MÉSZARÓS, I. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011; e CREVELD, M. **Ascensão e Declínio do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

sucederam o Sistema Bismarckiano, no entanto, se provaram desastrosas para a Alemanha nas duas guerras mundiais do século XX. Tal fenômeno configurou uma ruptura histórica na tradição do pensamento estratégico alemão do século XIX, desde Scharnhorst, Clausewitz e a “trindade” unificadora composta por Guilherme I, Bismarck e Moltke.

Paradoxalmente, foi a escalada de mobilizações, que só foi possível graças aos desenvolvimentos em infraestrutura e logística oriundos da Revolução Industrial, que tornou a Primeira Guerra Mundial inevitável e, conseqüentemente, a Segunda Guerra Mundial e a divisão da Alemanha. Como consequência, a *Idealpolitik* se sobrepôs à economia política (List) e ao interesse nacional (*Realpolitik*) em meio a uma reconfiguração nacional-identitária. Questiona-se, contudo, a sua capacidade de implementar uma Grande Estratégia nacional coerente, posto que menospreza elementos fundamentais da experiência histórica alemã, especialmente que se buscou descrever neste trabalho.

## 5 CONCLUSÃO

Este estudo buscou contextualizar as matrizes históricas, infraestruturais e logísticas que condicionaram e possibilitaram a construção de uma Grande Estratégia por parte da Alemanha no século XIX, iniciada pelo Reino da Prússia e unificada a partir de 1871. Em momento final, também analisou as subseqüentes rupturas ao padrão de continuidade previamente identificado a partir da política mundial (*Weltpolitik*) que sucedeu o Sistema Bismarckiano, as quais foram consideradas suficientes para testar a hipótese elaborada nas duas primeiras imagens do trabalho e que serão aprofundadas em uma agenda futura de pesquisa.

As três guerras limitadas pela unificação da Alemanha, isto é, conflagrações confinadas não só na geografia, mas também na duração e na escala – a Guerra dos Ducados (1864), a Guerra Austro-Prussiana (1866) e a Guerra Franco-Prussiana (1870) – não só consagraram a unidade alemã pelo Sistema Bismarckiano como garantiram a criação de uma nova entidade estatal forte no centro da Europa. O “chanceler de ferro” Otto von Bismarck se tornou, assim, a figura-pivô do continente, inviabilizando o velho equilíbrio de poder europeu ao criar a *Mitteleuropa* por meio da diplomacia, da industrialização e da preparação militar (logística).

Bismarck, todavia, não foi o único arquiteto da Grande Estratégia de unificação. O seu generalato, liderado por Helmuth von Moltke, Chefe de Estado-Maior, também teve papel fundamental, bem como os assessores civis e militares. A pesquisa também indicou, ainda de forma incipiente – suscitando espaço para outra agenda futura de pesquisa –, o papel dos civis industriais, engenheiros e inventores, profissionais de nível médio, nesse grande empreendimento nacional. Nacional porque, mesmo que a Confederação Germânica tenha se dividido nas três guerras, o suprimento do Exército Nacional prussiano se manteve especialmente por meio das indústrias não só de regiões como o Vale do Ruhr, mas também da Baviera e do Reino de Württemberg, que posteriormente se juntariam à Prússia em uma só Alemanha.

Na linhagem intelectual do Exército Nacional alemão, Moltke foi situado como herdeiro estratégico e intelectual do general prussiano Carl von Clausewitz e seu mentor, Gerhard von Scharnhorst. Conforme o Programa Clausewitziano de Pesquisa Científica, a compreensão de um ambiente político de disputa e conflito no SI é essencial para a formulação do que foi apresentado como Grande Estratégia. Como dirigente da Prússia e do Império Alemão por quase três décadas, Bismarck (indiretamente) e principalmente Moltke (diretamente) habilmente empregaram a teoria clausewitziana no processo de unificação alemão, com impacto



estratégico duradouro.

O ponto de corte fundamental da análise é a transição para o modelo francês de Exército Nacional na Alemanha, sob a influência das guerras napoleônicas. Na Alemanha do século XIX tanto mais que na França, o Exército Nacional promoveu a indústria, a infraestrutura e a logística, efetivando uma Grande Estratégia superior àquela do século XX e início do século XXI. De forma síncrona, a infraestrutura exerceu papel central na formação e na consolidação do Estado Nacional e a logística no desempenho do Exército Nacional. À luz da união de reinos germânicos com sistemas de valores divergentes e sobrepostos, a ideia de um exército comum serviu de elemento aglutinador.

Sustentou-se, ainda, que a manutenção de um Sistema Nacional baseado na indústria desenvolvido nesse período representa uma das continuidades da experiência histórica e da Grande Estratégia alemã. A economia política alemã vista principalmente em Friedrich List influenciou profundamente a formulação do pensamento estratégico e o modelo alemão de capitalismo. List foi, igualmente, um dos engenheiros da Grande Estratégia desenhada e um dos pioneiros na correlação da importância da infraestrutura tanto para o desenvolvimento como para Defesa Nacional, por meio das ferrovias.

Na visão estratégica alemã da segunda metade do século XIX, a ferrovia permitia a logística – o caminho para transportar o exército. E o exército, a coluna vertebral da política nacional, era o vetor que garantia a integração. Se na Inglaterra a ferrovia surgiu a partir da demanda pela facilitação do transporte urbano, na Alemanha – onde houve protestos de muitas populações rurais contra a sua implementação – as ferrovias foram projetadas com propósito logístico e militar paralelamente à necessidade de economia de custos para o fornecimento de matérias primas. O cerne da Grande Estratégia alemã em investimento militar jazia, assim, na existência de uma forte base industrial, especialmente de defesa, em torno da qual interesses nacionais pré-estabelecidos pudessem ser unificados.

Foi o legado de recuperação das capacidades econômicas nacionais alemãs, em especial do parque industrial, aliada à uma hábil política monetária, que oportunizou um salto qualitativo e quantitativo em termos econômicos. Este modelo ficaria conhecido como Modelo Renato (ou Modelo Rhineland). Logo, o sucesso em reter a base industrial e manufatureira, voltada para a exportação e à proteção dos seus meios de pagamento, se mostra fiel à experiência da Revolução Industrial e também à via bismarckiana ao capitalismo.

Historicamente, tanto a direita (conservadores ou fascistas) como a esquerda (socialistas-democratas ou comunistas) sempre lograram expressão no país, porém a semente do liberalismo

econômico nunca floresceu em terras alemães. A ideia de um Estado forte e operacional é presente em toda a trajetória alemã, seja ele de esquerda, seja de direita. A sociedade alemã, graças a experiência fiscal-militar do século XIX, confia na ideia e no projeto de um Estado estimulador das atividades econômicas, de modelagem industrial, que privilegia a coesão social, a estabilidade, a formação de mão-de-obra qualificada e o investimento tecnológico de longo prazo.

Todavia, a revolução nacional pelo alto da Alemanha bismarckiana, iniciada com o movimento reformista (*Reformpartei*) e concretizada na década de 1850 em meio ao debate constitucional, foi alçada à revolução e à guerra total do nazismo, polos extremos que têm em comum o enfraquecimento do elemento político-estratégico em virtude do operacional. Assim, a Alemanha se distanciou da política e, conseqüentemente, perdeu o vínculo com a noção de Grande Estratégia: Adolf Hitler e seus dirigentes levaram os fins ao absoluto por meio do paroxismo racial.

A Alemanha do século XIX só projetou força para proteger seus meios de pagamento e infraestrutura, de forma limitada. Argumentou-se, portanto, a partir do estudo de caso alemão, que o vetor onde a política externa mais se manifestou de forma contínua foi, justamente, no controle e proteção dos seus meios de pagamento por meio de investimentos em infraestrutura. Para países em desenvolvimento, como é o caso da Alemanha do século XIX – e do Brasil do século XXI – o principal meio de pagamento são os seus mercados, seja no nível doméstico, regional ou global. E o acesso a esse mercado se dá pela via infraestrutural: a transformação do espaço geográfico em geoeconômico e, conseqüentemente, geoestratégico.

Pode-se afirmar que os investimentos em infraestrutura tiveram um efeito positivo no desenvolvimento de longo prazo da Alemanha. No entanto, deve levar-se em conta que as condições estruturais daquela época eram diferentes das dos séculos posteriores antes de aplicá-los automaticamente. Os meios tanto geográficos como geoeconômicos são diferentes – alguns elementos, contudo, permanecem inalterados.

Existem apenas três maneiras de o comércio e a energia transcorrerem por terra da Ásia para a Europa: através do Irã, do Azerbaijão e da Rússia. Como elos contemporâneos podemos citar os gasodutos NordStream, no Mar Báltico, o TurkStream, no Mar Negro (que oportuniza a conexão com a Europa Ocidental pelo Rio Danúbio), e os projetos infraestruturais chineses da Nova Rota da Seda que têm como destino a Alemanha. Alguns desses projetos são modernas reedições do que se procurou alcançar pela Ferrovia Berlim-Bagdá, que foi abordada no estudo

sob a ótica do Sistema Bismarckiano em detrimento da historiografia predominante que a associa unicamente à *Weltpolitik*.

Nota-se que a integração regional vem a substituir o papel da guerra limitada na promoção dos investimentos públicos em indústria e infraestrutura da guerra com vistas à manutenção dos meios de pagamento (VAN LAAK, 2014). Os europeus, inimigos unidos pela União Europeia e hoje liderados pela Alemanha, já alcançaram o mesmo feito de Hitler em 1941: estão às portas de Moscou. A busca histórica da Alemanha por uma Grande Estratégia, neste sentido, culmina com a emergência de novos polos de poder e processos de integração na Europa e no supercontinente eurasiático como um todo a partir do início do século XXI.

Os processos de reconfiguração de poder mundial, assim como no fim do século XIX, sugerem a formação de novos eixos de poder mundial (VISENTINI, 2019) e um retorno não só da geopolítica, mas também da *Realpolitik*, oportunizando uma redescoberta dos seus fundamentos e novas possibilidades de inserção estratégica para países intermediários como Alemanha e Brasil. Potências regionais e parceiros estratégicos como Brasil e Alemanha têm margem de manobra e se tornam importantes em contextos de competição entre grandes potências.

Se há uma crítica a ser feita ao longo e estável governo de Angela Merkel, que terminou junto à escrita desta tese, em dezembro de 2021, seria justamente o fato de não ter se aproveitado da ascendência política adquirida durante os 16 anos na chancelaria para formular uma Grande Estratégia mais assertiva e duradoura, para além da retórica civil-normativa e dos direitos humanos. Todavia, entre continuidades e rupturas, a política externa manifesta da Alemanha na República de Berlim (1990-presente), fortemente alicerçada na retórica civil-normativa e institucionalista, ainda possui um elemento oculto de *Realpolitik*, voltado à proteção dos seus interesses vitais, cujas origens podem ser encontradas na pesquisa histórica da estratégia perseguida durante o final do século XIX e no processo de criação do Exército Nacional prusso-alemão.

Os principais polos de poder da Eurásia hoje são competidores na esfera securitária, porém aproximam-se por meio dos elementos sobre os quais suas políticas externas se complementam: controle dos meios de pagamento, a revolução industrial, os investimentos em infraestrutura e a segurança energética. Essa abordagem tem na relação com a Rússia, um parceiro e rival estratégico histórico, um elemento ambivalente.

O grande desafio do século XXI para alemães e europeus é o de equacionar a questão nacional dentro de um contexto de supranacionalidade e regionalização – o famoso questionamento de Bismarck, “quem é a Europa?”, se tornou mais relevante do que nunca.

A história da Alemanha é instigante pois é repleta de paradoxos e rupturas. E é justamente por ter sido feita e desfeita diversas vezes ao longo do caminho que a Alemanha se tornou ainda mais moderna. A “questão alemã”, que tanto preocupava os tomadores de decisão de outrora, se tornou a “reinvenção alemã”: o país ocidental que produziu a maior ruptura à ordem mundial do próprio Ocidente, hoje é sinônimo de estabilidade e civilidade. Mas os condicionantes dessa contradição são, também, tema para aprofundamento futuro.

## REFERÊNCIAS

- ALLISON, G. **A caminho da guerra**. Tradução de Cássio Arantes Leite. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
- AMORIM, C. Grande Estratégia: política externa e defesa em um mundo em transformação. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 9-21, 2015.
- ANDERSON, P. **Linhagens do Estado absolutista**. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ARETIN, K. **Bismarcks Außenpolitik und der Berliner Kongress**. Mainz: Steiner, 1978.
- ARON, R. **Estudos políticos**. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002a.
- ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002b.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- ARRIGHI, G. The three hegemonies of historical capitalism. **Review**, New York, v. 13, n. 3, p. 365–408, 1990.
- ASCHAUER, D. Is public expenditure productive? **Journal of Monetary Economics**, Rochester, v. 23, n. 2, p. 177-200, 1989.
- ASH, T. **In Europe's name: Germany and the divided continent**. London: Jonathan Cape, 1993.
- BADSEY, S. **The Franco-Prussian War 1870-1871**. London: Osprey, 2003.
- BALDWIN, P. Clausewitz in Nazi Germany. **Journal of Contemporary History**, v. 16, n. 1, p. 5-26, 1981.
- BALZACQ, T.; DOMBROWSKI, P.; REICH, S. **Comparative grand strategy: a framework and cases**. Oxford: Oxford University Press, 2019a.
- BALZACQ, T.; DOMBROWSKI, P.; REICH, S. Is grand strategy a research program? A review essay. **Security Studies**, London, v. 28, n. 1, 2019b, p. 58-86, 2019b.
- BALZACQ, T.; KREBS, R. **The Oxford handbook of grand strategy**. Oxford: Oxford University Press, 2021.
- BARTHOLMAI, B. **Regionale Verkehrsinfrastruktur in der Bundesrepublik Deutschland**. Beiträge zur Strukturforchung des DIW, Heft 26. Berlin: Duncker und Humblot, 1973.
- BAYLIS, J.; WIRTZ, J.; GRAY, C. **Strategy in the contemporary world: an introduction to Strategic Studies**. 6. ed. Oxford: Oxford University Press, 2019.

BECKER, B. A geopolítica na virada do milênio. *In*: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORRÊA, R. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 269–275.

BERGHAHN, V. **Die Tirpitz Plan: Genesis und verfall einer innenpolitischen Krisenstrategie unter Wilhelm II**. Düsseldorf: Droste Verlag, 1971.

BEW, J. **Realpolitik: a history**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

BLACK, J. **Geopolitics and the quest for dominance**. Bloomington: Indiana University Press, 2015.

BLACKWILL, R.; HARRIS, J. **War by other means: geoeconomics and statecraft**. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

BORGES, B. Apresentação. *In*: BECK, U. **A Europa alemã**. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 9-14.

BÖRNER, K. **Kaiser Wilhelm I., 1797 bis 1888: Deutscher Kaiser und König von Preußen: eine Biographie**. Köln: Pahl-Rugenstein Verlag, 1984.

BRANDS, H. **What good Is grand strategy?** Ithaca: Cornell University Press, 2015.

CARR, E. **Nationalism and after**. With a new introduction from Michael Cox. London: Palgrave Macmillan, 2021.

CARR, E. **The October Revolution**. New York: Alfred A. Knopf, 1969.

CERVO, A. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 2, p. 5–25, 2003.

CHANG, H. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

CHAPMAN, B. **Geopolitics: a guide to the issues**. Oxford: Praeger, 2011.

CLARK, C. **O reino de ferro: uma história da Prússia, ascensão e queda (1600-1947)**. Lisboa: BookBuilders, 2018.

CLARK, C. **Os sonâmbulos: como eclodiu a Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CLAUSEWITZ, C. **Da guerra**. Tradução de Maria Teresa Ramos. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

CLAUSEWITZ, C. **Hinterlassene werke des Generals Carl von Clausewitz über Krieg und Kriegführung**. Berlin: Dümmler, 1832.

CLAUSEWITZ, C.; PARET, P.; MORAN, D. **Carl von Clausewitz: historical and political writings**. Princeton: Princeton University Press, 1992.

CLAUSEWITZ, C. **On war**. Translated by Michael Howard and Peter Paret. Princeton: Princeton University Press, 1984.

CLAUSEWITZ, C. **Vom Krieg**. Berlin: Ferdinand Dümmler Verlag, 1832.

CLAVAL, P. **Géopolitique et géostratégie**. Paris: Nathan, 1994.

CLODFELTER, M. **Warfare and armed conflicts: a statistical encyclopedia of casualty and other figures, 1492-2015**. 4. ed. Jefferson: McFarland, 2017.

CORBETT, J. **Maritime operations in the Russo-Japanese War, 1904-1905**. Annapolis: Naval Institute Press, 2015.

CORBETT, J. **Some principles of maritime strategy**. London: Longmans, Green, 1911.

COSTA, W. **Geografia política e geopolítica**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

COUTAU-BÉGARIE, H. **Tratado de estratégia**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.

COVARRUBIAS, J. Os três pilares da transformação militar. **Military Review**, Fort Leavenworth, v. 87, n. 6, p. 16-24, 2007.

CRAIG, G. **The battle of Königgrätz: Prussia's victory over Austria, 1866**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2003.

CRAIG, G. **The politics of the Prussian army, 1640–1945**. Oxford: Oxford University Press, 1955.

CRAWFORD, B. **Power and German foreign policy: embedded hegemony in Europe**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

CREVELD, M. **Supplying war: logistics from Wallenstein to Patton**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

DE VATTEL, E. **Le droit des gens: principes de la loi naturelle, appliqués à la conduite et aux affaires des Nations et des Souverains**. Amsterdam: E. van Harrevelt, 1758.

DINIZ, E. **Clausewitz, o balanço ataque-defesa e a teoria das relações internacionais**. 2002. 327 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

DINIZ, E.; PROENÇA JÚNIOR, D. A criterion for settling inconsistencies in Clausewitz's On War. **Journal of Strategic Studies**, London, v. 37, n. 6-7, p. 879-902, 2014.

DRUCKER, P. The economy's dark continent, **Fortune** (April), New York, p. 103, 1962.

DUARTE, E. **Estudos estratégicos**. Curitiba: Intersaberes, 2020.

DUARTE, E.; MENDES, F. A ciência da guerra: epistemologia e progresso nos estudos estratégicos. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 129-150, 2015.

ECHEVARRIA II, A. **Clausewitz & contemporary war**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

EDIGER, V.; BOWLUS, J. Greasing the wheels: the Berlin-Baghdad railway and Ottoman oil, 1888–1907. **Middle Eastern Studies**, London, v. 56, n. 2, p. 193-206, 2020.

ESQUIA, J. **Indústria nacional de defesa: oportunidades a partir da manutenção e da obtenção durante o ciclo de vida dos sistemas e materiais de emprego militar**. 2021. 180 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

FÖRSTER, S. The Prussian triangle of leadership in the face of a people's war: a reassessment of the conflict between Bismarck and Moltke, 1870-71. *In*: FÖRSTER, S.; NAGLER, J. (Eds.). **On the road to total war: the American Civil War and the German wars of unification, 1861-1871**. Washington: The German Historical Institute, 1997. p. 115-40.

FREITAG, B. **A teoria crítica: ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FREY, R. **Infrastruktur: Grundlagen der Planung öffentlicher Investitionen**. Tübingen: Mohr, 1970.

FRIEDRICH, O. **Blood and iron: from Bismarck to Hitler, the Von Moltke family's impact on German history**. New York: Harper Collins, 1995.

FULBROOK, M. **A history of Germany, 1918–2020: the divided nation**. Hoboken: John Wiley, 2021.

FULBROOK, M. **História concisa da Alemanha**. São Paulo: Edipro, 2012.

GADDIS, J. **On grand strategy**. New York: Penguin Press, 2018.

GADDIS, J. **Strategies of containment**. Revised and expanded edition. Oxford: Oxford University Press, 2005.

GALL, L. **Bismarck: der weiße revolutionär**. Berlin: Ullstein Buchverlage, 1997.

GAT, A. **The development of military thought: the nineteenth century**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

GESTRICH, A. Da Paz de Vestefália ao Congresso de Viena (1648-1814). *In*: DIRLMEIER, U. *et al.* (Orgs.). **História alemã: do século VI aos nossos dias**. Tradução de Marian Toldy e Teresa Toldy. Lisboa: Edições 70, 2014. p. 163-226.

GIESBERG, R. **The Treaty of Frankfurt: a study in diplomatic history, September 1870–September 1873**. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1966.



- GILPIN, R. **War and change in world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- GRAY, C. **Estratégia moderna**. Tradução de Geraldo Alves Portilho Junior. Rio de Janeiro: 2016.
- GRIEWANK, K. **Der neuzeitliche revolutionsbegriff**. Weimar: Hermann Böhlaus, 1955.
- GROSS, L. The Peace of Westphalia, 1648-1948. *In*: FALK, R.; HANRIEDER, W. (Eds.). **International law and organization**. Philadelphia: Lippincott, 1968. p. 20-41.
- HABERMAS, J.; LUHMANN, N. **Gesellschaftstheorie oder Sozialtechnologie**. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1972.
- HAFFNER, S. **Von Bismarck zu Hitler: Ein Rückblick**. München: Droemer Knaur, 2015.
- HALLIDAY, F. **Repensando as relações internacionais**. Tradução de Cristina Soreanu Pecequilo. Porto Alegre: UFRGS/NERINT, 1999a.
- HALLIDAY, F. **Revolution and world politics: the rise and fall of the sixth great power**. London: Macmillan, 1999b.
- HAMILTON, A. **The works of Alexander Hamilton**. v. 3-5. New York: Putnam's, 1904.
- HARDINGE, C. **My Indian years, 1910-1916: the Reminiscences of Lord Hardinge of Penshurst**. London: J. Murray, 1948.
- HARPER, J. **American Machiavelli: Alexander Hamilton and the origins of the U.S. foreign policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- HASSELL, U. **Vom anderen Deutschland: aus den nachgelassenen Tagebüchern 1938-1944**. Berlin: Atlantis, 1946.
- HASTINGS, M. **Catástrofe – 1914: a Europa vai à guerra**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- HAWES, J. **The shortest history of Germany**. London: Old Street, 2017.
- HEINZE, G.; KILL, H. The development of the German railroad system. *In*: MAYNTZ, R.; HUGHES, T. (Eds.). **The development of large technical systems**. Frankfurt: Campus Verlag, 1988. p. 105-134.
- HELLMANN, G. Goodbye Bismarck? The foreign policy of contemporary Germany. **Mershon International Studies Review**, Connecticut, v. 40, n. 1, p. 1-39, 1996.
- HENDERSON, W. **Friedrich List: economist and visionary, 1789-1846**. London: Routledge, 2014.
- HENDERSON, W. **The state and the industrial revolution in Prussia, 1740-1870**. Liverpool: Liverpool University Press, 1958.

HENTIG, W. **Meine diplomatenfahrt ins verschlossene Land**. Berlin: Ullstein, 1918.

HERRE, F. **Kaiser Wilhelm I: Der Letzte Preuße**. Köln: Kiepenheuer & Witsch, 1980.

HILDEBRAND, K. **The foreign policy of the Third Reich**. Berkeley: University of California Press, 1973.

HILLGRUBER, A. **Bismarcks Außenpolitik**. Freiburg: Rombach Verlag, 1990.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, E. **A era do capital: 1848-1875**. Tradução de Luciano Costa Neto. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HOLBORN, H. **A history of modern Germany, 1840-1945**. Princeton: Princeton University Press, 1982.

HORNUNG, E. Industrialisierung im Deutschen Reich: welche Rolle spielte die öffentliche Infrastruktur? **Wirtschaftsdienst**, Hamburg, n. 101, p. 258–262, 2021.

HOWARD, M. **Clausewitz: a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

HOWARD, M. **The Franco-Prussian War: the German invasion of France, 1870-1871**. 2. ed. New York: Routledge, 2001.

HUNT, E; SHERMAN, H. **História do pensamento econômico**. Tradução de Jaime Larry Benchimol. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HUNTINGTON, S. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Tradução de M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

HUNTINGTON, S. **The soldier and the state: the theory and politics of civil-military relations**. Cambridge: Harvard University Press, 1957.

JAEGER, B. **Infraestrutura enquanto recurso de poder na economia política internacional: um estudo sobre a atuação regional do Brasil (2000-2016)**. 2021, 327f. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

JOCHIMSEN, R. **Theorie der Infrastruktur: Grundlagen der marktwirtschaftlichen Entwicklung**. Tübingen: Mohr, 1966.

JOCHIMSEN, R.; SIMONIS, U. **Theorie und Praxis der Infrastrukturpolitik**. Berlin: Duncker & Humblot, 1970.

JOMINI, A. **Tableau analytique des principales combinaisons de la guerre: et de leurs rapports avec la politique des états pour servir d'introduction au Traité des Grandes Opérations Militaires**. Paris: HardPress, 2019.

JONES, M. Strategy as character: Bismarck and the Prusso-German question, 1862-1878. *In*: MURRAY, W.; SINNREICH, R.; LACEY, J. (Eds.). **The shaping of grand strategy**: policy, diplomacy, and war. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 79-110.

KAHN, H. **A escalada**. Rio de Janeiro: Bloch, 1969.

KANT, I. **À paz perpétua**. Tradução de Marco Zingano. Porto Alegre: L&PM, 2017.

KENNAN, G. **The decline of Bismarck's European order**: Franco-Russian relations, 1875-1890. Princeton: Princeton University Press, 1979.

KENNEDY, P. **Ascensão e queda das grandes potências**: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KENNEDY, P. **Engenheiros da vitória**: os responsáveis pela reviravolta na Segunda Guerra Mundial. Tradução de Jairo Arco e Flecha. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KENNEDY, P. Grand strategy in war and peace: toward a broader definition. *In*: KENNEDY, P. (Ed.) **Grand strategy in war and peace**. New Haven: Yale University Press, 1991b. p. 1-10.

KENNEDY, P. **The rise and fall of British naval mastery**. London: Penguin, 2017.

KENNEDY, P. **The rise and fall of great powers**: economic change and military conflict from 1500 to 2000. New York: Vintage, 2010.

KERSHAW, I. **Hitler**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KING, G.; KEOHANE, R.; VERBA, S. **Designing social inquiry**: scientific inference in qualitative research. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KISSINGER, H. **A world restored**. Boston: Houghton Mifflin, 1957.

KISSINGER, H. **Ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KISSINGER, H. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KISSINGER, H. The white revolutionary: reflections on Bismarck. **Daedalus**, Cambridge, v. 97, n. 3, p. 888-924, 1968.

KOHN, H. **Die Idee des Nationalismus**: Ursprung und Geschichte bis zur französischen Revolution. Hamburg: S. Fischer Verlag, 1962.

KRESS, M. **Operational logistics**: the art and science of sustaining military operations. Boston: Kluwer Academic, 2002.

KRUCK, A. **Geschichte des alldeutschen Verbandes, 1890-1939**. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1954.

KUGLER, J.; ORGANSKI, A. The power transition: a retrospective and prospective evaluation. *In*: MIDLARSKI, M. **Handbook of war studies**. London: Routledge, 2011. p. 171-194.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

KUNDNANI, H. **The paradox of German power**. London: Hurst, 2016.

LAURSEN, G. The battle of Dybboel. **Danish Military History**. 1997. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20101122211117/http://www.milhist.dk/1864/dybbol/dybbol\\_uk.htm](https://web.archive.org/web/20101122211117/http://www.milhist.dk/1864/dybbol/dybbol_uk.htm). Acesso em: 18 abr. 2022.

LEDFORD, K. German lawyers and the state in the Weimar Republic. **Law and History Review**, London, v. 13, n. 2, p. 317–349, 1995.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. Livro eletrônico.

LINCOLN, A. The Gettysburg address, November 19, 1863. **The story of Abraham Lincoln**: the National Archives. Disponível em: [www.nationalarchives.gov/abraham-lincoln](http://www.nationalarchives.gov/abraham-lincoln). Acesso em: 15 out. 2018.

LIND, W. Compreendendo a guerra de quarta geração. **Military Review**, Fort Leavenworth, v. 85, n. 1, p. 12-17, 2005.

LIND, W. *et al.* The changing face of war: into the fourth generation. **Military Review**, Fort Leavenworth, v. 69, n. 10, p. 2-11, 1989.

LIST, F. **Das nationale System der politischen Ökonomie**. Stuttgart: Tübingen, 1841.

LIST, F. **The national system of political economy**. London: Longmans, Green, 1909.

LONDON SCHOOL OF ECONOMICS. **Five minutes with Ulrich Beck**: “Germany has created an accidental empire”. 2013. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/europpblog/2013/03/25/five-minutes-with-ulrich-beck-germany-has-created-an-accidental-empire>. Acesso em: 16 mar. 2018.

LOTH, W. **Stalins ungeliebtes Kind**: warum Moskau die DDR nicht wollte. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1996.

LÖWENSTEIN, H. **Deutsche Geschichte**: der Weg des Reiches in zwei Jahrtausende. Frankfurt am Main: Heinrich Scheffler Verlag, 1954.

MACKINDER, H. The geographical pivot of history. **The Geographical Journal**, London, v. 23, n. 4, p. 421-437, 1904.

MAHAN, A. **The influence of sea power upon history**. New York: Little, Brown, 1890.

MANN, M. **States, war, and capitalism**. Oxford: Basil Blackwell, 1988.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARTINS, J. Recomposição hegemônica e as relações internacionais do Brasil. *In*: MARTINS, J. (Org.). **Relações Internacionais Contemporâneas 2012/02**: estudos de caso em política externa e de segurança. Porto Alegre: ISAPE, 2013. p. 174-198.

MARTINS, J. **Digitalização e guerra local**. 2008. 327f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

MARTINS, J.; NUNES, R. Política externa, política de defesa e modelo de desenvolvimento no Brasil: do Estado desenvolvimentista ao Estado logístico (1930-2017). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 6, n. 12, p. 190-221, 2017.

MAYER, G. **Bismarck und Lassalle: ihr Briefwechsel und ihre Gespräche**. Berlin: J. H. W. Dietz, 1928.

MCMEEKIN, S. **O expresso Berlim-Bagdá**: o Império Otomano e a tentativa da Alemanha de conquistar o poder mundial, 1898-1918. Tradução de Maria Silva Mourão Netto. São Paulo: Globo, 2011.

MCNEILL, W. **Em busca do poder**. Tradução de Geraldo Alves Portilho Junior. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014.

MCNEILL, W. The industrialization of war. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 8, n. 3, p. 203–213, 1982.

MEINECKE, F. **The warfare of a nation**: lectures and essays. Translated by John A. Spaulding. Worcester: Davis Press, 1915.

MEINECKE, F. **Machiavellism**: the doctrine of raison d'état and its place in modern history. Translated by Douglas Scott. New York: Frederick A. Praeger, 1965.

MEINECKE, F. **Cosmopolitanism and the national state**. Translated by Robert B. Kimber. Princeton: Princeton University Press, 1970.

MENDES, P. O nascimento das relações internacionais como ciência social: uma análise comparada do mundo anglo-americano e da Europa Continental. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 21-53, 2019.

MILEVSKI, L. **The evolution of modern grand strategic thought**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

MOLTKE, S. **Friedrich List**. [*S.l.: s.n.*], 1913.

MOLTKE, H. **Geschichte des deutsch-französischen Krieges 1870-7**. Berlin: Ernst Siegfried Mittler und Sohn, 1891.

MONDAINI, M. Guerras napoleônicas. *In*: MAGNOLI, D. (Org.). **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 189-218.

MOORE, B. **The social origins of dictatorship and democracy**. Harmondsworth: Allen Lane, 1967.

MORGENTHAU, H. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

MÜHLHAHN, K. **Herrschaft und widerstand in der “Musterkolonie” Kiautschou: Interaktionen zwischen China und Deutschland, 1897–1914**. München: R. Oldenbourg Verlag, 2000.

MULHALL, M. **The dictionary of statistics**. London: G. Routledge, 1892.

MULHALL, M. **O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs**. Tradução de Euclides Santos Moreira. Porto Alegre: Bels, 1974.

MURRAY, W.; GRIMSLEY, M. Introduction: on strategy. *In*: MURRAY, W.; KNOX, M.; BERNSTEIN, A. (Eds.). **The making of strategy: rulers, states, and war**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. p. 1-23.

NIPPERDEY, T. Der Föderalismus in der deutschen Geschichte. *In*: BOOGMAN, J.; VAN DER PLAAT, G. (Eds.). **Federalism**. Dordrecht: Springer, 1980. p. 125-175.

NIPPERDEY, T. **Germany from Napoleon to Bismarck, 1800-1866**. Translated by Daniel Nolan. Princeton: Princeton University Press, 2014.

NIPPERDEY, T. **Nachdenken über die deutsche Geschichte**. München: C. H. Beck, 1986.

O’CONNELL, R. **História da guerra, armas e homens: uma história da guerra, do armamento e da agressão**. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1995.

ONOFRE, F. What is grand strategy and is it a useful concept? **Strife Journal**, n. 13, p. 39-51, Summer 2020.

ORTHBANDT, E. **Deutsche Geschichte: Lebenslauf des deutschen Volkes**. Laupheim: Hermann Pfahl Verlag, 1954.

ORTMANN, S.; WHITTAKER, N. Geopolitics and grand strategy. *In*: BAYLIS, J.; WIRTZ, J.; GRAY, C. **Strategy in the contemporary world: an introduction to Strategic Studies**. 6. ed. Oxford: Oxford University Press. p. 308-326.

OSGOOD, R. **Limited war revisited**. New York: Routledge, 2018.

OTT, K. **Zuwanderung und Moral: was bedeutet das alles?** Stuttgart: Reclam, 2016.

ÖZYÜKSEL, M. **The Berlin-Baghdad railway and the Ottoman Empire: industrialization, Imperial Germany and the Middle East**. London: I. B. Tauris, 2016.

PALMER, R. Frederico, o Grande, Gilbert, Bülow: da guerra dinástica à guerra nacional. *In*: PARET, P. (Org.). **Construtores da estratégia moderna**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. Tomo 1, p. 133-171.

PARET, P. **Clausewitz and the state: the man, his theories, and his times**. Princeton: Princeton University Press, 1985.

PARET, P. Clausewitz. *In*: PARET, P. (Org.). **Construtores da estratégia moderna**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. Tomo 1, p. 257-292.

PECEQUILO, C. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** Porto Alegre: Editora da UFRGS/NERINT, 2011.

PFLANZE, O. **Bismarck and the development of Germany, Volume I: the period of unification, 1815–1871**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

PFLANZE, O. **Bismarck and the development of Germany, Volume III: the period of fortification**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

PRATT, E. **The rise of rail power in war and conquest, 1833–1914**. London: J. B. Lippincott, 1916.

PROENÇA JÚNIOR, D.; DINIZ, E.; RAZA, S. **Guia de estudos de estratégia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

PROENÇA JÚNIOR, D.; DUARTE, E.E. The concept of logistics derived from Clausewitz – all that is required so that the fighting force can be taken as a given. **The Journal of Strategic Studies**, United Kingdom, v. 28, n. 4, p. 645-677, 2005.

PRÚSSIA. Departamento de história militar do Estado-Maior. **The Campaign of 1866 in Germany**. London: Superintendence of Her Majesty's Stationary Office, 1872.

RANKE, L. **The theory and practice of history**. Edited with an introduction by Georg G. Iggers. New translations by Wilma A. Iggers. London: Routledge, 2011.

RATZEL, F. **Politische Geographie**. München: R. Oldenbourg, 1897.

REGENSBERG, F. **Von Skalitz bis Königgratz**. Bad Langensalza: Rockstuhl Verlag, 2016.

REHFELD, P. Die preußische Rüstungsindustrie unter Friedrich dem Großen. **Forschungen zur Brandenburgischen und Preußischen Geschichte**, v. 55, p. 1-31, 1944.

RIBEIRO, E. Logística militar. *In*: SAINT-PIERRE, H.; VITELLI, M. (Orgs.). **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Editora da UNESP, 2018. p. 599-603.

RISEN, C. Charles Sellers, 98, historian who upset the postwar consensus, dies. **The New York Times**, 24 set. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/09/24/books/charles-g-sellers-dead.html>. Acesso em: 24 set. 2021.

ROBIN, C. Erik Hobsbawm, the communist who explained history. **The New Yorker**, 9 mai. 2019. Disponível em: <https://www.newyorker.com/books/under-review/eric-hobsbawm-the-communist-who-explained-history>. Acesso em: 9 mai. 2019.

ROBINSON, J. The second crisis of economic theory. **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 62, n. 1/2, p. 1–10, 1972.

ROCHAU, A. **Grundsätze der Realpolitik**, Angewendet auf die staatlichen Zustände Deutschlands. v. 1. Stuttgart: Karl Göpel, 1859.

ROCHAU, A. **Grundsätze der Realpolitik**, Angewendet auf die staatlichen Zustände Deutschlands. v. 2. Heidelberg: J. C. B. Mohr, 1868.

ROSENBERG, A. **História do bolchevismo**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

ROSINSKI, H. **The German army**. London: The Hogarth Press, 1939.

SCHIEDER, T. **Das Deutsche Reich von 1871 als Nationalstaat**. Herausgegeben und eingeleitet von Hans-Ulrich Wehler. 2. Auflage. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1992.

SCHUMAN, F. **International politics: an introduction to the Western state system**. New York and London: McGraw-Hill Book Co., 1933.

SCHWARZ, H. **Anmerkungen zu Adenauer**. München: Pantheon, 2007.

SCHWARZ, H. **Die gezähmten Deutschen: von der Machtbesessenheit zur Machtvergessenheit**. Stuttgart: DVA, 1985.

SEBEN, F. **Infraestrutura e desenvolvimento: estudo de caso sobre IIRSA e COSIPLAN**. 2015. 280f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SELLERS, C. República de mercado versus república agrária, 1800-1850. In: SELLERS, C.; MAY, H.; MCMILLEN, N. **Uma reavaliação da história dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. p. 116-129.

SHAFIYEDDIN, M. Friedrich List and the infant industry argument. In: K. S., Jomo (Ed.). **The pioneers of development economics: great economists on development**. New Delhi: Tulika Books, 2005. p. 42-61.

SHOWALTER, D. German grand strategy: a contradiction in terms? **Militaergeschichtliche Zeitschrift**, Potsdam, v. 48, n. 2, p. 65-102, 1990.

SHOWALTER, D. The political soldiers of Bismarck's Germany: myths and realities. **German Studies Review**, Baltimore, v. 17, n. 1, p. 59-77, 1994.

SHOWALTER, D. **The wars of German unification**. 2. ed. London: Bloomsbury, 2015.

SHY, J. Jomini. In: PARET, P. (Org.). **Construtores da estratégia moderna**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. Tomo 1, p. 201-256.



- SIL, R.; KATZENSTEIN, P. **Beyond paradigms**: analytic eclecticism in the study of world politics. New York: Palgrave Macmillan, 2010.
- SIMMS, B. **Europe**: the struggle for supremacy, 1453 to the present. London: Penguin, 2014.
- SIMMS, B. **The struggle for mastery in Germany, 1779–1850**. New York: St. Martin's, 1998.
- SKOCPOL, T. **States and social revolutions**. Cambridge: CUP, 1979.
- SMITH, H. **On Clausewitz**: a study of military and political ideas. London: Palgrave Macmillan, 2004.
- SNYDER, J. Civil-military relations and the cult of the offensive, 1914 and 1984. **International Security**, Cambridge, v. 9, n. 1, p. 108-146, 1984.
- SOUCHON, L. **Strategy in the 21st century**: the continuing relevance of Carl von Clausewitz. Cham: Springer Nature, 2020.
- SPENGLER, O. **Preußentum und Sozialismus**. München: Verlag C. H. Beck, 1919.
- SPYKMAN, N. **America's strategy in world politics**: the United States and the balance of power. New York: Harcourt, Brace, 1942.
- STEVENSON, D. War by timetable? The railway race before 1914. **Past & Present**, Oxford, v. 1, n. 162, p. 163-194, 1999.
- STONE, J. Bismarck and the great game: Germany and Anglo-Russian rivalry in Central Asia, 1871-1890. **Central European History**, v. 48, n. 2, p. 151-175, 2015.
- STRAUSZ-HUPÉ, R. **Strategy and values**: selected writings of Robert Strausz-Hupé. Edited by William R. Kinter and Robert L. Pfaltzgraff Jr. Toronto: Lexington Books, 1973.
- STÜRMER, M. Bismarck in perspective. **Central European History**, v. 4, n. 4, p. 291–331, 1971.
- TALIAFERRO, J.; RIPSAN, N.; LOBELL, S. Introduction: grand strategy between the World Wars. *In*: TALIAFERRO, J.; RIPSAN, N.; LOBELL, S. (Eds.). **The challenge of grand strategy**: the great powers and the broken balance between the wars. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 1-36.
- TAVARES, M.; FIORI, J. **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.
- TAYLOR, A. **Bismarck**: the man and the statesman. New York: Vintage Books, 1967.
- TEIXEIRA DA SILVA, F. **O concerto das nações**. Recife: Edupe, 2020.

TEIXEIRA DA SILVA, F. O projeto prussiano de Império Alemão. *In*: TEIXEIRA DA SILVA, F.; CABRAL, R.; MUNHOZ, S. (Org.). **Impérios na história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 223-234.

TEIXEIRA DA SILVA, F.; MEDEIROS, S.; VIANNA, A. (Org.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**: ideias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

TEIXEIRA DA SILVA, F.; SCHURSTER, K. **Por que a guerra?** Das batalhas gregas à ciberguerra, uma história da violência entre os homens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

THIEMEYER, G. Otto von Bismarck und die Internationalisierung der Wirtschaft. *In*: LAPPENKÜPER, U.; URBACH, K. (Hg.). **Realpolitik für Europa**. Paderborn: Schöningh & Brill, 2016. p. 185–207.

THORPE, G. **Pure logistics**: the science of war preparation. Washington: National Defense University Press, 1986.

THUDIUM, G. **A Alemanha e sua política exterior e de segurança na República de Berlim**: entre o Leste e o Oeste, o global e o regional. 2018. 100f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

TILLY, R.; KOPSIDIS, M. **From old regime to industrial state**: a history of German industrialization from the eighteen century to World War I. Chicago: Chicago University Press, 2020.

TISZA, I. **Von Sadowa nach Sedan**. Bremen: Dogma. in Europäischer Hochschulverlag GmbH, 2012.

TORRES SÁNCHEZ, R. The triumph of the fiscal military state in the eighteenth century: war and mercantilism. *In*: TORRES SÁNCHEZ, R. (Ed.). **War, state and development**: fiscal-military states in the eighteenth century. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 2007. p. 13-44.

TOOZE, A. **Statistics and the German state**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

TOOZE, A. **The deluge**: the Great War, America, and the remaking of the global order, 1916-1931. London: Allen Lane, 2014.

TREITSCHKE, H. **His life and works**. London: Allen and Unwin, 1914.

TREITSCHKE, H. **Politics**. Translated by Blanche Dugdale & Torben De Bille. v. 1. New York: Macmillan, 1916a.

TREITSCHKE, H. **Politics**. Translated by Blanche Dugdale & Torben De Bille. v. 2. New York: Macmillan, 1916b.

TUCHMAN, B. **Canhões de agosto**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

URBACH, K. Between saviour and villain: 100 Years of Bismarck biographies. **The Historical Journal**, Cambridge, v. 41, n. 4, p. 1141–1160, 1998.

VAN EVERA, S. **Guide to methods for students of political science**. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

VAN LAAK, D. Pionier des Politischen? Infrastruktur als Europäisches Integrationsmedium. *In*: NEUBERT, C.; SCHABACHER, G. (Hg.). **Verkehrsgeschichte und Kulturwissenschaft: Analysen an der Schnittstelle von Technik, Kultur und Medien**. Bielefeld: Transcript Verlag, 2014. p. 165-188.

VIDEIRA, A. **Logística: história e evolução**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra/DALMob, 2005.

VIDIGAL, A. Guerras da unificação alemã. *In*: MAGNOLI, D. (Org.). **História das guerras**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 287-318.

VISENTINI, P. **As grandes potências e os conflitos mundiais**. Rio de Janeiro: Alta Cult, 2021.

VISENTINI, P. Eixos do poder mundial no século XXI: uma proposta analítica. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 9-25, 2019.

VISENTINI, P. **O eixo e a URSS na guerra mundial**. Porto Alegre: Leitura XXI/NERINT, 2021.

VISENTINI, P. O impacto das revoluções na ordem mundial: uma ausência nos Estudos de Defesa. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 91-101, 2017.

VIZENTINI, P. **A grande crise**. Petrópolis: Vozes, 1992.

WALLER, B. **Bismarck at the crossroads: the reorientation of German foreign policy after the Congress of Berlin, 1878–1880**. London: University of London Historical Study, 1974.

WALLERSTEIN, I. **The modern world-system IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789–1914**. Berkeley: University of California Press, 2011.

WALTZ, K. **Man, the state, and war: a theoretical analysis**. New York: Columbia University Press, 2001.

WALTZ, K. **Theory of international politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WAWRO, G. **The Austro-Prussian war: Austria's war with Prussia and Italy in 1866**. New York, Cambridge University Press, 2007.

WEBB, A. **The new dictionary of statistics: a complement to the fourth edition of Mulhall's "Dictionary of Statistics"**. London: George Routledge, 1911.

WEITZ, E. **Creating German communism, 1890-1990**: from popular protests to socialist state. Princeton: Princeton University Press, 1997.

WENDT, A. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WESTAD, O. **Restless empire**: China and the world since 1750. New York: Basic Books, 2012.

WEHLER, H. Bismarck's imperialism, 1862–1890. *In*: SHEEHAN, J. (Ed.). **Imperial Germany**. New York: Viewpoints, 1976. p. 180-222.

WEHLER, H. **The German Empire, 1817–1918**. Translated by Kim Traynor. Leamington Spa: Berg Publishers, 1985.

WIGHT, M. **Power politics**. Harmondsworth: Holmes & Meier, 1978.

WOLMAR, C. **Engines of war**: how wars were won & lost on the railways. New York: Public Affairs, 2010.

## ANEXO A – FERROVIAS NA ALEMANHA

As estatísticas para a Prússia e outros Estados mostram o seguinte:<sup>1</sup>

Ano	Quilômetros Construídos <sup>2</sup>						Total
	Prússia	Baviera	Saxônia	Württemberg	Baden	Várias	
1840	170	67	127	...	25	157	548
1850	2.848	595	466	257	273	1.416	5.858
1860	5.552	1.818	756	337	354	2.414	11.233
1870	11.040	2.719	1.142	1.046	965	1.963	18.877
1880	20.342	4.828	2.092	1.351	1.319	3.363	33.297
1888	24.550	5.343	2.550	1.585	1.384	3.645	39.058

As ferrovias hanoverianas, incluídas na coluna “Várias” até 1860, foram amalgamadas com as da Prússia após a conquista em 1866. Os valores para todo o Império Alemão mostram:<sup>3</sup>

Ano	Quilômetros Construídos <sup>4</sup>	Custo, Milhões de £	Receitas (£)	Despesas (£)	Lucro (£)	Retorno sobre Capital, por cento
1868	17.059	169	22.300.000	11.200.000	11.100.000	6.5
1870	18.877	204	25.300.000	12.800.000	12.500.000	6.1
1880	33.297	431	43.300.000	25.200.000	18.100.000	4.2
1888	39.058	495	54.600.000	29.300.000	25.300.000	5.1

<sup>1</sup> **No Original** – “The statistics for Prussia and other States show thus.”

<sup>2</sup> **Adaptação** – Adaptado de milhas construídas. No original, da esquerda para direita e de cima para baixo: 1840 – 106; 42; 79; (...); 16; 98; 341; 1850 – 1.770; 370; 290; 160; 170; 880; 3.640; 1860 – 3.450; 1.130; 470; 210; 220; 1.500; 6.980; 1870 – 6.860; 1.690; 710; 650; 600; 1.220; 11.730; 1880 – 12.640; 3.000; 1.300; 840; 820; 2.090; 20.690; 1888 – 15.255; 3.320; 1.585; 985; 860; 2.265; 24.270

<sup>3</sup> **No Original** – “Hanoverian railways, which were included in the column “Various” down to 1860, were amalgamated with those of Prussia after the conquest in 1866. The returns for the whole German Empire show.”

<sup>4</sup> **Adaptação** – Adaptado de milhas. No original, de cima para baixo: 10.600; 11.730; 20.690; 24.270.

O tráfego e o material rodante são mostrados abaixo, passageiros quilométricos e toneladas sendo reduzidos para o formato inglês como passageiros viajando 10 milhas, e mercadorias 100 milhas médias.<sup>5</sup>

Ano	Quilométricos, Milhões		Milhões de Passageiros, 10 Milhas	Milhões de Toneladas, 100 Milhas	Locomotivas	Carros de Passageiro	Vagões
	Passageiros	Bens, Toneladas					
1868	3.213	5.042	203	32	4.640	8.920	98.440
1870	4.372	5.336	275	34	5.460	10.430	113.500
1875	5.994	10.392	378	66	9.940	17.520	206.000
1880	6.149	12.224	389	77	10.840	19.800	220.000
1887	8.385	16.516	527	104	12.750	23.440	256.000

O valor do material circulante em 1887 era de £ 75.800.000; tinha capacidade para transportar 1.020.000 passageiros e 2.750.000 toneladas de mercadorias.<sup>6</sup>

As ferrovias prussianas mostraram o seguinte de 1844 a 1878:<sup>7</sup>

Ano	Quilométricos, Milhões		Passageiros, 10 Milhas	Toneladas, 100 Milhas
	Passageiros	Bens, Toneladas		
1844	130	20	8.000.000	130.000
1850	420	190	26.000.000	1.200.000
1860	870	926	55.000.000	5.830.000
1870	3.020	4.044	196.000.000	25.700.000
1878	3.740	8.033	235.000.000	50.600.000

<sup>5</sup> **No Original** – “The traffic and rolling-stock are shown below, kilo metric passengers and tons being reduced to English form as passengers travelling 10 miles, goods 100 miles average.”

<sup>6</sup> **No Original** – “The value of rolling-stock in 1887 was £75,800,000; it had a capacity for carrying 1,020,000 passengers, and 2,750,000 tons of merchandise.”

<sup>7</sup> **No Original** – “Prussian railways showed as follows from 1844 to 1878.”

O total transportado em trinta e cinco anos foi o seguinte:<sup>8</sup>

Período	Quilométricos, Milhões		Milhões de Passageiros, 10 Milhas	Milhões de Toneladas, 100 Milhas
	Passageiros	Bens, Toneladas		
1844-50	1.730	611	109	4
1851-60	6.100	6.297	384	40
1861-70	16.530	24.412	1.040	153
1871-78	28.710	55.767	1.810	351
35 anos	53.070	87.087	3.343	548

Em 1879, a seguinte declaração foi publicada, mostrando a economia de taxas de frete e tarifas de passageiros efetuadas pelas ferrovias da Prússia no período acima, estimando as taxas antigas em 27 Silbergroschen para uma tonelada de mercadorias transportadas por 10 quilômetros e um passageiro em 40 Silbergroschen pela mesma distância<sup>9</sup>:

Período	Taxas de Frete, Milhões (£) <sup>10</sup>			Tarifas sobre Ferrovias, Milhões (£) <sup>11</sup>			Ganhos, Milhões de £
	Bens	Passageiros	Total	Bens	Passageiros	Total	
1844-50	8	5	13	3	4	7	6
1851-60	84	16	100	25	14	39	61
1861-70	326	44	370	71	31	102	268
1871-78	744	77	821	136	52	188	633
35 anos	1.162	142	1.304	235	101	336	968

<sup>8</sup> **No Original** – “The total carried in thirty-five years was as follows.”

<sup>9</sup> **No Original** – “In 1879 the following statement was published, showing the saving of freight charges and passengers fares effected by the railways of Prussia in the above period, estimating the old charges at 27 silbergroschen for a ton of goods carried 10 kilometers, and a passenger at 40 silbergroschen the same distance.”

<sup>10</sup> **No Original** – “Waggon Fares.”

<sup>11</sup> **No Original** – “Railway Fares.”

Naquela época (1878) o custo de construção atingiu 240 milhões de libras esterlinas; a economia que as ferrovias fizeram em benefício do povo prussiano foi, portanto, quatro vezes maior do que as linhas custaram para serem feitas. Se fosse suposto que o tráfego por milha nas outras linhas alemãs fosse o mesmo que na Prússia, o negócio de toda a Alemanha desde 1844 seria aproximadamente o seguinte:<sup>12</sup>

Período	Milhões de Passageiros, por 10 km <sup>13</sup>	Milhões de Toneladas de bens, por 100 km <sup>14</sup>	Receitas, Milhões de £	Despesas, Milhões de £	Ganhos Líquidos, Milhões de £
1844-50	229 [368]	9 [14]	15	...	...
1851-60	776 [1.248]	82 [131]	80	...	...
1861-70	1.890 [3.041]	281 [452]	186	...	...
1871-80	3.720 [5.986]	726 [1.168]	39 8	236	162
1881-87	3.220 [5.182]	630 [1.013]	341	193	148
44 anos	9.835 [15.827]	1.728 [2.780]	1.020	...	...

A distinção entre as linhas do Estado e das empresas é mostrada a seguir em quilômetros:<sup>15 16</sup>

	Estatais		Privadas		Total	
	1875	1888	1875	1888	1875	1888
Prússia	6.887	22.723	8.996	1.826	15.884	24.550
Baviera	2.542	4.651	1.416	692	3.958	5.343

<sup>12</sup> **No Original** – “At that time (1878) the cost of construction had reached 240 millions sterling; the saving which the railways effected to the benefit of the Prussian people was therefore four times what the lines had cost to make. If it be supposed that the traffic per mile on the other German lines was the same as on the Prussian, the business of all Germany since 1844 would be approximately as follows.”

<sup>13</sup> **Adaptação** – Adaptado de milhões de passageiros por 10 milhas. No original, de cima para baixo: 229; 776; 1.890; 3.720; 3.220; 9.835.

<sup>14</sup> **Adaptação** – Adaptado de milhões de toneladas de bens por 100 milhas. No original, de cima para baixo: 9; 82; 281; 726; 630; 1.728.

<sup>15</sup> **No Original** – “The distinction between State and Companies' lines is shown as follows in English miles.”

<sup>16</sup> **Adaptação** – Adaptado de milhas inglesas. No original, da esquerda para a direita e de cima para baixo: Prússia – 4.280; 14.120; 5.590; 1.135; 9.870; 15.255; Baviera – 1.580; 2.890; 880; 430; 2.460; 3.320; Saxônia – 740; 1.520; 360; 65; 1.100; 1.585; Württemberg – 790; 970; 10; 15; 800; 985; Baden – 650; 800; 60; 60; 710; 860; Hesse, etc. – 590; 800; 1.490; 1.465; 2.080; 2.265; Total – 8.630; 21.100; 8.390; 3.070; 17.020; 24.270.



	Estatais		Privadas		Total	
	1875	1888	1875	1888	1875	1888
Saxônia	1.190	2.446	579	104	1.770	2.550
Württemberg	1.271	1.561	16	24	1.287	1.585
Baden	1.046	1.287	96	96	1.142	1.384
Hesse, etc.	949	1.287	2.397	2.357	3.347	3.645
Total	13.888	33.957	13.502	4.940	27.391	39.058

A quilometragem total em 1889 era de 40.957,<sup>17</sup> representando um custo de cerca de 527 milhões de libras esterlinas. Os funcionários ferroviários somavam 343.000.<sup>18</sup>

Fonte: MULHALL, M. **The Dictionary of Statistics**. London: George Routledge and Sons, 1892. p. 502-503. Tradução nossa.

<sup>17</sup> **Adaptação** – Adaptado de milhagem total. No original: 25.450.

<sup>18</sup> **No Original** – “The total mileage in 1889 was 25,450, representing a cost of about 527 millions sterling. Railway employees numbered 343,000.”

## ANEXO B – TELÉGRAFOS NA ALEMANHA

O serviço telegráfico cresceu da seguinte forma:<sup>1</sup>

	Quilômetros <sup>2</sup>	Mensagens	Recibos	Centavos de Libra por Mensagem
1870	32.830	8.600.000	390.000	11
1880	70.972	17.200.000	850.000	12
1888	92.859	24.100.000	1.200.000	12

Fonte: MULHALL, M. **The Dictionary of Statistics**. London: George Routledge and Sons, 1892. p. 460. Tradução nossa.

<sup>1</sup> **No Original** – “Telegraphic service has grown as follows, viz.”

<sup>2</sup> **Adaptação** – Adaptado de milhas. No original, de cima para baixo: 20.400; 44.100; 57.700.

## ANEXO C – ENERGIA A VAPOR NA ALEMANHA

O seguinte contém a tabela de Engel para a Prússia até 1878:<sup>1</sup>

Ano	Cavalos de Potência			Total
	Fixos	Locomotivas	Barcos a Vapor	
1840	11.700	300	200	12.200
1852	43.000	40.200	9.200	92.400
1861	143.000	206.000	16.000	365.000
1878	958.000	2.033.000	50.000	3.041.000
1888	1.500.000	2.600.000	120.000	4.220.000

O número de motores a vapor na Prússia foi o seguinte:<sup>2</sup>

	1840	1852	1861	1878
Fixos	615	2.124	7.000	35.430
Locomotivas	13	607	1.450	6.990
Barcos a Vapor	6	102	198	623
Total	634	2.833	8.648	43.043

O valor da energia a vapor de locomotivas do Sr. Engel para 1852 parece baixo, já que a Prússia tinha então 2.000 milhas de ferrovia; o que é apenas 20 cavalos de potência por milha.<sup>3</sup> A distribuição de energia a vapor de motores estacionários na Prússia em 1878 foi a seguinte:<sup>4</sup>

Classe	Motores	Cavalos de Potência
4-cavalos	1.990	8.000

<sup>1</sup> **No Original** – “The following contains Engel's table for Prussia down to 1878.”

<sup>2</sup> **No Original** – “The number of engines in Prussia was as follows.”

<sup>3</sup> **No Original** – “Mr. Engel's locomotive steam-power for 1852 seems low, as Prussia had then 2000 miles of railway; it is only 20 horse-power per mile.”

<sup>4</sup> **No Original** – “The distribution of steam-power of stationary engines in Prussia in 1878 was as follows.”

<b>Classe</b>	<b>Motores</b>	<b>Cavalos de Potência</b>
15-cavalos	10.140	156.000
Vários	23.300	794.000
<b>Total</b>	<b>35.430</b>	<b>958.000</b>

A energia a vapor total da Prússia em 1878 era a seguinte:<sup>5</sup>

	<b>Motores</b>	<b>Cavalos de Potência</b>
Estacionários	35.430	958.000
Locomotivas	6.900	2.033.000
Barcos a Vapor	623	50.000
<b>Total</b>	<b>43.043</b>	<b>3.041.000</b>

A energia a vapor da Alemanha em datas variadas era aproximadamente a seguinte:<sup>6</sup>

	<b>Cavalos de Potência</b>					
	<b>1840</b>	<b>1850</b>	<b>1860</b>	<b>1870</b>	<b>1880</b>	<b>1888</b>
Fixos	20.000	40.000	200.000	900.000	1.680.000	2.000.000
Locomotivas	20.000	200.000	600.000	1.500.000	3.020.000	3.700.000
Barcos a Vapor	...	20.000	50.000	80.000	420.000	500.000
<b>Total</b>	<b>40.000</b>	<b>260.000</b>	<b>850.000</b>	<b>2.480.000</b>	<b>5.120.000</b>	<b>6.200.000</b>

De acordo com o Censo de 1880, o emprego em motores a vapor fixos era o seguinte:<sup>7</sup>

<b>Emprego</b>	<b>Cavalos de Potência</b>
Fábricas	1.283.000

<sup>5</sup> **No Original** – “The total steam-power of Prussia in 1878 showed thus.”

<sup>6</sup> **No Original** – “The steam-power of Germany at various dates was approximately as follows.”

<sup>7</sup> **No Original** – “According to the Census of 1880 the employment of steam in fixed engines was as follows.”

---

<b>Emprego</b>	<b>Cavalos de Potência</b>
Minas	394.000
Total	1.677.000

---

O aumento das manufaturas e mineração desde 1880 leva à inferência de que a força motriz dos motores fixos em 1888 era de 2.000.000 cavalos de potência.<sup>8</sup>

Fonte: MULHALL, M. **The Dictionary of Statistics**. London: George Routledge and Sons, 1892. p. 547. Tradução nossa.

---

<sup>8</sup> **No Original** – “The increase of manufactures and mining since 1880 leads to the inference that the motive power of fixed engines in 1888 was 2,000,000 horse-power.”

## ANEXO D – PRODUÇÃO DE FERRO NA ALEMANHA

A produção de ferro aumentou em cem vezes desde 1810, a saber:<sup>1</sup>

Ano	Toneladas de Ferro	Toneladas de Aço	Kg de Ferro por Habitante <sup>2</sup>
1810	46.000	...	1,8
1850	402.000	6.000	12
1870	1.390.000	170.000	33
1889	4.530.0000	1.400.000	92

Em 1888 havia 1.470 fundições, empregando 170.000 homens. A mais notável do mundo é a do Sr. Krupp, em Essen, Prússia, cobrindo 1.100 acres: o número de trabalhadores nunca cai abaixo de 16.000, e há 800 máquinas a vapor, com um total de 18.000 cavalos de potência, e 82 martelos-pilão, os mais pesados pesando 50 toneladas; o consumo diário de ferro e aço é em média de 500 toneladas. Até 1876, o Sr. Krupp havia entregado 15.000 peças de artilharia para várias nações<sup>3</sup>.

A Alemanha é hoje o terceiro grande produtor de ferro, sendo sua produção metade da Grã-Bretanha. Nos sete anos findos em 1887, as importações e exportações de ferro-gusa eram iguais, mas as exportações de barras ferroviárias e outros ferros manufaturados eram em média de 340.000 toneladas anuais.<sup>4</sup>

Fonte: MULHALL, M. **The Dictionary of Statistics**. London: George Routledge and Sons, 1892. p. 336. Tradução nossa.

<sup>1</sup> **No Original** – “The production of iron has increased an hundred-fold since 1810, viz.”

<sup>2</sup> **Adaptação** – Adaptado de Libras de Ferro por Habitante. No original, de cima para baixo: 4; 27; 74; 204.

<sup>3</sup> **No Original** – “In 1888 there were 1,470 foundries, employing 170,000 men. The most remarkable in the world is that of Mr. Krupp, at Essen, Prussia, covering 1,100 acres: the number of workmen never falls below 16,000, and there are 800 steam-engines, with an aggregate of 18,000 horse power, and 82 steam-hammers, the heaviest weighing 50 tons: the daily consumption of iron and steel averages 500 tons. Down to 1876 Mr. Krupp had delivered 15,000 pieces of cannon to various nations.”

<sup>4</sup> **No Original** – “Germany is now the third great producer of iron, her output being half that of Great Britain. In seven years ending 1887 the imports and exports of pig-iron were equal, but the exports of railway bars and other manufactured iron averaged 340,000 tons yearly.”

## ANEXO E – EXÉRCITO ALEMÃO

A Força em vários períodos foi a seguinte.<sup>5</sup>

Ano	Força
1810	160.000
1831	331.000
1851	346.000
1865	441.000
1871	937.000
1890	492.000

O Exército da Prússia, em várias datas, foi:<sup>6</sup>

Ano	Força
1740	76.000
1744	95.000
1801	220.000
1808	42.000
1830	162.000
1865	239.000
1871	750.000
1886	377.000

<sup>5</sup> **No Original** – “The strength at various periods has been as follows.”

<sup>6</sup> **No Original** – “The army of Prussia at various dates was.”

Em 1801, ele consistia em 40.000 cavalos e 180.000 homens. Antes do desmembramento da Confederação Alemã em 1865, o exército também incluía um contingente austríaco, que não está incluído acima. Por exemplo, o exército confederado em 1865 compreendia:<sup>7</sup>

	Homens	Cavalos
Prússia	239.000	54.000
Áustria	222.000	31.000
Bávia	67.000	8.000
Outros Estados	135.000	17.000
Total	663.000	111.000

As forças em campanha contra a França no início da guerra em agosto de 1870, e seu máximo em fevereiro de 1871, são mostradas assim:<sup>8</sup>

	Agosto de 1870	Fevereiro de 1871
Prussianos	564.000	719.000
Bávaros	98.000	105.000
Saxões	43.000	44.000
Württemburgueses	27.000	29.000
Vários	49.000	40.000
Total	781.000	937.000

Os recrutas conscritos anualmente e a proporção incapaz de ler e escrever foram os seguintes:<sup>9</sup>

Período	Recrutas	Analfabetos (%)
1876-80	141.000	19%

<sup>7</sup> **No Original** – “In 1801 it consisted of 40,000 horse and 180,000 foot. Before the dismemberment of the German Confederation in 1865, the army also included an Austrian contingent, which is not included above. For example, the confederate army in 1865 comprised.”

<sup>8</sup> **No Original** – “The forces in campaign against France at the outbreak of the war in August 1870, and their maximum in February 1871, are shown thus.”

<sup>9</sup> **No Original** – “The recruits annually enrolled, and the proportion unable to read and write, were as follows.”



<b>Período</b>	<b>Recrutas</b>	<b>Analfabetos (%)</b>
1881-87	154.000	12%
1876	140.000	24%
1887	169.000	7%

Ainda:

<b>Recrutas para 1887</b>	
Prússia	104.000
Baviera	20.500
Outros Estados	44.500
Total	169.000

O exército em 1890 está assim:<sup>10</sup>

	<b>1890</b>			<b>1886</b>			
	<b>Oficiais</b>	<b>Praças</b>	<b>Total</b>	<b>Prússia</b>	<b>Baviera</b>	<b>Outros Estados</b>	<b>Total</b>
Cavalaria	2.360	65.000	67.360	51.000	7.000	7.000	65.000
Infantaria	11.200	329.000	340.200	267.000	40.000	38.000	345.000
Artilharia	2.720	59.000	61.720	43.000	6.000	6.000	55.000
Engenheiros, Etc.	3.220	19.500	22.720	16.000	3.000	3.000	22.000
Total	19.500	472.500	492.000	377.000	56.000	54.000	487.000
Cavalos	...	...	...	66.000	9.000	9.000	84.000

<sup>10</sup> **No Original** – “The army in 1890 stands thus.”

A Força das principais guarnições em 1883 era a seguinte:<sup>11</sup>

Cidade	Contingente
Berlim	17.800
Metz	14.400
Estrasburgo	9.000
Mainz	7.700
Colônia	7.700
Coblença	6.400
Königsberg	6.400
Potsdam	6.600
Magdeburgo	6.100

As despesas para o Exército alemão em 1889 ascenderam a £ 18.840.000, o equivalente a £ 38 por homem, dos quais £ 5.500.000 para pagamento, £ 4.300.000 para alimentação e £ 1.200.000 para vestuário.<sup>12</sup>

Fonte: MULHALL, M. **The Dictionary of Statistics**. London: George Routledge and Sons, 1892. p. 70. Tradução nossa. Com adaptações.

<sup>11</sup> **No Original** – “The strength of the principal garrisons in 1883 was as follows.”

<sup>12</sup> **No Original** – “The expenditure for the German army in 1889 amounted to £ 18,840,000, equal to £38 per man, of which £ 5.500.000 was for pay, £ 4.300.000 for food, and £ 1.200.000 for clothing.”

## ANEXO F – MARINHA ALEMÃ

Em 1888 a frota era composta da seguinte forma:<sup>1</sup>

	Número	Canhões	Toneladas	Cavalos de Potência	Homens
Couraçados <sup>2</sup>	27	160	104.000	84.000	7.300
Fragatas	9	122	28.000	28.000	3.700
Corvetas, etc.	65	237	50.000	56.000	5.600
Total	101	519	182.000	168.000	16.600

Os navios mais pesados são os seguintes:<sup>3</sup>

	Toneladas	Cavalos de Potência	Canhões	Blindagem, cm <sup>4</sup>
Wilhelm	9.800	8.000	29	30
Kaiser	7.700	8.000	15	25

A marinha custa £ 2.000.000 por ano.<sup>5</sup>

Fonte: MULHALL, M. **The Dictionary of Statistics**. London: George Routledge and Sons, 1892. p. 417. Tradução nossa.

<sup>1</sup> **No Original** – “In 1888 the fleet was composed thus.”

<sup>2</sup> **No Original** – “Ironclads.”

<sup>3</sup> **No Original** – “The heaviest ships are the following.”

<sup>4</sup> **Adaptação** – Adaptado de blindagem em polegadas. No original, de cima para baixo: 12; 10.

<sup>5</sup> **No Original** – “The navy costs £2,000,000 per annum.”

## ANEXO G – GUERRA AUSTRO-PRUSSIANA E FRANCO-PRUSSIANA

A campanha de Sadowa, entre a Prússia e a Áustria, em 1866, mostrou o seguinte:<sup>1</sup>

	Prussianos	Austríacos	Total
Em Campanha	309.000	330.000	639.000
Mortos	2.650	11.100	13.750
Feridos	14.820	29.310	44.130
Desaparecidos	3.304	43.750	47.054
<i>Hors de combat</i>	20.774	84.160	104.934
Retornaram a Casa	288.226	245.840	534.066

Os prussianos tiveram um oficial morto ou ferido a cada 21 homens, os austríacos um a cada 18 homens.<sup>2</sup> Na Guerra Franco-Alemã de 1870-1871, as baixas foram as mostradas na tabela a seguir:<sup>3</sup>

	Franceses	Alemães	Total
Em Campanha	420.000	780.000	1.200.000
Reforços	290.000	223.000	513.000
Total	710.000	1.003.000	1.713.000
Mortos em Combate	41.000	19.782	60.782
Mortos por Ferimentos	36.000	10.710	46.710
Mortos por Doença	45.000	14.259	59.259
Inválidos	116.000	89.000	205.000
Prisioneiros	446.000	...	446.000
<i>Hors-de-combat</i>	648.000	133.751	817.751

<sup>1</sup> **No Original** – “The campaign of Sadowa, between Prussia and Austria, in 1866, showed as follows.”

<sup>2</sup> **No Original** – “The Prussians had one officer killed or wounded for 21 men, the Austrians one for 18 men.”

<sup>3</sup> **No Original** – “In the Franco-German war of 1870–71 the casualties were as shown in the following table.”

Mortos e feridos:<sup>4</sup>

Campanhas	Franceses	Alemães	Total
Wœrth	32.000	11.000	43.000
Mars-la-Tour	26.000	16.200	42.200
Gravelotte	28.500	20.100	48.600
Paris	30.000	13.300	43.300
Orleans etc.	76.500	57.400	133.900
Total	193.000	118.000	311.000

O número de alemães mortos inclui 4.010 desaparecidos, que se supõe foram mortos em ação. Os registros hospitalares dos alemães mostraram que 127.870 feridos de seu exército foram internados, mas apenas 10.710 morreram, digamos 8,5 por cento. As mortes por doença incluíram 6.965 por febre tifoide. A força em campo mínima foi de 781.000, em agosto de 1870, e a máxima de 937.000, em fevereiro de 1871. A taxa de mortalidade durante toda a campanha nas diferentes armas foi<sup>5</sup>:

Armas	Por 1.000
Engenharia	17,6
Cavalaria	27,1
Artilharia	27,2
Infantaria	52,8
Estado-Maior <sup>6</sup>	105,0
Capitães	87,0

<sup>4</sup> **No Original** – “Killed and Wounded.”

<sup>5</sup> **No Original** – “The number of Germans killed includes 4,010 missing, who are supposed to have been slain in action. The hospital records of the Germans showed that 127,870 wounded of their army were admitted, but only 10,710 died, say 8.5 per cent. Deaths from disease included 6,965 of typhoid fever. The minimum force in the field was 781,000 in August 1870, the maximum 937,000 in February 1871. The death-rate during the whole campaign in the different arms was.”

<sup>6</sup> **No Original** – “Staff.”

<b>Armas</b>	<b>Por 1.000</b>
Todos os Oficiais	76,0
Oficiais e Praças	45,9

Os alemães dispararam 35 milhões de cartuchos de mosquete e 363.000 projéteis de artilharia, com os quais mataram ou feriram mortalmente 77.000 franceses, sendo 400 tiros por morte, em comparação com 740 na Guerra da Criméia.<sup>7</sup>

Na Guerra Franco-Alemã de 1870-71, 710.000 franceses entraram em campo de batalha, e destes nada menos que 138.870 foram mortos em ação ou morreram no hospital, incluindo 2.977 oficiais. A lista de mortos dos franceses foi, de homens mortos em ação ou mortos no hospital, como segue:<sup>8</sup>

<b>Teatro</b>	<b>Mortes</b>
Na França	119.929
Na Alemanha	17.240
Na Suíça	1.701
Total	138.870

Isso inclui 45.000 mortes por doença, mas acredita-se que muitos não registrados morreram de ferimentos, tendo ido para suas casas. As mortes foram de pelo menos 20 por cento.<sup>9</sup>

Fonte: MULHALL, M. **The Dictionary of Statistics**. London: George Routledge and Sons, 1892. p. 87. Tradução nossa. Com adaptações.

<sup>7</sup> **No Original** – “The Germans fired off 35 million musket cartridges and 363,000 rounds of artillery, with which they killed or mortally wounded 77,000 French, being 400 shots to kill, as compared with 740 in the Crimean war.”

<sup>8</sup> **No Original** – “In the Franco-German war of 1870–71, 710,000 French took the field, and of these no fewer than 138,870 were killed in action or died in hospital, including 2,977 officers. The death-roll of the French was, of men killed in action or died in hospital, as follows.”

<sup>9</sup> **No Original** – “This includes 45,000 deaths from disease, but it is believed that many not recorded died of wounds, having gone to their homes. Deaths were at least 20 per cent.”

## ANEXO H – COMPARAÇÃO ENTRE BATALHAS

Batalha	Homens Engajados	Perdas de Combate	Porcentagem
Azincourt	62.000	11.400	18%
Alma	103.000	8.400	8%
Bannockburn	135.000	38.000	28%
Borodino	250.000	78.000	31%
Canas	146.000	52.000	34%
Crécy	117.000	31.200	27%
Gravelotte	396.000	62.000	16%
Sadowa	291.000	33.000	11%
Lago Trasimeno	65.000	17.000	27%
Waterloo	221.000	51.000	23%

Fonte: MULHALL, M. **The Dictionary of Statistics**. London: George Routledge and Sons, 1892. p. 89. Tradução nossa.

### ANEXO I – BATALHAS SELECIONADAS DO SÉCULO XIX

Data	Batalha	Vencida por	Perdida por	Homens em Campo		Perdas de		Porcentagem de Perdas	
				Vitoriosos	Perdedores	Vitoriosos	Perdedores	Vitoriosos	Perdedores
1862	Antietam	Unionistas	Confederados	87.000	97.000	11.000	20.000	13	20
1805	Austerlitz	Franceses	Austríacos	70.000	84.000	12.000	26.000	17	31
1813	Bautzen	Franceses	Prussianos	150.000	110.000	28.000	24.000	18	21
1863	Gettysburg	Unionistas	Confederados	117.000	68.000	17.000	27.000	14	40
1870	Gravelotte	Alemães	Franceses	270.000	126.000	35.000	27.000	13	22
1806	Jena	Franceses	Prussianos	40.000	70.000	4.000	27.000	10	39
1813	Leipzig	Alemães	Franceses	300.000	171.000	47.000	60.000	16	36
1859	Magenta	Franceses	Austríacos	47.000	61.000	5.000	10.000	11	17
1800	Marengo	Franceses	Austríacos	28.000	40.000	7.000	12.000	25	30
1812	Moscou	Franceses	Russos	120.000	125.000	23.000	51.000	19	40
1866	Sadowa	Prussianos	Austríacos	141.000	150.000	9.000	24.000	7	17
1870	Sedan	Prussianos	Franceses	190.000	124.000	9.000	38.000	5	31
1859	Solferino	Franceses	Austríacos	124.000	163.000	15.000	22.000	12	14
1809	Wagram	Franceses	Austríacos	140.000	90.000	32.000	25.000	22	28



Data	Batalha	Vencida por	Perdida por	Homens em Campo		Perdas de		Porcentagem de Perdas	
				Vitoriosos	Perdedores	Vitoriosos	Perdedores	Vitoriosos	Perdedores
1815	Waterloo	Britânicos	Franceses	101.000	120.000	22.000	29.000	22	24

Fonte: MULHALL, M. **The Dictionary of Statistics**. London: George Routledge and Sons, 1892. p. 89. Tradução nossa.

## ANEXO J – CANHÕES KRUPP

O ano é 1880. Resultado dos experimentos da Krupp em Meppen:<sup>1</sup>

Canhão	Calibre, cm <sup>2</sup>	Projétil, kg <sup>3</sup>	Penetração, cm <sup>4</sup>	Tonelada-Força Metro <sup>5</sup>
Krupp	24	157	45,9	2,673
Britânico	29	368	45,4	3,797

Os tiros de Krupp penetraram placas de 45,7 cm,<sup>6</sup> os do inglês, não.<sup>7</sup> 1889: o canhão de 130 toneladas de aço fundido da Krupp tem um alcance de 19 km<sup>8</sup> e dispara dois tiros por minuto; cada tiro custa £ 300 libras esterlinas e pesa 1.179 kg,<sup>9</sup> passando por 48,2 cm de blindagem,<sup>10</sup> carga de pólvora, 317 kg.<sup>11 12</sup>

Até 1876, o Sr. Krupp havia entregado 15.000 canhões de sua fábrica para diferentes nações. Já a Grã-Bretanha chega a fabricar dois milhões de balas e granadas em um ano, pesando 20.000 toneladas de ferro. O custo de armas pesadas é o seguinte (1882), por tonelada:<sup>13</sup>

Ferro Fundido	£ 21	Krupp	£ 170
Armstrong	£ 100	Whitworth	£ 175

Fonte: MULHALL, M. **The Dictionary of Statistics**. London: George Routledge and Sons, 1892. p. 66. Tradução nossa. Com adaptações.

<sup>1</sup> **No Original** – “1880. Result of Krupp's experiments at Meppen.”

<sup>2</sup> **Adaptação** – Adaptado de polegadas. No original, de cima para baixo: 9,5; 11,5.

<sup>3</sup> **Adaptação** – Adaptado de libras. No original, de cima para baixo: 348; 812.

<sup>4</sup> **Adaptação** – Adaptado de polegadas de penetração. No original, de cima para baixo: 18,1; 17,9.

<sup>5</sup> **Adaptação** – Adaptado de tonelada longa-força pé (“Foot-Tons”). No original, de cima para baixo: 8,630; 12,260.

<sup>6</sup> **Adaptação** – Adaptado de polegadas de blindagem. No original: 18 inches.

<sup>7</sup> **No Original** – “Krupp's shot penetrated 18-inch plates; the British did not.”

<sup>8</sup> **Adaptação** – Adaptado de milhas: No original: 12 miles.

<sup>9</sup> **Adaptação** – Adaptado de libras. No original: 2.600 lbs.

<sup>10</sup> **Adaptação** – Adaptado de polegadas de blindagem. No original: 19 inches.

<sup>11</sup> **Adaptação** – Adaptado de libras. No original: 700 lbs.

<sup>12</sup> **No Original** – “1889. Krupp's cast steel 130-ton gun has a range of 12 miles, and fires two shots per minute; each shot costs £300 sterling, and weighs 2600 lbs., going through 19 inches of armour; charge of powder, 700 lbs.”

<sup>13</sup> **No Original** – “Down to 1876, Mr. Krupp had delivered 15,000 cannons from his factory to different nations. Great Britain sometimes manufactures two million shot and shell in a year, weighing 20,000 tons of iron. The cost of heavy guns is as follows (1882), per ton.”

## ANEXO K – EDUCAÇÃO NA ALEMANHA

Em 1876 foi declarado oficialmente que o Império contava com 60.000 escolas primárias, sendo o gasto anual do Estado para mantê-las no valor de 43.400.000 libras esterlinas. Em 1871 o relatório mostrava o seguinte:<sup>1</sup>

	Escolas	Professores	Alunos	Porcentagem Alunos/População
Prússia	34.988	57.936	4.008.000	16%
Baviera	7.184	11.921	841.000	17%
Saxônia	2.134	7.219	451.000	16%
Baden	1.957	3.603	245.000	16%
Outros Estados	6.540	11.320	784.000	15%
Total	52.803	91.999	6.329.000	16%

Em 1881 havia 57.000 escolas, com 120.000 professores e 7.100.000 alunos. O ensino superior mostra as seguintes estatísticas:<sup>2</sup>

	Ginásios	Escolas Primárias	Total
Prússia	231	223	454
Outros Estados	105	172	277
Total	336	395	731

Os ginásios eram mantidos a um custo de £ 220.000 por ano, dos quais metade é custeada pelas taxas municipais. Eles têm 6.670 professores e mostram o seguinte:<sup>3</sup>

<sup>1</sup> **No Original** – “In 1876 it was officially stated that the Empire counted 60,000 primary schools, the annual outlay by the State in maintaining them amounting to 43,400,000 sterling. In 1871 the report showed as follows.”

<sup>2</sup> **No Original** – “In 1881 there were 57,000 schools, with 120,000 teachers and 7.100.000 pupils. Superior education shows the following statistics.”

<sup>3</sup> **No Original** – “The gymnasia are maintained at a cost of £220,000 a year, of which one-half is defrayed by municipal rates. They have 6670 teachers and are as follows.”

<b>Religiosidade</b>	<b>Ginásios</b>	<b>Alunos</b>
Protestantes	173	192.500
Católicos	53	35.500
Mistos	110	28.000
Total	336	256.000

Estatísticas oficiais para a Prússia em 1843 comparadas com as de 1871:<sup>4</sup>

	<b>1843</b>	<b>1871</b>	<b>Taxa de Aumento</b>
Escolas	23.100	34.988	52 %
Professores	27.600	57.936	100%
Alunos	2.271.000	4.008.000	75%

A Alemanha conta com 21 universidades, 1.920 professores e 26.700 alunos. A tabela a seguir mostra a porcentagem de alunos de acordo com a crença religiosa, em comparação com a porcentagem da população de acordo com o credo:<sup>5</sup>

<b>Religiosidade</b>	<b>População em Geral</b>	<b>Estudantes Universitários</b>
Protestantes	64	70
Católicos	34	20
Judeus	12	10
Total	100	100

As universidades classificam-se nesta ordem:<sup>6</sup>

<sup>4</sup> **No Original** – “Official statistics for Prussia in 1843 compare with those in 1871 as follows.”

<sup>5</sup> **No Original** – “Germany has 21 Universities, with 1920 professors and 26,700 students. The following table shows the percentage of students according to religious belief, as compared with the percentage of population according to creed.”

<sup>6</sup> **No Original** – “The Universities stand in this order.”

---

Universidade	Estudantes
Berlim	5.700
Leipzig	3.100
Munique	2.300
Breslau	1.600
Halle	1.600
Tübingen	1.400
Bonn	1.200
Göttingen	1.100
Würzburg	1.100
Heidelberg	1.020
Königsberg	910
Dez Outras	7.100

---

Do total de alunos, 89 por cento são alemães e 11 por cento de outras nações, correspondendo os americanos a 1 por cento dos estudantes. A universidade mais antiga é a de Heidelberg, que data de 1386.<sup>7</sup>

Fonte: MULHALL, M. **The Dictionary of Statistics**. London: George Routledge and Sons, 1892. p. 253. Tradução nossa. Com adaptações.

---

<sup>7</sup> **No Original** – “Of the total number of students 89 per cent are Germans and 11 per cent of other nations, Americans being 1 per cent. The oldest University is that of Heidelberg, which dates from 1386.”

## ANEXO L – MANUFATURAS ALEMÃS

Em 1805 as manufaturas da Prússia foram estimadas por Oddy conforme segue<sup>1</sup>:

Manufaturas	£		£
Artigos de Lã	1.700.000	Ferragens	1.300.000
Artigos de Linho	1.800.000	Móveis	1.000.000
Artigos de Seda	700.000	Couro	400.000
Artigos de Algodão	500.000	Artigos Variados	200.000
Todos os Têxteis	500.000	Miscelâneas	2.900.000

Isso compôs um total geral de apenas £ 7.600.000, mas omitiu cerveja, alimentos, roupas e outros grandes itens. Em 1843, a seguinte estimativa, também para a Prússia, foi publicada:<sup>2</sup>

Manufaturas	£
Artigos de Algodão	5.000.000
Artigos de Lã	17.400.000
Artigos de Seda	3.600.000
Artigos de Linho	2.800.000
Tabaco	2.400.000
Cerveja, etc.	4.800.000

Isso somava 36 milhões de libras esterlinas, mas também era um dado defeituoso. Os resultados do Censo mostram que o número de trabalhadores empregadas nas manufaturas em 1846 era de 842.000, e em 1861 era de 1.093.000. Os números de 1869 para toda a Alemanha foram os seguintes<sup>3</sup>:

<sup>1</sup> **No Original** – “In 1805 the manufactures of Prussia were estimated by Oddy as follows.”

<sup>2</sup> **No Original** – “This made a grand total of only £7,600,000, but it omitted beer, food, clothing, and other large items. In 1843 the following estimate, likewise for Prussia, was published.”

<sup>3</sup> **No Original** – “This summed up 36 millions sterling, but was also very defective. The Census returns show the number of hands employed in manufactures in 1846 was 842,000, and in 1861 amounted to 1,093,000. That of 1869 for all Germany was as follows.”

<b>Estado</b>	<b>Operários</b>	<b>Artesãos</b>	<b>Total</b>	<b>Fábricas</b>
<b>Prússia</b>	<b>680.000</b>	<b>1.794.000</b>	<b>2.474.000</b>	<b>79.529</b>
<b>Hanover</b>	<b>46.000</b>	<b>170.000</b>	<b>216.000</b>	<b>6.949</b>
<b>Baviera</b>	<b>164.000</b>	<b>512.000</b>	<b>676.000</b>	<b>37.967</b>
<b>Saxônia</b>	<b>214.000</b>	<b>413.000</b>	<b>627.000</b>	<b>11.357</b>
<b>Württemberg</b>	<b>86.000</b>	<b>235.000</b>	<b>321.000</b>	<b>19.231</b>
<b>Baden</b>	<b>63.000</b>	<b>156.000</b>	<b>219.000</b>	<b>6.764</b>
<b>Estados Pequenos</b>	<b>168.000</b>	<b>500.000</b>	<b>668.000</b>	<b>28.803</b>
<b>Total</b>	<b>1.421.000</b>	<b>3.780.000</b>	<b>5.201.000</b>	<b>190.600</b>

A mão de obra e os cavalos de potência em 1880 eram os seguintes:<sup>4</sup>

<b>Manufaturas</b>	<b>Mão de Obra</b>	<b>Cavalos de Potência</b>
Têxteis	910.000	391.000
Roupas	1.260.000	21.000
Comida	744.000	176.000
Madeira	470.000	52.000
Maquinário	356.000	195.000
Metais	460.000	106.000
Construção	534.000	22.000
Artigos Variados	983.000	320.000
<b>Total</b>	<b>5.717.000</b>	<b>1.283.000</b>

O Censo de 1880 divulgou as seguintes tabelas:<sup>5</sup>

<sup>4</sup> **No Original** – “The hands and horse-power in 1880 were as follows.”

<sup>5</sup> **No Original** – “The Census of 1880 gave the following tables.”

	Trabalhadores de Fábricas			População Manufatureira	
	Homens	Mulheres	Total		
Têxteis	195.000	190.000	385.000	Prússia	9.394.000
Ferragens	312.000	15.000	327.000	Baviera	1.492.000
Comida	219.000	46.000	265.000	Saxônia	1.696.000
Artigos Impressos	29.000	7.000	36.000	Württemberg	674.000
Variados	444.000	70.000	514.000	Estados Pequenos	2.802.000
Total	1.199.000	328.000	1.527.000	Total	16.058.000

Em 1876, Engel concluiu que 28.985 fábricas dotavam de energia a vapor, com um total de 888.000 cavalos de potência.<sup>6</sup> O número de pessoas ocupadas em certas indústrias em 1880 era o seguinte:<sup>7</sup>

Estado	Têxteis	Ferro	Maquinário	Couro	Madeira	Papel
Prússia	452.000	201.000	194.000	67.000	243.000	49.000
Baviera	65.000	37.000	18.000	11.000	57.000	8.000
Saxônia	166.000	27.000	42.000	9.000	41.000	18.000
Württemberg	36.000	18.000	17.000	7.000	26.000	6.000
Estados Pequenos	191.000	101.000	83.000	28.000	103.000	20.000
Total	910.000	384.000	354.000	122.000	470.000	101.000

A produção e consumo de produtos têxteis na Alemanha em 1887 representavam aproximadamente os seguintes valores:<sup>8</sup>

<sup>6</sup> **No Original** – “In 1876 Engel found 28,985 factories had steam-power with an aggregate of 888,000 horse-power.”

<sup>7</sup> **No Original** – “The number of persons engaged in certain industries in 1880 was as follows.”

<sup>8</sup> **No Original** – “The production and consumption of textile goods in Germany in 1887 represented approximately the following values.”



	Milhões em Libras Esterlinas		Carreteis em Fábricas
	Manufatura	Consumo	
Artigos de Algodão	23	20	4.900.000
Artigos de Lã	35	25	2.000.000
Artigos de Linho	7		300.000
Artigos de Seda	15	7	900.000
Artigos Variados	2	2	100.000
Total	82	60	8.200.000

A tabela a seguir fornece, de forma aproximada, o valor de todos os têxteis fabricados em várias datas, em milhões de libras esterlinas:<sup>9</sup>

	Milhões de Libras Esterlinas		
	Fibra	Manufatura	Produto Líquido
Algodão	3030	727	424
Lã	329	948	619
Seda	132	280	148
Linho, etc.	158	372	214
Total	922	2.327	1.405
1841-50	120	318	198
1851-60	152	396	244
1861-70	210	486	276
1871-80	247	607	360
1881-87	193	520	327
47 Anos	922	2.327	1.405

<sup>9</sup> **No Original** – “The following table gives approximately the value of all textiles manufactured at various dates, in millions £ sterling.”

As manufaturas de ferragens em 1888 foram estimadas assim:<sup>10</sup>

Ferragens	Toneladas	Manufaturas, Valor em £
Aço	1.400.000	37.800.000
Ferro	3.000.000	40.500.000
Cobre	32.000	3.200.000
Chumbo, Zinco, etc.	250.000	9.500.000
Total	3.682.000	91.000.000

Fonte: MULHALL, M. **The Dictionary of Statistics**. London: George Routledge and Sons, 1892. p. 372-373. Tradução nossa. Com adaptações.

<sup>10</sup> **No Original** – “Hardware manufactures in 1888 were estimated thus.”

## ANEXO M – COMÉRCIO ALEMÃO

O *Répertoire Générale* apresenta o comércio de 1822 da seguinte forma<sup>1</sup>:

Estado	Importações, £	Exportações, £	Total, £
Prússia	13.100.000	14.200.000	27.300.000
Outros Estados	6.400.000	6.500.000	12.900.000
Total	19.500.000	20.700.000	40.200.000

Em 1850, segundo a estimativa de Levi, o comércio total foi de:<sup>2</sup>

Comércio	£
Importações	22.000.000
Exportações	20.000.000
Total	42.000.000

Isso ficou muito abaixo da realidade. Sabemos que o comércio do *Zollverein* em 1856 chegou a 106 milhões de libras esterlinas, e o aumento de seis anos dificilmente poderia ter ultrapassado 50 por cento. O comércio parece ter operado da seguinte maneira:<sup>3</sup>

Ano	Milhões de Libras Esterlinas			Por Habitante		
	Importações	Exportações	Total	£	s.	d.
1822	19	21	40	1	10	0
1840	25	27	52	1	14	0
1850	34	36	70	2	2	0

<sup>1</sup> **No Original** – “The *Répertoire Générale* gives the trade for 1822 as follows.”

<sup>2</sup> **No Original** – “In 1850, according to Levi's estimate, the total trade was.”

<sup>3</sup> **No Original** – “This was much below the reality. We know that the trade of the *Zollverein* in 1856 reached 106 millions sterling, and the increase of six years could hardly have exceeded 50 per cent. The trade seems to have been as follows.”

Ano	Milhões de Libras Esterlinas			Por Habitante		
	Importações	Exportações	Total			
1872	163	116	279	7	0	0
1880	142	152	294	6	11	0
1888	172	168	340	7	4	0
1889	204	163	367	7	16	0

Os valores declarados para o comércio alemão pelos sete anos terminados em 1886 foi a seguinte<sup>4</sup>:

	Milhões de Libras Esterlinas			Proporção sobre Total
	Importações de	Exportações para	Comércio Bruto	
Grã-Bretanha	151	167	318	14,9
Áustria	151	107	258	12,1
Rússia	125	61	186	8,7
Bélgica	89	57	146	6,8
França	84	101	185	8,7
Holanda	81	83	164	7,7
Suíça	55	58	113	5,3
Estados Unidos	48	61	109	5,1
Itália	25	26	51	2,5
Outros Países	254	348	602	28,2
Total	1.063	1.069	2.132	100,0

Não há muita diferença entre o valor total das importações e o das exportações. O comércio com a Rússia e a Áustria, no entanto, mostra um grande excesso de importações, que é

<sup>4</sup> **No Original** – “The statement for German trade for seven years ending 1886 was as follows.”

contrabalançado por um superávit de exportações para a Grã-Bretanha, França, Estados Unidos e outros países.<sup>5</sup> Os principais artigos de importação foram os seguintes:<sup>6</sup>

Artigos	1876	1886	1877-86, Dez Anos	Importação Líquida
	£	£	Milhões (£)	Milhões (£)
Grãos	29.800.000	10.300.000	222	133
Lã	10.400.000	10.900.000	104	78
Algodão	10.200.000	8.800.000	93	78
Café	9.600.000	6.900.000	73	73
Gado	8.000.000	4.700.000	63	6
Couros	3.900.000	4.600.000	44	44
Cavalos	3.500.000	3.500.000	28	16
Petróleo	5.200.000	2.800.000	31	28
Seda, crua	6.600.000	7.500.000	60	60
Tabaco	4.100.000	3.200.000	33	29
Fios	8.500.000	8.100.000	69	40
Vinho	2.900.000	1.700.000	24	24
Artigos Diversos	87.400.000	71.400.000	772	772
Total	190.100.000	144.400.000	1.616	1.381

As principais exportações foram:<sup>7</sup>

1876	1886	1877-86, Dez Anos
£	£	Mil. £

<sup>5</sup> **No Original** – “There is not much difference between the total value of imports and that of exports. The trade with Russia and Austria, however, shows a heavy excess of imports, which is counterbalanced by a surplus of exports to Great Britain, France, United States, and other countries.”

<sup>6</sup> **No Original** – “The principal articles of import were as follows.”

<sup>7</sup> **No Original** – “The principal exports were.”

	1876	1886	1877-86, Dez Anos
Tecidos de Lã	6.300.000	8.600.000	81
Tecidos de Seda	2.800.000	9.000.000	71
Tecidos de Algodão	1.900.000	4.900.000	33
Açúcar	1.900.000	7.100.000	64
Artigos de Couro	3.400.000	7.600.000	56
Maquinários de Ferro	5.500.000	7.500.000	80
Gado	7.000.000	4.200.000	57
Fios	2.700.000	3.100.000	29
Papel	800.000	2.500.000	18
Grãos	11.100.000	3.100.000	89
Carvão	1.600.000	4.000.000	28
Lã	3.300.000	2.000.000	26
Artigos Diversos	79.100.000	85.700.000	859
Total	127.400.000	149.300.000	1.491

Os retornos comerciais para 1888 foram os seguintes:<sup>8</sup>

Artigos	Importações, £	Artigos	Exportações, £
Têxteis	51.300.000	Têxteis	53.800.000
Comida	37.600.000	Comida	19.600.000
Gado	7.800.000	Metais	24.300.000
Metais	15.900.000	Químicos	11.800.000
Químicos	12.100.000	Couro	11.800.000
Sebo etc.	10.800.000	Maquinário	6.800.000
Artigos Diversos	36.300.000 <sup>1</sup>	Artigos Diversos	39.500.000

<sup>8</sup> **No Original** – “The trade returns for 1888 were as follows.”

---

<b>Artigos</b>	<b>Importações, £</b>	<b>Artigos</b>	<b>Exportações, £</b>
Total	171.800.000	Total	167.600.000

---

Fonte: MULHALL, M. **The Dictionary of Statistics**. London: George Routledge and Sons, 1892. p. 137. Tradução nossa. Com adaptações.

## ANEXO N – RIQUEZA NA ALEMANHA

É notável que, enquanto os ganhos do povo alemão, conforme estabelecido sob o título de renda, sejam de apenas 1 por cento a menos do que os da França, a riqueza da Alemanha parece ser um quarto menor. Isso é, no entanto, em grande parte explicado pela grande diferença no valor da terra: a Alemanha possui com média de 21 libras, e a França 4,33 por acre cultivado. A apuração imperial para tributação está na seguinte proporção, e se supusermos que a riqueza seja distribuída da mesma maneira, será como na tabela subordinada:<sup>1</sup>

Estados	Proporção	Milhões de £
Prússia	60,3	3.425
Baviera	11,7	665
Saxônia	6,6	375
Würzburg	4,3	244
Baden	3,4	193
Alsácia	3,4	193
Hesse	2,1	119
Outros Estados	8,2	467
Total	100	5.681

Soetbeer mostra que os ganhos do povo prussiano aumentaram 25% de 1872 a 1885, e se supusermos que a riqueza aumentou na mesma proporção, isso faz com que a acumulação de treze anos chegue a 1.136 milhões, ou 88 milhões de libras esterlinas por ano – digamos £ 40 por habitante, contra £ 72 no Reino Unido.<sup>2</sup>

Fonte: MULHALL, M. **The Dictionary of Statistics**. London: George Routledge and Sons, 1892. p. 529. Tradução nossa. Com adaptações.

<sup>1</sup> **No Original** – “It is remarkable that whereas the earnings of the German people, as set forth under the head of Income, are only 1 per cent less than those of France, the wealth of Germany appears to be one-fourth less. This is, however, in great measure explained by the great difference in the value of land, Germany averaging £21, France 4.33 per cultivated acre. The imperial assessment for taxation is in the following ratio, and if we suppose wealth to be distributed in like manner, it will be as in the subjoined table.”

<sup>2</sup> **No Original** – “Soetbeer shows that the earnings of the Prussian people advanced 25 per cent from 1872 to 1885, and if we suppose that wealth increased in like degree, this makes the accumulation of thirteen years amount to 1,136 millions, or 88 millions sterling per annum—say 40s. per inhabitant, against 72s. in the United Kingdom.”